

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN**

**EMANOEL FRANCISCO PINTO BARRETO**

**FOLHA DE S. PAULO**

**O DIÁRIO OFICIAL DO “GRANDE IRMÃO”**

**NATAL/RN**

**2009**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**EMANOEL FRANCISCO PINTO BARRETO**

**FOLHA DE S. PAULO**

**O DIÁRIO OFICIAL DO “GRANDE IRMÃO”**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do curso de Doutorado em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista

**NATAL/RN**

**2009**

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Barreto, Emanuel Francisco Pinto.

Folha de São Paulo: o diário oficial do grande irmão / Emanuel Francisco Pinto Barreto, 2009.  
260 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Natal, 2009.

Orientador: Prof. Dr. João Emanuel Evangelista.

1. Folha de São Paulo – Jornal. 2. Intelectual orgânico. 3. Intelectual orgânico coletivo. 4. Hegemonia. 5. Guerra de posição. I. Evangelista, João Emanuel. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 070.11

**EMANOEL FRANCISCO PINTO BARRETO**

**FOLHA DE S. PAULO**  
**O DIÁRIO OFICIAL DO “GRANDE IRMÃO”**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, do curso de Doutorado em Ciências Sociais, do Departamento de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Emanuel Evangelista (Orientador – UFRN)

---

Prof. Dr. Celso Frederico (USP)

---

Prof. Dr. Dacier de Barros e Silva (UFPE)

---

Prof. Dr. José Antônio Spinelli (UFRN)

---

Prof. Dr. Edmilson Lopes Jr. (UFRN)

**Natal, 21 de agosto de 2009**

A meus pais, Plácido e Ana d'Arc (*in memoriam*), por tudo o que me ensinaram.  
A Terezinha Barreto, que me acompanhou com a dedicação de estrela-guia.  
A Hirma e Mirna, filhas e meninas sempre.  
A Eduarda e Murilo, netos para o meu sorriso.  
A Edgar e Erik, genros.  
A minhas irmãs, Fátima e Miriam, pelo carinho.  
A André, Arthur e Erick, caminhantes do sonho e filhos que vieram depois.  
A Bruno Barreto, jornalista que vi nascer.  
Ao Professor Doutor João Emanuel Evangelista, por todos os ensinamentos,

Dedico.

## **AGRADECIMENTOS**

A Terezinha Barreto, minha mulher, pela preciosa e doce colaboração.

A Hirma, pela dedicada atenção.

Ao Professor Doutor João Emanuel Evangelista, orientador, cuja competência intelectual foi inestimável.

Ao Professor Mestre Eduardo Pinto, pela presença de amigo.

Ao jornalista Gabriel Romeiro, pela prestimosa colaboração.

Ao Professor Doutor Antônio Spinelli, pela sugestão do tema deste trabalho, o jornal como intelectual orgânico coletivo.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

*“Duplipensar quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas realidades contraditórias, e aceitá-las ambas.”*  
(George Orwell, em 1984)



BARRETO, Emanuel Francisco Pinto. **Folha de S. Paulo – O Diário Oficial do “Grande Irmão”**. Natal. 2009. 260f. Tese. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

---

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar o jornal como intelectual orgânico coletivo cujo agir, no exercício de jornalismo integral conservador, o assemelha doutrinariamente a partido político. No caso em apreço, jornal que se insere em processo de apoio a classe fundamental dominante ao mesmo tempo em que busca desqualificar politicamente, via noticiário e opinião, surgimento de contra-hegemonia mesmo que tardia e distante no tempo histórico. Frente a tal proposta tomamos como objeto de estudo a *FOLHA DE S. PAULO*, hoje o mais representativo órgão da grande imprensa conservadora. Nosso referencial teórico toma como base as formulações gramscianas intelectual orgânico, hegemonia, guerra de posição, jornalismo integral e aparelho privado de hegemonia. Permitimo-nos, de forma subsidiária ao embasamento gramsciano, o uso de obra literária, a novela *1984*, de George Orwell, como meio de explicitar metaforicamente a manipulação do real pelo jornal em sua atividade de intelectual orgânico coletivo. A ideologia é o ponto nodal heurístico a fazer convergência entre realidade e ficção. Para as constatações pretendidas desenvolvemos análise da cobertura do diário, relativa a dois grandes acidentes ocorridos em 2007: o desabamento de parte das obras do túnel da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô (linha 4-amarela). E desastre aviatório envolvendo *airbus* da Transportes Aéreos Meridionais - TAM, voo 3054, também naquele estado. No primeiro acidente encontramos respaldo do jornal ao governo paulista, na pessoa do ator político José Serra (PSDB), representante das forças conservadoras e responsável pelas obras do Metrô, mas a quem se buscou distanciar politicamente do fato. No segundo acontecimento, manifestação oposicionista ao ator político Luis Inácio Lula da Silva e a seu partido, o PT, como possibilidade contra-hegemônica contestada, sendo o mencionado ator apontado como responsável direto pelo ocorrido. Todavia, o jornal afirma-se como não partidário e objetivo, sendo tal objetividade advinda do mercado. Neste, a diversidade de concepções de mundo orientaria o trabalho editorial, levando a *FOLHA DE S. PAULO* a tomá-lo como referente válido para a pretendida objetividade, ocultando assim a militância partidária.

Palavras-chave: *FOLHA DE S. PAULO*, jornal, intelectual orgânico, intelectual orgânico coletivo, hegemonia, guerra de posição.

BARRETO, Emanuel Francisco Pinto. **Folha de S. Paulo - The Big Brother's Official Daily**. Natal. 2009. 260f. Thesis. Doctorate in Social Sciences, Federal University of Rio Grande do Norte.

---

## ABSTRACT

This project wants to analyze the newspaper like a collective organic intellectual thing, and its action like a conservator integral journalism, it makes it look like a politics block. In this case, the newspaper inserts itself in a process to support the dominated fundamental class. In the same time, it searches to disqualify politically, using the news and the opinion, the sprouting of against-hegemony even untimely and distant in the historical time. Facing this proposal we take as study object the *FOLHA DE S. PAULO*, nowadays the most representative agency of the great conservative press. Our theoretical reference takes as base the Gramsci organic intellectual formularizations, hegemony, position's war, integral journalism and private device of hegemony. We allow ourselves, in a subsidiary way to the Gramsci basement, using the novel 1984 written by George Orwell, as a method to explicit, in a comparative way, the manipulation of the reality by the newspaper in its activity of collective organic intellectual. The ideology is the heuristic connection point to make convergence between reality and fiction. For the intended evidences we develop analysis of the daily covering about two great accidents occurred in 2007: The landslide of part of the workmanships of the tunnel of the *Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô* (line yellow 4). And the flying disaster involving the airbus of *Transportes Aéreos Meridionais-TAM*, flight 3054, also in that state. In the first accident we find endorsement of the newspaper to the São Paulo's government, in the person of the politician actor José Serra (PSDB), representative of the conservative forces and responsible for the workmanships of the Subway, to who it tried to distance politically of the fact. In the second event, the opposition to the politician actor Luis Inácio Luis Lula da Silva and his politics block, the PT, as a possibility against-hegemonic contested, being the mentioned actor appointed as responsible for the occurrence. However, the newspaper says that it is independent and direct, and this direct action comes from the environment. In this environment, the diversity of conceptions of world would guide the publishing work, making the *FOLHA DE S. PAULO* to take it as a reference for the intended objective, hiding the politics block militancy.

Keywords: *FOLHA DE S. PAULO*, newspaper, organic intellectual, collective organic intellectual, hegemony, position's war.

## SUMÁRIO

	PÁGINA
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 JORNALISMO COMO AÇÃO POLÍTICA</b> .....	16
1.1 Jornalistas, jornalismo e hegemonia .....	26
1.2 Jornalismo integral conservador e hegemonia.....	36
1.3 A <i>FOLHA</i> como empresa.....	42
1.4 A criação do UOL.....	46
1.5 Outros produtos do <i>Grupo Folha</i> .....	47
<b>2 O PROJETO FOLHA</b> .....	50
2.1 A FOLHA e o “Grande Irmão”.....	56
2.2 <i>Projeto Folha</i> : como começou.....	63
2.3 Tópicos: um perfil do <i>Projeto Folha</i> .....	66
2.3.1 Quanto à necessidade de o capital manter-se disfarçado.....	66
2.3.2 Quanto à importância do gerenciamento da Redação.....	67
2.3.3 Quanto ao consenso a partir da dominação.....	68
2.3.4 Quanto à necessidade de vigiar e punir.....	70
2.3.5 Quanto à objetividade instrumentalizada para atender o mercado.....	72
2.3.6 Quanto à política editorial do amor/ódio para manter o leitorado.....	74
2.4 A consolidação do <i>Projeto Folha</i> .....	77
2.5 Documentos disciplinadores .....	83
2.6 O <i>Projeto Folha</i> e o “duplipensar”.....	87
2.7 “O fechamento é um ato de força”.....	95
2.8 Uma voz de jornalista.....	98
<b>3 OMBUDSMAN: “O MINISTRO DA VERDADE”</b> .....	106
3.1 Da raposa à cabeça oca.....	110
3.2 “Te chamei aqui para te olhar nos olhos”.....	116
3.3 Mário Vitor Santos – de setembro de 1991 a setembro de 1993.....	120
3.4 Junia Nogueira de Sá – de setembro de 1993 a setembro de 1994 .....	120
3.5 Marcelo Leite – de outubro 1994 a janeiro de 1997.....	121
3.6 Mário Vitor Santos – reconduzido de janeiro de 1997 a dezembro de 1997....	122
3.7 João Batista Natali – de janeiro a março de 1998.....	123
3.8 Renata Lo Prete – de março de 1998 a março de 2001.....	123
3.9 Bernardo Ajzenberg – de março de 2001 a março de 2004.....	124
3.10 Marcelo Beraba – de abril de 2004 a abril de 2007.....	125
3.11 Mário Magalhães – de abril de 2007 a abril de 2008.....	125
3.12 Carlos Eduardo Lins da Silva – de abril 2008, em exercício.....	126
<b>4 O DESASTRE DO METRÔ</b> .....	129
4.1 A presença do <i>ombudsman</i> .....	148
4.2 Ilações e inconsistências.....	152
4.3 E o povo aprova Serra, apesar do Metrô.....	161
4.4 Deus falhou na inspeção das obras .....	170
4.5 Serra continua aprovado.....	173
4.6 Laudo aponta falhas na construção .....	177

<b>5 ACIDENTE DA TAM: FOLHA RECRUDESCE GUERRA DE POSIÇÃO.....</b>	<b>184</b>
5.1 O acidente da TAM .....	191
5.2 O gesto e o escândalo .....	199
5.3 O rigor de Newton .....	204
5.4 Uma princesa morta .....	207
5.5 As elites dizem “Cansei”.....	209
5.6 Os ricos também são brasileiros.....	213
5.7 Lula “está acuado”, tem “medo de avião” e “atiça conflito social”.....	218
5.8 Pesquisas comprovam aprovação de Lula .....	223
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>235</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>241</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>258</b>

## INTRODUÇÃO

A capacidade comunicativa humana, em suas manifestações mais elaboradas e sutis, vai além da tradução substantiva do mundo vivido. Supera em muito a situação acrítica de refletir a facticidade imediata, que difusamente chega à sensibilidade do olhar social como circunstância transitiva e naturalizada. Em plano mais elevado, essa capacidade, *a fortiori*, assume aspecto refinado quando se volta para enunciar ato cognoscitivo do sujeito sobre o real visando sua explicação fenomênica, origens e decorrências históricas. Pela divulgação, aqui divulgação jornalística, tais visões de mundo ganham expressividade social. São vertidas sobre o mundo histórico e se constituem em fenômeno ideológico positivo, ação política mais ou menos. Isso se dá na cotidianidade dos âmbitos sociais complexos onde, cada vez mais, o papel da mídia, em sua face jornalístico-interpretativa, assume centralidade. Atuando em tais aspectos o jornal, como ator midiático diário, ocupa papel fundamental por elastecer a capacidade humana de comunicar e influir massivamente, mesmo que de forma não mecânica.

Para tanto, o jornal introduz-se à sociedade como instrumento dúctil. Transita daquela apenas representação do mundo substantivo à reflexão quanto àquilo que nele se dá historicamente. A emissão diária de carga opinativo-noticiosa forma o núcleo de sua ação e, tanto na notícia quanto na opinião, a ideologia está contida em maior ou menor exposição ou ocultação, deliberada ou inconscientemente. Sendo artefato apto à difusão ideológica é também organização, ou seja, funciona a Redação como intelectual orgânico coletivo. Este é conexo ao aparelho privado de hegemonia empresa jornalística, tendo, de forma compósita, ação doutrinária de partido político.

A ideologia vivida pelo conjunto é instrumentalizada e repassada ao social na busca de produzir *forma mentis* receptiva à mensagem daquele advinda. O jornal/jornalismo conservador atua a partir da condição de integrante da sociedade civil, entendida como espaço de debate e conflitos ideológicos e naquela busca fazer prevalecente o ideário ao qual está vinculado. Em conseqüência, tornam-se os agentes jornalísticos, seja o jornal como organização, sejam os jornalistas como reunião orgânica, atores privilegiados incursos a tal situação histórica. O propósito é

a formação de consenso, como parte de processo de hegemonização permanente de determinado bloco histórico.

Concernida à alta política, a grande imprensa – os jornais nacionais de referência – constitui um complexo de aparelhos privados de hegemonia com presença na cotidianidade. É agente político-ideológico sem que necessariamente disso se dêem conta os seus leitores. Estes, geralmente, vêem ali apenas artefato de informação de atualidade em vez de base material que dá suporte a mensagem cujos emissores podem ter, mais ou menos, ligações orgânicas com atores que representam interesses políticos, ideológicos e econômicos.

Esses atores, por sua vez, aparentam estar distanciados do processo de influencição – mesmo que não mecânica – e se apresentam como unicamente suas fontes. O jornal é percebido apenas como hífen midiático a unir de forma mediata atores políticos e leitores. Nessa interação indireta entre aqueles e estes se apresenta como objetivo, ou seja: entidade organizada para atuar no mundo fenomênico, reproduzindo com exatidão a realidade sobre a qual se debruça – o jornal como espelho. Todavia, a substituição do real fático pelo real “facticizado” pode transformar, para uso ideológico, a notícia ou a opinião em fatos primários, que ocupam o espaço originalmente cabível ao fato objetivo que lhes deu origem. A representação toma o lugar do representado e assume a condição de coisa primeira.

Para o desenvolvimento de ação compreensiva a respeito do acima mencionado optamos por ter como objeto empírico o conteúdo informativo e opinativo do diário *FOLHA DE S. PAULO*. A decisão deu-se em função de que detém situação hegemônica ante seus concorrentes nacionais de referência e penetração nos estratos sociais médios e superiores da sociedade brasileira, que ressoam mais fortemente idéias e mundividências.

Tendo-se em conta que a imprensa é formada por aparelhos privados de hegemonia, que dinamizam processo ideológico como parte do seu fazer cotidiano, tomamos como hipótese que seu desempenho termina por formular produção de agente político coletivo, mesmo não tendo ideologicamente papel demiúrgico. Em outras palavras, o jornal mobilizando a Redação como intelectual orgânico coletivo em apoio a bloco histórico conservador, o qual intenta impedir contra-hegemonia ainda que remota no tempo histórico.

Temos, como objetivos gerais, analisar a utilização do texto jornalístico como espaço ideologizado que privilegia classe fundamental dominante, e a

ocultação desse dizer por parte do jornal. Como objetivo específico visamos compreender como se dá esse processo, mediante estudo da cobertura da *FOLHA DE S. PAULO* relativa a dois grandes acidentes: o desabamento de parte das obras do Metrô de São Paulo em 2007 e a queda de avião da *Transportes Aéreos Meridional-TAM* no aeroporto de Congonhas, São Paulo, no mesmo ano.

Utilizamos como metodologia abordagem amostral de noticiário, artigos e editoriais. O critério para a seleção do material deu-se em função da pertinência oportunista com que este foi elaborado por jornalistas e colaboradores: dizem respeito a momentos cruciais das duas coberturas, quando informação e/ou opinião emergiam de forma mais contundente. Foram envolvidos os atores políticos José Serra (PSDB), governador de São Paulo, em relação ao Metrô, e o presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva (PT), frente à tragédia aviatória. Ao primeiro deu-se visibilidade benévola, destinando-se ao segundo oposição editorial.

Quanto aos eventos a serem analisados tomamos, para o primeiro acidente, recorte temporal de janeiro de 2007 a janeiro de 2008. Quanto à segunda ocorrência, será vista de maio de 2002 a setembro de 2008. A abordagem a partir de ano pretérito ao acidente deveu-se à necessidade de demonstrar que o jornal tem largo e enfático antecedente de oposição ao PT e a Luís Inácio Lula da Silva, acentuando-se essa militância quando da ocorrência do desastre.

Buscamos, como marco teórico, as formulações gramscianas a respeito de aparelho privado de hegemonia, intelectual orgânico, guerra de posição, jornalismo integral e hegemonia, cujas manifestações jornalísticas são encontráveis no material sob apreciação: noticiário, artigos e editoriais. Permitimo-nos, ao lado do referente teórico, algo como uma *licença interpretativa* surgida da suposição de que, para fins acadêmicos, o mundo histórico pode também ser estudado a partir de texto literário como fórmula válida de conhecimento. Um modelo analítico com aproveitamento de obra literária, a novela *1984*, de George Orwell. Este se utiliza de intelectual orgânico coletivo, o *Partido*, a fim de manter-se em hegemonia. Segundo o que nos propomos, o recurso será utilizado como processo de escansão do real em si, para o plano da metáfora. Valemo-nos desta com o objetivo crítico de magnificar, pelo literário e em situação de verossimilhança, o trabalho ideológico *FOLHA-Partido* em relação ao capital-*Grande Irmão*.

A ideologia será o ponto nodal a estabelecer liame heurístico entre o universo ficcional e o mundo fatural. Os motivos para a utilização de obra literária em trabalho acadêmico serão explicitados ao longo do segundo capítulo.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro, “Jornalismo como ação política”, está voltado para a discussão do papel do jornal como intelectual orgânico coletivo e aparelho privado de hegemonia, com presença na superestrutura, bem como a organização da *FOLHA* como empresa.

No segundo capítulo, “O Projeto Folha”, destacamos como a empresa organizou *interna corpore* toda uma formulação ideológico-produtiva. Isso ocorreu de tal forma que foi possível quebrar o potencial contra-hegemônico da Redação enquanto categoria trabalhadora. Tornou-a atomizada e, por isso mesmo, sem condições de contestar o Projeto. O propósito fora desencadear formulação simbólica político-ideológica, além de produtividade voltada para domínio do mercado setorial onde hoje a *FOLHA DE S. PAULO* é hegemônica.

“*Ombudsman, o Ministro da Verdade*” é o título do terceiro capítulo. Ali, buscamos apresentar esse tipo de profissional não como representante do leitor, como a *FOLHA* propala. Ao invés, expomos sua condição de assalariado. Cumpre papel em que, a pretexto de defender o leitor de falhas e distorções jornalísticas insere-se unicamente em ação de *marketing*. Visa validar a *verdade* de que o jornal é ente pluriclassista e ator politicamente desinteressado. A alusão ao *Ministério da Verdade* é uma das manifestações do uso da obra orwelliana neste trabalho.

Na quarta parte, “O desastre do Metrô”, encontram-se abordagens que expõem a maneira como o diário se posiciona favorável ao governador José Serra (PSDB). Trata-se de ação tática de guerra de posição, cuja finalidade estratégica é assegurar a manutenção do *status quo* de bloco histórico dominante, aqui representado pelo ator político José Serra.

No quinto capítulo, “Acidente da *TAM: FOLHA* recrudescer guerra de posição”, damos destaque ao fato de que, ao contrário do que ocorreu quando do desabamento no Metrô, o jornal aciona agressividade editorial e atitude de enfrentamento, uma vez vistos Lula e o PT como possibilidades contra-hegemônicas tardias. A cobertura buscou avocar à voz opositorista da empresa o falar de terceiros, colocando Lula politicamente como responsável direto pelo acidente.

Nas considerações finais a abordagem revela ator político coletivo. Que age em guerra de posição visando ocupação de espaços sociais que privilegiem



manutenção de classe dominante e seu discurso. Esse discurso é apresentado como representação objetiva de determinado estado de coisas, tido como natural. Desta forma, o leitor consome ideologia como se fora notícia, como se não estivesse adquirindo, via objeto jornal, relato que traz subliminarmente mensagem que coonesta a dominação. Lula e o PT, como circunstâncias histórico-políticas, devem ser neutralizadas previamente, a fim de que não venham a se constituir em ameaça à ordem prevalente. O proselitismo a favor de Serra e do PSDB é forma tópica de oponibilidade a tal desiderato, uma vez que o propósito histórico é a sustentação do quadro dominador hoje encontrado.

## 1 JORNALISMO COMO AÇÃO POLÍTICA

Começamos este trabalho fazendo longa citação de Hannah Arendt, atinente à condição humana.

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada ao homem na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. O que quer que toque a vida humana ou entre em duradoura relação com ela, assume imediatamente o caráter de condição da existência humana. É por isso que os homens, independentemente do que façam, são sempre seres condicionados. Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana. O impacto da realidade do mundo sobre a existência humana é sentido e recebido como força condicionante. A objetividade do mundo – o seu caráter de coisa ou objeto – e a condição humana complementam-se uma à outra; por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana (ARENDETT, 1981, p. 17).

Encaminhando tais observações ao nosso objeto de estudo, o jornal *FOLHA DE S. PAULO*<sup>1</sup> e sua inserção na sociedade civil enquanto aparelho privado de hegemonia, temos que a formulação simbólica que emite – noticiário e textos opinativos –, obtém mais ou menos a força descrita pela autora. Isso se dá nos limites e possibilidades por ela enunciados, ou seja: a *FOLHA* possui perante seus leitores alguma força condicionante, que busca assemelhar à das coisas naturais. Estas são parte do mundo dado, ao qual o ser humano encontra-se imperativamente inserido, já que a capacidade condicionante do mundo anistórico está para o homem, irrestrita e irrecusavelmente, como mundo de fato. Não é uma questão de

---

<sup>1</sup> Em função da constância com que nos referiremos ao título *FOLHA DE S. PAULO* optamos, daqui em diante, por abreviá-lo para *FOLHA*, salientando que, ao longo das assertivas teóricas, o substantivo “jornal” estará concernido àquela, englobando-a por definição.

escolha: é um condicionamento absoluto – o mundo enquanto mundo, concreção sobre a qual se dá a experiência humana, é *conditio sine qua non* à sua existência. Quanto ao jornal, em sua constituição encontramos aquele *prius* de artificialidade referido por Arendt: trata-se de construção social intencionalmente criada para condicionar o ser humano enquanto ator histórico, integrante de classe social e influir em suas decisões e visões ideológicas. Consciente ou inconscientemente, oculta-se o propósito de “escolarizar” leitores, educando-os aos pressupostos de classe fundamental dominante. Tal “escolarização”, contudo, pode se dar em sentido inverso, capacitando o “leitor comum” ao seu descobrimento enquanto sujeito. A tal aspecto, o jornal como “escola” de adultos, aduz Gramsci:

O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito “científico”, que só se adquire com o trabalho especializado: por isso, *deve ser ajudado*<sup>2</sup> a assimilar pelo menos o “sentido” desse hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta fornecer-lhe conceitos já elaborados e fixados em sua expressão “definitiva”; a concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer-lhe toda a série de raciocínios e das conexões intermediárias, de modo bastante detalhado e não apenas por indicações (Gramsci, CADERNOS DO CÁRCERE VOLUME 2, 2001, p. 202)

Quanto à ideologia, esta subjaz poderosamente imiscuída à condição humana, pautando-a imperceptivelmente, ou seja: ocorre como processo do real. A partir do artefato jornalístico induz comportamentos, sugere escolhas, estimula vontades. Em alguma medida altera ou reforça realidade preexistente.

A ideologia, sendo algo que não se pode deixar de ter, parece vir antes das escolhas políticas individuais ponderadas, dos comportamentos mais ligados à vontade. Às vezes silenciosamente, condiciona tais escolhas e comportamentos. Mantém com eles uma relação dialética, mas no âmbito da qual parece ser determinante. Explicita-se nas formas da vida cotidiana. Estamos, pois, fora de qualquer concepção racionalista-iluminista. As ideologias vivem independentemente das vontades e dos comportamentos dos indivíduos. Modificam-se, mas não podem ser totalmente heterodirigidas, porque nenhum sujeito é capaz de controlar inteiramente o processo e o resultado. São o resultado da luta hegemônica e do choque entre as classes, mas também da parcialidade do ponto-de-vista do ator social e da sua demanda intrínseca de identidade. Ao mesmo tempo, são organizadas e difundidas, são articuladas em aparelhos, “trincheiras e casamatas”, são reelaboradas, adaptadas, propagadas e, não só – como Gramsci

---

<sup>2</sup> Grifos nossos.

lembra – pela imprensa, pelo mundo editorial, pela escola, pelos “círculos e clubes” de variado tipo, mas também e, diríamos hoje, pelos *mass media*, pela enorme expansão da nova dimensão internacionalizada da música [...] (LIGUORE, 2007, p. 95).

A ideologia torna-se instância invisível de construção das intersubjetividades cotidianas e estas não permitem que os homens tomem distanciamento e consciência quanto ao fato de que estão ideologicamente condicionados. Em função disso, Lukács refere três aspectos fundamentais, encontráveis na cotidianidade: a imediaticidade, a heterogeneidade e a superficialidade extensiva. O homem cotidiano interage sempre com os objetos em sua volta de modo natural. Assim, não leva em consideração as interpretações dessas relações entre o sujeito e a sua prática (LUKÁCS, 1963).

A vida cotidiana é marcada pela heterogeneidade, pela imediaticidade e pela superficialidade extensiva. Isso significa dizer que na vida cotidiana há uma interseção de todas as formas de atividade humana (heterogeneidade), a atitude humana específica é a conduta imediata (imediaticidade) e os homens empenham integralmente todas as suas forças e atenções (superficialidade extensiva). No cotidiano, os indivíduos respondem funcionalmente às situações fragmentárias vivenciadas através da manipulação das variáveis que estão imediatamente disponíveis (EVANGELISTA, 2002, p. 30).

Inconsciente de que faz parte de uma totalidade concreta – a sociedade capitalista – e exercitando *naturalmente* a imediaticidade, heterogeneidade e superficialidade extensiva que o condicionam, o indivíduo passa a ser regido pelo senso comum e ideologia implicados. Não se percebe como ser condicionado e a partir disso formula *espontaneamente* sua compreensão de mundo. Tal inconsciência resulta da e assegura à ideologia dominante que esse estado gasoso de consciência não seja alterado. O não-perceber-se parte de classe dominada conduz o indivíduo a agir enquanto ser molecular a um determinado processo social de dominação. Ao qual não compreende, até porque não o percebe, mas que o subordina. Assim, assume e pratica os fundamentos da sua dominação. E então “o homem, que é um ser que age, sente e pensa a partir de sua inserção nas relações sociais que vivencia, apesar de ser, não se percebe como sujeito” (EVANGELISTA, 2002).

Com relação à ideologia, que será largamente abordada neste trabalho, urge o estabelecimento de compreensão mais clarificada, que venha a retirar sua univocidade a “pura ilusão”, mistificação ou “falsa consciência”. Se fosse assim, se pudesse ser assim, estaríamos perdidos em meio a uma névoa social, flutuando num mundo sígnico sem significação e a alterar-se permanentemente. Não haveria história, pois não haveria realidade prática, mas tão-somente uma sucessão de ilusões. O homem seria um sujeito a esmo, ou pior: não haveria sujeito algum, uma vez que sem *telos* histórico. Como isso não ocorre, mas, inversamente, existe todo um processo histórico, temos que esse processo parte de um “centro” ideológico, que traz em si dimensões ontogênicas, gnoseológicas e axiológicas. O sujeito, então, a partir disso, experimenta a “verdade” da ideologia. Isso porque os fatos históricos parecem confirmar-se ontologicamente, induzem a uma certa forma de conhecimento do real e estabelecem uma tábua de valores, uma vez que se dão no mundo e se impõem de forma aparentemente absoluta.

O “caráter ilusório residiria, para Marx, na absolutização e eternização destas relações. Todavia, aqui, a sua ‘verdade objetiva’ não decorre de um estatuto teórico (cognitivo) que enformaria a relação ideológica da consciência (religiosa ou econômica) com o real, mas sim da sua referência objetiva a esta, dada no seu processo de gênese” (SANTOS, TEMAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1980, p. 39-40).

O efeito ideológico, “na prática”, pode ser verificado a partir da citação abaixo:

O poder social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos pela divisão do trabalho, aparece a estes indivíduos, porque sua cooperação não é voluntária mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e destino ignoram, que não podem mais dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particular de fases e de estágios de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e agir (MARX, A IDEOLOGIA ALEMA, 1986, p. 49-50).

A menção que fizemos, se comprova a ideologia como *partícipe* do real, já que essa *participação* se dá na história, não a livra porém do seu caráter de ilusão também. A ideologia adéqua-se e adéqua o real. É processo, portanto, uma dinâmica que tem uma particularidade: é nucleada e compósita de *verdade* e *ilusão*.

Tem, conseqüentemente, uma dialética interna, e assim *funciona* como se dela surgissem naturalmente o conhecimento e a definição do que seja o real histórico. Esse funcionamento da ideologia dá validade ao real por ela impetrado. A gnose do real, sob tais parâmetros, o explica e justifica, implicando nele essência e valor. Em decorrência, é da “internalidade” da ideologia, onde se digladiam sua “verdade” e sua força ilusória, que surge seu poder taumatúrgico de disciplinar o real ideologicamente explicado, tornando-o, assim, o real praticado.

para Gramsci, a ideologia – enquanto concepção do mundo articulada com uma ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens (COUTINHO, 1989, p. 65).

O processo ideológico, sendo algo que se dá historicamente, permite desdobramentos crítico-dialéticos: ideologia *versus* ideologia.

Se a ideologia é decisiva na orientação prática dos homens, então a crítica ideológica – a batalha cultural – torna-se um momento decisivo na luta para agregar uma nova “vontade coletiva nacional-popular”, na luta para superar uma velha relação de hegemonia e construir uma nova (COUTINHO, 1989, p. 65).

Desta forma, seria possível afirmar que a relação ciência/ideologia detém o comando da capacidade gnoseológica da ideologia e acrescentar:

Que é assim, resulta claramente da afirmação de Engels [...] de que “a *historia das ciências é a história da eliminação progressiva desta estupidez*<sup>3</sup>, ou então da sua substituição por uma nova estupidez, mas cada vez menos absurda” (SANTOS, 1980, p. 41)

A partir de determinados centros irradiantes a ideologia se propaga. Seus epígonos, com a finalidade de ampliar essa divulgação, crenes da fé que construíram, buscam controle sobre governo, parlamento, jornais e partidos, de forma que uma só força modele a opinião e a vontade política nacional (GRAMSCI, *apud* SCHLESENER, 2001). O fenômeno de absorção da ideologia se dá então, em grande medida, inconscientemente. A assimilação e reprodução de uma determinada visão de mundo acontecem ao longo do processo de socialização dos indivíduos, que desde a infância são instados a incorporar valores, crenças, sentimentos, normas e padrões sociais que caracterizam e estruturam a cultura e a

---

<sup>3</sup> Grifos no original.

vida. São provenientes da família, grupos e classe social dos quais participam e, por conseguinte, da sociedade em que vivem. Sua representação diária a podemos encontrar no jornalismo. Quase sempre a veiculação da ideologia através das instituições jornalísticas, sociais e políticas é um efeito indireto. Isso porque o processo ideológico parece natural aos indivíduos, o que inclui os jornalistas, bastando que estes e seus leitores tenham introjetado a ideologia dominante como verdade referente. Na seqüência do tempo histórico o jornal mantém com o homem-leitor relação ideológica duradoura. Tal situação advém de que, como veículo, estabelece contato diário entre o homem-leitor e aquele *outro homem*, o formulador simbólico coletivo.

Fica o leitor condicionado quando “aprende” (mesmo que não mecanicamente) a pensar mediatamente a respeito de assuntos ou temas, o que ocorre ao longo de virtual processo de escolarização de adultos (GRAMSCI, 2001b). Ao fazer o exercício diário da interpretação da realidade o jornal estabelece um duo de assimetria: 1) exercita de forma exclusiva o poder de representar o mundo imediato e o mediatiza em direção ao leitor, que 2) não dispondo dos complexos mecanismos de apreensão de mundo empalmados pelo jornal, pode acatar mais ou menos a assertividade jornalística como manifestação superior de conhecimento de atualidade, uma vez que não tem mecanismos de aferição *in loco*.

Em função desse processo, o jornal age de maneira interessada e objetiva sensibilizar leitorado em sintonia com sua linha editorial. Impetra o estabelecimento induzido de afinidades, similitude entre o pensar do coletivo jornalístico e o pensar do homem-leitor. Como organização, o jornal moderno, aqui a *FOLHA*, estuda previamente as condições que o leitorado tem de receber as representações que elabora e as prioridades informacionais de um determinado nicho. O estabelecimento de nicho toma em conta o tipo de público a ser atingido, nível cultural, predileções de consumo, valores e normas. Assim, levemos em consideração as seguintes abordagens:

1) Nível cultural, predileções de consumo, valores e normas acham-se condicionados ao consenso das classes fundamentais dominantes através de aparelhos privados de hegemonia, entre os quais encontramos o jornal. Isso não significa dizer que as informações são conscientemente, total e diariamente manipuladas, o que redundaria, pela prática mesmo de tal procedimento, em sua invalidação e descrédito. A veiculação de determinada ideologia por um jornal

ocorre, sobretudo, pelo fato de os jornalistas compartilharem, ativa ou passivamente, da visão de mundo da empresa-jornal. Desta forma, a aspensão ideológica é feita de forma sutil e se utiliza internamente dessa passividade ou adesão dos jornalistas à linha ideológico-editorial.

2) A relação entre emissor e receptor não resulta em resposta mecânica e de condicionamento absoluto à mensagem recebida. Independe da vontade do emissor. Há, da parte do receptor, possibilidade de alguma forma de filtragem da informação que recebe, ao perceber contrafação do real. Conseqüentemente, a capacidade de o jornal implementar mudanças em seu leitorado é bem inferior ao poder de reforçar condutas e opiniões preexistentes (RÜDIGER, 2002).

3) Por implicação, como o jornal é parte do *establishment*, não interessa, exatamente, promover novos valores, idéias ou propostas que se voltem contra esse *establishment*. Então, pela força inercial que o favorece, o noticiário conservador reafirma e reforça condutas e opiniões previamente ajustadas à conservação. A manutenção desse estabelecido equivale à permanência do duo antitético dominador/dominado, com prevalência histórica do primeiro. Isso se dá em função de que as classes subalternas encontram-se fragmentadas, dispersas e experienciam grande heterogeneidade. Tal conjuntura resulta em debilidade de forças para influir no curso dos acontecimentos, uma vez que inexitem coesão, consciência de classe e, por isso mesmo, ação em torno de interesses que são históricos, mas secundarizados, quando não desconhecidos (MONAL, 2003).

Doutrinariamente similar a partido do *establishment*, a imprensa mantém relações estruturais com as classes dominantes. Seu aparelhamento como elemento dinamizador de interesses político-ideológicos faz com que aglutine intelectuais a fim de exercitar funções de organização e direção. Estes, organizados como Redação, compõem corpo orgânico que se tornará compósito à empresa que vai gerenciar, como aparelho privado de hegemonia, a produção desse ente coletivo perante o homem-leitor. Porém, ao procurar consenso quanto à sua atuação, o jornal não atribui ao homem-leitor a condição de não-intelectual; quer, todavia, apresentar-se como intelectual superior. Afinal, alguém precisa ter capacidade de assimilar e concordar com seus pontos-de-vista para que ganhe credibilidade e funde tradição de leitura.



Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isso significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais (GRAMSCI, 2001b, p. 52)

Como resultado deste raciocínio, que admite a existência de vários níveis de intelectualidade desde o acadêmico, o artista, o burocrata, o executivo, até o mais obscurecido trabalhador, o coletivo jornalístico assume e performatiza um dizer, manifesto em escritura de esclarecimento. Torna-se entidade cognoscitiva e justificadora de real reificado, mas apresentado como natural. Para tanto, a Redação opera como

[...] grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade “editorial” regular e metódica (não apenas publicações de ocasião e de ensaios, mas de trabalhos orgânicos de conjunto). Indubitavelmente, nesta espécie de atividade coletiva, cada trabalho produz novas capacidades e possibilidades de trabalho, já que cria condições de trabalho cada vez mais orgânicas [...] (GRAMSCI, 2001b, p. 35).

A homogeneidade alude à Redação como intelectual orgânico coletivo de classe dominante. Os jornalistas são inseridos pelo jornal aos seus propósitos políticos, fazendo-os ingressar à organicidade da empresa. Passam a ser “pessoal especializado na técnica política”, atuando de forma colegiada e deliberativa na busca de aplicar competência técnica à implementação dos objetivos ideológicos. Esse círculo intelectual contribui para a elaboração dos textos individuais, bem como para uma divisão do trabalho (GRAMSCI, 2001b).

A ação desse intelectual coletivo insere-se na superestrutura, que se manifesta em situação que tem por *telos* manter a favor dos dominantes a organização econômica e ideológica da sociedade, seu domínio e direção. A predisposição desse trabalho superestrutural – do qual o jornal é apenas parte –, é estabilizar as classes subalternas em condição de perene subalternidade e impedir contra-hegemonia. Os dominadores trabalham para que os dominados não se encontrem como classe para si e reforçam esse comportamento. É preciso levar os dominados a reificar sua situação como permanente histórico: algo que muda na

aparência pela obtenção de alguns direitos, mas permanece ontologicamente estático – a classe existe em si e existe para servir.

Trata-se de um *continuum*, de hegemonia enquanto ato positivo de dominação que se retroalimenta. A hegemonia – como processo e relação complexa – atua centripetamente ao atrair a si, por coordenação ou subordinação, classes ou frações de classe; e age centrifugamente ao esparzir de forma imperceptível, aqui pelo jornalismo, a naturalização do domínio advindo do sistema de forças históricas que a gerou.

O desenvolvimento capitalista promoveu o surgimento de formações econômico-sociais com uma sociedade civil densamente organizada e articulada, onde os fenômenos políticos assumiram uma inusitada complexidade e uma grande autonomia em face das determinações infra-estruturais. Nessas sociedades “ocidentais”, Gramsci verificou que o poder político, paulatinamente, desconcentrou-se do aparelho de Estado e, simultaneamente, irradiou-se para a sociedade civil, através de suas “agências privadas de hegemonia”. O Estado ampliou-se: passou a ser constituído pela sociedade civil e pela sociedade política. Antes, o Estado era composto pelas burocracias executiva e militar-repressiva e pautava sua ação pela dominação e a coerção. A sua dimensão essencial era ser uma “ditadura” da classe economicamente dominante. Agora, com a incorporação da sociedade civil, o Estado é o equilíbrio entre a direção e a dominação, o consenso e a coerção, a hegemonia e a ditadura. [...] A sociedade civil passa, gradativamente, a ocupar o centro da luta política nas sociedades modernas, onde os “intelectuais orgânicos” ocupam papel decisivo pela elaboração e/ou difusão das concepções de mundo, que darão maior “homogeneidade” e “autoconsciência” às classes fundamentais, condicionando e modelando determinada formação econômico-social. Desse modo, o conjunto das relações sociais, que passa crescentemente a se desenvolver no interior da sociedade civil, está articulado às relações políticas e apresenta, assim, um caráter político (EVANGELISTA, 2002, p. 50-51).

O autor toca em aspecto essencial: a questão do Estado ampliado, que incorpora a sociedade civil como espaço do dissídio das classes. Sendo campo deste dissídio, a sociedade civil abrange necessariamente o jornalismo e seu papel de representante da conservação. Atuar midiaticamente na sociedade civil tornou-se parte da ação política oriunda da conservação. Para os dominadores, “jornalizar” o mundo vivido é fazer grande política, pois o mundo vivido passa à condição de mundo de jornal, diagramado aos interesses dominantes.

A condição da classe hegemônico-dominante ganha expressão mediatamente a imprensa e dentro de processo político histórico. Para tanto, é

preciso que haja “equilíbrio”, sem que a força se realce em demasia em relação ao consenso, ou melhor: busca-se fazer parecer que a força está apoiada no consenso da maioria (GRAMSCI, 1988). A hegemonia, como “senso de realidade absoluta”

é então não apenas o nível articulado superior de ‘ideologia’, nem são as suas formas de controle apenas as vistas habitualmente como ‘manipulação’ ou ‘dominação’. É todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como prática, parecem confirmar-se reciprocamente. Constitui assim um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, um senso de realidade absoluta, porque experimentada, e além da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se, na maioria das áreas da sua vida (WILLIAMS, 1979, p. 113).

A hegemonia vivida é sempre processo. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática, a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas. Além disso, ela não existe apenas passivamente como forma de dominação. A hegemonia tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Também é continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões (SANTOS, 2004).

O ente hegemônico estabelece dinâmica e flexivelmente com as classes subalternas uma espécie de código relacional, a partir da sua própria regência ideológica: seus dizeres tomam a forma de enunciação irretorquível porque racionalizada e têm como referente a ordem dominante, que advém da burguesia e está representada na sociedade política ou Estado. Todavia, a ordem, esse fetiche, é apresentada como criada e nascida de sua própria existência. É um *deus ex machina*. Porém, a classe dominante tem a sociedade política como “afastada” de si, vez que se apresenta como iniciativa privada ou sociedade civil por excelência. A atitude de cindir sociedade política e sociedade civil resulta em duplo benefício ideológico: assegura a manutenção do processo de hegemonia “apesar do Estado”, e encobre a ação privada na e “dentro” da sociedade política burguesa, historicamente a favor da *iniciativa privada*. A autoridade estatal burguesa é apresentada como instância de fora, *potestas* imparcial. Fixado esse processo, torna-se ambiente justificador da lógica capitalista. Naturalizada enquanto processo, a ideologia pode tornar-se não percebida até mesmo pelos que defendem a

dominação, uma vez que imersos à crença que inconscientemente ajudaram a moldar historicamente. O *status quo*, pelos seus intelectuais orgânicos e superestrutura à qual estão adstritos, firma assim o desenrolar hegemônico.

### 1.1 Jornalistas, jornalismo e hegemonia

A relação hegemônica é plástica, adaptável às transformações do processo histórico e se manifesta em conflitos demarcados no tempo. Segundo se desenvolvem os impasses das classes em presença ocorre ou o fortalecimento das relações de dominação, com equilíbrio entre coerção e consenso, ou ampliação da participação política e da organização da sociedade civil (SCHLESENER, 2001). Como a hegemonia é “um sistema vivido de significados e valores”, “não existe apenas passivamente, mas tem de ser continuamente renovada e recriada”, e “é continuamente resistida, limitada alterada e desafiada” seus aparelhos privados, como o jornal, estão em permanente estado de alerta, instilado em seu núcleo intelectual.

[...] a guerra de posição ocorre dentro da sociedade civil. Ela pressupõe o consenso no interior da estrutura cultural/política e organizacional dos protagonistas, e o conflito e a luta entre eles. Trata-se assim, basicamente, de uma série de batalhas morais e intelectuais cujo objetivo é a construção da realidade social e política. A produção e a organização do consentimento é uma batalha competitiva cujo propósito é reproduzir e disseminar uma dada concepção de mundo, de modo que se torne “historicamente verdadeira [...]” (FONTANA, 2003, p.118/119).

Em função dessa instabilidade relativamente controlada, o jornal empreende permanente luta. Esse trabalho é regido pela noção de poder: o poder de definir o que é notícia e qual o real a ser transformado em notícia. Selecionar quais homens serão tidos como pequenos intelectuais, e terão o direito de meramente redigir o noticiário ou, em escala acima, manifestar opiniões, que constituem o núcleo interpretativo e mais claramente ideológico do jornal, corporificado em seus grandes intelectuais.

A conquista da hegemonia, isto é, da direcção ideológica da sociedade por uma classe, só é possível pela intervenção dos

intelectuais orgânicos [...] e pelo funcionamento dos aparelhos de hegemonia, que constituem a estrutura material onde se elabora e difunde a ideologia [...] (SANTOS, 1978, p. 103)

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: [...] do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e da sua função no mundo [...] (GRAMSCI, 2001b, p.21).

A organização interna permite que o jornal trabalhe de forma complexa (Direção/Redação) na consolidação de prestígio e confiabilidade. Estes resultam de relações arraigadas e renovadas ao longo do tempo entre jornal e leitorado. A *forma mentis* pretendida, ou seja, a formação de consenso pontual no leitorado, busca assegurar junto a este alguma forma de aceitação ideológica. A força do pronunciamento jornalístico dá validade e aparente coerência ao que o discurso da ordem afirma – quando participa processualmente de uma dada realidade, reificando-a. Tal reificação, todavia, não é advinda do processo ideológico em si. A reificação das relações sociais resulta de transposição, para o mundo dos vivos, da fantasmática realidade relacional entre as coisas, que assumem a condição de fetiche e invertem a polaridade da realidade social. Desta forma, o homem se subordina às suas construções, como se estas fossem dotadas de vida própria. O mundo das mercadorias, o mundo não-vivo das coisas, coloniza o mundo vivo e inverte o olhar sobre as coisas e o mundo em sua totalidade. Esta é transposta esta ao âmago do discurso e ali configurada como situação histórica ideal, como efeito da ideologia sobre os próprios formuladores do discurso. Atuando sobre homem-leitor que já vive inconscientemente tal realidade, é possível aos atores jornalistas produzir efeitos comunicacionais de dominação.

O preço da dominação não é meramente a alienação dos homens com relação aos objetos dominados; com a coisificação do espírito, as próprias relações dos homens foram enfeitiçadas, inclusive as relações de cada indivíduo consigo mesmo (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 40).

Dominação positiva em diversos graus, o poder “a maioria das vezes [contribui] para designar a capacidade por parte de um determinado ator de

conseguir os resultados visados e, em particular, de realizar ações eficazes” (CHAZEL, 1996, p. 213). O autor acrescenta que poder e ação aparecem intimamente associados, não se devendo, contudo, encará-lo unicamente enquanto execução, mas como possibilidade de fazê-la. O jornal, em função de que realiza o poder de difundir ideologia, a partir da formulação de textos de compreensão fragmentária do mundo contribui para que o homem-leitor seja, como vimos enfatizando, intelectual também; mas intelectual em aliança com e a partir do discurso jornalístico, por sua vez imantado de ideologia. Essa ação discursiva realiza-se em via de mão única. Produz escrituras fragmentárias<sup>4</sup> e atrai ao jornal a condição de intelectual coletivo que toma posse do plano vivencial, o reporta e o significa sob forma iconográfico-textual. Gera realidade paralela, acatada como decorrente da objetividade, e passa faticamente a incluir-se na formação de relações, opiniões e acontecimentos decorrentes do noticiário.

Estabeleceu-se, pelo elemento imprensa, a apropriação das experiências nos contextos práticos da vida. O pensar jornalístico sobre os fatos os transforma em propriedade privada do jornal. O ato de pensar a respeito de tais acontecimentos, devidamente condicionados a matriz ideológica, tornou natural tal exercício. O *think tank* em que o jornal se converte transporta o jornalismo ao patamar de ação organizada, convergente e determinada ao exercício do poder informativo.

[...] neste sentido, [o jornal] é vontade concreta, isto é, aplicação efetiva do querer abstrato ou do impulso vital aos meios concretos que realizam essa vontade. Cria-se a própria personalidade: 1) dando uma direção determinada e concreta (“racional”) ao próprio impulso vital ou vontade; 2) identificando os meios que tornam esta vontade concreta e determinada [...]; 3) contribuindo para modificar o conjunto das condições concretas que realizam esta vontade, na medida de suas próprias forças e da maneira mais frutífera (GRAMSCI, 2006, p. 406).

Os aspectos mencionados ocorrem de forma sincrônica e implicam o fortalecimento do processo de criação da personalidade do jornal. Com isso, justifica

---

<sup>4</sup> A fragmentação termina por aparentar onipresença do jornal, competência de perscrutar ubiquamente o mundo – e isso é interdito ao leitor em sua condição molecular. A multiplicidade noticiosa é difusa e incoerente entre si, vez que não existe obrigatoriamente nexos de conteúdo entre uma matéria e outra, mesmo numa mesma página, salvo sua condição de pertencentes a idêntica gama temática (editoria de política, cidades, educação, etc...). A fragmentação, assim, termina por ser vista como universalidade, e o confuso, por implicação, como unidade. Isso amplia a força do discurso jornalístico pela sensação de abrangência que sugere.

sua presença e chama ao seu *locus* de interesse político o olhar do leitorado. A valorização desse *locus* midiático, e a adequação do homem-leitor a essa realidade simbólica, visam assegurar que o agente continue a ser informado sempre e de uma certa forma: aquela que interessa a classe fundamental dominante, que recusa a formação de consciência política que lhe seja adversa. “[...] uma cultura é subalterna precisamente enquanto carece de consciência de classe, enquanto é cultura de classes ainda não conscientes de si” (GRUPPI, 1978, p. 91). O homem-leitor não é chamado a vir ao mundo como sujeito cognoscitivo, mas a receber mundo previamente cifrado na página impressa. Desta forma o jornal não retrata, antes retrata a realidade. E isso se processa a partir de três aspectos: 1) acumulação (ou ênfase), que refere à capacidade jornalística de criar e manter um assunto ou tema em relevo de forma seqüencialmente organizada; 2) consonância, que é voltada para o fato de que nos processos de comunicação as similitudes e os traços comuns do noticiário são mais numerosos que suas diferenças. Isso conduz necessariamente à formulação de mensagens bastante aproximadas, quando diversos jornais tratam do mesmo assunto; 3) onipresença, que atende ao fato de que o saber público – o conjunto de conhecimentos, opiniões, atitudes, difundido pela comunicação de massa –, tem uma particularidade: sabe-se publicamente o que é publicamente conhecido. E só *existe* aquilo que foi publicado<sup>5</sup>. (WOLF, 2003).

A citação a seguir complementa a abordagem acima.

Spengler profetizou Goebbels: [...] “A imprensa é hoje um exército com tropas cuidadosamente organizadas, que tem jornalistas como oficiais e leitores como soldados. A situação é a mesma em qualquer exército: o soldado obedece, e as modificações nos objetivos de guerra e nos planos de operação são feitas sem o seu conhecimento. O leitor nada sabe do que se pretende com ele, e nem deve saber, nem mesmo o papel que desempenha nisso tudo. Não existe sátira mais terrível da liberdade de pensamento. Antigamente não se podia ousar pensar livremente; agora isto é permitido, mas não se consegue mais fazê-lo. As pessoas desejam pensar apenas aquilo que se deseja que elas pensem, e exatamente isso é sentido como liberdade” (ADORNO, 2001, p.48-49).

---

<sup>5</sup> Acumulação, consonância e onipresença ocorrem de forma simultânea, ocasionando efeito de massa informativa convincente, o que reforça no leitor a sensação de que o mundo está figurado como efetivamente “é”. Trata-se, portanto, de um efeito de reificação e naturalização do que é informado, tornando-se a massa informativa estatuto de verdade de mundo, quando, diversamente, é verdade de jornal. A maior ou menor coincidência entre uma e outra depende de fatores conjunturais. Pendulares a tecnicidade que se volte para uma melhor apuração dos fatos e o respeito ético a essa apuração, ou à prevalência de linha editorial que privilegie enquadramentos voltados unicamente aos interesses ideológicos/mercadoológicos da empresa.

O autor refere Oswald Spengler, filósofo, autor de “O declínio do Ocidente”. Este entendia que o espírito de uma cultura não poderia ser transferido a outra e que o futuro se encaminha para o declínio. Polêmico e pessimista, foi alvo do repúdio do seu tempo (SPENGLER, *apud* ADORNO, 2001).

A ação de “pensar apenas aquilo que se deseja que se pense” informa com exatidão o entendimento do que seja hegemonia, quando preponderam domínio e direção de classe dominante. Sob aparência desinteressada veicula-se material simbólico como discurso de convencimento. O jornal reúne em seu núcleo especialistas em representações de mundo e mitiga a condição participativa do leitorado quanto ao que foi ou será publicado. A possibilidade de o homem-leitor dele participar pode ser encontrada na seção de cartas, cujo espaço é bastante limitado; limitação que, pelo estreito espaço gráfico ocupado, é metáfora do quanto o leitor pode contribuir nas formulações jornalísticas. Por outro lado, o editorial redigido segundo a norma culta, os artigos em estilo impressionista assinados por intelectuais, especialistas de renome ou jornalistas afamados, tudo contribui para a afirmação do veículo como instância crítica consultada no dia-a-dia. Todo o conteúdo noticioso/opinativo traz subjacente outra mensagem: a de que o veículo está cumprindo com o seu dever de criticar, opor-se, funcionar como caixa de ressonância social. Mas,

Não se confunda jamais oposição conjuntural a formas de governo com oposição ao sistema, ou seja, ao caráter de produção determinante no modo de produção dominante na formação social. A não-unidimensionalização das relações sociais não autoriza ninguém achar que pode manipular o poder burguês (MENDONÇA, 1982, p. 95).

O jornal tem possibilidade de encaminhar seus leitores a encontrar na página impressa a verdade sócio-noticiosa que foi escolhida para ser encarada enquanto tal. O hífen midiático que é a imprensa a faz permissionária exclusiva do serviço de ligar o leitor ao fato narrado. Tal competência ganha força em função de que o jornalismo é produzido de forma consensual e parelha ao senso comum – e assim o reflete. “O senso comum é um agregado de concepções [...] e nele se pode encontrar tudo o que se queira” (GRAMSCI, 2006, p.117). Com isso, mantém-se a *autorictas* informativa legitimada. Essa autoridade não é expressamente reivindicada pelo jornal-organização. Mas, afixada ao jornal-artefato, é uma implicação. Trata-se



de processo cumulativo, quando a empresa, ao longo do tempo, funda uma tradição e fixa vínculos com o leitorado que escolheu como público-alvo, fazendo com que este, por indução, “escolha” um determinado jornal. Definido o jornal por alguém como sendo o *seu jornal*, isso termina por lhe conferir aceitação necessária: o material opinativo e informativo, ao ser aceito como credível, faz dele uma espécie de oráculo diário debruçado sobre o que está acontecendo. A tais acontecimentos o leitor jamais teria acesso por si, o que compete ao coletivo intelectual Redação, que mantém vínculo com o leitor a este se agrupando de forma mediata pelo idioma impresso.

Para desenvolver criticamente o assunto e estudar todos os seus lados, parece mais oportuno (para os fins metodológicos e didáticos) pressupor uma [...] situação: que exista, como ponto de partida, um agrupamento social (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; e que se pretenda tomar tal agrupamento como base para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco (GRAMSCI, 2001b, p. 197).

Ao representar um agrupamento social, a entidade jornalística identifica-se perante aquele e identifica a si esse agrupamento, que nessa entidade também se reconhece. Como intelectuais, os jornalistas levam adiante pensares e pontos-de-vista, uma vez munidos de aparato lingüístico-histórico de ligações com seu público. Pela habitualidade criada em torno da leitura, pelo sucesso editorial, a empresa tenta influenciar a forma de pensar daqueles homens-leitores que costumeiramente adquirem seus exemplares. Todo um esquema de signos ideologizados apõe-se perante o social a partir das assertivas dos textos, sejam eles iconográficos ou redacionais. A conseqüência é a formação de um público e o tênue pertencimento de alguém a essa unidade dispersa.

[...] pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos (GRAMSCI, 2006, p. 94).

A contínua restauração do *status* de homem-massa é do interesse dos dominantes, que implementam seus interesses ideológicos e discursos como quem administra suas próprias empresas. Difundir ideologia passou a fazer parte do ato administrativo. Assim, é preciso manter em funcionamento os aparelhos privados de hegemonia. O propagar ideológico é um processo insone, massivo e capilar, inserido na cotidianidade dos processos sociais e a estes se agregando pela naturalização. Argumentando, contrapondo-se e assegurando-se de que nessa guerra de posições ganhe novos espaços, o discurso da ordem se vale de uma paleta de assertividades para se manter e ampliar suas formulações.

A ação jornalística, enquanto coleta de dados, consiste em permanentemente representar acontecimentos de atualidade. Publicado, o acontecimento-notícia encontra-se na condição de fluidez, é uma realidade virtual que sobrepara e supera em muito a sua base física. O acontecimento de mundo torna-se a compreensão que dele se tenha via jornal. Torna-se, de ato frasal destinado a atingir e estimular essa compreensão, a ato chegado a um receptor – e o discurso pode tornar-se ação política de convencimento, com todos os seus periféricos ideológicos.

[...] a organicidade interna da ideologia não se funda a si mesma desde o movimento puramente interno, autônomo e independente, como não resulta diretamente do efeito da estrutura econômica sobre a superestrutura ideológica. A estrutura interna da ideologia, para além da determinação econômica que sofre é, segundo Gramsci, sobredeterminada pela política [...] (SANTOS, 1980, p. 50).

O manejo da ação discursiva é o elemento-base do jornal, centralidade metódica para o transcurso do semear vontades e buscar consenso, estabelecer parâmetros e reafirmar a racionalidade da ordem. Todo esse processo pode ser encontrado no jornal, seja este entendido como elemento portador de figurações de mundo (objeto-jornal), seja como ator histórico (intelectual orgânico coletivo/aparelho privado de hegemonia). Ao exercitar sua ideologia oculta os propósitos de representante de classe fundamental dominante e age em apoio ou oposição a outros atores – jornais, partidos ou líderes políticos. Isso, todavia, não nos permite entender o jornal como ente taumatúrgico, dotado de estabelecer relação de controle mecânico do leitorado. Antes, busca ocupar espaços para fazer valer ideologicamente o ideário que defende. Com esse *telos*, aciona práxis típica de

partido, em função da ênfase negativa ou positiva que dê a determinados enfoques noticiosos, quando aborda assuntos ou temas relativos a tais atores políticos. É o jornal-tribuna no mundo-parlamento. O trabalho da imprensa, como presença sígnica de classe, produz

o ocultamento da dominação política, determinando negativamente a tomada de consciência dessa dominação pelas classes subalternas. Podemos dizer que, no campo de forças do Estado burguês, todo o jogo se dá entre “indivíduos”, pelo menos essa é a forma fenomênica (aparência necessária) do processo. Na política há como que um “desnudamento” dos homens em relação às determinações estruturais; tanto o capitalista quanto os operários são reduzidos à cidadania. Desaparecem as diferenças; pode-se agora transformar indivíduos-cidadãos em vontades cívicas, ou quem sabe, em consciências cívicas. De abstração em abstração, despidos de suas determinações estruturais, transformados em unidades isoladas, esses homens são, por outro lado, “enriquecidos”. Se todos são iguais, é possível uma unidade fundamental: a pátria. Se as instituições liberais têm força e são ideologicamente eficazes, o problema é apenas de uma mera agregação de forças. Os partidos [e os jornais] surgem como catalisadores de interesses diferentes, mas que suportam, no limite, a mesma unidade ideológica (DIAS, 2000, p. 166-167).

A colocação da realidade social perante uma cidadania que equipara cívica e ideologicamente capital e trabalho, logo lhes retirando o caráter classista, permite apassivar, do ponto de vista do capital, os conflitos históricos. Tal ocorre de muitas formas, mas também mediante a utilização de recurso ao ambiente sócio-ideológico pátria. Esta vincula e nivela falsamente as classes mediante o despertar de sentimentos coletivos de afetividade, lealdade, pertença a um povo/nação e identificação a território nacional tido como “seu”. É ali que repousam os despojos dos antepassados, cultuam-se as linhagens familiares e as lembranças de um tempo arcaico, tido como memorável e heróico. Há também apego telúrico a uma paisagem única e evocatória de sentimentos inculcados ao longo do tempo histórico como sendo a “terra-mãe” de um povo. A pátria, para tais fins, é um *status quo* sócio-econômico-histórico travestido de organicidade que abriga as classes sob o mesmo manto. A pátria sugere compromisso de honra para com a sua defesa ante o inimigo externo. E, em última análise, defesa também contra aqueles que venham a ser declarados inimigos internos, ou seja, dissidentes dessa visão e propositores de nova ordem.

Partindo-se da pátria-fetiche, da cidadania viciosa, a ideologização que para isso contribuiu substabelece ao aparelho privado de hegemonia jornal a *responsabilidade* de propagar que o jornalismo está a serviço de causa maior, porém difusa e nunca completamente explicada: o social, o bem de todos, o bem geral, agora substitutivo tácito da entidade pátria. Para chegar ao ponto de artificialmente equiparar e reunir antípodas o jornal<sup>6</sup>, como estrutura sistêmica intencionada, empreende esforços a fim de se tornar “necessário”, como se fora partido, e a partir daí fazer sua doutrinação. No que diz respeito ao partido e à sua constituição, a visão gramsciana afirma que são exigíveis três grupos de elementos:

1. Um elemento difuso de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e não pelo espírito criativo e altamente organizativo. Sem este grupo o partido não existiria, é verdade, mas também é verdade que o partido não existiria “somente” com eles [...].
2. O elemento principal de coesão que centraliza no plano nacional, que torna eficiente e potente um conjunto de forças que, sozinhas, valem zero ou pouco mais. Este elemento é dotado de força altamente coesiva, centralizadora e disciplinadora e até – talvez por isso mesmo – “inventiva” (se entendermos a inventividade em uma certa Direção, segundo as linhas de força, perspectivas e mesmo certas premissas). É verdade que sozinho ele também não formaria um partido, mas teria mais condições de formá-lo que o primeiro elemento considerado [...].
3. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os coloque em contato não só “físico”, mas moral e intelectual [...] (GRAMSCI, 1992, p. 20-21).

Sob tais aspectos, isto é, tomando-se como princípio o elemento coesivo, a aproximação do jornal-organização a partido dá-se no segundo momento, quando Direção/Redação funcionam sinergicamente como força inventiva. A Direção mobiliza a Redação para que se torne orgânica aos interesses do capital e ela, por sua vez, assim age, já que seus integrantes são funcionários da superestrutura. A conclusão a que se chega é que o jornal, ao reproduzir a realidade mediante esse conjunto pensante, produz realidade suplente. Paradoxalmente, ao politizar seu noticiário despolitiza sua recepção ao fazer a ocultação dos conflitos das classes em presença. O propósito é afixar a inércia, não o ato; praxe de leitura, não práxis mobilizadora.

---

<sup>6</sup> A *FOLHA* circula sob o lema “Um jornal a serviço do Brasil”, ou seja, um jornal a serviço da *pátria*.

Exemplo bastante claro seria o anúncio de lucros e expansão de grande empresa, como se isso fosse redundar em benefícios sociais. Como se a geração de empregos remunerados a salário mínimo significasse melhoria de qualidade de vida dos assalariados com apenas a distribuição de renda mínima. A classe dominante intenta, pela manutenção do *status quo* inercial, que a existência de situação falsamente objetiva seja tida como algo vigente *per se*. Situação e incumbência que *todos* têm a *obrigação* de preservar, *locus* assimilado como imutável e necessário que gera, pela massificação dos postulados da ordem, processo de indiferença. Desta, decorrem ausência de conscientização e acatamento ao que está determinado, já que a classe subalterna está experienciando nada mais que a sua *natural*, diária, permanente e monótona inserção na *normalidade* – tornada anistórica e inclusiva. Todos estão apenas vivenciando a *pátria*.

“A ordem tem um poder taumatúrgico. Este poder está fortemente articulado com a indiferença. O grande peso da história reside na crença que os indiferentes têm da ordem” (DIAS, 2000, p. 87). Esta crença ganha massa ponderal socializante, que propicia a manutenção da ordem e impede que sejam visualizados os conflitos que formam o âmago classista, para cuja ocultação o jornal contribui. De forma paradoxal o noticiário, no grito das manchetes, é na verdade fiel depositário do grande silêncio hegemônico em que trabalham os dominadores. E a ação conservadora, típica do jornalismo de classe, contribui para a difusão desse silêncio. Busca ampliar sua presença, influência e ideologia de tal forma que tenha ascensão sobre os concorrentes e receba do leitorado resposta positiva em venda e aceitação da ideologia veiculada.

Por razões fáceis de referir e de demonstrar, a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de idéias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa, como reflexo do desenvolvimento capitalista em que aquele está inserido – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações (SODRÉ, 1999, p. 1).

Jornal e leitorado, assim, atuam no jornalismo e na política assimetricamente unidos pela língua e na convivência do senso comum. O diário, nenhum diário, jamais se deteve ou se deterá à publicização de conteúdo científico

ou filosófico, debates de abstrações, publicação de tratados sociológicos ou informações a respeito de complexas fórmulas químicas. Não há condições para tanto – no propósito, na materialidade do artefato ou no período do tempo editorial – 24 horas entre uma edição e outra.

Historicamente, o jornal nunca se voltou a esse papel, mas firmou tradição de cuidar do corrente, do passageiro, do superficial e candente. Isto fez dele muito mais que artigo que traz as novidades do dia; tornou-o, a partir destas, objeto de necessidade, *vade-mecum* do cotidiano, uma vez que o homem-leitor, por si só, não tem condições de acompanhar os acontecimentos do mundo vivido, seja em função de seu distanciamento físico em relação àqueles, seja pela impossibilidade de presenciar ao mesmo tempo todos os acontecimentos. Isso se torna coisa que o jornal aparentemente consegue fazer, como resultado de captação noticiosa diversificada, que produz efeito de ubiqüidade. É como circunstância virtualmente ubíqua que o jornal estabelece seu estatuto de legitimidade. Assim, foi e é reflexo sem ser espelho do real. É fruto do senso comum, do qual não tem como, nem quer, se afastar.

O propósito é estabelecer uma determinada percepção, treinar o leitorado a receber sempre um determinado discurso como coisa natural. Vivemos, sob tal aspecto, ato permanente de construção da realidade, percebida continuamente sob um certo ângulo ou enquadramento. Mesmo admitindo-se que o jornal dá suporte a uma determinada forma de conhecimento este é voltado para e surge de estruturas ideológicas de pensamento; portanto, um *establishment*, que não tem interesse em mudanças no esquema cognitivo coletivo, mantendo-se a conservação seja pela práxis política conservadora, seja via jornalismo. Detentor de domínio sobre as classes subalternas, o capital é unicamente interessado em dar sustentação aos seus processos estrutural e superestrutural, papel a que se dá, em sua radicalidade, o jornalismo como formulador de percepções.

## **1.2 Jornalismo integral conservador e hegemonia**

Os jornais nacionais de referência formam o sistema de comunicação conhecido como grande imprensa. Esta se constitui num conjunto de jornais hegemônicos, cuja repercussão atinge segmentos socioeconômicos das classes média e alta e pode ser definida como a

instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sintetizar as linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade que as revistas semanais), com todo o aparato das manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentre outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação (FONSECA, 2005, p. 29).

Trabalhando influência e emitindo conceitos e visões de mundo o jornal reafirma-se enquanto possibilidade análoga a partido político, a partir de sua condição de intelectual orgânico coletivo. A tribuna da qual se utiliza são seu título nome-de-jornal<sup>7</sup>, equivalente midiático de sigla partidária, e suas manifestações doutrinárias, quais sejam: noticiário, artigos e editoriais, ideologicamente matizados. Os jornais criaram vínculos profundos com a estrutura nas sociedades capitalistas contemporâneas, especialmente depois que se constituiu a indústria cultural, em meados do século XX. Hoje, a indústria da comunicação e do entretenimento ocupa lugar estratégico no sistema capitalista. Apresenta grande concentração de capital, que tende a se fundir com setores que lhes sejam próximos como gráficas e produção de livros ou, mais recentemente, a *internet* e, antes, a TV. Isso torna necessário considerar a condição dúplice da mídia, que ao mesmo tempo ocupa espaços na sociedade civil e na estrutura econômica. Admitindo-se o fato de que jornais podem e circunstancialmente funcionam como partidos políticos, no sentido de busca de direção intelectual e moral, o fazem a partir da perspectiva gramsciana de jornalismo integral. No caso do jornal liberal, este incide em jornalismo integral conservador. A convergência entre as duas formulações se dá quanto à organização, divergindo quanto aos propósitos. Gramscianamente, o jornalismo

---

<sup>7</sup> A presença cotidiana do jornal, sua intensa participação na vivência do dia-a-dia, dá-lhe representatividade e gera expectativa quanto à edição do dia seguinte. O título é o vínculo inicial, apelo e elo que sugere genericamente o conteúdo. O título nome-de-jornal, com forte apelo visual, formula junto ao leitor seu princípio de identidade gráfico-nominativa. Trata-se de um nome, uma identidade midiática que o singulariza perante os demais e particulariza seu conteúdo e linha editorial. Para tanto, precisa ter longa cotidianidade de presença, exposição de conteúdo que garanta fidelidade do seu leitorado e estabeleça autoridade informativa, medida pela credibilidade. Além disso, precisa *autorizar* seu conteúdo: dar ao público produto com características bastante próprias: ter colunistas de renome, repórteres reconhecidos por sua competência de abordagem de universo informativo de importância e interesse, cuja relevância seja reconhecida. Seu título vira marca, virtualmente sigla partidária e permite que leve adiante empreendimento hegemônico. É um sinete gráfico, um disjuntor. Quando consolidado como marca, faz com que o jornal se sobressaia e ganhe adesão pelo ato de compra. É pela comparação que se afirma qualquer produto e, em jornal, o nome passa a ser sinônimo de qualidade perante o leitorado, quaisquer que sejam suas preferências, sejam jornais de classe média, alta ou jornais populares. Para isso, vale o nome-de-jornal como *imprimatur* midiático, ideológico e comercial.

integral predispõe a uma tomada de consciência; na face liberal busca a conservação. O jornalismo é “integral” porque

[...] não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas também criar e desenvolver estas necessidades, e conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área (GRAMSCI, 2001b, p.197).

A integralidade implica busca de âmago político profundo, orgânico e interventivo. Significa prática partidária por outros meios. A afirmativa gramsciana dá bem a dimensão do seu entendimento a respeito do funcionamento dos jornais: compor Redações com intelectuais orgânicos que trabalhassem visando à formação de público desperto para a questão das classes em presença. Até porque é da essência do jornalismo integral “criar e desenvolver” em seu leitorado “necessidades”, a fim de suscitar esse leitorado como agente ativo de classe. Necessidade como sinônimo de descoberta do indivíduo como sujeito que busca, edição após edição, conteúdo que reforce essa descoberta. O processo alude mobilização, implicando ação articular a outras forças. Desta maneira, “se se examinam todas as formas existentes de jornalismo e de atividade publicístico-editorial em geral, vê-se que cada uma delas pressupõe outras forças a integrar ou às quais coordenar-se ‘mecanicamente’” (GRAMSCI, 2001b. p. 197). O jornalismo integral gramsciano é um elemento de organização e difusão cultural. Fomenta a conscientização e formação de agrupamentos dinâmicos na sociedade civil, aptos a transformações a partir de práxis de classe.

A Gramsci interessa o leitor em toda a sua concretude e densidade de determinações histórico-políticas e culturais, de motivações éticas, como indivíduo e como expoente de uma associação humana, como depositário de recursos intelectuais latentes e como “elemento econômico”, ou seja, precisamente como adquirente de uma mercadoria, de um produto. (OTTOLENGHI, 2008).

No caso da *FOLHA*, sua Direção quer manter-se em sintonia com o mercado sem desprezar seu uso como potencialmente sensível a projeto político. A diferença entre Gramsci e o ideário do *Grupo Folha*: no jornalismo integral gramsciano cria-se ação comunicativa; no jornalismo da *FOLHA* prática de leitura. A



inserção do jornal conservador em sociedade complexa, onde atuam os blocos históricos, permite o surgimento da grande imprensa e todos os aspectos fenomênicos ideológicos e econômicos a ela inerentes. Falamos de massificação, criação e desenvolvimento de necessidades – aqui necessidades artificiais – manipulação, produção e reprodução do real. Isso permite verificar que o jornalismo busca, como diz Gramsci, coordenar-se mecanicamente a segmentos ou setores sociais também dominantes. Quanto às classes subalternas, despossuídas de consciência enquanto tal, vivem cotidianamente um consenso de submissão. Gramsci usou a expressão bloco histórico em duas acepções dialeticamente interligadas. A primeira, como concreção compósita de infra-estrutura e superestruturas político-ideológicas. A segunda, enquanto aliança de classes sob a hegemonia de uma classe fundamental no modo de produção, tendo por objetivo conservar ou revolucionar uma determinada relação econômico-social (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 1989). A referência ao “revolucionar” deixa entredito que existe a possibilidade histórica de contra-hegemonia, desde e quando a classe subalterna se descubra processualmente como ente para si, isto é: não classe subalterna, mas subalternizada e historicamente apta a agir em bloco histórico contra-hegemônico. Na concretude do bloco histórico da conservação, os jornais ganham expressão como decorrência de ser aparelhos privados de hegemonia e intelectuais orgânicos coletivos.

Analisar a imprensa como aparelho privado de hegemonia implica desnudar um discurso por excelência ideológico – ideologia aqui definida como capacidade de universalização de interesses e visão de mundo particularistas, o que pressupõe fundamentalmente um contínuo e sinuoso processo de ocultação da realidade (FONSECA, 2005, p. 36).

Na qualidade de conjunto de forças, o bloco histórico cimenta seu desempenho a partir de relações ético-políticas que lhe são próprias e que busca ver impostas ou assimiladas por outros grupos, sobre os quais buscará exercer domínio e direção. Para tanto, o jornalismo tem papel essencial. Está “dentro” do bloco histórico enquanto empresa e representante dos interesses ideológicos do capital e veicula tais interesses como se fossem notícias.

É no interior do bloco histórico onde se explicitam as relações de hegemonia, os mecanismos de dominação [...] exercidos por uma classe social sobre toda a sociedade em determinado momento histórico, bem como se esclarece a função dos intelectuais como organizadores da cultura (SCHLESENER, 2001, p. 17-18)

Em função de que na sociedade brasileira o jornalismo encontra-se histórica, estreita e estritamente articulado à classe fundamental burguesa, atua no sentido de perpetuar esse domínio. É jornal, mas atua como partido político, representa interesses da classe à qual pertence e mantém-se em permanente guerra de posição dentro da sociedade civil para assegurar espaços. Desta forma, a

imprensa é uma das instituições mais eficazes na inculcação de idéias no que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião – constituídos pelos estratos médios e superiores da hierarquia social brasileira – caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais aparelhos privados de hegemonia – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias tendo em vista a obtenção da hegemonia (FONSECA, 2005, p. 30).

Ocorrendo uma alteração qualitativa de quadro pelo surgimento de entidades associativistas, sindicatos, partidos discrepantes da ordem ou movimentos sociais duradouros, vemos ou um esgar, ou a efetivação de aparelhos de sociedade civil reivindicantes e contra-hegemônicos em maior ou menor processo. A partir do que foi citado, o jornal busca conquistar adesão e consenso. Tem como intenção imediata afirmar-se enquanto produto e, como propósito no tempo histórico, assegurar a hegemonia do bloco histórico no qual está inserido. Atua como intelectual orgânico (partido) e voz política frente a esse público (sociedade/sociedade civil), destacando-se dos e liderando os concorrentes. Chegando a tal posição o jornal-intelectual-orgânico-coletivo consegue funcionar como elemento relativamente condicionante do meio onde atua. Em função do prestígio adquirido, bem como da circulação atingida, busca apresentar-se em situação de supremacia sobre os concorrentes. Disso, exemplo bastante claro nos dá a *FOLHA*, quando diz:

Fundada em 1921, tornou-se na década de 80 o jornal mais vendido do país [...]. O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto Folha: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência. Organizado em cadernos temáticos diários e

suplementos, tem circulação nacional. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do ombudsman e a oferecer conteúdo on-line a seus leitores (FOLHA DE S. PAULO, 2008p).

O discurso busca “ensinar” os leitores a como “escolher” um jornal –“o melhor jornal”. Este deve ter todas as características acima enunciadas, ou seja: este jornal é “único” e chama-se *FOLHA DE S. PAULO*. Ao enfatizar os aspectos apartidarismo, pluralismo, jornalismo crítico e independência, conota jornalismo desinteressado, corajoso, comprometido com *ethos* social maior – ser “a serviço da pátria”. Criticidade induz a suposição de capacidade de analisar a realidade circundante, explicar superiormente o mundo.

A implantação do *ombudsman*, e o oferecimento de conteúdo *online* em caráter pioneiro, dão a entender suposta posição de arrojo empresarial, modernidade, coerência com os tempos atuais, quando se exige da empresa serviço que atenda a padrões mercadológicos de qualidade e presteza. Mas as *exigências* são *mercadológicas*. São fruto artificial de elaborado projeto de *marketing* que apresentou o jornal como produto bem acabado e, a partir de então, implantou entre o seu leitorado a certeza de que a *FOLHA* “é bem feita”. Acatando-se socialmente que a *FOLHA* é bem feita fetichiza-se sua personalidade de ente-jornal e o leitor passa a ter o “direito” de exigir que assim continue, porque assim lhe foi dito. Trata-se de situação construída e administrada. Criticidade e independência seriam também uma espécie de qualidade cívica apenas ao produto jornal. Feitas estas considerações, detalhamos: é essencial lançar um olhar quanto à maneira como a *FOLHA* estruturou-se ideologicamente<sup>8</sup> junto à sociedade/sociedade civil, a fim de construir imagem positiva. Tanto que, como visto, circula sob a consigna

Um jornal a serviço do Brasil – [Este] É o lema da Folha, criado em 1960 quando da unificação da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. A Folha conserva este lema, que se tornou tradicional e que aparece sempre sob o *logotipo* na primeira página. Em outros locais onde o logotipo é publicado, como o da seção de Opinião ou anúncios do próprio jornal, o lema é seguido de três estrelas em disposição horizontal: elas simbolizam os três jornais que deram origem à Folha e eram originariamente cada uma de uma cor: preto, vermelho e azul (FOLHA, 1984, p. 85).

---

<sup>8</sup> Referimo-nos ao *Projeto Folha*, que aparelhou técnica e ideologicamente o jornal e impôs à Redação um rígido esquema de produção, como veremos no segundo capítulo.

Analisar tal atuação pública é essencial para a compreensão de como mobilizou monumental esforço humano, econômico e material a fim de assumir hegemonia em sua área de atuação. Os grandes órgãos de informação incluem-se nesse processo como um todo, facilitam a univocidade discursiva dos grupos dominantes e contribuem para o dissimular dessa mesma dominação. Essa é uma das principais funções da mídia no trabalho político da tessitura hegemônica. O crescimento empresarial e de prestígio, como veremos, são a prova de que a estratégia da *FOLHA* de ação junto ao público, pelo menos junto a um determinado segmento, aqui encarado como aquele nicho de mercado para o qual o jornal se volta, deu certo. Ao organizar-se encaminhou processo, ação ampla e profunda, quando deu andamento ao *Projeto Folha*.

E tal ocorreu em liderança perante seus concorrentes ou perante o público que, para o jornal, é unicamente “leitor”, esmaecendo, portanto, o dado daquele enquanto sujeito histórico. Desde logo tira à sua consigna a credibilidade discursiva. Mesmo assim, o jornal a mantém e sob ela trabalha. Necessita do *slogan* como uma espécie de senha, um passe para intervir na sociedade em nome da qual se apresenta como representante. Trabalha a consigna enquanto possibilidade discursiva valorizando civicamente, via ideologização do *slogan*, o ato mercantil de compra e venda. O ser “a serviço do Brasil” seria o selo de qualidade patriótica a garantir ao produto *FOLHA* não apenas a condição de jornal, mas, acima de tudo, a condição presuntiva de representante da sociedade, em condições de intervir no espaço de lutas da sociedade civil.

### **1.3 A *FOLHA* como empresa**

Até então, vínhamos observando a *FOLHA* como espaço de produção simbólica. Agora, deslocaremos o ponto-de-vista para a sua essência capitalista, ou seja: uma empresa igual às outras em organização burocrático-administrativa que circunstancialmente produz jornais. Ao ser criado em 1921 com o título de *Folha da Noite*, o jornal anunciava aos assinantes que “dado o preço excessivamente módico de *assinatura*, ninguém dirá que esta folha é publicada com idéia de lucro” (MOTA e CAPELATO, 1981, p.18). O caráter de mercadoria era minimizado, em favor de suposta circulação voltada aos interesses sociais. O processo de desenvolvimento da empresa, entretanto, negaria essa premissa. Ao longo de sua existência, a

*FOLHA* agregaria os títulos *Notícias Populares e Última Hora*, fechados quando, exatamente, deixaram de dar lucro. Agora, quando se apresenta como grupo econômico que também faz jornais, essa capacidade empresarial torna-se grandemente ampliada, em função de que integra os mega-empreendimentos do capital monopolista.

Agindo em rede com o sistema da indústria cultural o jornalismo trabalha, como aquela, a partir de par antitético: superar contradição interna, que envolve estruturas burocrático-padronizadas e o diário ineditismo dos produtos que oferece. Ou seja: burocracia/invenção, padrão/individualidade (MORIN, *apud* ORTIZ, 2001). É necessário reatualizar conteúdos simbólicos diariamente e assegurar sua aceitação, bem como valorizar o nome-de-jornal. O *Grupo Folha* inseriu-se no processo de monopolização e concentração de capital, em sinergia com o fortalecimento de grupos econômicos a ele consorciados, o que incluiu a presença de capitais estrangeiros e associação com competidores. Esse processo, plenamente desenvolvido nos países centrais, especialmente Estados Unidos, não impediu que no Brasil, mesmo de forma tardia, viesse a ganhar grande impulso, a partir do período militar, com o chamado milagre brasileiro.

La fabricación del mito del “milagro brasileño” por un consorcio publicitario norteamericano en colusión con sus agentes criollos no es una operación casual sino que corresponde a un estado general de la lucha de clases tanto al nivel nacional como al internacional (MATTELART, 1989, p. 109-110).

O *milagre*, construção midiático-ideológica, varreu o País como uma panacéia, que em efetivo beneficiava apenas a introdução do capital monopolista. Sua formulação permitiu e incentivou o crescimento do capital voltado para a concentração, produzindo a impressão de que realmente o País vivia um eldorado. Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, então sócios, lançavam as bases empresariais. O processo interno de acumulação fazia-se com o apoio do Estado autoritário, uma vez que atendia aos seus interesses. Frias e Caldeira, certamente sem o querer, seguiam máxima gramsciana: “É dever da atividade jornalística (em suas várias manifestações) seguir e controlar todos os movimentos e centros culturais que existem e se formam no país” (GRAMSCI, 2001b, p. 247). Em tal contexto, buscaram obter

máximo proveito possível; colheram frutos da recessão do início dos anos 60, comprando empresas que ela [a empresa *FOLHA*] tinha ajudado a enfraquecer; valeram-se das facilidades oferecidas pelo governo e mesmo por agências internacionais aqui instaladas em função de nossos nexos com o capitalismo norte-americano, para renovar e ampliar sua capacidade produtiva; beneficiaram-se da propaganda de um regime autoritário, assim como dos anúncios das multinacionais e, eventualmente, do aumento da escolaridade promovido pelo Estado (TASCHNER, 1992, p. 197).

Mantendo processo de fortalecimento jornalístico e empresarial, a *FOLHA* chegou à fase presente como um poderoso e influente ator político-econômico. No documento interno intitulado “Jornal cresce e se torna grupo de mídia”, comemoram-se os seus 80 anos: “Até aqui, foi papel e tinta. Precisamente 2 milhões de toneladas de papel e 26 milhões de toneladas de tinta [...]. É jornal para envolver a Terra 11 vezes, consolidar uma marca e atingir um faturamento de R\$ 1 bilhão” (PATURY, 2008). A mentalidade monopolista antecipava a ação comunicacional a ser implementada a partir da expansão empresarial: “Agora, o negócio é outro, a Folha não quer e não acha que pode mais ser apenas um jornal. O desafio é transformar a empresa [...] num grupo de comunicação, que também faz jornal” (PATURY, 2008).

Em 1996, o *Grupo Folha* atuava em associação com a americana *Quad/Graphics*, uma das maiores do setor nos Estados Unidos. Do acordo surgiu a *Plural*, empresa gráfica que concorre para tê-la enquanto cliente. Foi criada a *holding Folhapar*. A partir desta, o *Grupo* entrou em novas sociedades (PATURY, 2008). O autor comenta que a *Plural* é hoje a maior gráfica do País e imprime em formato revista, respondendo pela impressão da *Revista da Folha*. Desde 1997, cresce a uma média de 138% ao ano. Nos anos 1990, o *Grupo Folha* utilizou-se do *marketing* para agregar valor ao produto, distribuindo brindes e fascículos, o que lhe permitiu chegar a tiragens de até 1,5 milhão de exemplares e domínio no setor de classificados. As edições atualmente chegam a 370.185 exemplares aos domingos e 299.249 em dias úteis. Comparadas com as tiragens de jornais americanos ou japoneses, são mínimas. Todavia, o *Grupo Folha* atua em nicho de mercado com bom poder aquisitivo e formador de opinião, o que lhe assegura afirmar-se como principal jornal nacional de referência. Em 2006, o *Grupo Folha* anunciava aumento de 15 vezes no faturamento, passando de 51 milhões de dólares, em 1981, para 761 milhões de dólares (PASCHOAL, 2007).

Dia 21 de maio de 2006, um domingo, o jornal apresentava novo projeto gráfico, o que faz a cada período de seis anos. O anúncio do lançamento enfatizava que o jornal poderia ser lido em *duas velocidades* – “5 minutos, mais navegação; 50 minutos, mais conteúdo”. Mediante artifícios gráficos e de títulos e subtítulos, o leitor poderia dizer-se informado somente mediante leitura superficial, ou fazer a leitura completa do exemplar (FOLHA DE S. PAULO, 2006). O valor de uso estetizado ampliou o potencial de chamamento à aquisição do produto e influenciou no conteúdo, uma vez que este se encontra preso e de alguma forma regido pela moldagem gráfica que o expressa. Fotos em cores, espaços também coloridos e diagramação que facilita a leitura, integram o discurso gráfico-conteudístico. Quanto à questão de forma e conteúdo como aparatos da retórica informativa, três visões podem ser levadas em conta:

1) Os títulos devem ser determinados em função do público ao qual se dirige o jornal, evitando-se a tendência de títulos grandiloqüentes e pedantes. Entretanto, há outro fator determinante: a atitude do jornal em face a esse público – atitude demagógico-comercial, quando se quer explorar as tendências mais baixas desse público, ou didático-educativa, quando se quer explorar um sentimento predominante no público como forma para a sua elevação (GRAMSCI, 2001b). Como o objetivo do jornal é comercializar noticiário e opiniões e representa classe dominante, não há qualquer proposta de “elevação do público”, no sentido gramsciano. O ideário a ser defendido é o de sustentação de um dado estado de coisas, mediante o manuseio de termos ou expressões como “defesa da democracia”, “apartidarismo” ou “jornalismo crítico”.

2) Onde se instalou o consumo abundante, aparece entre os papéis ilusórios, em primeiro plano, uma oposição espetacular entre juventude e os adultos: porque não existe nenhum adulto dono da própria vida; e a juventude, a mudança daquilo que existe, não é de modo algum propriedade desses homens que agora são jovens, mas sim do sistema econômico, o dinamismo do capitalismo. São as *coisas* que reinam e que são jovens; que se excluem e se substituem sozinhas (DEBORD, 1997, p. 42).

A compreensão debordiana se encaixa perfeitamente à *FOLHA*: subsumidos ao sistema dominante, jovens ou adultos estão, a partir do jornal, “para” essa realidade jornalística e por ela são mais ou menos influenciados. A *FOLHA* traz

cadernos e editorias voltadas para jovens e adultos, e os veicula a partir de um artifício: coloca-se como se fosse jovem e adulta ao mesmo tempo, enquanto as gerações se sucedem. O jovem de ontem passará à leitura adulta de amanhã. O homem passa, envelhece. O jornal, ao contrário, se re-nova, juveniliza-se graficamente a cada seis anos, e assim se expõe ao seu leitorado. A cada renovação gráfico-conteudística apresenta-se como um produto em evolução, uma mutação, uma *nova geração* da *FOLHA* – apresentada como melhor, mais fácil de ler, sempre em processo.

3) A inovação estética como portadora da função de reavivar a procura torna-se uma instância de poder e de conseqüências antropológicas, isto é, ela modifica continuamente a espécie humana em sua organização sensível: em sua organização concreta e em sua vida material, como também no tocante à percepção, à estruturação e à satisfação de necessidades (HAUG, 1997, p. 57).

A inovação estética resume-se em tornar novo algo que é velho e em essência não mudou. A forma é unicamente forma e, mesmo que o conteúdo seja alterado em sua escritura, fundamentalmente é o mesmo; a mensagem, o dado imaterial que sobrepaira à página impressa, continua a representar convicções e interesses históricos do grupo que a fabricou. Trabalhar a percepção, ativar e reativar olhares sobre o mundo tornou-se parte do projeto do jornal: cativando audiência, tergiversando explicações, confundindo ideologia, sociabilidade e o ato mesmo de sua compreensão.

#### **1.4 A criação do UOL**

A partir da diversificação de interesses e ingressando no nascente mercado da *internet*, o *Grupo Folha* tornou-se poderoso segmento de mídia e investiu no mercado setorial. Foi criado o *Universo Online-UOL*, visando uma nova fase. A iniciativa representou expressivo avanço em processo de ampliação de nicho de mercado. O *UOL* foi criado dia 28 de abril de 1996 e hoje se constitui na maior empresa do segmento na América Latina. Tem capital aberto e controle acionário do *Grupo Folha* (PASCHOAL, 2007). Investimento estratégico, conseguiu liderança no mercado e detém 75% da preferência dos internautas. Em segunda posição está o



*BOL*, também pertencente ao *Grupo*, com 52% dos acessos. A diferença para o terceiro colocado é da ordem de 35 pontos percentuais (PATURY, 2008).

O autor informa que o *UOL* negociou em 2000, com a Embratel, a *Acessonet*, que fora criada para desenvolver a infra-estrutura de acesso do *UOL*, acerto que envolveu aporte de 100 milhões de dólares. Investidores estrangeiros aplicaram outros 100 milhões de dólares no projeto. Quando a informação interligada ao entretenimento ganha expressão crescente o *Grupo Folha*, ao fazer opção pelo funcionamento do *UOL*, investe em poderosa ferramenta de comunicação global, tornada necessidade cotidiana e capilarizada. O *UOL* torna paritária informação e entretenimento e de alguma forma apresenta um discurso: indica que o *Grupo Folha* está em plena ascensão e deve ser considerado, pelo mercado e pelos concorrentes, como a mais importante empresa setorial no País, sinalizando grande potencial de crescimento.

### **1.5 Outros produtos do *Grupo Folha***

O *Grupo Folha* ampliou sua atuação captando mais de 100 milhões de dólares no mercado de capitais com a venda de *commercial papers*: “Genericamente, o CP é um título de crédito de curto prazo, sem qualquer garantia, emitido por pessoas jurídicas, contendo uma obrigação de pagar em determinado dia ou prazo, quantia consubstanciada no próprio título” (MARTINS, 2008).

Em 2000, associou-se a um outro jornal nacional de referência, *O Globo*, passando a editar *VALOR ECONÔMICO*, com tiragem de 100 mil exemplares e carteira de 75 mil assinantes. Cada sócio investiu 25 milhões de dólares. O objetivo fora intervir junto a segmento de mercado de elite, interessado em questões econômicas e tido como nicho que detém os anunciantes mais nobres, como indústria e serviço. Patury detalha que o jornal afirmou-se em poucos meses e sua equipe ganhou menções nacionais, como o *Prêmio Esso de Jornalismo*, o *Icatu* e o *Bovespa*.

O *Grupo Folha* passou a atuar no segmento de jornalismo popular com a edição do *AGORA S. PAULO*, lançado em 1999 após o fechamento do *NOTÍCIAS POPULARES*. Mantém o *Datafolha*, empresa de pesquisa cujas atividades tiveram início em 1983. Até então, era um departamento de pesquisas, criado para realizar trabalhos de sondagem de opinião pública e eleitorais. Em 1989, com a volta das

eleições diretas, o *Datafolha* atuou agressivamente em busca de afirmar-se. Em 1990 estruturou-se para atendimento de mercado, e a partir de 1995 transformou-se em unidade de negócios.

A *Folhapress* é a agência de notícias da *FOLHA*. Conta com equipe própria, além do suporte dos cerca de 400 profissionais da *FOLHA* e do *AGORA S. PAULO*, e parceria de jornais e fotógrafos, atendendo diariamente a centenas de diários que compram o material produzido (FOLHA DE S. PAULO, 2008b). Em associação com o *ESTADO DE S. PAULO*, seu concorrente mais direto, implantou a maior empresa de logística e distribuição de jornais do país, com capital paritário. A *Publifolha* é a editora de livros do *Grupo Folha*, responsável pela publicação de obras nas áreas de administração e negócios, animais, artes, auto-desenvolvimento, ciências humanas, culinária, desenvolvimento profissional, finanças pessoais, livros infantis, informática, jornalismo, lingüística, literatura, puericultura, responsabilidade social, saúde, sexualidade e turismo (FOLHA DE S. PAULO, 2008c).

O *Grupo Folha* configura-se ao perfil de indústria cultural, garantindo ao seu principal veículo, a *FOLHA*, respaldo econômico. Atuando em sinergia, os empreendimentos realizam capital financeiro e enunciam disposição para continuar avançando no mercado de conteúdos. Todo esse processo representa também larga e profunda acumulação de poder, que interfere na cotidianidade e contribui para a formação de visão de mundo massiva. O *Grupo Folha* busca não só remunerar seu capital, mas fazer prevalecer a necessidade de sua presença como formulador simbólico.

A expansão do capital não somente “atingiu” a dimensão cultural, mas as imagens, as representações e as formas culturais se tornaram uma área de atuação fundamental do mercado capitalista. Os componentes da esfera cultural foram convertidos plenamente em mercadorias. Com a expansão das novas tecnologias informacionais, a produção e a circulação de informação passaram a ser uma das mercadorias mais importantes do capitalismo tardio ou multinacional. Assim, os conflitos e as contradições antes relacionados principalmente à produção material, espalham-se e invadem também a produção cultural. E tudo isso se faz acompanhar de uma profunda mudança nos hábitos e nas atitudes de consumo e nas relações intersubjetivas que ocorrem no mundo cotidiano (JAMESON *apud* EVANGELISTA, 2001, p. 31).

O comportamento de indústria cultural permite ao *Grupo Folha* possibilidade interventiva crescente no plano ideológico, ao fomentar publicidade e propaganda que se voltam para o elogio ao *status quo*, estimulando o consumismo e a valoração deste como estilo de vida. Com isso, mesmo a publicidade, que de origem está voltada para a promoção de produtos ou serviços, assume conotações de propaganda, a qual tem, em seu cerne, a divulgação ideológica. Isto que se dá em decorrência de que, ao anunciar tais produtos ou serviços, reafirma todo o ideário a eles subjacente. A publicidade, que tem fins ditos somente econômicos é, ela própria, poderoso sistema midiático e voltado para reforçar quadro social e histórico sobre o qual se remete. Ao visto, o *Grupo Folha*, ao alargar seu olhar de investimentos não apenas sobre o jornalismo, mas sobre a comunicação, objetiva a formação de sistema de mídia capaz de chegar a diversos nichos de consumo, tornando-se, cada vez mais, forte agente político a intervir na sociedade e na sociedade civil.

## 2 O PROJETO FOLHA

O *Projeto Folha*<sup>9</sup> consiste em elaborado sistema de pensamento ideológico-organizacional, com ação para dentro e para fora da Redação. É ao mesmo tempo processo tático e estratégico. Tático em sua face interna, quando se manifesta em conjunto de normatizações jornalístico-produtivas voltadas para impor o jornal ao mercado como produto de excelência. Estratégico porque grande política. Objetiva, pelo sucesso editorial e de mercado, atuar de forma privilegiada como aparelho privado de hegemonia. Seu implante significou drástica intervenção da Direção sobre a Redação, que se viu subsumida a intenso processo coercitivo a fim de, disciplinadamente, atuar como intelectual orgânico coletivo.

Instalado o processo, a *FOLHA* passou a atuar internamente em duas frentes. A primeira voltou-se para modificações no aspecto gráfico com a adoção de cores, inclusão de gráficos e infográficos como paritários aos textos e uma rígida disciplina na forma como aqueles deveriam ser redigidos. Objetivo: dar ao jornal feição *moderna*, identidade gráfico-visual que o insinuava ser vanguardista, inovador e mais fácil de ser lido. Na segunda frente, eminentemente voltada para dismantelar o jornalista enquanto categoria, promoveu demissões em massa, entrou em choque com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, passou a manter fichas de avaliação dos profissionais, exigiu dedicação exclusiva aos contratados e excluiu do Conselho Editorial quem não fosse tido como defensor intransigente do *Projeto Folha*.

O jornal tem rígidos cronogramas de fechamento de edições e metas trimestrais para aferição de produtividade, o que se deu após disseminar ideologia voltada para a formação de quadros, por transformismo e/ou coerção. Sua unicidade permitiria o funcionamento da Redação como intelectual orgânico coletivo. Ao início do processo a Direção emitia periodicamente documentos de conteúdo ideológico, em que convocava a Redação a manter-se em atividade plena, analisava seu desempenho e opinava a respeito de mercado, leitores e política nacional. De 1991 a 1997 divulgou 14 desses documentos – cinco dos quais tidos como básicos para o *Projeto Folha* – e editou três Manuais da Redação: o primeiro em 1984, o segundo em 1987, o terceiro em 1992; todos em visceral convergência com as pregações

---

<sup>9</sup> Com relação a este, usaremos as denominações “*Projeto Folha*” ou “*Projeto*”.

contidas nos mencionados documentos. O *Projeto* busca estabelecer discurso que seja visto como racional, em níveis interno ou externo ao jornal. Legitima sua presença de mundo em função de que é “membro” desse mundo e vocaliza seus valores, como ocorreu durante a campanha *Diretas-já*. Tomando esse movimento pluriclassista como ponto inicial, faremos, a partir de agora, longa digressão analítica que entendemos como essencial à compressão dos fundamentos ideológicos e funcionais do *Projeto Folha*.

A *FOLHA* assumiu a bandeira das *Diretas-já* e mimetizou-se por inteiro à sociedade civil, mobilizada contra a ditadura advinda do golpe militar de 1964. A partir de então, passou a ser vista como entidade jornalística engajada aos movimentos sociais. A observação a seguir, entretanto, sinaliza o contrário:

A Folha sempre foi vista pelo empresariado com mais reservas do que qualquer outro dos grandes veículos de comunicação do país pelas suas posições politicamente tidas como mais avançadas, mas não poderá jamais ser considerada – sob pena de ser expelida do sistema de mercado no qual atua e crê necessário atuar – um órgão opositor do *establishment* (SILVA, 2005, p.181).

A ação está em aliança com a ordem, com o mercado. Como nas *Diretas-já* havia assumido posição supostamente aguerrida, sua capacidade de influenciar setores mais à esquerda fora realçada. O entusiasmo da Redação era tamanho, que os jornalistas se acreditavam autorizados a engajar as editorias em que trabalhavam a favor de causas ligadas à sociedade civil, mesmo passada a fase das *Diretas-já*. Supunha-se que o jornal se manteria em cruzada. Mas, isso não mais interessava à Direção. “Havia, assim, uma *necessidade política*<sup>10</sup> [de] aumentar o *sistema de controle* sobre o trabalho dos jornalistas” (SILVA, 2005, p. 181, grifos nossos).

Dando ou não apoio a teses populares, a atuação da *FOLHA* é política. Pode ser vista tanto como grande quanto pequena política. Grande política quando ligou-se àquele movimento pluriclassista. Pequena política ao enfatizar noticiário ou opinião renitente, ressaltando intrigas ou assuntos menores que destaquem pontos positivos ou negativos de ator político ou entidade que circunstancialmente lhe seja aliado ou adversário, como será visto nos capítulos quatro e cinco. A ênfase, positiva

---

<sup>10</sup> A necessidade de controle político demonstra como, internamente, o jornal impõe e busca formar um *corpus* profissional disciplinado e conhecedor de que, individualmente, seus membros não têm permissão para se expressar. Tal direito pertence unicamente à empresa, que os remunera para que formulem representação de mundo que coincida com o ideário da Direção.

ou negativa, sustentada pela “objetividade”, mascara a opinião subjacente. “A ‘pequena política’ [no jornalismo] poderia ser facilmente identificada com a práxis manipulatória [...]” (COUTINHO, 1989, p. 54). Todavia, “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política [...]” (GRAMSCI, 1988, p. 159). Com isso há elisão jornalística dos grandes temas, em benefício de assuntos que não tratem de questões estruturais.

Praticando grande política o jornal aliou-se mansamente ao golpe de 1964. Não foi censurado. Em sentido inverso, praticou também grande política ao imiscuir-se à campanha das *Diretas-já*, obscurecendo, pelo aluvião, da História, o passado incômodo. Ou seja: pela superposição do positivo ao negativo obnubilou-se o segundo, surgindo a *FOLHA* como ator remido. O passado fora “alterado para melhor”. Com essa sobreposição, na seqüência do tempo histórico obteve inesperado e auspicioso poder: o poder de “construir o seu próprio passado”.

Esse passado – heroicizado, dignificante, bom – será sempre utilizado como documentação comprobatória de o jornal seria instância legítima e qualificada a falar em nome e ao lado da sociedade civil. O jornal torna-se proprietário de verdade benigna, a verdade de que participou destacadamente da campanha e “estava do lado certo”. Tal participação está documentada nos seus arquivos. É prova material “incontestável”. Em sucessivas edições, que podem ser consultadas por qualquer um, está registrado que teve papel essencial para a consolidação do movimento. Em outras palavras: o jornal “arriscou-se” pela redemocratização. Sempre e quando achar necessário, a Direção chamará pelo seu passado, instrumentalizando-o como dado garantidor de credibilidade no antes, no agora e no depois. O passado não existe apenas porque se deu, mas porque tornou-se propriedade imaterial fetichizada e aurática.

Neste ponto, façamos uma observação a respeito da inserção da *FOLHA* na sociedade civil, pois foi aí que teve presença o espetáculo das *Diretas-já*. Frente à perspectiva gramsciana, sociedade civil e sociedade política não são instâncias apartadas e/ou mesmo conflitantes. Não há, organicamente, distinção entre ambas. Sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas produzidas por Gramsci, para melhor expor suas idéias a partir do conceito de Estado integral, que as abrange.

A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real. Ela é uma das formas da natureza estatal. A acentuação da forma “privada” dessas instituições, do seu caráter de regulação não nega (nem o poderia) o seu caráter estatal nem o seu caráter classista, como querem os liberais. Esse aspecto “privado” não se opõe ao aspecto público. No Brasil, todos sabemos, o capital e a dita iniciativa privada são fundamentalmente constituídos pelo público, pelo Estado. [...] No pensamento marxista, a oposição permanente que se estabelece é entre as classes em presença e a forma estatal das classes dominantes. Esse estado conforma aquilo que os liberais chamam de sociedade. Se não existe sociedade sem Estado, pelo menos após a diferenciação das classes, esse Estado é sempre aquele que explicita a racionalidade dos dominantes ou, como diz Gramsci, aquele que cria as condições de máximo desenvolvimento daquelas classes (DIAS, 1996, p. 113).

Desmancha-se a visão de sociedade civil “neutra”, solidária e sem conflitos. Ao contrário, trata-se de realidade infensa à horizontalidade que os liberais apregoam. Tais observações nos indicam que ser falacioso pensar a sociedade civil como articulação orgânica de instituições diferenciadas. Tal visão resulta em compreensão homogeneizadora e subalternizante, que implica reducionismo e ocultação dos conflitos sociais, como pretendem os liberais (DIAS, 1996).

O embate entre instituições ocorre permanentemente, em processo objetivo de luta. Sob o ponto-de-vista dos trabalhadores, sua inserção na sociedade civil ocorre a partir de ação consciente frente aos movimentos sociais organizados, sendo o movimento dos trabalhadores ele próprio movimento social organizado, com potencial de divergir contra-hegemonicamente. Isso lhe permite o ingresso na sociedade civil não de forma equiparada, aplainada a outros movimentos, mas como parcela pensante e dialeticamente questionadora.

Essa mudança de foco não significa desconhecer o plano e o peso das instituições, nem política nem analiticamente. Pelo contrário. Ao colocar o movimento social, com toda a sua contradição, no centro da luta social, percebe-se o alcance real da sociedade civil. Desmistificada, ela se revela espaço de luta e não mais cenário de pactos sociais. Ela se apresenta, agora, no pleno de suas contradições. Não cabe mais a ilusão de que ela é necessariamente progressista. Isto nos mostra a falácia e a armadilha da afirmação da necessidade de “organizar a sociedade civil”. Lembremos, à guisa de exemplo, que a UDR faz parte da sociedade civil organizada. E como! Para não falarmos do mais poderoso aparato da sociedade civil no Brasil: a Rede Globo (DIAS, 1996, p. 114).

Feitas estas observações, chegamos a aspecto pontual que nos interessa: a presença da *FOLHA* como força conservadora e participante do centro da luta social das *Diretas-já*. Plasmada a movimento pluriclassista, e tendo a seu favor o fato de que efetivamente participava (e participa) da sociedade civil nos termos acima propostos, foi fácil apresentar-se como defensora da redemocratização do país. Mas, em si, o movimento não era revolucionário; antes lutava para que se fizesse a restauração de um *status quo* em que a sociedade era consultada na escolha, pelo voto, do presidente da República. Como o movimento era restaurador, mesmo representando expressivo ganho à redemocratização, não ameaçava os postulados ideológicos da empresa. Nem a ela ou à estrutura e superestrutura dominantes. Assim, adentrou à empreitada e contribuiu para sua divulgação participante. O movimento das *Diretas-já* representou virtualmente a dissolução das contradições classistas da sociedade civil em um solvente social momentâneo. Forças progressistas e conservadoras formaram um complexo voltado para reversão de quadro, sem profundidade estrutural. E a empresa, assumindo por coordenação alguma forma de direção do movimento, agregou valor histórico à sua atitude tática. A mobilização teve início num domingo, dia 27 de novembro de 1983, em São Paulo, e foi assim saudado com o editorial “Aos cidadãos”:

A cidade de São Paulo se prepara hoje para a primeira manifestação pública a favor das eleições diretas para a Presidência da República. Mais do que anseios de grupos ou setores, trata-se de uma exigência nacional longamente amadurecida na reflexão e na prática. O cenário não poderia ser mais apropriado. Os mais dramáticos e surpreendentes episódios da atual transição democrática se passaram em São Paulo, impulsionados pelo dinamismo da cultura industrial aqui instalada. Território de novos conflitos e atitudes, esta cidade constitui o paradigma de uma sociedade complexa, cuja expansão não se pode mais conter nos limites acanhados da tutela. O que se reclama, em última análise, é a devolução do direito de autogoverno. *Adiá-la, nas atuais circunstâncias, poderá transformar o descrédito que separa a sociedade e o poder que a governo em antagonismo irreduzível*<sup>11</sup>. A Folha atribui importância à manifestação programada para esta tarde. Esperamos que nela a presença madura, firme e serena dos cidadãos de São Paulo possa traduzir o desejo de todo o povo brasileiro, a esperança em um futuro renovado

---

<sup>11</sup> Notar a preocupação quanto ao fato de que, adiando-se as eleições diretas, poderia surgir “antagonismo irreversível” entre a sociedade civil e a ditadura, funcionando assim o movimento como instante apaziguador de ânimos e possível restaurador da ordem democrática formal.



e a certeza de que conquistaremos a dignidade política, pela qual se mede o valor de uma Nação (FOLHA DE S. PAULO, 1983, p. 2).

A *FOLHA* começava a construção do passado dignificante. Dia seguinte à mobilização, a manchete da página 4 afiançava: “Ato pelas diretas leva 15 mil à praça Charles Miller”, com o subtítulo: “Os pronunciamentos de representantes de 70 entidades enfatizaram a necessidade de devolver ao povo a escolha de seu presidente”.

A campanha pelas eleições diretas para escolha do próximo presidente da República ganhou as ruas, pela primeira vez, ontem à tarde, em frente ao estádio de futebol Pacaembu, quando representantes de 70 entidades integrantes da sociedade civil e da classe política (PMDB, PT e PDT), além de um público calculado em 15 mil pessoas, realizaram o primeiro ato público cujo objetivo fundamental foi solidificar a tese de que sem eleições diretas não há democracia (FOLHA DE S. PAULO, 1983, p. 4).

Toda a página foi dedicada à cobertura, com matérias expondo diversos ângulos do acontecimento. Uma grande fotografia no alto da página dava exultante dimensão do público que havia comparecido. Foto do então operário Luís Inácio da Silva, que a imprensa chamava de “o Lula”, trazia legenda anunciando que ele prometia “novas manifestações”. Ao lado, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso deplorava o Colégio Eleitoral, que elegia indiretamente o presidente: acusava-o de ser “um instrumento desmoralizado”. A cobertura militante foi mantida ao longo de todo o período. O jornal assumira atitude e prática de partido. Registrava os comícios, atos públicos, passeatas, o grito das ruas. Cobriu tudo, até à derrota da Emenda Dante de Oliveira, que instituía as diretas, votada dia 25 de abril de 1984. Então, o jornal veiculou a seguinte manchete: “Sem apoio do PDS, a emenda das diretas é rejeitada”. O antetítulo anunciava: “A marcha da decepção.” Em texto indignado, o jornalista Clóvis Rossi, enviado especial a Brasília, dizia:

Foi a noite da vergonha: vergonha nos gestos dos deputados do PDS que ou se ausentavam do plenário ou, quando votavam não, geralmente o faziam de seus próprios assentos, sem coragem de enfrentar o microfone de apartes, de onde deveriam proferir o voto. Vergonha pelo escandaloso esquema de policiamento montado ao longo da Esplanada dos Ministérios, restringindo o acesso ao Congresso Nacional (ROSSI, 1984, política, p. 5)

O momento histórico propício à “ocidentalização” e os desdobramentos favoráveis à reversão do quadro de ditadura, formaram caldo ideológico providencial. O jornal usufruiu das circunstâncias e afirmou imagem de “avançado” e parceiro da sociedade civil em sua face pluriclassista reivindicante. Vista de hoje, a construção desse passado oportuno desvela os rumos para a consolidação do *Grupo Folha* como formulador de grande política, empresarial e politicamente. Esses dois fatores, plásticos entre si, são dinamizados pela motricidade ideológica contida no *Projeto*.

## 2.1 A FOLHA e o “Grande Irmão”

Dando continuidade ao processo heurístico que antecede à análise do *Projeto Folha*, ressaltamos agora ponto de abordagem que, desde logo, admitimos como idiossincrático em se tratando de texto acadêmico na área de Ciências Sociais. A partir das *Diretas-já*, como passado benéfico construído, propomos constatação singular: a alusão feita à construção e controle do passado – do jornal pelo jornal – se apresenta como pista que nos permite estabelecer analogia entre o agir da FOLHA e a realidade ficcional da obra de George Orwell *1984*. Ali, entidade fetichizada, o *Grande Irmão*, tem a seu serviço o *Partido*, intelectual orgânico coletivo que manipula continuamente o passado a favor da manutenção, no presente, da ordem instituída. A rememoração desse passado dá ao *Grande Irmão* a imagem demiúrgica de condutor imperial da história. Como ocorre, no plano vivido, com a FOLHA em relação ao capital-*Grande Irmão* e em relação a si própria, *Partido*.

Tomando-se como ponto de partida o fato de que a ficção não é algo descolado ou falseamento do real, mas ilação tomada a partir do real para sobre este incidir criticamente, entendemos como passível a utilização de obra ficcional para os fins aqui pretendidos. A ficção lança sobre o mundo da vida um olhar de estranhamento, questionador. Com isso faz seu desnudamento. O mundo ficcional é artificial, mas advindo de visão lúcida sobre o mundo da vida que, por sua vez, resulta da condição de artífice do homem. Essa condição de artificar a vida dá parte à ideologia como processo ilusivo, que permite a imersão do sujeito em falsa realidade. Desta, porém, não se dá conta, e por isso mesmo a vive como circunstância condicionante e “real”.

A ficção lúcida, em antítese, reconverte à razão o ato compreensivo do sujeito cognoscitivo e expõe o real fático em sua situação ilusionista. A ficção é uma forma de real, embora não realidade no sentido de nela estarmos imersos. É o real escandido, criticando o real fático-artificial. Situa-se noutra plano, mas é significativo válido, já que àquele infere e desmistifica. No mundo orwelliano, e nas páginas da *FOLHA* há um dado, um traço de união que estabelece e explica nossa escolha por esse tipo de abordagem: é possível perceber-se a presença da ideologia como elemento central a disciplinar toda a trama, seja a jornalística, seja a ficcional. A ideologia é o ponto nodal entre um universo e outro, ponto qual nos utilizaremos para desenvolver a abordagem proposta.

Sendo a ideologia processo relacional de ilusão, reversão e ocultação do real, mas sendo também aspecto específico e composto à realidade, temos que, no mundo vivido e na obra literária, esta se encontra exemplarmente expressa, ou seja: a ideologia, em suas manifestações fenomênicas, é *real* num e noutra planos. A diferença é que a leitura da *FOLHA*, em sua forma positiva, é ilusiva. Por sua vez, a leitura de Orwell é desvelamento, ação crítica sobre o processo ilusório. Mas o processo ideológico é idêntico: os planos de realidade onde a ideologia se manifesta é que mudam, ao tempo mesmo em que experimentam relação de complementaridade pela circunstância de serem, ambos, artificiais.

O que o autor de *1984* exercita é sua crítica à ideologia do mundo da vida, trazida por ele para a metalinguagem do discurso literário. Do mesmo modo que o fazemos, neste trabalho, com relação à *FOLHA*. Assim, a obra de Orwell está plenamente inserida no mundo vivido, no momento mesmo em que é lida e o refuta ideologicamente. Da mesma forma, nosso texto está em atitude invasiva e reveladora da ideologia do jornal. A ideologia é a liga que funde *1984* à *FOLHA* e os torna implicados. A partir deste aspecto formularemos nosso ato compreensivo quanto ao trabalho do jornal, esclarecendo, todavia, que será complementar às visões gramscianas.

Antes de nos aprofundarmos na citação de excertos orwellianos que estabelecem esta paridade, insistimos: temos consciência de ser inusual e atípica a utilização bibliográfica de obra ficcional para dar sustentação a trabalho de cunho acadêmico. Seja para a definição do objeto de conhecimento ou para seu alicerce teórico-metodológico. Permitimo-nos, porém, esta *licença analítica*, a partir de questionamento quanto ao que sejam “objeto real” e “objeto teórico” e as premissas

para delimitação de um e outro e suas interconexões. Valemo-nos da citação a seguir para adensar a justificativa pela utilização da obra de Orwell:

[...] analiticamente, o “objeto teórico” é distinto do “objeto real” e interpreta essa sentença no sentido em que foi claramente indicado por Marx em *Para a crítica da economia política*. Isso quer dizer que o real, para o *conhecimento* não aparece imediatamente em sua concreticidade. Não é a objetividade evidenciada diretamente pelos sentidos que constitui o concreto, mas a síntese de suas múltiplas determinações enquanto concreto pensado, embora a concreticidade que o constitua seja o verdadeiro ponto de partida. O percurso do conhecimento vai do abstrato ao concreto, das abstrações mais gerais produzidas pelos conhecimentos anteriores [...] até o momento da síntese realizada pelo conceito para apanhá-lo em suas determinações específicas, isto é, como *concreto pensado*. [...] Neste sentido, o “objeto real” é o próprio fenômeno, aquilo que aparece imediatamente aos sentidos e se anuncia na experiência presente, assimilada de forma isolada e fragmentária. E o “objeto teórico” (ou “objeto de conhecimento”) é a realidade observada sob o ângulo dos conhecimentos acumulados preliminarmente, ou seja, nos limites em que isso foi possível já vinculada (a realidade) ao seu princípio. Assim, dois aspectos merecem ser ressaltados. Primeiro, que o “objeto teórico”, tal como o “objeto real”, não é algo dado de uma vez para sempre, alguma coisa fixa e inerte, mas um processo de construção paralelo à produção da própria realidade humana. Segundo, que não existe um fosso intransponível entre um e outro, mas uma transformação constante e progressiva do “objeto real” em “objeto teórico” e vice-versa. É se apropriando do mundo que o homem vai realizar essa transformação e, através dela, revelando a verdade do objeto real [...] (GENRO FILHO, 1987, p. 5, grifos no original).

A partir destas observações propomos: é *essencial*, em trabalho acadêmico, a utilização de referencial ficcionista para a construção e abordagem de “objeto teórico”? Certamente que não. Mesmo assim, cogitamos: seria possível, aqui no sentido de admissível, sua utilização? Supomos que sim. Justificamos: tomando-se como parâmetro a assertiva de que o “objeto teórico” é “um processo de construção”, advindo, portanto, de sujeito cognoscitivo, entendemos ser possível/admissível agregar material ficcional a tal processo; isso, desde que se estabeleça nexos de proximidade ou *co-incidência* entre a ficcionalidade e as propositivas teóricas, quando nos remetemos ao “objeto real” e sua análise.

Assim, a desconstrução do “objeto real” *FOLHA DE S. PAULO* e sua reconstrução no “objeto teórico” *FOLHA*, como a vimos designando, dá parte à ficção quando percebemos homologia entre os textos jornalísticos sob análise e a

escritura do universo orwelliano. Ou seja, há uma intertextualidade a estabelecer paradigma heurístico-verossimilhante. A abordagem literária, a semiose impressionista das citações orwellianas, atiradas do mundo ficcional para dentro do mundo do jornal, acentua o dado burlador e burlesco do discurso imanente ao objeto *FOLHA* e seu *Projeto*. A abordagem teórico-gramsciana, por sua vez, deslinda a prática ideológica perpetrada pelo jornal, agora na facticidade das ações. Assim, estabelecemos espiral interpretativa.

A nosso juízo, não há um *fosso intransponível* a tal admissibilidade, resultando daí argumento novo de abordagem. Trata-se, estimamos, de contributo que, mesmo idiossincrático, *sui generis* ou até mesmo *gauche*, traz um adendo às formulações acadêmicas sem prejuízo da integridade do estudo em percurso. Estabelecida tal proximidade, começemos por duas citações: “Quem controla o passado”, dizia o lema do Partido, “controla o futuro; quem controla o presente, controla o passado” (ORWELL, 1975, p. 36).

Trata-se de situação em que uma circunstância implica a outra, em processo circular de conservação e mudança para conservar, funcionando o presente como *momentum* de reflexão e refazimento de forças do sistema. O controle do passado foi um dia exercício atual de domínio histórico conservador. A partir desse marco zero, a mudança do passado que se reatualiza é a escritura mutante desse passado, que renasce na alteração diária do noticiário. A medida é premunitiva dos dominantes: é preciso manter o passado em dia, preservar o domínio vindo daquele passado e reescrevê-lo todos os dias, para perpetuar-se no poder. Este tem sido efetivamente o trabalho das elites, de seus intelectuais orgânicos e aparelhos privados de hegemonia: viver o presente, mas sempre como dádiva que lhes deu o passado. Como se o passado fosse uma espécie de “presente anterior que hoje ainda se posta” e assim assegurarem-se de que continuará ilimitadamente. O controle do passado significa também glorificar no presente a obra dos dominadores, reafirmando-a como universal e desejável, legado e bem-comum. Vamos à segunda citação:

O passado é o que dizem os registros e as memórias. *E como o Partido tem pleno controle de todos os registros, e igualmente do cérebro dos seus membros, segue-se que o passado é o que o*

*Partido deseja que seja*<sup>12</sup>. Segue-se também que, embora o passado seja alterável, jamais foi alterado num caso específico. *Isso se aplica mesmo quando, como acontece com freqüência, o mesmo sucesso tem de ser alterado várias vezes no decurso de um ano.* Todas as vezes o Partido é detentor da verdade absoluta, e claramente o absoluto não pode ser nunca diferente do que é agora. *Ver-se-á que o controle do passado depende, acima de tudo, do treino da memória. Não passa de ato mecânico certificar-se de que todos os registros escritos concordam com a ortodoxia do momento.* Mas também é necessário recordar que os acontecimentos se deram da maneira desejada. [...] Esse é um truque que pode ser aprendido como se aprende qualquer outra técnica mental. [...] (ORWELL, 1975, p. 199-200, grifos nossos).

Os registros e as memórias do jornal o “confirmam” diariamente como credível. O próprio fato de ser editado é parte do discurso de credibilidade. Quando da ditadura, a ortodoxia do momento o mandava coonestá-la. A mesma ortodoxia agora o diz hoje jornal de mercado, mas, quando nas *Diretas-já*, o apresentava como olhar e voz da sociedade civil. O passado velho das *Diretas-já* foi substituído pelo passado transitório do dia-a-dia da atualidade e hoje a *FOLHA* atende o mercado. Trata-se, como vemos, de verdade absoluta, mas ao mesmo tempo moldável, volúvel, que se resolve sob as mãos da Direção.

Estabelecendo paralelo entre o dizer orwelliano e o discurso da *FOLHA*, temos agora a palavra de Odon Pereira, intelectual orgânico. Jornalista, trabalhou na Redação de 1969 a 1983, com intervalos. Foi repórter, repórter especial e exerceu cargos de editor de Cidades e Secretário de Redação (PASCHOAL, 2007).

Para Odon, “os autores da reviravolta da *Folha* são o sr. Frias e o [jornalista] Cláudio Abramo. O sr. Frias com a extrema capacidade mercadológica de identificar onde estava o mercado para o jornal, e o Cláudio, com a capacidade de traduzir isso para uma linguagem jornalística e política adequada – quando eu digo jornalística e política é porque na época não bastava, e creio que ainda hoje não basta, uma visão meramente jornalística, era preciso adaptar isso também aos ventos da política.” *A [...] fase de maior crescimento da Folha e que a colocou como concorrente disputando o primeiro posto entre os jornais brasileiros, [é a] fase pública: “A situação atual não seria possível se a Folha não tivesse o crescimento de antes. Seria extremamente frágil a base da qual ela partiria, porque todo o marketing da Folha está baseado no passado. E esse passado aconteceu nessa fase da Folha que vamos chamar de heróica*

---

<sup>12</sup> A respeito do que está grifado, ver no capítulo quatro como o jornal (o *Partido*) se utiliza do recurso da “plasticidade editorial” para alterar pontos-de-vista e refazer até mesmo passado recente, relativo e favorável ao governador José Serra.

*[Diretas-já], quando se encerrou também a fase romântica. Encerrou-se aí a fase do jornalista boêmio, poliglota, aristotélico, com respeito universal. Essa imagem dos jornalistas declinou, [...] dando lugar à fase do marketing, da estratégia de venda do produto. [A Redação] era um ambiente romântico, em que o jornal tinha de vender com base em suas posições, seu noticiário, suas reportagens. Essa fase foi totalmente superada. Mas creio que, de qualquer maneira, o crescimento que se seguiu só foi possível porque existiu antes essa fase muito difícil, mas muito bem armada, muito bem arquitetada” (PASCHOAL, 2007, p. 150, grifos nossos).*

Frias Filho, diretor-editorial, aduz:

O problema [da feitura de um jornal] fica mais claro quando se tem em mente a incomensurabilidade do campo de interesse do jornalismo. As possibilidades não se esgotam jamais e na sua resolução há, portanto, um núcleo de arbitrariedade, de personalidade irreduzível. Como o artista, neste particular, o jornalista será tolo se imaginar que seu trabalho preenche um objeto, já que o seu trabalho cotidiano é, pelo contrário, conceber esse objeto, esperar que as suas habilidades para fazer assegurem a adesão de quem lê e que depois até essa adesão se torne dispensável porque ela será nada além do que um hábito. E isso é o que os jornais dizem todas as manhãs: renuncie ao mundo, gigantesco e inatingível demais para qualquer pessoa individualmente, e adote este artifício como se ele fosse de fato o mundo. A unidade do jornal é o seu próprio ritmo, mas sem o arbítrio, não há o que ritmar (FRIAS FILHO, 2005, p.51).

Estabelecendo-se nexos entre os discursos dá-se a percepção de sua convergência. O poder – seja do *Partido* orwelliano, seja da *FOLHA* – é arbitrário. Sua verdade, absoluta. Sua decisão de controlar o passado e recordá-lo instrumentalmente é parte de hegemonização permanente, ajustada pelo *marketing* à casuística do momento. A ortodoxia emitida da *FOLHA* para o mundo vivido deveria assim, pelo “bom senso” do leitor, ser re-produzida em processo, como o quer Frias Filho. A partir deste raciocínio, seguir a ortodoxia jornalística seria apenas questão de aplicar-se a si um truque mental, cômodo e tranquilizador, e tudo estaria aceito como se assim fosse. O que se pretende é consenso, adesão ao que diz/prega o jornal-mundo-*FOLHA*. Esse ato é ato mental. É artifício – o *truque* orwelliano – como admite o jornal. A “adesão de quem lê” tem similitude ao ideário do *Partido* ficcional: este prega a necessidade de o “ato mecânico certificar-se de que todos os registros escritos concordam com a ortodoxia do momento”. Aquela reza pelo sermão de que é imperiosa a adesão de quem a lê venha a agir

mecanicamente, “e que depois até essa adesão se torne dispensável porque ela será nada além do que um hábito”. Em 1984 e na *FOLHA* traço em comum: a busca do estabelecimento de uma fé. A presença da ideologia ligando mundo vivido e mundo ficcional.

Artifício num, truque noutro, apenas uma questão terminológica – a *FOLHA*, da forma como mesmo se pretende, “é” o mundo. A proposta representa postulado à capitulação, renúncia ao conhecimento do que seja o real histórico. O leitor abdicaria a qualquer senso de realidade ao elaborar para si o artifício de forjar e obedecer à fé de que o jornal “é” o mundo, mesmo sabendo sua Direção que o mundo mesmo está lá fora. O chamamento chega a desejar que a adesão seja irrestrita. No fundo, nem mais adesão seria – o leitor é que estaria adesivado ao jornal. Ou seja: não mais estaria comprando um jornal; estaria adquirindo um impresso, amoldando-se à aquisição diária de uma qualquer-coisa que lhe fora impingida. Ela, em si, não seria importante ou desimportante, apenas deveria ser comprada, como ocorre no adestramento dos personagens de 1984.

A defesa da arbitrariedade do jornal dá clareza à essência autoritária do *Projeto Folha* e estabelece: de um lado o jornal-mundo, eminente e esclarecido; do outro o leitor mecanizado, mero consumidor. A arbitrariedade seria a manifestação do saber absoluto e incontestável do coletivo *FOLHA*, que teria assim chegado às alturas do *Partido* orwelliano. A arbitrariedade seria a capacidade de impor e fazer aceitas quaisquer verdades, uma vez que o social está sendo convidado a deixar de escolher, para simplesmente acatar. A proximidade entre o jornal e o universo de Orwell voltará a ser enfatizada neste trabalho, salientando estreita relação. Entre aquele mundo e a *FOLHA* há espantosa convergência. Seu trabalho manipulador resulta em que, pela mimese social que pratica, como o fez durante as *Diretas-já*, estanca o processo de transparência de seus verdadeiros propósitos de aparelho privado de hegemonia e passa a produzir opacidade quanto ao que é e o que pretende. Em Orwell, o *Partido* também produzia opacidade. O jornal busca consenso artificial. Consenso como convergência obtida mediante manipulação – o que não seria, a rigor, consenso. Seria, sim, consenso urdido, não resultado de conjunto de valores comuns e históricos que unem determinada classe. Capitulação de interesses classistas, subalternizados perante discurso de dominação e aclamação desse domínio.



Tal rendição da sociedade ao conjunto informativo que lhe é disponibilizado diariamente configura e confirma que um determinado modo de pensar, a racionalidade predominante no jornal, é a racionalidade pretendida, especialmente naqueles nichos do senso comum onde logrou penetração. A crença passa a razão. A sociedade civil passa a acreditar e “o ‘certo’ se torna verdadeiro” (GRAMSCI, 2001b, p. 44). À medida que alguém ou grupo passa a acreditar em pressuposto, mesmo que falso, este será tido como verdadeiro e racional, fornecendo-se argumentos para sua defesa: “[...] la racionalidad de una creencia o de una acción es inherente, de manera precisa, a la verosimilitud de las razones que pueden ordenarse a partir de la afirmación de que el mundo es de tal manera” (SITTON, 2006, p. 100).

Assim, quando *el mundo es de tal manera*, está posto e foi racionalizado. Adequando-se o leitorado ao que diz o jornal, forma-se princípio de convicção socializado. Agrega-se aí aspecto de importância perante o leitorado: a confiança, advinda da suposição de que o jornal “está sendo sincero”. A confiança ajuda a estabelecer processo comunicativo de consenso alinhavado, convicção de que o “certo” será sempre o “verdadeiro”, e mais: que esse verdadeiro poderá ser encontrado em suas páginas. Mas isso assegura apenas a ordem que interessa ao jornal, que garante que *el mundo es de tal manera* e que assim sempre o será. O *Projeto Folha*, para tanto, deu expressiva contribuição. Os aspectos acima mencionados têm, organicamente, ligações com o *Projeto*, formam seu arcabouço e ramificações, compondo o *intimus* ideológico de todo o processo, seu ânimo e permanente disposição de assegurar que o jornal se mantenha “fiel” aos postulados do *Grande Irmão*, pelos quais propugna.

## **2.2 Projeto Folha: como começou**

O *Projeto Folha* surgiu de maneira pouco consistente, até se transformar em deliberada intenção de fazer do jornal um produto de mercado. Começou a ganhar força a partir de 1974, mas perfilou-se totalmente a partir de 1984. Em maio de 1978 foi criado o Conselho Editorial, organismo pelo qual deixaria de ser um conjunto de idéias dispersas e ganharia sistematização e forma. O Conselho é um colegiado formado por jornalistas e não-jornalistas, reunido mensalmente. Tem caráter consultivo. Nessas reuniões, analisa a conjuntura nacional, política e

econômica, critica o desempenho da *FOLHA* e recomenda linhas editoriais futuras. Seus integrantes são indicados pela Direção da *Empresa Folha da Manhã S/A* (que detém o controle acionário da *FOLHA*). Os componentes da Direção de Redação (o diretor e dois secretários de Redação) têm direito a lugar e voz. De 1978 a 1984 foi o âmbito apropriado para a discussão do *Projeto*, mas, a partir de então, tal competência foi delegada aos dirigentes da Redação, que assumiram o comando ideológico e executivo de todo o processo (SILVA, 2005).

O *Projeto* está embasado em seis documentos: “Levantamentos de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político”, de 1978; “A *Folha* e alguns passos que é preciso dar”, de 1981; “A *Folha* em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo”, de 1982; “A *Folha* depois da campanha das Diretas-já”, de 1984; “Projeto Editorial da *Folha* – 1985-1986, de 1985 e “Projeto editorial da *Folha* 1986-1987, publicado em 1986.

O Conselho, composto por “jornalistas” e “não-jornalistas”, é indicial em sua composição: os “não” são intelectuais orgânicos “de fora”, de cuja visão a *FOLHA* se vale como fator emulativo. O empresário Otavio Frias Filho, diretor-editorial, ocupa o cargo de secretário do colegiado e detém historicamente a função de líder da empreitada. O substantivo “projeto” sugere encaminhamento de sujeito ao longo do tempo histórico, com o intuito de alcançar determinado objetivo. No caso, acumulação de poderio político, empresarial e jornalístico com fins hegemônicos. É o que se constata a partir da afirmativa abaixo, quando o jornal é colocado em posição olímpica:

Mesmo os mais ardorosos adversários agora concederão, contudo, que os pressupostos básicos do “Projeto Folha” foram incorporados pela imprensa brasileira, para o bem ou para o mal. Ninguém pode contestar que ele foi um precursor de tendência. Praticamente tudo o que a Folha fez sob apupos quase generalizados da concorrência, acabou, positiva ou negativamente, adotado por ela – textos curtos, uso intensivo de gráficos e tabelas, cadernização do jornal, organização mais racional e metódica que a tradicional da atividade produtiva na redação jornalística e muito mais (SILVA, 2005, p. 17).

As palavras acima, de Carlos Eduardo Lins da Silva, um dos epígonos da iniciativa, são corroboradas por Frias Filho na apresentação do livro “Mil Dias: seis mil dias depois”, de autoria de Silva:

Estou convencido de que o “taylorismo” implantado nesse período, durante o qual o autor ocupou a Secretaria de Redação da Folha na área de Produção, será cada vez mais imitado na imprensa brasileira, até tornar-se padrão usual em qualquer Redação, dentro talvez de dez ou 15 anos (FRIAS FILHO, 2005, p. 50).

A intenção manifesta de contaminar a concorrência, afirmar-se como padrão, cristaliza ao ator coletivo *status* de auto-referência e propõe aos concorrentes que a *FOLHA*, como instância matriz, deve ser assimilada. Sinaliza *continuum* articular à sociedade e ao jornalismo e reafirma presuntiva elevação da *FOLHA* à condição de entidade *cult*, detentora de aura perante seus similares. A empresa produziria emanção capaz de siderar, em longo processo, o seu entorno jornalístico e social. Estabeleceria par conflitante com os concorrentes, implicando que os demais seriam apenas imitações; ela, a *FOLHA*, seria obra de arte jornalística original e única, aureolada, a quem os demais jornais prestariam reverência, copiando. “[...] por princípio, a obra de arte foi sempre suscetível de reprodução. [...] Em todas as épocas discípulos copiaram obras de arte a título de exercício; [...] falsários as imitaram para assim obter ganho material” (BENJAMIN, 2002, p. 222).

A *FOLHA* seria o prognóstico/diagnóstico do real; os outros, decalque. O *Projeto* representa o espírito de racionalidade que impera nas grandes organizações que, como o jornalismo, atuam no segmento da indústria cultural. Assim, assumiu e perfilhou comportamentos administrativos voltados para eficiência e eficácia, coadunados ao espírito neoliberal que se afirmava nos anos 1980.

[...] A indústria cultural não escapa a este processo de transformação; os capitães de indústria dos anos anteriores devem ceder lugar ao *manager*. O espírito empreendedor-aventureiro de Chateaubriand caracteriza toda uma época, mas ele é inadequado quando se aplica ao capitalismo avançado (ORTIZ, 2001, p.134).

Quando de alguma maneira o *Projeto Folha* foi posto em prática a partir de 1974 a ditadura afrouxava os laços de domínio. Na vigência da fase *dura* do regime o jornal omitiu-se de enfrentamento. Mas passou, em lento processo tático, à guerra de posição hegemônica em seu campo, tão logo o cenário histórico o permitiu. Estabeleceu diacronia entre o que restava de autoritarismo e a retomada tímida da sociedade civil. O desfazimento do poderio militar tornava-se favorável aos

aspectos político e jornalístico, que enfim podiam expressar-se com maior desenvoltura. A situação veio a ser oportunidade para que a *FOLHA* buscasse hegemonização, frente à conjuntura de um mercado que começava a ser impulsionado pelo neoliberalismo. A “ocidentalização” política nacional foi fator que influenciou a seu favor e fator determinante de fortalecimento econômico. Como negócio da informação, e frente à nova circunstância, poderia organizar-se e desfrutar das possibilidades que a incipiente redemocratização permitia.

### **2.3 Tópicos: um perfil do *Projeto Folha***

Apresentaremos abaixo excertos que expõem o núcleo duro da *FOLHA*, contido em diretrizes originadas do *Projeto*.

#### **2.3.1 Quanto à necessidade de o capital manter-se disfarçado**

Palavras do jornalista Otavio Frias Filho:

O sentimento anticapitalista encontra todo tipo de estímulo na atividade jornalística. *A base empresarial da imprensa tem de ser dissimulada para que ela possa apresentar-se como campeã de uma totalidade, a opinião pública.* A associação desse ramo dos negócios com a política e a cultura, a sua natureza quase que exclusivamente ideológica, faz surgir uma contabilidade de prestígio, influência e poder que projeta a sombra sobre a contabilidade da moeda corrente (FRIAS FILHO, 2005 p. 48, grifos nossos).

As palavras do emulador histórico do *Projeto Folha* demonstram, ao mesmo tempo em que buscam ocultar, a biunivocidade entre capital e informação, consolidada pela ideologia e sua capacidade estimuladora da reprodução da ordem capitalista. Isso se dá pela crença que estabelece em torno da condição demiúrgica que o capital teria, de liderar o processo histórico. O capital como *Grande Irmão*. Ao revelar que a base empresarial oculta deliberadamente sua presença prática apropriada discursiva, pois se apresenta como entidade campeã de causa que em verdade não é sua, mas utilizada como se fosse. Aqui, opinião pública assume a conotação de sociedade civil nos termos propostos pelos liberais. A busca de consenso por estes meios intenta emplastrar a forma verdade como parte do produto

jornal. A idéia de jornal campeão dos interesses públicos o coloca como ente moral, dá-lhe o estatuto de ser libertário e mesmo insurgente. Heroicizada pela falácia, a *FOLHA* passa a adquirente de sua contabilidade de prestígio, cujos reflexos se dão sobre a contabilidade financeira. Em seguida Frias Filho estabelece que “é preciso desfazer dois mal-entendidos”:

O primeiro é confundir o desenvolvimento do capitalismo na imprensa com o desenvolvimento da imprensa no capitalismo e considerar que, porque ocorrem de modo entrelaçado e simultâneo, esses dois termos significam necessariamente uma mesma coisa (FRIAS FILHO, 2005, p. 48).

Partamos da segunda assertiva: o desenvolvimento da imprensa no capitalismo significaria que sua função é permeada não apenas pelo dever de informar e opinar, comercializando tais opiniões e informações, mas o exercício dessas duas atividades a partir de compromisso ético sobreposto ou pelo menos paritário à intenção comercial. Quanto ao desenvolvimento do capitalismo na imprensa, é apenas o inverso, é unicamente o propósito mercantil do texto impresso, ficando implícita a sua comparação a qualquer produto fora do segmento da produção simbólica e seu necessário *ethos*. Ao final, a assertiva sugere a prevalência do capital sobre a ética.

### 2.3.2 Quanto à importância do gerenciamento da Redação

A citação abaixo expõe a lógica do capital, quando linearmente compara o funcionamento de um jornal a uma fábrica. Refere ao aspecto de o *Projeto Folha* ter-se voltado para o disciplinamento da Redação.

A mesma naturalidade<sup>13</sup> com que a direção de Redação trata do problema do caráter mercadológico da notícia numa sociedade capitalista (quantos diretores de Redação não prefeririam ocultar essa realidade sob o manto da justificativa ideológica?) é empregada também na questão da necessidade de se adotar uma postura de gerenciamento da Redação como uma empresa industrial moderna, atitude que está no cerne de crítica da corporação dos jornalistas aos

<sup>13</sup> A Direção ressalta a naturalização como recurso tático-ideológico para o disciplinamento da Redação. Trata-se de comportamento essencial à ideologia tornar naturalizadas situações históricas.

métodos de administração implementados a partir de maio de 1984 (SILVA, 2005 p. 57).

A naturalização gerenciada resultaria em “um compromisso impessoal, milimétrico e quantitativo com a superfície pública que paga pela informação que consome, [e] tende a substituir os compromissos fluidos, baseados no favor ou na missão com o Estado ou a sociedade (FRIAS FILHO, 2005, p. 48). A “superfície pública” é levada à condição de massa consumidora reificada e opaca, despida de elemento essencial: a historicidade dos sujeitos, que passam unicamente à condição de mercado. O gerenciamento da Redação seria necessário em função do cumprimento de *deadlines* de fechamento página a página, até chegar-se à impressão. O mencionado gerenciamento, que é técnico e ideológico, será detalhado nos itens subseqüentes.

### 2.3.3 Quanto ao consenso a partir da dominação

A afirmação a seguir trabalha a idéia de domínio e direção do capital que, segundo a *FOLHA*, chegou a apogeu irreversível, supremacia à qual todos devem se curvar.

A dualidade política foi substituída por um consenso. Uma só superpotência impôs seu predomínio ao mundo, quase todas as sociedades procuram se aproximar de seu modelo. Com pouca variação de grau, há uma só receita econômica (o mercado), uma só fórmula institucional (a democracia), num mundo que tende inevitavelmente à “globalização”. Pois não se trata de um sistema estanque, mas que se propõe a enquadrar toda a diversidade étnica ou cultural no mesmo modelo, já batizado como “fim da História”, desde que cumpridos os preceitos da livre competição e da técnica (FOLHA DE S. PAULO, 2008d).

A alusão à “dualidade política”, ou seja, às discordâncias ideológicas entre marxismo e capitalismo, e a um pretendido consenso internacional pró-capital, estatui o mercado, a globalização, o poderio norte-americano e a *democracia* daí oriunda como entidades racionais. São fetichizadas, se auto-explicam e justificam pelo fato de existirem nos moldes como foram formuladas. O tom da assertiva confunde democracia com capitalismo e firma aliança com os que entendem que a

história se encaminha a passos lógicos e implicados pelos episódios que imediatamente os antecederam chegando-se ao *fim da história*. E, como o capitalismo teria formatado consenso mundial, não haveria agora ou depois qualquer alternativa a esse modo de produção e à ideologia que nele se enovela. A afirmação deixa entrever entendimento de que a direção burguesa tem, programaticamente, propósito a ser atingido, em função de que ser classe dotada de taumaturgismo. Tornada capaz de fazer funcionar disciplinadamente engrenagens históricas maquinais que produziram efeitos precisamente demarcados. Todavia, não leva em consideração o conflito das classes em presença, nem o fato de que são os trabalhadores os produtores diretos e substrato da acumulação capitalista, ocupando, conseqüentemente, “centralidade técnica e política nas relações sociais de produção burguesas” (EVANGELISTA, 2002, p. 33).

Trata-se de discurso de poder. Afirmativo de que uma situação é tão inclusiva que se sobrepõe a grupos, povos, etnias e nações. E chega, a partir daí, a situação de imposição na qual o sujeito não possa se insurgir – seja pelo fato mesmo do poder, seja pela racionalidade artificial imposta e absorvida. Sua predominância estaria orwellianamente assim expressa: “O Grande Irmão zela por ti” (ORWELL, 1975, p. 8). O sistema dominante não se dispõe a dialogar, mas a englobar instâncias “étnicas e culturais”, em ação permanente de avanços com presença estrutural e superestrutural. Cria-se o *ethos* da dominação, que se apresenta como natural e desejável e onde cada peça humana e social esteja funcionalmente ajustada. Em continuidade, o jornal admite:

O modelo vitorioso se impôs pela eficiência com que produz bens e serviços, prenunciando uma era de progresso e multiplicação de riquezas. Seu monolitismo é perturbado, porém, por instabilidades e exclusão. Grupos sociais estão sendo alijados do dinamismo econômico, nações inteiras correm o risco de se ver confinadas ao subdesenvolvimento (FOLHA DE S. PAULO, 2001, p. 10-11).

A assertiva trabalha um duplo de exclusão recíproca, que encerra contra-senso e destrói o monolitismo da proposta: prenuncia uma era de progresso e multiplicação de riquezas, mas concede que nações inteiras correm o risco de se ver confinadas ao subdesenvolvimento e isso exatamente como decorrência da

consolidação do “modelo vitorioso”. A afirmativa se expõe por si e *a fortiori* se desarticula, pela confissão espontânea de sua própria inconsistência.

#### 2.3.4 Quanto à necessidade de vigiar e punir

Quanto a esse aspecto a Direção canoniza estatuto de exigência máximo à Redação, cobrando, com inflexibilidade descomunal, nível de excelência absoluto.

O jornalismo não é mais artesanato, mas uma atividade industrial que reivindica método, planejamento, organização e controle. Já avançamos bastante nessa direção, mas ainda há muito o que fazer. A quantidade de erros que cometemos, seja no nível da produção, seja no nível da edição, está longe de ser tolerável. *Precisamos aumentar nossa capacidade de planejar, agilizar os fluxos internos e agir com rigor implacável tanto na execução das tarefas como na crítica dos erros cometidos. Devemos nos revoltar contra tudo o que estiver abaixo do nível do excelente* (FOLHA DE S. PAULO, 2008e, grifos nossos).

O enunciado dá a sensação de que seus formuladores teriam chegado a alguma forma de paroxismo laboral, levando o *Projeto Folha* à situação até de código penal. A linguagem extremada, sectária, fundamentalista, é expressão de lógica regida pela obsessão do imperdoável. Daí porque “rigor implacável”, não aceitação de “erros”, exigência de “revolta” contra tudo o que estiver “abaixo do excelente”, necessidade de “planejar e agilizar fluxos internos”. A exigência passa a reivindicar um nível inalcançável de produção com excelência máxima, o que implica cobrar doação integral do sujeito ao trabalho, em relação de subsunção totalitária.

O atual Projeto Folha é também uma proposta de poder: o medíocre micropoder que se afirma nas redações através do direito capitalista de demitir, de excluir o intransigente ou o contestador, de mexer nos textos dos repórteres, de humilhar, através de controles quantitativos de produção, da rotatividade regular de até 55 por cento da mão-de-obra, da transformação da redação em linha de montagem, em oposição a tudo o que se consagrou no mundo como o bom jornalismo liberal (KUCINSKI, 1989).

Assim, se cada membro começasse a pensar segundo o *Projeto*, ficando este acima de todos e de cada um, haveria o triunfo de nova razão. “Se cada um dos membros individuais pensa o organismo coletivo como uma entidade estranha a si



mesmo, é evidente que este organismo não existe mais de fato, transforma-se num fantasma do intelecto, num fetiche” (GRAMSCI, 1988, p. 177). A continuidade desse processo permitiu a elisão da capacidade pensante da unidade humana jornalista-enquanto-sujeito, curvada à racionalidade do conjunto trabalhador jornalista-enquanto-jornalista. O profissional agregado ao organismo, este sim, ente pensante coletivo, grande intelectual, determinante de como cada um deveria pensar e operar. Estabelecido esse senso comum, a fetichização, pela ação que exerce, formula a crença de que, caso o indivíduo não atue, algo sucederá, independentemente de sua inação (GRAMSCI, 1988).

[...] acima dos indivíduos existe uma entidade fantástica, a abstração do organismo coletivo, uma espécie de divindade autônoma que não pensa com nenhuma cabeça concreta, todavia pensa, que não caminha com determinadas pernas de homem, mas mesmo assim caminha, etc... (GRAMSCI, 1988, p. 178).

A ação cumpriu com o intento de fetichizar o jornal perante a Redação. Ao impor um código de conduta produtiva, visava sua adesão incondicional. Até as demissões foram usadas como argumento. Estas comprovariam que o fetiche tinha vida própria, ao fetichizar essas mesmas demissões:

Quem sai da *Folha*, seja qual for o motivo, sai credenciado pelo fato de ter participado de alguma forma desse projeto bem-sucedido em termos de mercado. Além do mais, é proverbialmente conhecida nas Redações a alta exigência de qualidade existente na *Folha*, o que só dignifica ainda mais o jornalista que dali sai (SILVA, 2005, p. 194).

Até nas demissões o jornal seria um *benefactor*, a instauração de rotina centrada no fiscalismo e na punição consagradas como método produtivo; a eficácia da ideologia como fator poderoso a glorificar a própria ideologia. A *FOLHA* tem-se revelado como o jornal brasileiro que mais demonstra preocupação com sua imagem pública. Parte integrante do *Projeto Folha*, o *Manual da Redação* é comercializado como elemento difusor da cultura profissional do jornal, que é apresentada como exemplar. Um dos efeitos dessa ação é sugerir que o noticiário é confeccionado segundo toda a rigurosidade das suas prescrições normativas. A notícia, desta forma, carrega em seu subtexto seu próprio atestado de veracidade (ABRAMO, 1991). Se alguém pensar diferente será o elemento violento, representante da

artificialidade por oposição à naturalidade, instaurador do caos em contraste com a organização. Será visto, afinal, como perigoso (DIAS, 2000).

Un economista italiano recordaba muy acertadamente [...] que “cada lucha, cada intento de lucha [...] han consistido em luchas para apropiarse [...] del valor de uso, el valor de uso del tiempo, del espacio, de los cuerpos, de los saberes sociales en fin, el valor de uso de la vida (MATTELART e MATTELART, 1991, p.10).

As observações clarificam a realidade interna à *FOLHA*. Dizem respeito à luta pela apropriação do uso do saber profissional adequado ao *Projeto*. A questão das classes no chão da Redação, e sua situação conflitante, ficam patentes quando as vemos pelo monóculo do *Projeto Folha*, baseado no binômio repressão-produção.

### 2.3.5 Quanto à objetividade instrumentalizada para atender o mercado

Frente a tal aspecto, eis o que se preconiza:

O projeto e o Manual não fazem a defesa da objetividade nos mesmos moldes da escola norte-americana tradicional [...] porque seus autores são pessoas que leram e absorveram a crítica marxista contra tal defesa. [...] A ideologia do apartidarismo defendido pelo projeto teria que se justificar por outros elementos. A lógica de mercado viria a ser a base dessa argumentação. O pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque eles representem uma objetividade eticamente desejável nem porque eles signifiquem que o jornal é capaz de representar o real sem deformações, mas apenas porque o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum. A lógica não é ética nem política. É apenas mercadológica. [...] Se, em decorrência disso, a sociedade melhorar, tanto melhor para todos (SILVA, 2005, p. 139).

“Objetivo” significa precisamente e apenas o seguinte: que se afirma ser objetivo, realidade objetiva, aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto-de-vista que seja puramente particular ou de grupo. Mas, no fundo, também esta é uma concepção particular do mundo, uma ideologia (GRAMSCI, 2006, p. 173).

As palavras de Silva deixam entrever o trabalho consciente, programático, simulador/dissimulador que justifica a pretendida objetividade. Como não seria

possível sua defesa a partir dos postulados clássicos de isenção e neutralidade, recorreu-se a uma outra solução. Uma hipóstase, encontrada no mercado enquanto entidade tornada capacitada a solucionar todas as questões – do capital e da sociedade por inteiro. A atitude define à perfeição elemento essencial *do Projeto Folha*: fazer crer para fazer vender.

O leitorado passou a ser elemento consumidor, que os anunciantes compram como audiência. Reificado, torna-se uma nebulosa forma de propriedade do jornal ao mesmo tempo em que o consome. Com a afirmativa Silva dá a entender que crê efetivamente que o jornal consegue ser objetivo ao se dirigir aos vários nichos sobre os quais atua, como se estivesse realmente representando suas expectativas. Todavia, a objetividade supostamente advinda do leitor não é a objetividade daquele, mas a objetividade do jornal a ele aplicada. Portanto, formulação subjetiva, conseqüentemente simulacro. “A” objetividade foi tornada “uma” objetividade, uma variável entre muitas. Assim, foi escolhida, meticulosa e aeticamente, como justificadora da decisão dessa mesma escolha. Um aspecto, entretanto, desarticula a proposta: “[...] o público do jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum.” Ou seja: o jornal abre mão de toda ética, artificialia público multipolar a quem atender, e exercita assim sua “objetividade”. Esta, em função disso mesmo, se esboroa, porque construto subjetivo e de mercado. Cabe uma observação: se a afirmação fosse verdadeira, o jornal estaria se dispondo a representar o conflito das classes em presença, uma vez que intentaria atender às diferentes visões do leitorado. Isso incluiria necessariamente a abertura de espaços a atores contra-hegemônicos – o que, de plano, não se posta.

O comentário de que se em decorrência dessa pretensa objetividade a sociedade sair ganhando “tanto melhor para todos”, revela desprezo pelo social: além da escolha de objetividade sob medida, surge profissão de fé manifesta numa espécie de zombaria civil. “Iguatária e cínica nata, a mercadoria está sempre disposta a trocar não só a alma, como também o corpo, com qualquer outra mercadoria [...]” (MARX, 1983b, p. 80). O cinismo da afirmativa transparece o íntimo do jornal. A procura da *FOLHA* pelo equivalente geral dinheiro valoriza unicamente o ato mercantil de compra e venda e alavanca sua disposição de manter-se em ascensão no mercado típico.

### 2.3.6 Quanto à política editorial do amor/ódio para manter o leitorado

O jornal revela dado intrigante em sua relação com o leitor. Uma urdidura voltada para a manipulação de sentimentos com o objetivo de garantir público e lucro. Trata-se de inusitado recurso, que contrasta conscientemente com todos os princípios do jornalismo liberal<sup>14</sup> e põe em relevo a política editorial do *amor/ódio* como estratagema de cativação mercadológica e influência política.

Uma [...] observação sobre as perspectivas do futuro do projeto deve ser feita. É sobre a relação amor/ódio que o jornal tem cultivado com o seu leitor. Em todos os sentidos, trata-se de uma postura que só pode ser positiva em termos tanto de mercado como de influência política. Um veículo de comunicação que seja apenas benquisto pela sua audiência, acaba se tornando desinteressante, monótono, previsível. A relação amor/ódio é muito mais provocante, recompensadora e condizente com um público sofisticado e crítico. [...] O fundamental é que o leitor não sinta indiferença diante do jornal (SILVA, 2005, p. 143).

O autor assume a atitude de estabelecer uma relação lúdica, um jogo ludibrioso, ao qual o leitor é concitado a ingressar sem perceber. Isso apenas satisfaz às determinações e propósitos do jogador coletivo *FOLHA*. Estimulado a odiar/amar o jornal, já que as mensagens são elaboradas de maneira a estabelecer essa dubiedade, o leitor passa a compactuar e integra-se inconscientemente ao jogo, edição após edição. A finalidade de informar/opinar torna-se uma trama, um falseamento do que seria o próprio jornal na forma como é entendido cotidianamente.

[...] a maior qualidade [da *FOLHA*] possivelmente é a agressividade editorial que lhe propicia um papel inegável de liderança. Mas essa liderança [que] resvala para a provocação ao leitor muitas vezes intencional, pode acabar passando dos limites. O leitor deve amar/odiar o jornal. Mas não pode só odiar. A Folha tem arrostado a opinião pública seguidamente. Não há melhores exemplos que a cobertura da morte de Tancredo Neves e da Copa do Mundo de 1986.

---

<sup>14</sup> A cultura das Redações do jornalismo liberal tem a crença de que um jornal deve ser lido por estar supostamente *pari passu* com o leitor. Torna-se de alguma maneira seu aliado e instituto de reivindicações e visões de mundo. Seria uma forma de *lealdade* ao leitor. Comportamento segundo *fair play* tácito, que dignifica o jornal e o faz confiável. Esse *fair play* seria indiciador de que a publicação deve interessar porque tem conteúdo que atenderá a alguma forma de interesse daquele, jamais como decorrência de iniciativa escusa ou truque de fidelização.

Tudo indica que em nenhum dos dois casos os limites tenham sido ultrapassados. Mas as decisões de cada dia são sempre muito arriscadas. No se pode cair na vala comum do jornalismo previsível, bem-comportado, linear e conciliador. Mas não se pode atirar o jornal na agressividade excessiva contra o leitor. [...] dar ou não a manchete “Médicos esfriam Tancredo”, denunciar ou não as artimanhas dos dirigentes da seleção brasileira para ganhar as simpatias dos juizes dos seus jogos, afrontar ou não os leitores conservadores e católicos na defesa do filme *Ave Maria* de Godard, molestar ou não os leitores que se consideram progressistas dando a Maluf ou Jânio Quadros o direito de ter seus pontos-de-vista divulgados no jornal. São decisões que diariamente devem ser tomadas e que podem fazer com que, dependendo da palavra escolhida, da foto selecionada, do tom do texto, do destaque dado ao título, se desequilibre a tênue relação amor/ódio que o jornal precisa manter com o leitor para ser ao mesmo tempo respeitado e desafiante<sup>15</sup> (SILVA, 2005, p. 144).

A ação lúdica estabelece um par antitético, aplicado como argumento de mercado. Em função disso, o ato histórico de compra/venda do exemplar provoca um descolamento da realidade simbólica nele impressa: estamos em situação em que se faz um jogo; o jornal passa a ser uma impostura, um quebra-cabeça discursivo, vez que centrado em processo que se volta para atender à manipulação do amor/ódio que sua equipe de comando instila sempre que o momento o permite. Quer ser também “respeitado e desafiante”. Em qualquer das duas faces estará sempre em altiplano. Respeitado porque temível; desafiante porque autárquico. E assim prossegue. A aquisição do exemplar, em função disso, seria para ver qual a última provocação, não qual o assunto ou assuntos de real valor informativo. Como Chacrinha, o jornal não vem para explicar; chega para confundir. Orwell explica:

---

<sup>15</sup> A relação amor/ódio se faz a partir de entendimento maniqueístico, que o jornalista deixa claro existir como prática. Trabalhando o duo opositivo bem/mal, caro ao senso comum, o jornal interfere em momentos dramáticos. Perpetra a ação de suscitar ódio quando a sensibilidade pública está mais agudizada e ofende o leitorado. Isso se deu com Tancredo Neves. Ungido herói pelo senso comum em sua condição de primeiro presidente civil após o longo período ditatorial, foi a seguir levado à condição de mártir, quando hospitalizado. O imaginário social, a partir de tais fatos, o tinha nessa conta, mas a *FOLHA* veio em contramão, reduzindo-o agressivamente à condição deplorável de *doente terminal*; causou choque. Mas era esse o intuito. A seleção brasileira de futebol, patrimônio imaterial do povo brasileiro, foi desclassificada e a *FOLHA* fazia críticas a seus dirigentes. O autor usa o verbo “afrontar” católicos conservadores, quando estes se indignavam com o filme do cineasta francês (*Je vous salue, Marie*), tido como sacrílego. Da mesma forma “molesta” setores *progressistas* ao abrir espaços a políticos de imagem pública controversa e tidos como representantes do *atraso*. O trabalho maniqueísta, fica bem demonstrado, é parte do processo de formulação simbólica; é intencional e direcionado. E, tanto quanto nos jornais populares, é utilizado o sensacionalismo. Todavia, a *FOLHA* se apresenta como jornal equilibrado, dotado de serenidade editorial: assim, ao colocar-se em oposto a essa pregação que seu *marketing* exalta, agride leitores. Em processo que reconverte seu pretense olhar de serenidade sobre a realidade do mundo, admite – para quem puder perceber –, que em suas páginas não há equilíbrio, mas apenas busca de mercado.

Essas contradições não são acidentais, nem resultam de hipocrisia ordinária: são exercícios conscientes [...] Pois é só reconciliando contradições que se pode reter indefinidamente o poder. De nenhuma maneira seria possível quebrar o antigo ciclo. Se é preciso impedir para sempre a igualdade humana – se, como a chamamos a [classe] Alta deve conservar permanentemente sua posição – então a condição mental deve ser a de insânia controlada (ORWELL, 1975, p. 202).

O chamamento ao jogo amor/ódio é a imersão na insânia controlada. As palavras de Silva dão bem a dimensão do trabalho, que viola de forma programada valores e crenças, conjunturas e circunstâncias socialmente relevantes ou momentaneamente relevadas. É tudo parte de esquema de vulto, atitude de grande política: assegurar que a *classe Alta* conserve a sua posição. Como veículo conservador o diário hegemônico assegura que levará adiante conjunto simbólico que favorece a manutenção do estado de coisas dominante. O amor/ódio integra processo de fidelização que coloca o jornal, quando em sua faceta “amada”, como representante social lícito.

As massas [mesmo o público A/B da *FOLHA*] são manipuladas por força de seus próprios interesses. Por isso, os fenômenos manipulativos falam sempre a língua de interesses reais, ainda que como língua estrangeira de interesses alienados e desfigurados, portanto, irreconhecíveis [...] (HAUG, 1997, p. 14).

A Folha é hoje o nosso jornal mais lido e menos amado. Completa-se assim a hegemonia desse diário, que passou a substituir o Estadão<sup>16</sup> também no campo das relações afetivas entre a imprensa e seus leitores. Pois não era o Estadão nos anos 50 o jornal mais lido, e o mais odiado? (KUCINSKI, 1989).

Em 1984 o *Partido* também se utilizava do ódio como meio de cativação das massas. Exibia midiaticamente a figura de Goldstein<sup>17</sup> como catalisador da fúria popular, capitalizando antiteticamente esse ódio a favor do *Grande Irmão* e do próprio *Partido* como seu representante (ORWELL, 1975). Do mesmo modo, uma espécie de “efeito-Goldstein” é utilizado pelo jornal: notícia ou noticiário pontuais podem ser odiados pelo leitor que, todavia, continuará a “amar” a *FOLHA* como um

<sup>16</sup> Referência ao *Estado de S. Paulo*.

<sup>17</sup> Personagem contra-hegemônico, adversário do *Grande Irmão*.

todo na seqüência do processo. Usa-se a notícia-goldstein como risco calculado para manter público fidelizado.

A utilização de estratégias de manipulação de assuntos e temas como forma de provocar irritação social para atrair e manter leitores demonstra como a empresa atua: como usina simbólica, equiparando-se ao noticiário sensacionalista – que choca, mas vende. Tais atitudes reafirmam condição de autoridade e estabelecem relação com o leitorado, que não tem como apurar os fatos veiculados, reage negativamente, mas volta ao ato de compra. A *FOLHA* passa a ser detentora do poder de transformar em suas páginas a realidade em realidade portátil, tratada como algo maleável e que lhe pertence privadamente. Algo usado como insumo social para o cultivo da relação amor/ódio. Sendo propriedade privada, portanto mercadoria, o fato-notícia passa a ser um *fato-FOLHA*. E o jornal, arrogando-se o direito de falar em nome dos leitores, utiliza essa situação presuntiva para agir contra os valores desse mesmo leitorado, sobre qual reafirma alguma forma de direção.

#### **2.4 A consolidação do *Projeto Folha***

A inserção de um jornal na prática cotidiana enseja que sua presença se dê de forma enfática. Seu noticiário trabalha sobre o que aconteceu, acontece ou presumivelmente acontecerá. Isso reforça o efeito de real da notícia e institucionaliza, na internalidade do texto, a temporalidade sobre a qual se remete o agente noticioso. Trata-se de elaboração contínua de discurso que identifica o jornal frente a seus concorrentes e fixa sua personalidade veicular. O substantivo jornal permite a presunção de coletivo: a assembléia redacional que o compõe, o organismo empenhado em referir presente, passado ou futuro próximo, representados em suas páginas, havendo prevalência do tempo de atualidade como prioridade informativa.

A influência ou participação do jornalismo na construção da temporalidade pública do presente é variada conforme o tipo de evento noticioso, sua forma expressiva, seus modos de circulação e recepção e o contexto social em que notícias e ações irão interagir. Estas são formas de a instituição jornalística ativamente interferir na construção do tempo presente: seu caráter de manufatura social torna-lha potencialmente capaz de reelaborar temporalidades sociais

particulares e apresentar, em uma forma simbólica nova, relações temporais entre evento, instituições jornalísticas e sociedade vinculados a uma experiência comum do tempo presente (FRANCISCATO, 2005, p. 22).

Essa noção de tempo presente dimensiona o dado fático da notícia e estabelece com o leitor seu mais forte vínculo: a unificação de ambos pelo presente vivenciado. O presente, entretanto, não é algo em si, mas fruto de relações sociais e históricas e traz como liame cotidiano a ideologia e os condicionamentos históricos a que o social está adstrito. A tal condicionamento as temporalidades sociais também estão sujeitas. A vivência de um presente que se não percebe como ideologizado, sua representação enfática pelo jornalismo, sua insistente e diária repetição temática compõem o dado fático representado no noticiário, ou seja: o que acontece, acontece porque é assim e assim deve continuar. E o espetáculo do jornalismo é remetido ao palco em que se transforma cada leitor. “A unidade irreal que o espetáculo proclama é a máscara da divisão de classes sobre a qual repousa a unidade real do modo de produção capitalista. [...] O que constitui o poder abstrato da sociedade constitui sua *não-liberdade* concreta” (DEBORD, 1997, p. 47, grifos nossos).

A adequação do real a uma certa formulação simbólico-espetacular insinua que o espetáculo não está na espetacularização, mas a espetacularização existe faticamente e apenas foi transposta em sua literalidade à página impressa. O jornal é um espelho e exime-se de culpa manipuladora. Por efeito da espetacularização não percebida, o que se compra não é o jornal unicamente artefato, mas a imaterialidade do seu conteúdo, sua semiose, a reunião dos códigos verbal e visual que se regem segundo a ordem, a não-liberdade. Assim, o que se adquire é a manifestação dos conhecimentos socialmente institucionalizados em pontos-de-vista, que buscam assegurar a manutenção das percepções cotidianas – senso comum – do *locus* onde o jornal esteja inserido. E isso de modo tão sistemático que impeça o diário de abordar o que não seja regra geral, liame com o senso comum<sup>18</sup> (BENETTE, 2002). O dado papel é circunstância. O dado papel é meramente base veicular. O jornal mesmo é intangível, é mensagem e está, ele também, preso à teia que ajudou a construir. O *tell* do jornalismo construiu uma

---

<sup>18</sup> Perder vinculação com o senso comum e com a regra geral significa, para o jornalismo, cortar as ligações com seu *locus*, esgarçar o consenso que tenha formado ou esteja formando e, conseqüentemente, afastar-se da busca ou manutenção hegemônica em seu mercado típico.



tradição da assertividade que lhe é característica; incrusta-se à cotidianidade e sofre *pari passu* a evolução e as mudanças técnicas, tecnológicas e de mercado, que se dão socialmente e abrangem a imprensa. Inserindo-se nas transformações, o diário por isso mesmo agrega valor à sua imagem social.

Tal vez por ser um producto del Renacimiento, el periodismo va íntimamente ligado a la innovación. Sólo sobrevive en las fronteras del desarrollo y adaptándose a las mejores posibilidades de organización de cada momento. La razón está en que se trata al fin y al cabo de un producto intangible (información) no fácil de vender y que por tanto sólo puede evolucionar en las mejores condiciones de eficacia, de coste económico y de rentabilidad en los tres espacios que le son propios: el político, el económico y el social. La historia del periodismo es así la historia de una adaptación a las innovaciones de cada momento em tecnología, en producción, en venta y en entendimiento del mercado (ÁLVAREZ, 2004, p. 31).

Frente ao que foi dito, e enquadrada às circunstâncias históricas que lhe são concernentes, a *FOLHA* atua nos planos político, econômico e social, o que se dá em função de permanente processo de modernização tecnológica e ampliação dos interesses empresariais do *Grupo Folha*. Ao intervir em bloco histórico, aqui entendido no primeiro sentido que lhe deu Gramsci, de concreção compósita de infra-estrutura e superestruturas político-ideológicas, o diário sustentou guerra de posição que permitiu ao longo de largo lapso histórico a construção de imagem positiva. Apresentando-se como “o jornal mais influente do país” a *FOLHA* registra em breve histórico:

**1921:** em 19 de fevereiro, Olival Costa e Pedro Cunha fundam o jornal "*Folha da Noite*". Em julho de 1925, é criada a "*Folha da Manhã*", edição matutina da "*Folha da Noite*". A "*Folha da Tarde*" é fundada 24 anos depois.

**1960:** em 1º de janeiro, os três títulos da empresa ("*Folha da Manhã*", "*Folha da Tarde*" e "*Folha da Noite*") se fundem e surge o jornal *Folha de S. Paulo*.

**1962:** Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem o controle da empresa *Folha da Manhã*.

**1967:** o jornal é pioneiro na impressão *offset* em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil. Em 1971, a *FOLHA* abandona a composição a chumbo e se torna o primeiro jornal a usar o sistema eletrônico de fotocomposição.

**1976:** É criada a seção "*Tendências/Debates*", pautada pelo princípio da pluralidade. A publicação de artigos de todos os matizes ideológicos desempenha papel importante no processo de redemocratização do Brasil.

**1981:** em junho, documento de circulação interna surge como a primeira sistematização de um projeto editorial. O texto fixa três metas: informação correta, interpretações competentes e pluralidade de opiniões.

**1983:** a *FOLHA* se torna a primeira Redação informatizada na América do Sul com a instalação de terminais de computador. O jornal passa a economizar 40 minutos no processo de produção.

**1984:** é publicado o primeiro Projeto Editorial, que defende um jornalismo crítico, pluralista, apartidário e moderno. No mesmo ano, a *FOLHA* implanta o Manual da Redação, editado em livro.

**1991:** o noticiário é reorganizado em cadernos temáticos. A *FOLHA* é o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, que renuncia no ano seguinte. A Primeira Página passa a circular colorida todos os dias.

**1992:** o empresário Octavio Frias de Oliveira passa a deter a totalidade do controle acionário da companhia. A *FOLHA* se consolida como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares).

**1994:** com o lançamento do "*Atlas Folha/The New York Times*" em fascículos, a *FOLHA* bate recorde de tiragem e de vendas na história de jornais e revistas do país, no dia de lançamento (1.117.802 exemplares) e nas semanas subseqüentes.

**1995:** começa a funcionar o *Centro Tecnológico Gráfico-Folha*, em Tamboré. O jornal passa a circular com a maioria das páginas coloridas.

**1996:** lançado pelo *Grupo Folha o Universo Online*, o primeiro serviço *on line* de grande porte no país. No mesmo ano, o *Universo Online* e o *Brasil Online*, do *Grupo Abril*, se fundem em nova empresa, o *Universo Online S.A.*

**1997:** o jornal publica a versão mais recente de seu projeto editorial, que propõe seleção criteriosa dos fatos a ser tratados jornalisticamente, abordagem aprofundada, crítica e pluralista, texto didático e interessante.

**2001:** lançada a quarta edição do novo *Manual da Redação*, versão revista e ampliada das anteriores (publicadas em 1984, 1987 e 1992) (FOLHA DE S. PAULO, 2008f).

A observação dos dados demonstra que o jornal agiu de maneira a compor em sinergismo inovações tecnológicas e disciplinamento editorial. O propósito é firmá-lo empresarial e politicamente, bem como impor seu discurso textual e iconográfico como padrão aos demais órgãos de imprensa. Arroga-se a condição de influenciar decisivamente acontecimentos da sociedade civil quando diz que, 1) com a criação da seção *Tendências/Debates*, desempenhou “papel importante no processo de redemocratização do Brasil” em 1976 ou quando, em 1991, teria sido 2) “o primeiro órgão de imprensa brasileira a pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello.”

Em ambos os casos age como se fora partido político. O jornal como partido é uma espécie de circunlóquio político. Não se diz e nem é tal, mas age como. Nesse caso, o “agir como” – que opera pelo discurso –, prevalece eficazmente sobre o “não dizer-se”.

[...] o partido, além de ser um conjunto de pessoas com pretensão a guiar e a expressar uma classe, deve ser capaz de apresentar-se [em ação frente] a essa classe com uma proposta [...] que lhe expressa e organiza a realidade (DIAS, 1996, p.169).

A definição em si é suficientemente larga para abranger a ação jornalística também como ato de partido. A partidarização é práxis e manifestação da situação prévia de intelectual orgânico coletivo. Mas o discurso utilizado é postiço. Vem de classe fundamental dominante e é emplastrado às classes dominadas. E mesmo que admitamos estar o jornal voltado para leitorado das classes média e alta sua ação, especialmente em instantes históricos de relevo como nas *Diretas-já*, pode e efetivamente chega a processo profundo. O jornal hegemônico tem a possibilidade de fazer-se ouvir, mesmo nos arrabaldes sociais mais recônditos. Sua lógica, como presuntivo porta-voz social, o traveste de ventríloquo desse social, ocupando-lhe lugar, função e tratando-o como objeto. Atua para inverter a realidade, quando o discurso da ordem é absorvido e vivificado pelos dominados que acabam por se exprimir na linguagem dos dominadores (MENDONÇA, 1982). Pela maneira como organiza noticiosamente a realidade, dá a impressão de espelhamento e neutralidade, pois a “grande imprensa capitalista compreendeu [...] que é possível orientar a opinião pública através do fluxo de notícias” (SODRÉ, 1999, p. 4).

A reestruturação impôs atitude profissional regida pelos ditames da mentalidade de mercado; sua sistematização requereu uma nova estética funcional e declarou falidos os tempos do jornalismo como vocação; remodelou modos de pensar e os impôs como lógica-padrão. Foi implantado sistema interno de crença na infalibilidade editorial. Decretou-se obsoleta boa parcela de uma cultura profissional em favor de uma nova fé. Com isso, buscava mudança que parecesse revolucionária aos olhos dos jornalistas e impedisse a empresa de *estratificar-se*. Deslocou, perante a Redação, o sentido do que tradicionalmente seria fazer jornal, alojando naquele coletivo outro senso de percepção. Este dizia como deveriam, a partir de então, funcionar o todo e cada uma das unidades humanas. Assegurar o comando pleno e dinâmico sobre os profissionais significou assegurar a viabilização *interna corpore* do *Projeto*. Para a *FOLHA* ter poder jornalístico – prestígio, credibilidade e mercado – isso precisava começar “de dentro”.

As mudanças, contudo, não esgotavam-se em si mesmas. Eram instrumentais e mediatas a processo maior, mais amplo e invasivo. Processo de grande política. O propósito era assegurar à *FOLHA*, como empresa, predominância sobre a concorrência e dar, como aparelho privado de hegemonia, apoio ao *status quo*. Forjar poder interno para chegar à interação com o Poder e a sociedade extramuros, para afinal ganhar representatividade como órgão de classe dominante. De dentro para fora, todo um processo hegemônico.

[...] as oligarquias<sup>19</sup> caíram do poder por se ossificarem ou se amolecem. [...] A grande obra do Partido é ter produzido um sistema de pensamento<sup>20</sup> [...]. Não poderia ser permanente o domínio do Partido em nenhuma outra base intelectual. Para se dominar, e continuar dominando, é preciso deslocar o sentido de realidade. Pois o segredo do mando é combinar a crença na própria infalibilidade com a capacidade de aprender com os erros anteriores (ORWELL, 1975, p. 201).

A afirmativa aproxima com pertinência realidade e ficção: o trabalho da Direção, ao implantar reformulação editorial, foi muito além de modificação interna,

<sup>19</sup> A alusão “às oligarquias” permite seu encaminhamento ao *Estado de S. Paulo*. Concorrente direto da *FOLHA*, que perdeu espaços exatamente pela *ossificação* editorial, enquanto aquela acionava o *marketing* para apresentar-se como o jornal mais influente do País.

<sup>20</sup> O que só se pode fazer, num coletivo, a partir da constituição de sistema interno de pensamento e fé que dêem substância a qualquer empreendimento ideológico. Primeiro é preciso acreditar, para, em seguida, fazer com que outros, de fora, também acreditem.

voltada para alterar modos de fazer jornal com ganho de tempo na produção das notícias e mudança de formato gráfico. Mais que isso, buscou-se imperativamente – para não se *ossificar* – a reforma de consciências na Redação, deslocando o sentido de realidade do que seria ser jornalista – para tanto, produziu-se um sistema de pensamento. E inculcou-se ao coletivo redacional, subsumido ao coletivo diretivo, a certeza de que ali havia ensinamento precioso, inovador, uma regência de pensamento abrangente e *erga omnes* a todos os profissionais, para que acreditassem na própria infalibilidade. Mais que isso: seria bom para todos pensar de igual maneira. Bom para o crescimento do jornal e bom para cada um da equipe, numa espécie de silogismo ao mesmo tempo de domínio e sedução. O *Projeto Folha*, que sintetiza toda essa filosofia, entendeu ser perfectível segundo o modo capitalista de produção o trabalho de uma Redação dirigida de forma gerencial e punitiva.

## 2.5 Documentos disciplinadores

O documento “Levantamento de pontos indicativos de posição editorial e avaliação sintética do momento político”, de 1978, representou o início do que viria a ser o *Projeto*. Na citação abaixo é aludida a existência de “tendência” editorial” a sinalizar favoravelmente aquela iniciativa. Tendência implica propensão a, e traz em seu núcleo já um processo ou seja, ambiente previamente dinamizado e sensível a mudanças.

Uma das primeiras tarefas que se impõem ao Conselho Editorial consiste na formalização de uma tendência editorial da Folha. Formalização, porque essa tendência de certa forma já existe, tendo sido delineada na prática cotidiana [...]. Há, porém, certos condicionamentos que incidem sobre essa tarefa de formalização, e que devem ser respeitados. Residem esses condicionamentos na própria trajetória histórica do jornal – que não pode ser negada – e nas implicações do sistema capitalista em que vivemos, ao qual a Folha está subordinada (SILVA, 2005, p. 98-99).

A gramática ideológica começava a ser elaborada a partir de pergunta implícita ao *Levantamento*: como se poderia mudar um conjunto laboral de maneira a ajustá-lo a situação matricial estruturante. As mudanças deveriam ocorrer de forma a que a empresa, como ente de classe, pudesse ampliar e manter em ascensão sua

influência. A sensibilização da Redação, portanto, era o ser-ou-não-ser do jornal, o enigma apresentado pela *FOLHA* a seus conselheiros. A resposta consistiu na elaboração do *Levantamento*, que abordava a realidade do jornal, tratava da questão da tendência editorial e tinha conteúdo político realçado em relação àquela, dando lugar primeiro à questão política e à defesa do capitalismo. Capitalismo como processo e como relação de domínio. Capitalismo como um algo com função persuasiva, educativa. Capitalismo como filosofia a ser defendida. O documento “poderia ser um programa de ação para um partido político, uma plataforma de ação para um candidato a cargo público” (SILVA, 2005, p. 99).

Por sua vez o documento “A Folha e alguns passos que é preciso dar”, de junho de 1981, afirmava que o objetivo do jornal poderia ser encontrado em três tópicos: “oferecer ao leitor informação correta, interpretação competente e pluralidade opinativa”, mas admitia não haver meio automático para verificar se tais aspectos estariam sendo alcançados, a não ser mediante demorados processos de discussão interna em combinação com observação atenta à resposta dos leitores. Dizia também não ser suficiente o atendimento aos três pontos uma vez que, ocorrendo isso, o jornal seria meramente repositório de opiniões alheias. Seria preciso então assumir atitude proativa e manifestar opiniões e convicções (SILVA, 2005).

Noutro documento, também de 1981, intitulado “Os passos necessários”, a *FOLHA* afirmava-se como sendo “um jornal mais influente, mais forte e mais conhecido do que era na década passada e mesmo nas décadas anteriores”. Para manter-se em tal situação entendia que o círculo virtuoso fosse sustentado mediante forte coesão interna, representada pela adesão ilimitada da Redação. O final do documento, relata o autor, “é quase um ultimato”:

Sugerimos que todos os que exercem cargos de chefia ou funções de confiança façam uma opção permanente – disponham-se a abraçar em definitivo o projeto do jornal como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade, ou que desistam do cargo, por discordância ou por inapetência. Deve ficar claro que, no pressuposto da linha do jornal, os que decidirem abandonar o projeto não estarão, nem de longe, convidados a romper com ele. Devem apenas ceder o lugar, exercendo outras funções, isto é, aquelas onde não haja decisões de natureza editorial ou administrativa diretamente envolvidas. [...] Manteremos, como uma qualidade inalienável do jornal, a tolerância e estímulo à pluralidade de opiniões (FOLHA DE S. PAULO, 2008e)

Na quarta linha da citação o documento faz referência à “missão” do jornal e do jornalista. Todavia, em citação registrada à página 66, deplorava-se que se esperasse da empresa e do profissional tal comportamento. Isso em função de que, implícito à missão, está a auto-doação, disposição do sujeito a dedicar-se de pleno a um dever irrecusável e que exige sacrifícios, mas nobilitante a quem o desempenha. Missão como saga ou causa heróica, avessa à disposição cerebral e pragmatista do jornal como empresa. Tal dever seria, portanto, mais adequado a religiosos, místicos ou lutadores mitificados de causas de grande política em passado remoto, jamais à *FOLHA*. Agora, acionando seus mecanismos internos de auto-formulação, passa a admitir jornal e jornalistas como “missionários”.

A observação do trecho citado revela discurso imperativo, mas respingado de eufêmicos matizes dialogais quando diz que mesmo desligados de postos de comando tais jornalistas não estariam, “nem de longe”, chamados a romper com a empresa. Como será observado, a proposta transformou-se em letra morta. Houve demissões em massa e chefias foram desligadas. A intenção de tal comportamento apresentava-se sinuosa, sutil e não declarada: cooptar consciências e estabelecer um duo discordante. O daqueles que estavam com o projeto, ou seja, incluídos, estabelecidos num patamar superior, *vanguardista*, e os desistentes, os *atrasados*, o que não se adequavam aos passos da *modernização*.

A proposta implicava que a manutenção de jornalista em cargo de comando estava a lhe cobrar, por isso mesmo, adesão irrenunciável; a *missão*, o compromisso. Buscava estabelecer um sentido de conjunto unitário e biunívoco entre o trabalhador jornalista e a empresa. A colisão foi subliminarmente substituída pelo truque do conagraçamento das classes em presença – “abraçar em definitivo o projeto”.

A observação a seguir, porém, desata a pretensa unidade Redação/Direção, e seu elogio missionário: “O jornal moderno é uma empresa de negócios e os homens que o dirigem são movidos em grande parte pelos mesmos motivos dos homens que conduzem uma loja de departamentos” (TALESE *apud* SILVA, 2005, p. 58). A condição de empresa estabelece o contraditório e informa o confronto das classes em presença no chão da Redação: Quem apoiava o *Projeto* o fazia por transformismo ou subordinação, jamais por convergência classista. A presença do jornal como ator político com projeto político partidarizado é enfática:

A partir de 1981, o entendimento da questão dos cargos de confiança na Folha passaria a seguir a linha de raciocínio do jornalista Octavio Frias Filho, segundo a qual quando um jornal possui um projeto político próprio, a Direção tem o dever de exigir solidariedade política dos que ocupam cargos de confiança porque a execução do projeto não pode estar dissociada do fazer técnico do jornal. [...] ou o projeto político do jornal coincide com o seu projeto político individual, e ele o assume, ou não, e ele deve afastar-se de sua função executiva para entregar-se ao exercício puro do jornalismo como repórter ou redator (SILVA, 2005, p. 102-103).

A admissão de projeto político próprio traz à tona e desqualifica o enquadramento do jornalismo da *FOLHA* como missionário. Todo intento político é teleologicamente voltado ao poder, à hegemonia, a alguma forma de participação preponderante no Estado por ente integrado à sociedade civil. A empresa declara ter um projeto político e esse projeto, sendo o jornal aparelho privado partidário, o remete à busca da hegemonização como ato histórico a realizar-se permanentemente. A cobrança de comportamento aliado à ação política da empresa pode ser encontrada no ultimato que estabelece diferenciação entre “jornalismo puro” e “cargos de confiança”. Aos ocupantes se requer coincidência de projeto com as proposituras do jornal, funcionando o jornalista como militante partidário. Nesse processo, ingressaria num transformismo “sob medida” a fim de conservar o cargo ou, pelo menos, o emprego.

A citação ao projeto político do jornal traz, na seqüência, a afirmativa de que a “Direção *tem o dever* de exigir solidariedade política dos que ocupam cargos de confiança porque a execução do projeto não pode estar dissociada do fazer técnico do jornal”. É argumentação falaciosa: transforma o interesse particular da empresa em interesse que deveria constar na universalidade das consciências profissionais. O desenvolvimento da empreitada de colonização de consciências como “dever” do próprio jornal.

Frente a isso podemos chegar a duas conclusões que demonstram o vazio discursivo, mas instrumental, voltado para confundir prática profissional com práxis de dominação: 1) dever pressupõe dever para com, subordinação, incumbência perante outrem, pessoa ou instituição, a quem se deve respeito ou obediência social ou jurídica. Portanto, relação assimétrica da empresa para com alguém, algum ente que lhe seria superior, e que estaria a lhe cobrar, o que não existe dada a condição autárquica do jornal; 2) inversamente, a cobrança que se



manifesta na prática é da empresa sobre a Redação, exigindo fidelidade ao *Projeto*. Isso expõe o caráter classista do discurso e a consciência de tal por parte da Direção, ao manipular seu pretenso “dever” de cobrar adesão aos trabalhadores jornalistas.

Em 1982, o documento “A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo”, busca afirmá-la como isenta de ligações políticas, mesmo tendo admitido projeto político:

Esses esforços no rumo da independência exigem [...] um crescente profissionalismo da nossa parte. Embora a imparcialidade jornalística seja uma fantasia [...], ainda assim é preciso reconhecer que há tratamentos jornalísticos mais imparciais que outros [...] Nesse sentido, profissionalismo é sinônimo de desengajamento (SILVA, 2005, p. 103).

A exigência de desengajamento exhibe contraditório. O desengajar seria, por disjunção, engajamento ao jornal. A atitude tem origem no fato de que, de forma simultânea e combinada ao acúmulo do capital, o grupo empresarial que controla o aparelho privado de hegemonia produz, difunde e inculca coletivamente ideologia, bem como seus respectivos subconjuntos ideológicos (MADRID, 1982). Com isso exigia-se dos trabalhadores alinhamento automático à empresa, a fim de ajustarem-se à produção de jornalismo integral conservador. Não havia disposição de admissibilidade a contestações internas, manifestações de pensamento discordante, invocando-se o “profissionalismo” como pano ideológico a encobrir o engajamento do jornal aos propósitos políticos do seu bloco histórico.

## **2.6 O *Projeto Folha* e o “duplipensar”**

O ano de 1984, sugestivamente, serviu de marco para os desdobramentos mais contundentes do *Projeto Folha*, com a implantação do *Manual Geral da Redação*, um conjunto de rígidos princípios para disciplinar o comportamento profissional. Além de ser perpassado pela ideologia do jornal, o *Manual* buscava a criação de senso comum entre seus profissionais. A instauração do processo de poder interno dava conseqüência à formação de quadros jornalísticos gerenciais, com comando sobre o restante da Redação. Também em

1984, foi editado o documento “A Folha depois da campanha Diretas-já – Credibilidade exige responsabilidade”.

A campanha diretas-já faz parte da história brasileira. Faz parte, também, da história da Folha que aderiu à campanha em novembro do ano passado e foi o primeiro grande meio de comunicação a fazê-lo. De novembro até a votação da emenda Dante de Oliveira, em abril, o jornal experimentou uma mobilização interna sem precedentes. Externamente, disseminou e consolidou o prestígio público acumulado nos anos anteriores. Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a Folha; depois dela, tornou-se impraticável. Esse desenvolvimento aumenta nossas responsabilidades. Depende do nosso trabalho levar a Folha até a sua maturidade jornalística ou fazê-la regredir, desperdiçando uma oportunidade talvez única. Temos em nosso favor a ausência de preconceito, uma posição política aberta e que encontra ampla ressonância na opinião pública, uma disposição para crescer e mudar e ainda a relativa estagnação em que se acha a maioria dos demais grandes jornais. (FOLHA DE S. PAULO, 2008e.)

A utilização do passado honroso é enfática. Por silogismo, como as *Diretas-já* fazem parte da história brasileira e a *FOLHA* no movimento ocupara lugar de destaque, implica que sua história confunde-se com a própria história nacional. A “conquista” de “importante crédito” junto à sociedade civil seria o demonstrativo da contabilidade e das boas condições das finanças políticas do jornal, com recursos sociais advindos de participação “decisiva” no movimento. O dizer é olímpico e entusiástico. O documento salientava também aspectos como ser a empresa “economicamente sólida, financeiramente saudável e que vem adotando uma atitude crescentemente agressiva no setor publicitário e comercial”. Além disso, seria dotada de “autonomia política” e agente de “contundência editorial”. Falava também do sucesso que fora a informatização do jornal, mas reclamava “da qualidade dos serviços noticiosos e da instabilidade do padrão informativo, muito oscilante de uma edição para outra”.

Nossos critérios são muito heterogêneos e, além disso, é comum faltar orientação editorial para repórteres ou redatores, que se ressentem da falta de instruções precisas e uniformes. Finalmente – e apesar das constantes substituições de pessoal, responsáveis por uma certa turbulência que intranqüiliza a Redação – ainda há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não

está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da Folha. Não há tempo nem condições materiais para adestrá-los e prepará-los adequadamente; terão que ser substituídos (FOLHA DE S. PAULO, 2008e).

Era a fase de *endurecimento* do jornal. A substituição das unidades humanas produtivas objetivava a desarticulação da Redação e dava aos trabalhadores jornalistas a sensação disso mesmo: de serem apenas peças descartáveis, retirando-lhes a condição de sujeito ou de intelectuais. Incapazes, portanto, de aprender o esquema mental em processo. Enquanto não-pensantes ou agentes instrumentais não-conformados, perdiam o estatuto mediato requerido de intelectuais, *conditio sine qua non* deveriam ser eliminados. Os que ficassem, pela aceitação das normas do *Projeto*, teriam autonomia relativa para agir, desde que presos à liberdade normalizada.

O anúncio de que havia profissionais incompetentes, ao lado de intelectuais maiores, justificava discurso de poder; o poder de depurar o organismo jornalístico, instalando-se situação de instabilidade pela suspeita que pudesse recair sobre qualquer um tido como ultrapassado. Aos demais ficava implícita situação mediata de intelectual orgânico. Esse solo movediço permitia que com desenvoltura tivessem procedimento as ações do *Projeto Folha*, cuja Direção, no afã de formação de quadros transformistas, revelava a sua fraqueza: sem pessoas de confiança não seria possível levar adiante o intentado.

Em fevereiro de 1987, há um cálculo informal na direção de Redação da Folha de quantos jornalistas fecham totalmente com o projeto, pessoas que o compreenderam integralmente e com quem a direção pode contar acima de dúvidas. As estimativas vão de 30 a 60, num total de 360 (SILVA, 2005, p. 126).

Esses seriam os “qualificados”. Fica sugerida a ocultação de um aspecto: a pretensão do jornal não seria o jornalista qualificado, mas o produto, o jornal “qualificado” perante o mercado. Invertiam-se os valores e tinham-se homens como peças de produção. Aos não-demitidos dava-se a sensação de sentirem-se valorizados e incluídos. Mas o dado jornalista era apenas articular, uma vez que jornalistas são substituíveis. Trocava-se a compreensão de que “a qualidade deveria ser atribuída aos homens, e não às coisas, e a qualidade humana eleva-se e torna-

se mais refinada na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades, tornando-se independente” (GRAMSCI, 1988, p. 402).

Contrariamente ao que diz Gramsci, a comunicação massiva que se produz para venda a partir do processo capitalista é burocratizada, hierarquizada e compatibilizada à estrutura produtiva de uma fábrica. A fábrica, aqui a fábrica noticiosa, permite que o dirigente possa ceder níveis decisórios a algum tipo especial de trabalhador – seus intelectuais orgânicos. Todavia, isso não altera questão de fundo: o trabalhador cumpre ordens do capitalista ou dos seus prepostos e, mesmo tendo alguma representatividade perante a empresa, será sempre seu subordinado (BOLAÑO, 2000). Também em 1984, a exigência de adesão acrítica ao *Projeto* seria estendida a toda a Redação.

Desde julho de 1984, qualquer pessoa contratada pela Folha passou a ler e manifestar concordância com o projeto para poder ser admitido e começar a trabalhar. A adesão exigida dos ocupantes dos cargos de confiança em 1982 passava agora a ser requerida de todos os jornalistas. O princípio é de que ninguém é obrigado a trabalhar onde não quer, mas para poder contribuir para o avanço do lugar onde se trabalha é preciso que se concorde, pelo menos durante o exercício da profissão, com os pressupostos técnicos que orientam o trabalho em determinada empresa. Não se trata de adesão político ideológica, mas de adesão técnica. Um operário da Volkswagen que não aceite os padrões de qualidade da empresa não pode ali trabalhar. [...] O operário que não aperta direito os parafusos da roda, seja por desleixo, incapacidade ou por divergir dos critérios técnicos que determinam certos procedimentos, não deve trabalhar na Volkswagen (SILVA, 2005, p.119).

A afirmativa manipula deliberadamente um paralogismo: jornalismo é irrecusavelmente ação parcelar a processo ideológico; somente é técnica enquanto exercício de três saberes básicos, que o repórter tem a partir do seu vocabulário de precedentes<sup>21</sup>: saber de reconhecimento, relativo à capacidade de o profissional reconhecer quando um fato é noticiável; saber de procedimento, que diz respeito à maneira como apurar esse acontecimento e saber narrativo, que refere à competência de relatar o acontecido (TRAQUINA, 2001). Caso a empresa estivesse investindo em aspectos unicamente técnicos haveria simplesmente o estabelecimento de normas quanto a estilo e forma, prioridade de assuntos ou

---

<sup>21</sup> Esse “vocabulário” é um conjunto de experiências acumuladas pelos jornalistas. De tal forma que, pela insistente vivência com fatos de alguma forma homólogos, permite-se estabelecer um vínculo entre fato novo e acontecimentos precedentes.

temas, bem como admissível reforma gráfica. Ocorria, porém, disciplinamento ideológico, que incidia sobre o conteúdo do discurso, não sobre sua technicalidade. Então, para que se fizessem as mudanças, era necessário a contenção de idéias, ajustadas a matriz de pensamento, mediante a formalização de um “de acordo” por parte do jornalista. Não se aplicava, inversamente, a garantia dos profissionais contra abusos editoriais, o que se daria mediante instituição de cláusula de consciência ou cláusula moral, fiadoras da não-violação de foro íntimo conviccionado. Muito ao contrário, a sistematização apenas aludia à presença do jornalista como pretensa forma de participação do sujeito em projeto autoritário; elidia esta mesma participação ao manter situação de assimetria entre jornalistas e Direção e iludia, no final do processo, àqueles que confiavam estar efetivamente deste participando, uma vez mantida a assimetria classista. Com a assertiva de que “é preciso que se concorde, pelo menos durante o exercício da profissão” com a ideologia da empresa Silva dá vitalidade a insólita pressuposição do *Partido orwelliano: o duplipensar*.

Duplipensar quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas lembranças devem ser alteradas; portanto, sabe que está aplicando um truque na realidade: mas, pelo exercício do duplipensar, ele se convence também de que a realidade não está sendo violada. O processo tem de ser consciente, ou não seria realizado com precisão suficiente, mas também deve ser inconsciente, ou provocaria uma sensação de falsidade, e, portanto, culpa (ORWELL, 1975, p. 200).

Caso fosse possível a um jornalista pensar de uma forma durante o exercício de suas atividades e assumir seus verdadeiros pontos-de-vista após o trabalho o raciocínio proposto por Silva seria plenamente possível. A pendularidade do seu convencimento o levaria a situação de trânsito mental, um transe de semi-realidade que o tornaria apto a trocar de pontos-de-vista sutil e permanentemente. Em meio a essa névoa mental, seria possível aceder milimetricamente ao que dele se pretendia.

O duplipensar é a pedra basilar [...] já que a ação essencial do Partido é usar a fraude consciente ao mesmo tempo que conserva a firmeza de propósito que acompanha a honestidade completa. Dizer mentiras deliberadas e nelas acreditar piamente, esquecer qualquer

fato que se haja tornado inconveniente, e depois, quando de novo se tornar preciso, arrancá-lo do olvido o tempo suficiente à sua utilidade, negar a existência da realidade objetiva e ao mesmo tempo perceber a realidade que se nega – tudo isso é indispensável (ORWELL, 1975, p. 200-201).

O *duplipensar* proposto à Redação representava processo de convencimento. Convencimento sob pressão: pela coerção se diz que não existe coerção. E uma vez o crédulo aceitando com fé tal assertiva, sente-se em liberdade para pensar segundo o que lhe foi dito. Desta forma não perceberia a pseudo-liberdade por efeito mesmo do *duplipensar*. Agiria sob comando sem perceber-se sob comando. Alternaria automaticamente suas convicções a partir da diretiva do jornal, utilizando de artifício simples: para pensar de uma forma ou de outra, bastaria entrar ou sair da Redação, ou estar ou não em serviço. Em lá chegando ou mesmo trabalhando fora, pensaria como o jornal. Dali saindo e não mais em serviço, agiria aparentemente de moto próprio e teria a impressão de não estar sob domínio, pois lhe havia sido dito que não estava sob domínio. Mesmerizado, o jornalista agiria sempre a partir de tal encantamento e chegaria a pensar como o jornal apesar não estar no jornal. Trata-se, como se vê, de exercício de poder que assume uma espécie de totalitarismo mental, mas afirma-se não-existente, natural. Acreditar na *FOLHA* como ente esclarecido e esclarecedor da Redação seria a maneira de aquela, estabelecida essa crença, acreditar-se não-dominada, pois isso lhe fora ensinado.

A classe ideológico-totalitária no poder é o poder de um mundo invertido: quanto mais forte ela é, mais afirma que não existe, e sua força serve-lhe em primeiro lugar para afirmar sua inexistência. [...] A organização social da mentira absoluta decorre dessa contradição fundamental (DEBORD, 1997, p. 72).

Assim, trabalhar as contradições a seu favor é ação típica das classes dominantes através de aparelhos que organizam socialmente a “mentira absoluta”. Em lugar da força surge a sedução e tudo se torna natural. No plano jornalístico esse processo ilusivo, como demonstrado, parte “de dentro” e se espraia socialmente. Todavia, os mecanismos sociais de recepção impedem que haja uma colonização mental como a pretendida. Os leitores não são meros repositórios de conteúdo, mas se valem de seus próprios repertórios de cognição para rever e

também se apropriar simbolicamente daquilo que lhes foi enviado (ESTEVEVES, 2003). Daí a necessidade de manter-se a guerra de posição, a fim de buscar influenciar o mais possível o leitorado e desfazer seus filtros, reforçando, por outro lado, idéias preexistentes e convergentes aos dominantes. Na internalidade das Redações a metáfora da “mentira absoluta” é também exercício permanente de poder.

O que quer que os jornalistas suponham ser um jornalismo honesto, a verdade é que lhes é quase impossível resistir às pressões da administração, das fontes e até dos colegas. “Nossa profissão tenta ainda preservar seus padrões éticos, mas, pelo que vejo, a tarefa vai se fazendo mais e mais difícil (...) Não há nada de errado com altas participações de mercado, lucros polpudos ou circulação ampla. Porém, desempenho econômico é uma coisa; integridade jornalística, outra”, escreve Helen Thomas [...] (BERTRAND, 1999, p.17).

A adequação da Redação ao *duplipensar* está bem de acordo com as propostas de “lucros polpudos e circulação ampla”, uma vez que é pela crença no produto que se o faz “melhor”. Por isso, é do interesse da empresa manter quadro mais ou menos estável de trabalhadores qualificados [o que inclui sua “qualificação” ideológica] uma vez que o complexo humano é também uma máquina que não deve ser excessivamente desarticulada, a fim de que não se provoquem grandes perdas (GRAMSCI, 2001a).

Aqui, o ajustamento ao *duplipensar* é o elemento que “qualifica” o trabalhador jornalista. Ele opera formulações simbólicas, difunde valores, participa – queira ou não – do processo de hegemonização do jornal, diferenciando-se completamente do “operário da Volkswagen que não aceite os padrões de qualidade da empresa”. A visão reducionista, entretanto, mantém o paralogismo quando se vale do recurso de comparar o incomparável. “As opiniões de um jornalista estão intimamente ligadas ao exercício da sua profissão. [...] os homens não mudam de opinião da mesma maneira que se aceita na indústria, por exemplo, a modificação de um processo de fabrico” (CORNU, 1994, p. 72-73).

O tema da liberdade de expressão no interior das Redações é antigo. Em 1928, o *Bureau International du Travail*, no relatório “Condições de trabalho e de vida dos jornalistas”, relatava:

“[...] o jornalismo é freqüentemente vivido como uma paixão, tende a preencher todo o espaço da existência, a colonizar a vida de família e os lazeres. Qual o empregador que, consciente ou

inconscientemente, não é levado a tirar partido, e quantas vezes proveito, desta disponibilidade e deste entusiasmo?” (CORNU, 1994, p. 74).

Ao implantar o sistema de adesão formal ao *Projeto a FOLHA* pratica gesto que atenta contra o direito individual de opinião e incorre em ato que fere a ética: “Não há ética sem liberdade, sem capacidade de traçar a sua própria vida [...] Esta liberdade [...] é liberdade moral [...] Mas é também liberdade social (ou política) na medida em que se traduz por uma vontade, por uma efectuação” (CORNU, 1994, p. 131). A exigência, ademais, se insurge contra a Declaração de Munique, de 1971, segundo a qual o jornalista não pode ser obrigado a “cumprir um acto profissional ou a exprimir uma opinião que seja contrária à sua convicção ou consciência. [...] Reivindica um espaço de liberdade que é o da ética, no qual se enraízam as suas decisões, as suas opções pessoais” (CORNU, 1994, p. 72). Do mesmo modo, a cobrança aos trabalhadores contrapõe-se à compreensão de “que nenhuma publicação pode substituir o cérebro pensante” – seja do jornalista, seja do leitor (GRAMSCI, 2001b, p. 242). O propósito, percebemos, volta-se para a construção de tempo histórico favorável empresarialmente ao jornal. O processo de poder mantém a arregimentação de grupo cujo saber profissional assegure a possibilidade de penetrar nesse tempo histórico de forma evolutiva.

Qual a natureza desse poder? É o poder sobre as estruturas simbólicas que governa nossos pensamentos e sentimentos; nosso cérebro e nossa mente seguem o seu compasso. Sempre foi assim, na forma e na palavra escrita ou falada: “No princípio foi o verbo.” [...] *Fortis imaginatio facit casum* – diziam os romanos: uma imaginação forte cria o fato (LERNER, 1984, p. 80).

O fortalecimento da empresa a partir de estrutura humana dotada de *fortis imaginatio* pró-*FOLHA* garante sua capacidade de emitir continuamente material simbólico. O jornal tornou-se a nova praça social, substituindo o espaço físico da praça tradicional, onde as vozes políticas se manifestavam. Como a própria *FOLHA* admitiu, em suas páginas há todo um projeto político. Como espaço e praça social, não é mediador neutro e desinteressado entre os diversos interesses ou entre os mais diferentes saberes. Tem autonomia discursiva e capacidade de incluir ou descartar assuntos ou temas, enfatizar acontecimentos e fazer a recriação de



narrativas. Pode ter movimento pendular entre o conformismo e a ordem e ação reativa ao que se encontra estabelecido. Seu controle por classe fundamental dominante o mantém em permanente vantagem e lhe permite dar saliência à agenda de discussão que lhe interessa (KUCINSKI, 2005). Esse catálogo de competências para administrar fatos e encaminhar o trâmite de sua simbolização confere ao jornal o *status* de atribuir ao noticiário a condição de dogma do dia-dia; dogma fungível, que renascerá, precisa renascer, na manhã seguinte.

## 2.7 “O fechamento é um ato de força”

Quando em 1984 o jornal implantou o *Manual Geral da Redação* o *Projeto Folha* ganhava contornos mais nítidos:

Precisamos identificar e atacar diretamente os problemas de estrutura. Antes de tudo, temos que uniformizar nossos critérios editoriais e técnicos. Está praticamente concluído o Manual Geral da Redação. Ele é fruto de um processo que se estende desde o final do ano passado (FOLHA DE S. PAULO, 2008e).

O comunicado constava do documento “Precisamos atacar os problemas” e detalhava:

Não se trata de um evangelho editorial. Trata-se de uma base de referência que traduz uma visão uniforme sobre os vários problemas da atividade jornalística. [...] vai sustentar as nossas discussões e decisões com a objetividade do texto escrito, que substituirá a subjetividade das opiniões pessoais (FOLHA DE S. PAULO, 2008e).

O documento fixava a necessidade de agir com determinação para a seleção de assuntos ou temas tidos como prioritários, enfatizando as cobranças relativas ao saber narrativo. Seria preciso “determinação para recusar trabalhos com qualidade insatisfatória, para punir erros cometidos e para, em última instância, substituir profissionais” (FOLHA DE S. PAULO, 2008e).

A ênfase na ação não-evangelizadora do *Manual* terminou por cometer ato frasal polissêmico não-intencional, revelador de que o *Manual* era sim um evangelho editorial, pois o que não é não precisa ser dito que não é. Quanto ao aspecto punição, na forma em que está proposto, exige negativamente obediência à

Direção, permitindo que as penalidades a ser impostas o fossem de maneira a que funcionassem como afirmação das normas do “evangelho”. Como estava em vigência a *objetividade*, por oposição à *subjetividade* supostamente banida, qualquer trabalho tido como “subjetivo” estaria, *a fortiori*, incluído no índice das obras informativas editorialmente censuráveis. Tal objetividade, entretanto, era originária de ato do pensar, ou seja, objetividade criada, formulada. Era a objetividade-*FOLHA*. Portanto, subjetiva, uma vez que inexistente no mundo e oriunda das idéias da Direção. O raciocínio revela-se falacioso. É bastante sugestivo o modo como a empresa expressa essa convicção, uma vez que, mesmo encontrando-se flagrante inconsistência na afirmação de que “o texto escrito substituirá a subjetividade das opiniões pessoais”, faz tal declaração e a sustenta, como se a produção textual não fosse ato de subjetividade. Seria, entendemos, sobeja manifestação de conciliar duas idéias opostas, ou *duplipensar*. Desta forma, a artificialidade do homem, sua capacidade de artífice, dirige-se também para o plano das idéias quando estas, pela própria artificiosidade, dão decorrência a convicção em coisa errada. Ao criar ambiente mental artificial entre os jornalistas a *FOLHA* construía os corredores por onde deveria transitar todo o coletivo intelectual. Isso incluía a Direção, ela própria subsumida ao *duplipensar* que criara e crédula de suas próprias formulações, mesmo ambíguas e em processo de exclusão recíproca.

Não há quase necessidade de dizer que os mais sutis praticantes do *duplipensar* são os que o inventaram e sabem que é um vasto sistema de fraude. Em nossa sociedade, os que têm o melhor conhecimento do que sucede são também os que estão mais longe de ver o mundo tal qual é. Em geral, quanto maior a compreensão, maior a ilusão; quanto mais inteligente, menos ajuizado (ORWELL, 1974, p. 201).

Organizado em verbetes, o *Manual*, de 67 páginas, definia questões gramaticais e de funcionamento das rotinas jornalísticas. O núcleo duro do *Projeto Folha*, sua essência ideológico-dominadora, manifestava-se mais vivamente no verbete “Fechamento”. Após definir que fechamento “é a conclusão do trabalho de edição”, afirmava:

O fechamento é um ato de força. Exige disciplina, concentração, rapidez. Quem fecha precisa ter uma visão de conjunto da edição de suas etapas, desde a produção [...] deve tomar uma série de

decisões em curto prazo e fazê-las cumprir com energia. Deve prever problemas [...] bem como os meios de solucioná-los caso ocorram (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 39).

O fato de que uma atitude seja “ato de força” pressupõe alguma forma de arbitrariedade, ação intimidativa de ser humano sobre outro ser humano, com o fim de superar obstáculos atribuídos a quem se quer intimidar – a “energia” prescrita pelo *Manual*. Mais adiante, o verbete preconizava: “O compromisso de quem fecha é duplo: com a qualidade da edição e com o horário estabelecido no cronograma industrial. Cada atraso no fechamento resulta em perdas de circulação” (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 39). O ato de força, portanto, parte primeiro da Direção sobre as chefias intermediárias, insinuando a estas sua condição de assalariadas, apesar da situação de representantes da empresa. Seriam, assim, peças humanas mediatas ao ato de força e também a este subordinadas. O verbete alude também à sua responsabilidade para com a vendagem do jornal, portanto, para com o lucro da empresa. Também ali, errar significava ser punido. Em continuação, encontramos no documento “Precisamos atacar os problemas” uma sutileza: a cobrança de produtividade viria “do leitor”, não do jornal. E então, como conseqüência, “nós não temos alternativa, exceto a intransigência técnica” (FOLHA DE S. PAULO, 2008e). A “intransigência técnica”, pelo fato de ser intransigência, é o mesmo ato de força, coação em grafia eufêmica.

O documento ensinava também que a *FOLHA* seria detentora de “mandato do leitor”, que lhe delegava a tarefa de investigar fatos, recolher material jornalístico e fazer a sua publicação. “Se o jornal não corresponde às suas exigências, o leitor suspende esse mandato rompendo o contrato de assinatura ou interrompendo a aquisição habitual nas bancas” (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 58). Recomendava ainda na Redação um permanente “estado de tensão nervosa” – estado esse denominado de Tensão Jornalística – e definido como reflexo de que “tudo o que a Folha publica é importante, grave ou dramático. [...] Se essa tensão não transparece, o jornal transmite um clima de preguiça, complacência e abulia” (FOLHA DE S. PAULO, 1984, p. 81). A tensão produtiva de alguém, a partir dessa normalização, permite sua inferência como exercício de dominação, atemorização, reforço negativo a comportamento disciplinado, em sinergia com o ato de força do fechamento da edição.

Nas edições seguintes, o *Manual da Redação* amenizaria o tom imperativo, sinal de que as prescrições do *Projeto Folha* haviam, ao longo do tempo, surtido efeito. “Frias Filho acha que, embora seja necessário um esforço para reduzir a taxa de *turn over*, é quase inevitável o que ele chama de ‘seleção natural’: algumas pessoas simplesmente não agüentam e pulam fora” (SILVA, 2005, p. 195). O autor comprova novamente a situação impositiva quando faz referência ao *Superego* – sistema de controle individual implantado a partir de planilha criada para listar erros creditados a jornalistas, e informa: “Os que não gostavam [...] já se calaram ou não estão mais na *Folha*” (SILVA, 2005, p. 165).

O *Projeto* e suas determinações, entretanto, continham núcleo de incoerência assim manifestado: “Os melhores repórteres e articulistas nunca tiveram de se submeter [às suas normas]” (SILVA, 2005, p. 24). Temos algo paradoxal: numa organização onde a Redação era mantida sob “controle político” um grupo seletivo, “os melhores”, tem essa liberdade. Isso sugere que esses “melhores” estavam previamente livres porque exatamente já “pensavam” como o jornal. Aceitavam-se como livres pelo fato de que jamais intentariam ultrapassar os limites do seu cerco. “A liberdade é a liberdade de dizer que dois e dois são quatro. Admitindo-se isto, tudo o mais decorre” (ORWELL, 1975, p. 79). Todavia, a flexibilização do *Projeto* ao longo do tempo era aceita como inevitável:

[...] nada indica que a normatização possa funcionar como fórmula permanente. Tomada ao pé da letra, não seria surpresa se ela logo se mostrasse incapaz de revestir o relevo acidentado da notícia e se perdesse num discurso tanto mais inócua quanto mais total, tanto mais abstrato quanto mais preciso (FRIAS FILHO, 2005, p. 23).

A visão de Frias Filho expõe o núcleo da questão: o discurso, enquanto fetiche, se esvairia em si próprio pelo fato da imposição absoluta. E se revelaria, ao longo do tempo, como coisa inapropriada, totalitarismo a tombar ao peso de sua própria inexequibilidade, ao fixar a homens o necessário desempenho de máquina.

## **2.8 Uma voz de jornalista**

A implantação do *Projeto* não se fez sem embates com a Redação. Como internamente se deu em dois flancos, adestrando consciências e disciplinando

produção, a entrada em vigor do *Manual Geral da Redação* causou forte reação da parte dos jornalistas. Foi visto como uma “camisa de força” (LODOÑO *apud* SILVA, 2005, p. 155), e a equipe teve 30 dias para leitura, antes que entrasse em vigor. Junto aos trabalhadores, porém, havia suposição de que, como novidade, o *Manual* seria apenas uma formalidade que intentava adentrar à cultura profissional. Passadas algumas semanas, cada um poderia voltar a redigir segundo seu próprio estilo. Contudo, a determinação de fazer cumprir o *Manual* “a qualquer custo” foi decisiva para o surgimento do clima de repúdio (SILVA, 2005, p. 155). O fator-chave para o conflito era a questão das classes em presença, contida no *Manual*:

Não há dúvida de que a *Folha* é um jornal burguês. Também não pode haver grande discussão quanto ao fato de que o projeto do jornal se vale de uma lógica burguesa. Durante o período histórico brasileiro em que os interesses de parte da burguesia se associaram aos dos movimentos populares [referência às *Diretas-já*] o jornal chegou a ser visto como aliado desses movimentos. No mesmo período histórico, a *Folha* chegou mesmo a ser instrumentalizada em situações específicas por alguns desses movimentos por meio de jornalistas com concepções políticas revolucionárias. Com a consolidação do sistema representativo (burguês), que coincidiu com o início do estabelecimento do projeto na redação, as diferenças passaram a se tornar expressas novamente (SILVA, 2005, p. 129).

A lógica burguesa admitida estabelece o jornal como ente histórico e participante da sociedade civil, supostamente a favor de interesses sociais. Mas, desde que, e quando, tais interesses coincidissem com os interesses da empresa. Porém, quando surge o dissídio, ganha ponderabilidade social a vertente burguesa. E a empresa, pelo fato de ser ente burguês, portanto classista, tinha/tem disposição de colocar-se de forma ressaltada na defesa de seus propósitos – o jornal como “grande intelectual” e aparelho privado de hegemonia. Isso lhe confere desenvoltura para criticar a classe integrada pelos seus dirigentes, bem como fazer a sua defesa, o que dá para dentro e para fora da Redação. Assumida pelo jornal, a lógica burguesa não se interessa pelo confronto com o social, pelo menos não em princípio. Entendendo-se aqui o social como “consumidores”, estes integram larga parcela do mercado e da sociedade civil sobre a qual o jornal se remete. Inicialmente, funcionam mesmo como consumidores e dão respaldo econômico à empresa; depois, como instância sócio-política a ser ideologicamente administrada pelo jornalismo integral conservador. Daí ser necessário “proximidade” entre o jornal

e aqueles, uma vez que sobre tais não tem domínio. Internamente, porém, dado que a Direção detém poder sobre a Redação, os fatos se encaminhavam em sentido inverso e o confronto se deu.

Assim, o jornal, ao assumir condição classista no pós-*Diretas-já*, estabeleceu o contraditório dominadores/dominados dentro da Redação. As *Diretas-já* precisavam ser levadas à condição de passado. Passado precioso, é verdade. Que seria preservado e lembrado na memória social, mas agora devia ceder lugar aos ditames do mercado. A *FOLHA* incorporava-se à ordem “ocidentalizada” então nascente, ganhando autonomia para funcionar ao lado de outras instituições burguesas como formulador e difusor de seus interesses. Para isso, o trabalhador jornalista deveria ser disciplinado.

Em janeiro de 1985, a Redação produziu abaixo-assinado em que o *Manual* era severamente criticado. Ocupantes de cargos de editor e editor-assistente, signatários do documento, foram afastados. O jornalista Clóvis Rossi, que integrava o Conselho Editorial, também foi deste desligado e demitidos quatro ocupantes de cargos de confiança. O Sindicato dos Jornalistas interveio e gerou-se situação conflituosa (SILVA, 2005).

O jornalista Gabriel Romeiro, presidente do sindicato à época, em entrevista relativa a este trabalho, respondeu assim, quando indagado a respeito do *Projeto Folha*:

[...] Pelo que me recordo, o *Projeto Folha* era muito mais do que a implantação de uma nova linha editorial ou coisa que o valha. Era uma reforma geral da empresa que a mim me parece que tinha um duplo objetivo imediato e um grande objetivo a longo prazo. O primeiro objetivo imediato era livrar o jornal da imagem de conivente com a ditadura, que estava então chegando ao fim. O fato de a *Folha* não ter sofrido censura prévia deixava-a mal naquele momento, frente a seu concorrente – o *Estadão*<sup>22</sup> – que até hoje gosta de lembrar a todos o quanto foi vítima das arbitrariedades naquela época. A campanha das *Diretas-Já*, que a *Folha* encampou, cumpriu esse papel de sacudir dela a poeira da suspeita de conivência com a ditadura. Outro objetivo imediato era o de consolidar na empresa, principalmente na Redação, o poder de Otávio Frias Filho, o filho mais velho do proprietário, que então assumia sua direção. A longo prazo, o objetivo da *Folha* era vencer a concorrência com o *Estadão*, de forma a se tornar não só o jornal de maior tiragem da cidade mas, se possível, o único. Falava-se naquela época que uma pesquisa encomendada pela *Folha* concluía que em 10 anos não haveria

---

<sup>22</sup> Referência ao jornal *Estado de S. Paulo*.

mais lugar para dois grandes jornais em São Paulo, capital. A *Folha* teria então que superar de tal forma o *Estadão*, que este acabaria se inviabilizando. A visão que a categoria/redação teve desse processo foi muito matizado. Havia uma percepção generalizada de que se tratava de algo modernizador, tanto do ponto de vista empresarial quanto jornalístico, o que era considerado positivo. Algumas regras que vinham no bojo do projeto, sobretudo por serem impostas de maneira muito uniforme, acabaram virando objeto de zombaria (por exemplo, a obsessão com a idade das pessoas mencionadas nas matérias ou, no caso da cobertura esportiva, com as estatísticas do evento). Havia, entretanto, problemas graves e o principal deles não era apenas a forma autoritária e nada participativa com que o *Projeto Folha* foi imposto à redação. Pior ainda do que isso era um sistema de avaliação dos profissionais que resultava em demissões que eram efetivadas com uma impiedosa periodicidade<sup>23</sup>. No início do ano de 1984, quatro meses antes da diretoria que presidi assumir o sindicato, a *Folha* tinha demitido de uma só vez cerca de 100 revisores, simplesmente fechando o setor de uma hora para outra. O prosseguimento das demissões nos meses seguintes, em consequência da implantação do *Projeto Folha*, reforçava a idéia de que a empresa não tinha o menor respeito pelo emprego das pessoas. É preciso notar, entretanto, que demissões em massa de grandes empresas jornalísticas se generalizaram bastante a partir dos anos 90. Nesse sentido, a *Folha* foi pioneira nesse modo de tratar desrespeitosamente o posto de trabalho dos jornalistas. Hoje, talvez nós ficássemos menos chocados. Naquela época, entretanto, só havia demissões em massa, como as praticadas pela *Folha* por ocasião da implantação do seu projeto, quando as empresas enfrentavam crises gravíssimas, o que não constava ser o caso (ROMEIRO, 2007).

A declaração traz à claridade a ação coercitiva sobre a Redação para torná-la intelectual orgânico coletivo; a disposição hegemônica da *FOLHA*, vislumbrando a eliminação do concorrente e a preocupação dos seus dirigentes com a construção do passado. O passado das *Diretas-já*, sobreposto ao “outro passado”, aquele em que o jornal era agente aliado à ditadura.

Como toda a imprensa, o *Grupo Folha* apoiou o movimento militar no início, mas foi dos primeiros a ir contra ele, logo depois. E a *Folha da Tarde* [pertencente ao Grupo] a fênix de 1967, foi de certa forma o calcanhar-de-aquiles do grupo. Nas mãos da “esquerda” até comecinho de 1969, através de membros da Ação Libertadora Nacional (ALN) na Redação – quando por ali passaram Frei Betto, na época em que os frades dominicanos mantinham uma relação orgânica até com Carlos Marighella, Luiz Roberto Clauset e Rose, mulher dele –, no início dos anos 70, a *Folha da Tarde* reuniu a “direita”, infiltrada por gente ligada à repressão. Nessa fase, o jornal publicava títulos como “Lamarca, o louco, é o último chefe do terror”.

<sup>23</sup> Referência ao *Superego*, a planilha para registro de desempenho dos profissionais.

Isso evoluiu para o uso, em alguns casos, de caminhonetes da *Folha* pelos militares e culminou num ataque da facção terrorista VAR-Palmares a essas caminhonetes, queimando algumas delas em represália. [Octávio] Frias foi ameaçado de morte, o que obrigou a família dele a ir morar, com proteção do Dops, no 8º andar do prédio do jornal [...] (PASCHOAL, 2007, p. 153).

O processo hegemônista induziu o ente hegemônico a sacudir de si a circunscrição à época, para se inscrever no andamento histórico. A empresa liberou-se dos tempos de aparelho engastado ao militarismo para empreender a virada rumo ao mercado. Quanto ao relacionamento com o sindicato, Romeiro fez assim a sua narrativa:

Desde o início tínhamos uma visão razoável sobre o alcance e intenções do projeto, ainda que essa visão tenha se amadurecido à medida que o processo avançava. Por outro lado, o sindicato nunca entendeu que devesse tomar partido pró ou contra o Projeto. Para nós, isso fazia parte da estratégia da empresa [...]. Não houve, pois, uma reação de desacordo com relação ao Projeto [...] Nossas reações foram pontuais em relação aos efeitos perversos que ele tinha sobre a segurança econômica dos jornalistas. O fato de ter havido uma profunda deterioração nas relações entre a *Folha* e o sindicato durante o nosso mandato, não se explica apenas pelo Projeto. Antes de mais nada, é preciso levar em conta que a redação da *Folha* era provavelmente a mais mobilizada se comparada com as dos outros grandes jornais de São Paulo na passagem dos anos 70 para os 80. Algumas semanas depois da posse da nossa diretoria, essa capacidade de mobilização se provou efetiva ao impor uma derrota à empresa. Na época, uma decisão da Justiça do Trabalho, que viria a ser revista meses depois, obrigava as empresas em São Paulo a pagar em dobro as horas-extras trabalhadas pelos jornalistas. Como a *Folha* não pagou no primeiro mês depois da decisão judicial, fomos à empresa cobrar o seu cumprimento. A empresa se manteve irreduzível e nós então propusemos aos jornalistas uma paralisação imediata do trabalho, o que só funcionaria dentro de uma redação mobilizada. E funcionou. Poucos minutos depois, o próprio dono da empresa, Octavio Frias de Oliveira, me chamou a sua sala e comunicou que faria o pagamento correto das horas-extras, o que fez cessar a greve. Esse episódio, que não tinha nada a ver com o *Projeto Folha*, foi o primeiro embate duro entre o sindicato e a empresa em nossa gestão. Foi por causa dele, e não por motivo de qualquer fato relacionado com o projeto, que a *Folha* decidiu proibir, ou pelo menos dificultar, as visitas da diretoria do sindicato à redação. Algum tempo depois, outro caso agravou ainda mais as relações entre a empresa e a entidade, mas nele o papel da nossa diretoria foi praticamente nulo. É que, a certa altura dos acontecimentos, um grupo numeroso de jornalistas da *Folha* resolveu se reunir para discutir o Projeto, a fim de apresentar sugestões à Direção da empresa. Nessa atitude estava embutida, é claro, uma reivindicação de participação ativa nos processos de



decisão, particularmente nas questões relativas à vida da Redação. Não se pode dizer, entretanto, que houvesse uma postura de rebeldia. Pois bem, os jornalistas em questão fizeram o que era muito comum na época – pediram um espaço dentro da sede do sindicato para fazer suas reuniões. No caso, a diretoria não fez nada diferente do que faria com qualquer grupo de associados que a procurasse querendo debater seu trabalho – cedeu o espaço. Não foi ela, entretanto, que convocou ou sugeriu a realização dessa discussão, nem participou de nenhuma reunião do grupo. A empresa, por seu lado, não encarou o fato como uma mera proposta de participação e puniu alguns de seus jornalistas. Lembro-me especialmente de ela ter afastado membros do seu conselho editorial que tinham participado das discussões no sindicato ou, pelo menos, endossado suas conclusões (ROMEIRO, 2007).

As relações entre *FOLHA* e jornalistas demonstram o nível de tensão a que chegou a implantação do *Projeto*. A reação patronal não admitia qualquer atitude que contrariasse os seus propósitos, encarando nisso inaceitável demonstrativo de organização política. A Direção trabalhava para desmobilizar a Redação enquanto categoria trabalhadora. Permitir ao jornalista cristalizar pensamento enquanto conjunto seria equivalente a perder a direção sobre os desdobramentos do *Projeto Folha*. Romeiro afirmou:

A primeira e maior demissão coletiva na *Folha* foi a dos revisores em janeiro de 1984, quatro meses, portanto, antes de nossa diretoria ter assumido o sindicato. Creio que atingiu mais de cem pessoas. A segunda, com quase trinta demitidos, ocorreu dois ou três meses depois da nossa posse. Além delas, havia as demissões periódicas com um número mais restrito de atingidos de cada vez, normalmente em consequência do sistema de avaliação dos profissionais que o Projeto introduziu. A empresa alegava a necessidade de modernizar o sistema de produção (caso da demissão dos revisores) ou de melhorar o nível de qualidade da sua redação (caso das demissões posteriores). A reação da categoria e do sindicato a esses episódios foi ineficaz. Limitou-se a atos públicos na porta da empresa e notas de protesto. Na verdade, a própria ocorrência de uma demissão coletiva tende a quebrar a capacidade de resistência da redação. Todos passam a sentir seus postos de trabalho ameaçados. E o sindicato não tem meios para enfrentar essa situação, quando não pode contar com o apoio de sua base, ou seja, a redação, a essa altura debilitada (ROMEIRO 2007).

O disciplinamento, portanto, era também ato político a fim de que o coletivo empresa sobrepassasse ao conjunto Redação. Era preciso retirar a esta a condição de sujeito, reservando-se a Direção o direito de condução dos passos do *Projeto* e seus desdobramentos perante o leitorado. Para o ingresso proativo da

empresa na sociedade civil, como se fora vocal de interesses universais, a citação abaixo é elucidativa:

Apesar de atuar em áreas mais técnicas, Pincirolli acompanhou a atuação de Frias também na Redação: “Foi devido à atuação talentosa, persistente e atenta do sr. Frias que a *Folha de S. Paulo*, durante o período do regime militar, tornou-se o veículo mais respeitado pela sociedade civil e pelos seus porta-vozes de então: Ordem dos Advogados do Brasil, igrejas e sindicatos. Com sua habilidade de comunicação, ele escutava opiniões dos diversos líderes setoriais e, como termômetro do jornal, conseguia que as edições da *Folha* ultrapassassem freqüentemente os rigorosos limites impostos à imprensa, entre o publicável e o censurável. A *Folha* mostrava aos demais jornais brasileiros que representatividade de um veículo de comunicação se consegue com um jornalismo implacável na defesa dos anseios da população, nervoso, criativo e com os melhores talentos” (PASCHOAL, 2007, p. 141-142).

A citação refere Pedro Pincirolli Jr., engenheiro elétrico. Atuou nas divisões Financeira, de Produção, Recursos Humanos, Suprimentos, Departamento Jurídico, Datafolha Instituto de Pesquisas, Banco de Dados e Transfolha (PASCHOAL, 2007, p. 138). A afirmativa, porém, de que a *FOLHA* ultrapassava “os rigorosos limites impostos à imprensa”, contrasta e é anulada por declarações de Frias Filho: “[A *FOLHA*] era um jornal bastante omissivo que, na maior parte do tempo, se limitava a noticiar os fatos e não emitia opiniões. Tanto que a *Folha* nunca esteve sob censura. A *Folha* sempre acatou a censura por telex” (FRIAS FILHO, 1984, p. 35).

A brandura editorial com o regime, curvando-se a censura “por telex”, demonstra-se bem diversa de “jornalismo implacável, nervoso e criativo”. Quanto à sua interação “com a sociedade civil”, esta se revela enquanto vista pelo olhar liberal típico.

A representação ideológica [...] da sociedade civil pode ser graficamente visualizada pelas mesas que precedem os congressos sindicais ou políticos. Aí estão os representantes da OAB, da ABI, das Igrejas, das sociedades científicas, das sociedades de amigos de bairro, etc. Ela é, assim, normalmente pensada como indiferenciada, como homogênea (DIAS, 1996, p. 114).

A instituição do *Projeto Folha* foi tornada instrumento de ação, atitude voltada para intervenção do *Grupo Folha* seja na política seja no plano

mercadológico. Reuniu, para a sua formulação, conjunto de práticas internalizadas ao organismo da Redação e instituiu elenco de determinações de trabalho intencionadas a uma espécie de fordismo na produção noticiosa. Pensar o trabalho jornalístico-político, e o fazer desse trabalho, são seu âmago, que enquadra, formaliza e dinamiza esquema mente-corpo dirigido de maneira a atender o capital e seus propósitos de domínio e direção. Como formulação ideológica o *Projeto Folha* apresenta-se como um complexo, dinâmico e sofisticado sistema de orientação, articular à economia e à sociedade civil. Mobilizou-se com o acionamento de quadro de intelectuais orgânicos, praticando processo de poder que se rege por ética personalíssima ao jornal, apta a justificar qualquer atitude para dentro ou para fora da Redação, a fim de respaldar os propósitos do *Grupo Folha*.

### 3 OMBUDSMAN: “O MINISTRO DA VERDADE”

A *FOLHA* implantou a figura do *ombudsman*<sup>24</sup> em 1989. Sua primeira coluna foi publicada dia 24 de setembro sob o título “Quando alguém é pago para defender o leitor”. Um dia antes o jornal anunciava que o jornalista Caio Túlio Costa seria o primeiro a ocupar o cargo. Apresentava o profissional, que fora seu correspondente em Paris, como sendo “verdadeiro superego ou consciência crítica do jornal” à disposição dos leitores para reclamações quanto a erros ou imprecisões (COSTA, 1989). A rigor, entretanto, a instituição do ombudsmanato resulta de ação de *marketing* apresentada na figura de ator jornalista; um alguém que seria “afastado” da Redação até fisicamente, com o propósito de fazer a sua interpelação e apontar erros. Tais correções seriam, regra geral, a reposição da *verdade* enquanto homologia jornalística do real, quando tal homologia seja tida pelo *ombudsman* como impertinente à realidade que tentou representar. Encarna mais atitude retórico-mercadológica que ato correcional positivo. A Redação pode aceitar ou não as sugestões o que, de plano, esvazia o cargo.

Não foi à toa que uma cuidadosa leitura de oitocentas colunas de ombudsman americanos (pesquisa feita em 1984 e publicada pela *Columbia Journalism Review*) mostrou que, na sua maioria, os intransigentes defensores do leitor estavam mais preocupados em desculpar as falhas do jornal ou dos jornalistas, explicar ao leitor suas dificuldades e as difíceis condições de trabalho do que produzir crítica incisiva (COSTA, 2006, p. 20).

---

<sup>24</sup> Em empresas que produzem bens ou serviços diversos de um jornal o *ombudsman* tem, potencialmente, condições de ouvir reclamos de consumidores e propor mudanças em produto final que se expresse em sua apenas materialidade ou relações prestadoras diretas com o consumidor. O mesmo não se dá quando se trata de atividade como a jornalística, uma vez que, seu produto final, pela imaterialidade e fungibilidade inerentes, e pela constância com que é renovado o impedem. O fato, é que a ação do *ombudsman* de jornal se dá efetivamente não no produto, no texto efetivamente publicado, sobre o qual não tem condições de operar, mas busca intervir no seu processo produtivo-criativo. Ou seja: atinge universo intelectual compelido a gerar intensivamente material informativo/opinativo a fim de que em seu encaminhamento o produto seja elaborado de forma a coincidir com o que dele espera o jornal. Nesse processo encontramos idiosincrasias, vaidades e convicções íntimas de cada autor de texto, além de auto-estima profissional e a “certeza” de cada jornalista de que está cumprindo com o papel que de reproduzir fielmente a realidade objetiva sobre a qual projeta o seu fazer. Em suma, pelo fato de trabalhar eminentemente no plano ideológico e autoral isso dificulta, quando não inviabiliza os propósitos do cargo. Muitas vezes, nem mesmo a empresa jornalística tem interesse total em modificar comportamentos editoriais, apesar de atribuir ao *ombudsman* presuntivamente a condição de fazer-lhe a crítica e propor correções no noticiário. E, mais importante: o profissional não tem quaisquer condições de contraditar a opinião do jornal, seu comportamento editorial, cujos enunciados expõem o núcleo eminentemente ideológico e político da empresa.

Como vimos, a anunciada atitude precatória favorável ao leitor baqueia ante o espírito de corpo. Por translação, o profissional funcionaria como uma espécie de *Ministro da Verdade* orwelliano, a se utilizar rotineiramente dos artifícios do *duplipensar*, quando se remete aos leitores para justificar sua existência, ao tempo em que, de alguma forma, defende o jornal. No caso, sabe que não é legitimamente representante do leitor, pois não foi por este formalmente escolhido ou eleito. Mas, porque foi contratado para tanto, “acredita”, precisa acreditar que o é, mesmo sem o ser. Concilia duas realidades opostas e dá andamento ao trabalho. “[...] o Ministério da Verdade [se ocupa] das *notícias*, diversões, instrução e belas-artes” (ORWELL, 1975, p. 10, grifo nosso). A criação do cargo é parte da ação ideológico-discursiva do *Projeto Folha*. Implica a divulgação de que no chão da Redação existe, em concreção corpórea viva, elemento ético e zelo pela objetividade, como cerne presumido do ombudsmanato.

A informação jornalística assenta numa verdade plural, em permanente construção, em devir incessante. [...] É uma verdade que se faz e se desfaz pelo olhar dos jornalistas [...] *Arrisquei a expressão “ministério da verdade”. De facto, é de uma responsabilidade que se trata, e não de uma celebração. O ministério da verdade, para o jornalista, é a obrigação de um magistério* (CORNU, 1994, p.432-433, grifos nossos).

Após relativizar a verdade de jornal, encontrando-a como construto e inobjetividade, estabelecemos a diferenciação: *Ministério da Verdade* instrumento da *FOLHA* para celebrar seu próprio método, versus ministério da verdade responsabilidade, magistério, disposição íntima do sujeito de cumprir e pôr em prática foro íntimo conviccionado que poderia, em função disso mesmo, ir de encontro à empresa jornal. A celebração do *ombudsman*, sua sagração pelo *marketing*, assegura ser verdade que o jornal persegue objetividade, como também seria credível sua atuação enquanto alguém “independente” disseminando-se tal assertiva para provocar sensação ou efeito de verdade. Esse efeito, manifesto na credulidade dos leitores, pode ser encontrado nas citações abaixo, relativas a telefonemas ao *ombudsman*. No primeiro caso um defensor de Fernando Collor de Melo; no outro, um petista.

Entre o primeiro e o segundo turno da eleição presidencial de 1989 choviam solicitações antagônicas. Elas dependiam da simpatia do

leitor por um ou outro candidato. Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva disputavam a presidência da República. Atendi a vários apelos semelhantes ao deste eleitor de Collor: “Gostaria muito que o *senhor* me representasse e denunciasse o petismo da *Folha* na sua coluna. Vocês não dão tréguas para o Collor... Dêem ao menos a oportunidade de ele mostrar pra que veio! O senhor não acha um bom assunto? Se não, é outro petista na Redação! Meu Deus, só tem petista nesse jornal?” (COSTA, 2006, p.45, grifo nosso).

Ou então do petista *enragé*, o verdadeiro: “Por que só o Collor merece a primeira página? *Você*<sup>25</sup> – os petistas são informais – como nosso representante, tem de *obrigar* o jornal a colocar Lula na primeira página sempre que o Collor aparecer. Ó, quando Lula dá um fora, é que vai para a capa! Cadê a imparcialidade?”. (COSTA, 2006, p.45, grifo nosso).

Para os dois episódios uma só resposta, que volatilizava a força do ombudsmanato: “Não havia muito a fazer nesses casos a não ser conversar sobre a importância de determinadas notícias, o fato político do dia. No mínimo, eu passava a reclamação para conhecimento da direção” (COSTA, 2006, p.45). A partir dos dois acontecimentos uma terceira visão: se havia reclamações conflitantes, o jornal estaria sendo isento. Esse é outro efeito de verdade provocado pelo jornalismo: a alteridade noticiosa como sinônimo de objetividade. O *ombudsman* parece elaborar junto aos leitores um discurso catequético: o leitor, de Collor ou petista, deveria pensar como ele, entender a “importância” do “fato político do dia”. Os fatos “dirigiam” o noticiário, não eram gerados por ele. O *Ministro da Verdade* resvalava, em sua prática, para o seu papel: de representante do leitor a professor da verdade da *FOLHA*. Trabalhava em duas frentes: na primeira, visando estabelecer junto à Redação a essência fluida, mas fetichizada, das regras do *Manual de Redação*. A partir disso fazia suas cobranças. Em seguida, firmar no leitorado fé quanto à eficácia do ombudsmanato.

Na estréia de sua coluna dizia que o jornal fora apressado ao noticiar que o ex-jogador de futebol Pelé estaria apoiando a candidatura de Fernando Collor à presidência da República, pois o desportista tivera encontro reservado com o político. Entretanto, o ex-jogador, após a reunião com o candidato, não havia dado

---

<sup>25</sup> Notar o tom irônico com relação ao leitor petista, que não chamou o *ombudsman* de “senhor”, ao contrário do eleitor de Collor, bem como a referência ao “verdadeiro” petista, o *enragé*, termo que designa alguém “raivoso, colérico, hidrófobo ou irado”.

declarações à imprensa; o jornal não deveria ter anunciado qualquer adesão. Agira apressadamente. Afirmava o *ombudsman*:

Há casos piores praticados diariamente pela imprensa brasileira contra os leitores. [...] Há muito o que falar da imprensa brasileira, das maquinações editoriais, das necessidades logísticas e empresariais de cada grupo ou mesmo das neuroses e idiosincrasias dos profissionais da área. Há muito o que falar também da própria qualidade desta imprensa, que na realidade pouco deve à melhor imprensa estrangeira – que é a inglesa e a americana. Qualquer cidadão viajado pode conferir também que os jornais brasileiros ganham de longe em objetividade dos congêneres franceses, italianos e espanhóis. Ali campeia ainda o opinionismo senil (COSTA, 1989).

Revela-se um contra-senso: inicialmente, o hoje *ex-ombudsman* admite que há “maquinações editoriais” e “necessidades logísticas e empresariais” dos grupos de jornal. Em seguida, diz que, mesmo havendo o que falar a respeito da qualidade da imprensa brasileira, esta “pouco deve” aos grandes jornais do mundo, já que as publicações nacionais “ganham em objetividade”, frente a muitos jornais estrangeiros de referência. Assim, ali mesmo estaria negada a necessidade de criação do seu cargo.

O papel é o de intervir em favor dos leitores, levando suas opiniões (mesmo, e principalmente, as discordantes) ao conhecimento da direção. Isso sempre foi feito. O que o representante do leitor não pode, e nem deve, é discutir opiniões, dizer qual idéia considera certa ou errada, enveredar pelo caminho fácil da retórica e sair disparando dardos contra tudo e contra todos, ou a favor, como se estivesse acima do bem e do mal. Cabe a ele a crítica técnica. [...] Quando o ombudsman apontar má-fé de alguém em divulgar alguma informação, tem de provar isso por a + b, como num teorema. Caso contrário, estará fazendo proselitismo e não crítica. Ele não está ali para discordar ou concordar com as idéias. Serve de elo, antena, representante das causas dos leitores quando elas têm fundamento jornalístico. Referindo-se aos ombudsmen de bancos ingleses, o *Financial Times* sentenciou que eles podem “remover montanhas”. Força de expressão. O ombudsman de jornal não remove montanhas. É uma espécie de promotor que investiga o problema, um “quase” juiz que não determina e sim sugere saídas. Ele tem um trunfo nas mãos e também o seu derradeiro recurso: a coluna semanal. Pode recorrer a ela para corrigir equívocos quando o jornal se recusa a resolvê-los nas suas próprias páginas (COSTA, 2006, p.49).

Encontramos na citação dois registros importantes: a admissão de impotência, que reforça sua dispensabilidade, e o não-criticismo às opiniões. Críticas, somente aquelas de conteúdo “técnico”. Ele não pode, não tem direito, exatamente, de criticar a opinião do jornal ou de terceiros<sup>26</sup>, nem denunciar quando a *FOLHA* praticar “maquinações” e satisfizer suas “necessidades logísticas”, que o próprio salientou como existentes no jornalismo brasileiro, e na *FOLHA* conseqüentemente. O discurso em que se envolve o encaminha a uma situação de admitida inoperância. Mesmo assim, sua figura é tida como se fora fator eloqüente e credível para que o jornal promova mudanças efetivas e profundas, como decorrência de críticas e reclamações. O *ombudsman* é situação articular ao mercado e valida o encaminhamento do jornal na busca de prestígio. Não garante ao leitorado o anunciado *fair play*, uma vez que trata-se de um *performer* frente ao leitorado.

### 3.1 Da raposa à cabeça oca

Ao dirigir-se ao público, o *Grupo Folha* termina por colocar em prática, por meios transversos, a compreensão gramsciana de jornalismo integral: a de que os leitores devem ser considerados sob dois pontos-de-vista principais: como elementos ideologicamente transformáveis e como elementos econômicos, capazes não só de adquirir a publicação, mas de convencer outros a fazer o mesmo (GRAMSCI, 2001b). Gramsci aduz que os dois elementos nem sempre são separáveis, uma vez que a adesão do leitor pode resultar da presença de elemento ideológico convergente ao pensamento do jornal e assim ser levado à sua compra.

O *Grupo Folha* busca estabelecer o ombudsmanato como instituição para o jornalismo brasileiro. Padrão a ser seguido pelos concorrentes para, em seguida, voltar-se para a sociedade como elemento ideologicamente transformável e possível consumidor. O desempenho do profissional atribui ao detentor do cargo, para consumo público, aura de corifeu dos leitores; ele transita junto a estes, recebe-os em seu gabinete, atende telefonemas, concede entrevistas, participa de encontros nacionais e internacionais. Recebe e responde *e-mails*, leva reclamações às chefias

---

<sup>26</sup> No jornalismo é comum o uso de opiniões das fontes como substitutivas da opinião do jornal. Isso permite efeito de objetividade uma vez que o veículo, mesmo indiretamente opinando, pode assegurar que apenas “constatou” o que dizem determinados atores sociais.



superiores da Redação e até do jornal, quando é o caso. Tem todos os ademanes de figura liberal e atenciosa. Sua atuação insinua que o jornal é democrático, tanto que *recebe e apura* reclamações, sendo isso motivo para reconfirmar o discurso de *marketing* da empresa, que se apresenta como sendo “o” jornal, e anuncia:

O Conar (Conselho de Auto-regulamentação Publicitária) legitimou o direito da Folha de utilizar em suas peças publicitárias as expressões “o jornal que mais vende” e “o maior jornal do país”. Esta decisão representa uma vitória da Folha sobre o jornal “O Estado de S. Paulo”, que tentou suspender o direito da empresa de utilizar esses termos em suas campanhas (FOLHA DE S. PAULO, 2007s).

A partir dessa imagem o *ombudsman* pode trabalhar sem maiores embaraços.

Em março de 1990 – a pretexto de apurar denúncia sobre cobrança em cruzeiros de dívidas contraídas em cruzados, as moedas respectivamente dos governos Collor e Sarney –, a polícia do governo Fernando Collor de Mello invadiu as dependências da *Folha de S. Paulo*. O jornal denunciou a arbitrariedade e respondeu com algumas edições nas quais a mais importante notícia era ele próprio. Num debate com estudantes de jornalismo em Taubaté, interior paulista, menos de uma semana depois, um estudante lançou a dúvida:

“Você não acha que a *Folha* foi muito narcisista na reação?”

“Não acho, não. A *Folha* é narcisista”, respondi.

“Isso é que é *ombudsman*!”, exclamou alguém na platéia (COSTA, 2006, p. 133).

Atuações desse tipo expõem o *ombudsman* como um *deus ex machina*. Seu trabalho parte de um *a priori*, mas isso não é percebido: não visa adequar o jornal aos leitores, mas os leitores ao jornal. Costa diz que “nunca será demais lembrar que o *ombudsman* não foi feito para os jornalistas, mas para os leitores” (COSTA, 2006, p. 83). Revela em livro o que jamais mostrou aos leitores durante seu *ombudsmanato*:

No fundo, [...] tanto Collor quanto a *Folha* eram muito parecidos. Esta semelhança ajudava a separá-los. Como pólos iguais de dois ímãs. Semelhantes no quê? No estilo e na independência. O estilo comum é aquele da determinação, do faço e acontece, da necessidade de rapidez, do sou mais eu, da certeza de que seu umbigo é o centro do universo (COSTA, 2006, p. 136).

Além de Collor, louvou-se em outra figura, esta ficcional, para designar o jornal.

Usei certa vez um personagem de Guy de Maupassant, Bel Ami (do livro de mesmo nome), como símbolo da *Folha*. Georges Duroy (O Bel Ami) era um jornalista vaidoso e oco (numa cabeça oca, no entanto, arriscou Karl Kraus, entra muito saber), que subiu na vida mais às custas de sua esperteza do que de seu domínio da língua e das técnicas da profissão, tão desenvolvidas – ou incipientes – como sempre. Como contraponto, Maupassant desfiou o perfil do jornalista correto, pontual e meticuloso, o monsieur Boisrenard (raposa do bosque, em português), experientado profissional que trabalhou em onze jornais sem modificar sua maneira de ver e fazer as coisas. Passava de uma Redação à outra como se muda de restaurante, percebendo apenas que a cozinha não tinha exatamente o mesmo sabor. As opiniões políticas e religiosas eram para ele coisa estranha. Trabalhava como um cego que nada vê, um surdo que nada ouve e um mudo que nunca fala. O velho Boisrenard foi substituído pelo saltitante Bel Ami, como aconteceu com muitos velhos jornalistas da própria *Folha*. Bel Ami estaria mais talhado para o figurino do novo jornalista, desenhado para substituir a fatigada raposa do bosque: “Deve estar sempre acordado, e sempre em guarda, desconfiado, prevenido, artiloso, alerta e flexível, armado de todas as astúcias e dotado de um faro infalível para descobrir a notícia falsa num primeiro olhar, para julgar o que deve ser dito e ocultado, para adivinhar o que pode surtir efeito junto ao público, e ele deve saber apresentá-lo de tal maneira que o efeito se multiplique” (COSTA, 2006, p. 144).

De Collor a Bel Ami, a descrição incorre em indiscrição ao evidenciar, na alusão às duas figuras, a *FOLHA* e seus atributos. Do primeiro apanhou a arrogância, o sou mais eu, umbigo e centro do universo, o jornal narcísico e inquestionável. De Bel Ami a figura vaidosa, fútil, leviana. Um arrivista, que supria suas limitações pela esperteza e amoralidade. Desta forma conseguiu substituir o jornalista antípoda: correto, experientado, pontual, acurado, mas visto como ultrapassado. Faz-se o elogio do oco e saltitante em detrimento do experiente; o incentivo à ocultação do real, em contrário à maneira perseverante de observar e relatar o mundo. Conquistado o espaço jornalístico pelo efeito-Bel Ami, o *Projeto Folha* agregou a figura do *ombudsman* cuja ação, como não incide sobre críticas à prática política do jornal, atira essa crítica sobre a Redação. Os erros são “dos jornalistas”, dos *boisrenard*, ficando o jornal *bel ami* imune.

Desta forma, entre o comportamento do jornal que é empresa, e conseqüentemente não é moral ou amoral, pois não tem consciência, e o dos

jornalistas, transfere-se a estes a *culpa* da autoria dos erros flagrados (BERTRAND, 1999).

Como Bel Ami, a *FOLHA* produz amnésia social diária quanto aos fatos que oculta. Como membro da grande mídia, busca contribuir para a construção de consenso favorável às estratégias das grandes corporações e do capital financeiro; constrói realidades parciais como se fossem a totalidade do mundo e educa percepções, atuando como partido político ao proclamar-se porta-voz dos interesses da sociedade civil quando, ao inverso, defende os proprietários privados (ARBEX JR., 2003). O *ombudsman* é apresentado como representante do leitor. Mas a afirmativa resvala, como vimos, à sua própria formulação. O jornal é autárquico, seu noticiário é propriedade privada e provém do arbítrio de sua linha editorial.

As ações do representante do leitor resultam, ao cabo, em sua inclusão ao produto-jornal como valor agregado. É parte da mercadoria e contribui para sua inclusão no mercado como decorrência de performance profissional: reafirmar a *FOLHA* como única e aurática. A forma-mercadoria da *FOLHA* não é o exemplar único de cada edição, mas a forma-ideologia diária aposta ao jornal enquanto artefato. Ideologia é o verdadeiro produto do jornal. Desempenhando funções e compromissos, o *ombudsman* se posta como alguém que expõe permanentemente erros do jornal como se fora figuração inusitada de Jano, o deus romano bifronte, uma face olhando o passado, a outra voltada para o futuro. No caso, a primeira face voltada para o interior da Redação – o passado recente que o próprio jornal acabou de produzir; a outra, como interlocutora do leitorado, a apregoar falhas e imperfeições ou o futuro imediato da notícia: ser criticada e revista a fim de ajustar-se, na próxima edição, à *perfeição* da *FOLHA*. Sendo a ação articulada ao sistema produtivo-noticioso do jornal sua lógica é funcionalista, a exemplo da proposta que preside todo o processo. O hoje *ex-ombudsman* confirma: o *marketing* do ombudsmanato é *bom e funciona*:

E para que seja realmente um grande marketing, com todo o sentido da palavra, ele precisa funcionar. E, para funcionar, o ombudsman precisa ser independente, ter liberdade, poder criticar e apontar erros. O jornal não pode interferir, caso contrário não funciona. Acabou o marketing. E para que continue assim é preciso que o seu ocupante tenha “liberdade”, “poder de crítica” e possibilidade de “apontar erros”. (COSTA, 2006, p. 107).

Essa liberdade, em sentido pleno, não existe. A admissão de que cumpre tarefa validadora da verdade de marketing reafirma como o discurso do ombudsmanato está implicado de *duplipensar*: ele se compreende como parte de estrutura mercadológica, mas insiste em se apresentar como defensor de interesses sociais. Seu discurso retoma e instrumentaliza a costumeira proposta do jornalismo de objetividade, que estaria a cobrar da Redação: “Al periodista se le exige que seja objetivo como sinónimo de veraz o neutral; la objetividad, así entendida, equivale a adecuación com la realidad (AGUADO, 2008). Para tanto, se exige imparcialidade como ausência de predisposição para manifestar-se contra ou a favor de algo ou alguém; independência enquanto liberdade, ausência de compromissos com terceiros; neutralidade como falta de pronunciamento a respeito de algum dado da realidade e rigor, que significa precisão, exatidão e concisão (AGUADO, 2008).

Todo esse conjunto, percebemos, não se enfeixaria numa diretiva técnica, mas em convergência ética, cujo propósito é o respeito a quem a notícia se dirige. Trata-se, porém, de compromisso que se choca com a práxis do jornal, cuja objetividade não provém da ética, mas do mercado, como já vimos. Assim, a ação do detentor do ombudsmanato, como funcionário da superestrutura, é cumprir com exatidão exigências a que se acha obrigado contratualmente. Sua competência, paradoxalmente, “reside em sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem sob responsabilidade de uma autoridade superior ainda que – desprezando a advertência – ela se obstine a seguir uma falsa via” (WEBER, 1968, p. 79). A responsabilidade de obedecer, mesmo admitindo que o superior segue uma “falsa via” enlva-se a quem responde pelo ombudsmanato. Ele mesmo admitiu ser “uma espécie de promotor que investiga o problema, um ‘quase’ juiz que não determina e sim sugere saídas.” Inercialmente, como resultado de suas limitações, dá procedimento à “imparcialidade de mercado” que o *Grupo Folha* pratica.

Vejamos: é desejável, para um jornalista, para um órgão de comunicação, uma postura de neutralidade, imparcialidade ou isenção, no lugar de seu contrário, isto é, a tomada de posição? Na medida em que o jornalismo tem de tratar do mundo real “natural” ou “histórico”, e que esse mundo real é repleto de contradições reais, de conflitos, de antagonismos e de lutas, o que significa realmente ser neutro, imparcial ou isento? “Neutro” a favor de quem, num conflito de classes? “Imparcial” contra quem, diante de uma greve? “Isento” para que lado, num desastre atômico ou num escândalo administrativo? (ABRAMO, 2003, p.38).

O jornal-empresa pode [...] abarcar vasta gama de opiniões, mas seu caráter não-revolucionário está assegurado por dois bons motivos: deve remunerar o capital apreciável nele investido, e tira sua renda basicamente da veiculação de bens materiais e ideológicos produzidos por entidades de característica semelhante (LAGE, 2005, p. 13).

A *FOLHA* dirige-se a parcela da sociedade civil e a encara sob o prisma liberal: a sociedade civil como expressão dos interesses particulares da iniciativa privada. Esta seria portadora de racionalidade criada pelo mercado enquanto ente meta-histórico. Assim, o conceito de sociedade civil refere as instituições privadas e às “regras do jogo” por elas impostas (DIAS, 1996). A criação do ombudsmanato parte dessa concepção ao se voltar aos leitores e ainda: deixa-os em posição de aparente proatividade junto à empresa, pelo fato de acatar ou ouvir reclamações, mas nada muda na matriz profunda.

E visto que a *FOLHA*, como Collor, se considera o *centro do universo* há transversalmente a compreensão de que, ao aceitar as reclamações, já se deu voz suficiente ao social. Desde a criação do cargo, até à época da redação deste trabalho, houve nove profissionais incluindo o atual, Carlos Eduardo Lins da Silva. Essa continuidade contribui para justificar sua existência, tornando-a racional e importante. Cria tradição de ser ordem legítima, forjadora de nova mentalidade jornalística e formuladora de competências que os concorrentes devem copiar. Junto ao público estabelece laços de confiabilidade, pela anunciada capacidade de interpretar o real e sobre ele aplicar padrões interpretativos. Naturaliza vínculos com o leitorado e de alguma forma estabelece ali uma lealdade: o jornal garante fidedignidade informativa, o que inclui a figura do *ombudsman*, e o leitor repete o ato de compra ou renovação da assinatura, mesmo que de forma não mecânica.

A aparente banalidade do gesto de compra resulta, na verdade, de articulado, intenso e sutil trabalho de convencimento de que é racional a aquisição da *FOLHA*. O objetivo é a criação de subjetividade coletiva conexas às subjetividades ideológicas do jornal. Firma-se um contrato de leitura e de aquisição de longa duração, tornando a mercadoria ideologizada algo cotidiano à vida de quem faz a opção pela sua compra. Não há, da parte do jornal, busca de qualquer entendimento com o leitor nem o *ombudsman* pode a isso intentar, mesmo se dizendo disposto a tanto, pois a emissão de mensagens se dá em sentido único.

[...] el entendimiento únicamente se logra si los participantes son honestos em su compromiso com la razón, en lugar de tan sólo manipular las opiniones de otros para sus propósitos estratégicos (SITTON, 2006, p. 135).

A inexistência de entendimento, honestidade de propósito, pode ser verificada quando confrontamos as assertivas jornalísticas de compromisso com o leitor com a política editorial do amor/ódio. A racionalidade artificial permite a manipulação da informação e de sentimentos do leitorado. Sua utilização torna-se essencial a esse tipo de prática jornalística, quando esta se manifesta em momentos de maior sensibilização social mediante formas e graus de manipulação da realidade. Isso impede compreensão mais exata da realidade externa, que foi assimilada significativamente à realidade do jornal e assim comercializada (ABRAMO, 2003). Atuando na superestrutura, o *ombudsman* age pedagogicamente. É um organizador dos leitores e tem papel importante para fomentar credibilidade.

### 3.2 “Te chamei aqui para te olhar nos olhos”

A *FOLHA* desenvolveu preocupações com “tópicos doutrinários” como, por exemplo, o da formação de opinião pública. O *Manual da Redação* sustenta que o jornal, “apoiado em fatos e dados, pode mudar convicções e hábitos e até influir no rumo das instituições” (COSTA, 2006, p. 142). Tal mudança de comportamentos é parte do projeto neoliberal e passo fundamental para que este ganhe sacralidade, adesão e seja tido como único modo de se viver em sociedade. Ou seja: uma sociedade de classes, um pensamento único, gregário a determinada ideologia e falso liquefativo de classes – quando, então, mudar convicções e influir junto a instituições é exercer um tipo de direção e formar consenso.

Hoje, o mundo experimenta três movimentos distintos, mas relacionados: 1) o desenvolvimento de uma sociedade civil internacional; 2) o aburguesamento do mundo ou a expansão do capitalismo e seus mecanismos de mercado por todo o mundo (ou globalização) e 3) a fragmentação e desintegração de várias unidades políticas e culturais nas mais diferentes partes constituintes. É como se, afinal, a apologia de Marx à hegemonia burguesa, no *Manifesto* de 1848, estivesse verdadeiramente justificada. A burguesia, ele diz, “sob a ameaça da ruína, obriga a todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a introduzir a assim chamada civilização, quer dizer, a se tornarem

burguesas. Em suma, ela cria um mundo à sua imagem e semelhança”. É como se, agora, o mundo tivesse acabado de se tornar burguês (FONTANA, 2003, p.113).

A citação traduz bem o que seja a “mudança de convicções”: refere o descobrir-se do sujeito em meio ao esvaziamento de suas próprias idéias, à perda de referente próprio, quando então resvala em direção a uma “outra convicção”, a um outro mundo; que suplantou o seu e agora deve preencher o vazio deixado, dominando-o. O prestígio do jornal dá respaldo à sua proposta de mudar convicções. Ela o auto-autoriza a se apresentar como instância legitimada, a criar valores que venham a se confrontar com valores adversativos e a estes se impor.

Um novo [ator] que ingressa na vida histórica com postura hegemônica, com uma segurança de si que antes não possuía, não pode deixar de gerar, a partir do seu interior, personalidades [como o *ombudsman*] que, antes, não teriam encontrado força suficiente para se expressar completamente num certo sentido (GRAMSCI, 2002, p. 70).

A *FOLHA* encontrou no cargo do *ombudsman* essa figura de intelectual, originada do pensamento essencial da empresa. Alguém disposto a funcionar como dissolvente de conflitos de interesses entre o leitorado e o jornal, acionando também, querendo ou não, mecanismos de ocultação de finalidades político-ideológicas. Entretanto, mesmo absorvendo a ideologia do cargo e postando-se como seu fiel defensor, o *ombudsman* pode ser recriminado pelo jornal. Desde e quando assumo risco de entrar em linha de colisão com a empresa, acreditando estar a ela servindo. Em outras palavras: o profissional, no exercício pleno do *duplipensar*, leva ao absoluto sua dedicação às normas nas quais aprendeu a confiar, mas acaba punido pelo fato mesmo de tê-las cumprido. Em suma, como em Weber há pouco citado, a autoridade superior ao *ombudsman* o castiga exatamente porque o profissional obedeceu às determinações de zelar pela objetividade, segundo determinações vindas da mesma autoridade que para tanto o contratara, como veremos abaixo.

Costa narra episódio de invasão do jornal pela Polícia Federal, dando procedimento a devassa contábil, e detalha que houvera uma série de falhas nas apurações jornalísticas quanto a esse fato. O jornalismo havia falhado no saber de

procedimento. A má apuração apontava confuso envolvimento do então ministro da Justiça do governo Collor, Bernardo Cabral, com a ação dos agentes policiais. Segundo afirma, a *FOLHA* vinha criticando Collor. Isso despertou a retaliação presidencial e houve a invasão, alegando-se a devassa nas contas da empresa. A notícia a respeito do incidente foi publicada dia 28 de agosto de 1990 e na seqüência o *ombudsman* criticou a forma como o nome do ministro fora mencionado como envolvido, sem apuração mais consistente. A crítica foi feita oito dias após o ocorrido sob o título “Exatidão, sinônimo de jornalismo”, quando as falhas de apuração foram expostas pelo *ombudsman*. Dia 8 de setembro, o editorial “Indigência e farisaísmo” atacava o jornalista. A partir de então, foi proibido de falar diretamente com outros profissionais sobre temas pertinentes a jornalismo, a não ser mediante contatos com a direção da Redação. (COSTA, 2006). Afinal, foi chamado pelo *publisher* Octavio Frias, inconformado com o seu trabalho:

“Te chamei aqui para te olhar nos olhos, olho no olho, e te dizer que eu nunca fui tão desrespeitado na minha própria casa. Jamais! [...] Eu queria te dizer isso. Escreva qualquer coisa, escreva o que quiser, eu vou decidir se vamos publicar ou não, ou se vamos inserir um editorial ao lado de sua coluna...”

“Mas, senhor Frias, o jornal me paga exatamente para fazer isso, para investigar erros, defender o leitor.”

“Eu não quero saber nada disso, só quero dizer que ninguém nunca me desrespeitou como você o fez. Agora pode ir, investigue, você está dispensado” (COSTA, 2006, p. 82).

A publicação do *ombudsman* foi feita, reclamando do noticiário. A seu lado, um editorial o reprovava. Ao ser chamado pelo *publisher* o autor chegou a supor que, daquele episódio, resultaria o fim do cargo, disse em seu livro. Tempos depois – revela na mesma obra –, descobriu o motivo da fúria: o próprio *publisher* fora o autor, juntamente com editorialistas, do texto impreciso, publicado dia 28 de agosto (COSTA, 2006). A transcrição do diálogo demonstra que o ombudsmanato não isenta seu portador de submissão direta à Direção, mesmo esta seguindo “falsa via”. Nem lhe garante liberdade plena de publicação de opiniões que podem, à revelia do contrato que o une à empresa, simplesmente não ser publicadas. Isso retira sua condição de autoridade crítica, superego do jornal e descredibiliza o



ombudsmanato como instituição. O *ombudsman* pode ser vítima da objetividade que vive a cobrar e alvejado pela miragem que ajudou a criar.

O episódio é elucidativo: a *FOLHA*, ao fetichizar sua condição sígnica, transforma-se em significante e significado auto-referente e criador de processo de validação que entende inatacável. Até mesmo por quem foi contratado para fazer a sua crítica. O incidente desmonta a figuração do jornal como estrutura ética que se auto-limita. Mas a pseudo-imagem que gerou ganha força. É refletida socialmente e o ente jornal toma forma icônica prestigiosa no objeto jornal. E apesar de isso ser mera representação, atitude ao mesmo tempo vazia e plena de sentido porque manipulação, valida a si mesmo pela imposição que faz de seus enunciados éticos.

Quanto ao *ombudsman*, a reafirmação do profissional enquanto um apenas assalariado, não uma autoridade, pode ser encontrada noutro aspecto: sua estabilidade após deixar o cargo, que quando de sua criação era de um ano, caiu para seis meses, a partir de 1998. Explicação da Direção: “Estamos nos adequando à experiência internacional de reduzir esse tipo de direito adquirido” (COSTA, 2006, p.17).

Também em matéria de transparência quanto ao modo como é confeccionado na Redação, o jornal recuou. Dia 6 de abril de 2008, outro *ombudsman*, Mário Magalhães, fazia a sua última coluna e anunciava: cumprido seu primeiro ano de mandato, não o renovaria por mais dois anos, como previa o acordo. Motivo: o jornal recusava-se a manter na *internet* suas críticas internas diárias sob alegação de que isso terminaria por beneficiar a concorrência que teria, desta forma, acesso às questões do dia-a-dia da Redação. O acerto entre profissional e empresa prevê esse tipo de situação, ou seja: a não-renovação de contrato, e o *ombudsman*, assim, dizia entender que o contrato fora apenas cumprido. Mas, afirmava, reduzia-se a transparência do jornal perante o leitorado e com isso não concordava. Mais adiante, lamentava não ter questionado aspectos como os anúncios de prostituição publicados na *FOLHA*, nem haver, do mesmo modo, trazido a público “os interesses cruzados do jornal. [E acrescentava:] Fica para outra vez” (MAGALHAES, 2008). O dever de obedecer expõe a instituição do ombudsmanato, pois é unicamente instância de poder limitada por regras arbitradas pela Direção. O *ombudsman* não tem um mandato, mas um período de tempo de serviço remunerado e sujeito aos percalços oriundos do contratador. Abaixo, declarações de *ex-ombudsmen* a respeito de seus respectivos períodos de desempenho do cargo.

### 3.3 Mário Vitor Santos – de setembro de 1991 a setembro de 1993

Considerou que o jornal mostrava uma “exuberância irracional” quando fazia promoções de “anabolizantes” como carros, enciclopédias e até apartamentos, com o propósito de fazer crescer a circulação. Foi também o período que a *FOLHA*, como toda a grande imprensa, contribuiu para a *venda* do projeto neoliberal como imperativo ideológico. Admitiu que durante seu período o jornalismo foi utilizado como ferramenta de imposição dessa *verdade*, acha que não conseguiu nem tinha condições de evitar que isso acontecesse e supôs que o jornal “perdeu inteiramente a isenção.” Além disso, confirmou que o cargo tem importância pontual, mas é plenamente irrelevante em relação à publicação como um todo, uma vez que é desprovido de poder. Quanto à imprensa brasileira, disse entender que abandonou a função de formar opinião, capitula ante os interesses de lobistas e cada vez mais deixa de ser capaz de manter interlocução informada junto a um público bem preparado (COSTA, 2006).

Em sua primeira coluna, sob o título “Manifesto de um novo ombudsman”, dizia que “o poder absoluto e unilateral da imprensa está em xeque.” Mais adiante, afirmava que a criação do cargo colocava o jornal como presa de sua própria criação, estimando que esta, mesmo entendida como criação de *marketing*, poderia ser oportunidade de avanços e ter papel importante na transparência jornalística (SANTOS, M. V., 1991). Na despedida, com a coluna intitulada “Últimas impressões”, revelou ter sido procurado por pessoas que se sentiam caluniadas, injustiçadas e atingidas por reportagens, charges ou fotos. Gente que já havia recorrido a outras instâncias do jornal e não fora ouvida. Segundo disse, fala-se muito em ética, mas esta é pouco praticada (SANTOS, M. V., 1993).

### 3.4 Junia Nogueira de Sá – de setembro de 1993 a setembro de 1994

Em sua passagem, a empresa intensificou as promoções dos brindes, criticadas inutilmente pelo antecessor. Deplorou falha ética do jornal que fez coro a toda imprensa ao noticiar, sem apuração devida, o caso da Escola Base, quando tratou de abuso sexual de crianças naquele estabelecimento, o que se revelou infundado. Constatou que imperava o “fernando-henriquismo” na cobertura do processo eleitoral de 1994, mas “a redação parecia não ‘ouvir’ os reclamos da

*ombudsman* e, principalmente, dos leitores” (COSTA, 2006, p. 255). Junia estreou com a coluna “Ombudsman terceiro ato”. Descobriu que a função a obrigava a passar uma boa parte do tempo explicando quais as suas atribuições. Em seguida, estimava que o jornal teria mais de três milhões de leitores em todo o País, mas, apesar disso, apresentava erros, distorções, confusões e problemas ao longo de suas páginas. Temia que o leitor fosse tolerante demais ou poucos conhecessem que ali havia a *ombudsman* para atendê-lo. Louvava o “coragem” da empresa ao instituir o cargo, dizendo não acreditar que fosse atitude de *marketing* como muitos apregoavam (SÁ, 1993).

Na última coluna, “Um ano e muitas lições”, considerou “fascinante” o período. Acrescentou que, a partir de então, começou a ver o jornal sob a perspectiva da responsabilidade social. Sentiu-se impressionada ao perceber como os leitores acreditam no que lêem, o quanto dependem das informações, ao passo que, no cotidiano jornalístico, não se leva muito em conta que todo erro no jornal repercute na credibilidade. Lamentou que a Redação não tivesse dado respostas rápidas às questões levantadas (SÁ, 1993).

A exemplo do primeiro titular do cargo, foi atacada quando acusou o “fernando-henriquismo” da empresa. O jornal, pelo editor da sucursal de Brasília, Josias de Sousa, e pela editora de política, Paula Cesarino da Costa, repudiava sua “criminosa e inconcebível generalização”, quando fizera críticas ao noticiário enfático e favorável ao então candidato à presidência da República Fernando Henrique Cardoso, que ocupava espaços e formulações de conteúdo que o privilegiavam (COSTA, 2006).

### **3.5 Marcelo Leite – de outubro 1994 a janeiro de 1997**

Estreou com o texto intitulado “Pobre imprensa”, em que admitia que os grandes jornais haviam “henricado” (o que incluía a *FOLHA*) durante o processo eleitoral de 1994 à presidência da República. Sobre o jornal, após cumprido o período de ombudsmanato, declarou:

“Em termos bem gerais, e sem relação direta ou cronológica com o meu mandato, o que me incomoda mais é que o jornal perdeu viço intelectual. Algo dele sobreviveu em reservas bem cercadas, as colunas de opinião e/ou noticiosas (Elio Gaspari, Marcelo Coelho, Nelson de Sá), mas as reportagens, que compõem a massa diária do

jornal, carecem, na média, de inventividade, profundidade intelectual e cultural, quando não de senso crítico e até de bom senso” Em todo caso, Marcelo cada vez lê cada vez menos jornais e se decepciona mais. “Uma tristeza, porque adoro ler jornal” (COSTA, 2006, p. 263).

Na última coluna, “Mais luz, mais ilusões”, disse:

Para escrever este texto, reli boa parte das colunas dos últimos 27 meses. O tom que predominou foi mais que ácido. Deve ter deixado nos leitores - sobretudo os da Redação - a certeza de que escrevia sob inspiração do terrível epigrama de Karl Kraus reproduzido no início do "Novo Manual da Redação" da Folha. "A missão da imprensa é espalhar espírito e, ao mesmo tempo, destruir a capacidade de absorvê-lo". Não é nada fácil convencer-se da injustiça da frase de Kraus, mas é imperioso iludir-se. É o tipo da ilusão que todo jornalista, e a rigor todo leitor de jornal, deve voluntariamente acolher. Não têm saída, a não ser apostar na perfectibilidade do jornalismo. Os defeitos congênitos da informação e da esfera pública só encontram remédio em mais informação. Por isso, também é inaceitável, ainda que verdadeira a seu modo, a maldição proferida por personagem do magistral "Ilusões Perdidas" de Honoré de Balzac: "Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la". Uma democracia, ainda que débil, subdesenvolvida e injusta como a brasileira, está condenada à imprensa. A maior parte dos defeitos do jornalismo daqui decorre do pouco caso com essa vocação. Para fazer a coisa certa é preciso reencontrar a determinação de contribuir para o desenvolvimento e o esclarecimento da opinião pública, provando a todos que ela pode ser algo mais do que uma quimera (LEITE, 1997).

### **3.6 Mário Vitor Santos – reconduzido de janeiro de 1997 a dezembro de 1997**

O retorno ao cargo deu-se com a coluna “A telha quebrada e o kamikaze”, em que abordava o desempenho de profissionais, muito mais um comentário que uma crítica. Em seu texto de despedida, lamentava:

Mais do que nunca antes, o jornalismo propriamente dito ameaça tornar-se uma atividade cercada por outros interesses assumidos pelas empresas jornalísticas. A competição mais acirrada, a ação de preferências econômicas e ideológicas sobre o noticiário, o poder do governo, a pressão avassaladora provocada pela televisão na cultura brasileira e o atraso educacional, impõem graves restrições ao nível médio do jornalismo que aqui se pratica. O terreno árduo da reportagem investigativa, o trabalho isolado de questionamento dos poderes estatais e privados, a missão pública de prestação de serviços informativos à sociedade encontram-se pressionados pelo retorno mais fácil propiciado pelo jornalismo de entretenimento e da

adesão à "maioria". As injunções voltadas à satisfação de interesses comerciais põem o jornalismo na defensiva. No Brasil de hoje, a mídia apóia o governo<sup>27</sup>. Não apenas nos editoriais e colunas, onde a opinião é livre. Também na divulgação acrítica das ações e, principalmente, das intenções oficiais. Aí o governismo serve-se do jornalismo adesista e preguiçoso (SANTOS, M. V., 2007).

### 3.7 João Batista Natali – de janeiro a março de 1998

Não produzia crítica pública. Interino, limitava o trabalho à crítica interna e atendimento ao leitor.

### 3.8 Renata Lo Prete – de março de 1998 a março de 2001

Sua primeira coluna intitulava-se “A ingenuidade à sua disposição”, onde afirmava:

“O jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar”, diz a Folha no ambicioso projeto editorial que apresentou em agosto. O leitor percebe que esse patamar de qualidade ainda aparece de forma incipiente nas páginas do jornal. Mas, se há muito por ser feito, a Folha tem o mérito de expor suas fraquezas ao público como nenhum outro veículo da imprensa brasileira. A instituição do ombudsman, que em setembro completa nove anos no jornal, é uma das manifestações dessa política. Em minha primeira semana de contato com os leitores, percebi que está longe de haver unanimidade quanto à eficácia da função. Há quem reclame da arrogância nas respostas de alguns jornalistas. Não há como discordar. Muitos não entendem por que as explicações às vezes demoram tanto a chegar. Nem eu, que estive por 12 anos na Redação. Quero, aliás, assumir publicamente o compromisso de encurtar esse caminho, bem como o de não deixar ninguém sem resposta. Agradeço a todos os que me desejaram boa sorte. Vou precisar. Quanto a você, leitor, minha ingenuidade está à sua disposição (LO PRETE, 1998).

Ao expor sua “ingenuidade”, deixa transparecer antecipadamente alguma forma de desencanto, uma vez que iria remeter-se a estrutura que desde logo sabia ser inalterável. Ao longo do trabalho deplorou o *oficialismo* da *FOLHA*, o excesso de espaço a personalidades como Xuxa e a assuntos como sadomasoquismo, admitindo posteriormente que o interesse final da função é duvidoso, as críticas em

---

<sup>27</sup> À época, o “governo” estava sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso.

nada redundavam e não havia melhoria no padrão do jornal. “No fim, parece que o *ombudsman* é inútil, criando nada mais do que expectativa frustrada” (COSTA, 2006, p. 257). A última coluna, “Crítica diária”, limitou-se a fazer o trabalho crítico costumeiro, para afinal agradecer aos colegas a convivência de “mútuo respeito”, frente a um cargo “necessariamente incômodo”.

### 3.9 Bernardo Ajzenberg – de março de 2001 a março de 2004

Em sua coluna de estréia, intitulada “Chapeuzinhos vermelhos, lobos maus, vovozinhas”, está dito:

A Folha está morna e acomodada. Sofre de passividade e apatia. Esse diagnóstico, severo, só não é trágico porque foi exposto pela própria direção do jornal, dia 18 de fevereiro, no caderno sobre seus 80 anos. Admitir fragilidades, como se sabe, embora não as desagrave, é um começo para superá-las - mas também não passa disso. De onde vêm a mornidão, o acomodamento, a passividade, a apatia da Folha? Três explicações genéricas se destacam: 1) o jornal não tem sabido responder de modo enfático à situação pós-Muro de Berlim, em que as cargas ideológicas se obscurecem e os fatos cobram enfoque especializado, mais profissional; 2) a ascensão ao governo de um setor identificado com a Folha nos anos 70 e 80 (*o tucanato*) e o seu engajamento num projeto oposto às idéias de 20 anos atrás teriam criado, diz o caderno, uma "esquizofrenia" nas relações do jornal com o poder; 3) a "revolução tecnológica" e a Internet expandiram e viraram de ponta-cabeça as formas de acesso a dados e informações, "obrigando o jornal - impresso ou na tela - a se reorientar". Tudo bem. São causas profundas, de difícil administração. Mas existe outra, mezinha, sub-reptícia, que vem de muito antes e que, no quadro resumido acima, apenas se agravou. Trata-se da confusão entre comunicação e informação (AJZENBERG, 2007).

Adotou, prosseguindo, análise quase acadêmica, revelando quadro de pessimismo com relação ao desempenho da imprensa, ao traçar paralelo entre a realidade do jornalismo e os personagens da história de *Chapeuzinho Vermelho*. No ombudsmanato, criticou o partidarismo da *FOLHA* na eleição presidencial de 2002, quando a empresa apoiava o candidato José Serra e isso ficava patente em manchetes e até em charges. Ao analisar a realidade do jornal, anos após cumprida a tarefa, comentou: “Genericamente falando, [...] não é difícil constatar a permanência de problemas estruturais como falta de contextualização e didatismo,

superficialidade na análise de fatos e certa mediocridade no texto. (COSTA, 2006, p. 274). Ao encerrar sua participação, com o texto “Bola pra frente”, limitou-se a despedida formal, desejando êxito ao sucessor.

### **3.10 Marcelo Beraba – de abril de 2004 a abril de 2007**

Assumi com a coluna “Imprensa, crises e desafios”, quando dizia que em todo o mundo o jornalismo enfrentava forte crise conjuntural, cujos reflexos resultavam em economia de papel, demissões, achatamento salarial, perda de profissionais qualificados e fragilização da Redação.

A maior ameaça à independência das empresas de comunicação está nelas mesmas. A crise se traduz em pressões pela flexibilização dos procedimentos internos que protegem as Redações de picaretagens e negociatas. A pressão aumenta com a necessidade de resultados financeiros, mas a submissão da Redação resulta em perda de credibilidade e de prestígio. O barato sai caro. Otavio Frias Filho, diretor de Redação da Folha tocou no problema [...]. É bom que os executivos de jornais discutam isso abertamente. Frias Filho detecta um retrocesso: “A famosa separação entre Igreja e Estado, que é a gíria para designar a separação entre Redação e publicidade (...) que se cristalizou felizmente nos principais centros urbanos do país na segunda metade dos anos 50 e no começo dos anos 60, essa separação está sendo enfraquecida” (BERABA, 2004).

Na coluna de encerramento, sob o título “Últimas mensagens”, registrou:

A impressão que tenho, nestes três anos de observação, é que as empresas estão com o foco completamente voltado para a parte comercial, e a discussão sobre o conteúdo do novo jornal deixou de ser prioridade com a fragilização das Redações (BERABA, 2007d).

### **3.11 Mário Magalhães – de abril de 2007 a abril de 2008**

Iniciou com a coluna “O jornal previsível”, onde constatava que o jornal impresso não mais detinha a mesma tiragem *pré-internet*, havia demitido profissionais, reduzido papel e mecanismos de checagem de erros. “Relaxa na aplicação do projeto editorial que cultiva o jornalismo crítico (falha ao ser ingênua), apartidário (tropeça no noticiário enviesado) e pluralista (quando não vai além do

pensamento único) (MAGALHAES, M., 2007). Sua coluna de encerramento lamentava o fato de o jornal haver encerrado a publicação diária na *internet* dos comentários e críticas à Redação. Episódio já mencionado.

### 3.12 Carlos Eduardo Lins da Silva – de abril 2008, em exercício

É o *ombudsman* ao período em que redigimos este trabalho. Em entrevista publicada poucos dias antes de assumir deplorou a superficialidade do noticiário da imprensa em geral. A seu respeito, o jornal registrou:

Novo ombudsman da *Folha*, Carlos Eduardo Lins da Silva crê que os jornais brasileiros vivem um momento contraditório. Pelo lado bom, não sofrem da crise de credibilidade que acomete os diários norte-americanos. Pelo ruim, estão perdendo o poder de influenciar a opinião pública. Segundo ele, está na hora de os jornais decidirem que papel vão ter na concorrência com outros meios, como a internet, as rádios e a TV. Defende que o futuro está num produto mais focado, com menos assuntos e mais analítico (FOLHA DE S. PAULO, 2008a).

“Tem que haver equilíbrio e o máximo de isenção possível. É claro que nunca ninguém ficará satisfeito. Mas a medida do sucesso é sempre ser atacado de todos os lados. Quando mais ataques o jornal receber de todos os lados, mais próximo do equilíbrio ele estará” (FOLHA DE S. PAULO, 2008a).

Sofrer “ataques”, no contexto em que foi formulado, não seria, presumivelmente, ser credível, mas tão-somente ambíguo ou até inconfiável pelo impasse de verdades estabelecido. Observemos também a relevância atribuída ao “sucesso” como elemento a ser pretendido pelo jornalismo. Obter sucesso, fica sugerido, seria acionar a política editorial do amor/ódio para assegurar aceitação, especialmente quando, como agora, o espaço de disputa mercadológica torna-se mais difícil frente à TV e *internet*, e reduz-se a distância entre “Igreja e Estado”, como nas palavras de Frias Filho. Quanto à publicação de verdades contraditórias como forma de desencadear o amor/ódio e assim sofrer “ataques” que tornariam o jornal “equilibrado” temos em sentido inverso:

Como um fórum a arejar a “política da realidade”, a definição dos jornalistas da situação vai além da apresentação dos dados suficientes para o leitor chegar a uma conclusão. Um pântano de pretensões de verdades contraditórias [...] [Estas] teriam mais



vantagens em ser encaradas como um convite aos leitores para exercitarem a percepção selectiva, uma reacção característica das notícias. De facto, o convite à percepção selectiva é mais insistente, pois cada versão da realidade reclama a mesma validade potencial. Visto que a “objectividade” pode ser definida como “prioridade aos objectivos externos ao pensamento” e “objectivo” como “aquilo que pertence ao objecto de pensamento e não ao sujeito que pensa” (ambas definições de dicionário), seria difícil de afirmar – como os jornalistas fazem – que a apresentação de possibilidades conflituais fomenta a objectividade (TUCHMAN, 1999, p. 80).

Trabalhar conflito informativo não assegura informar com acurácia. Muito ao contrário, redundando no estabelecimento de universo informacional rarefeito, uma vez que o leitor, pela inacessibilidade às fontes, não tem poder para definir o que se passou efetivamente. O entrechoque declaratório das fontes, seu descontentamento por efeito do confronto estabelecido no jornal, quando uma fonte supõe a outra como beneficiária da publicação, tudo isso representa apenas administração simbólica da realidade pelo veículo. Mas, estabelecido esse contencioso, surgiria a objectividade pretendida por Silva.

[...] se a cultura capitalista é, essencialmente, uma “cultura de massa” nos termos frankfurtianos; se a “cultura de massa” é um mecanismo de manipulação, controle e alienação; se o jornalismo teve a sua gênese como “cultura de massa” e desta é parte integrante e legítima, não há o que resgatar do jornalismo (GENRO FILHO, 1987, p. 48).

E o poder da imprensa, neste relacionamento, pode ser espantoso. Kurt Luedtke, antigo editor do *Detroit Free Press*, e autor do livro *Absence of Malice*, disse [...] a um grupo de jornalistas: “De seus critérios arbitrários dependem reputações e carreiras, sentenças criminais e o valor das ações, espetáculos na Broadway e o abastecimento de água. Vocês são o mecanismo da recompensa e da punição, os árbitros do certo e do errado, o olho incansável do julgamento cotidiano. Vocês não mais apenas formam a opinião pública, mas a substituíram (SWEARINGEN, 1984, p. 111-112).

O que foi observado ao longo das apreciações a respeito do ombudsmanato leva-nos a afirmar que, como estatuto de regência, resulta equívoco e ineficaz, vez que operacionalmente não detém poderes para mudar linha editorial e procedimentos da Redação. O cargo revela-se instituição ambígua, performática. É apresentado com discurso de aparente aliança com o leitorado, mas, ao invés, é um dado das atividades do *marketing* da FOLHA, quando a imagem pública do jornalista

é utilizada como parte do processo de hegemonia do diário. Ao profissional não é assegurada total independência. Pode ser punido publicamente e, das declarações aqui registradas, surge uma sensação de que os jornalistas, ocupando o cargo, foram levados à prática de trabalho inútil.

#### 4 O DESASTRE DO METRÔ

Dia 13 de janeiro de 2007, um sábado, a editoria de *Cotidiano*, da *FOLHA*, trazia informação a respeito de acidente de grandes proporções, ocorrido um dia antes, às 15h, no canteiro de obras da Companhia do Metropolitano de São Paulo-Metrô (linha 4-amarela). A ocorrência causou comoção nacional. Uma cratera de 80 metros de diâmetro se abriu, tragando cinco caminhões e forçando a interdição de três ruas no bairro de Pinheiros, zona oeste da cidade. Um prédio e cerca de 80 casas tiveram de ser esvaziados. Pelo menos quatro pessoas, ocupantes de um microônibus, estavam desaparecidas, suspeitando-se que o veículo fora engolfado pela cratera. Cinco funcionários da obra tiveram ferimentos leves quando fugiam do desastre. E outras 12 pessoas, moradoras das imediações, precisaram de atendimento médico de urgência improvisado no local para atender casos de pressão alta e crises nervosas. A princípio não se podiam estimar as causas do acidente, que era tido pelo secretário dos Transportes Metropolitanos, José Luiz Portella, como o de maiores proporções já registrado na história do Metrô. Depois, constatou-se que sete pessoas haviam morrido. (CREDENDIO *et al.*, 2007).

Na mesma edição o jornal informava que o governador José Serra chegara ao local à noite. E garantia que as causas seriam investigadas, estimando que o problema fora causado em função de o terreno ser “muito perto do rio”. Referência ao rio Pinheiros.

Serra se disse impressionado com o tamanho do buraco. Mais tarde, afirmou a interlocutores que os caminhões, em comparação com a cratera, pareciam de brinquedo, e o cenário lembrava o Chile em época de terremoto (SPINELLI, 2007a).

O excerto demonstra falta de acurácia: não houve questionamento sobre as medidas precautórias necessárias a um trabalho de tais dimensões, nem como o governador se sentia, enquanto administrador, ante a flagrante falha. Contrariamente, registraram-se platitudes como observações relativas ao tamanho dos caminhões e os terremotos do Chile. Jornalisticamente, um noticiário superficial e anódino. Em seguida, tom de otimismo:

Questionado sobre os atrasos na obra da linha 4-amarela do Metrô, Serra disse acreditar que o tempo perdido será recuperado. "O prazo de entrega é o primeiro semestre de 2009. Acho que vai dar para recuperar eventuais atrasos. Tem margem de manobra para isso" (SPINELLI, 2007a).

Se no noticiário tergiversava diante de acontecimento que impactara o País, no plano opinativo a *FOLHA* adotou, de forma complementar, comportamento igualmente cauteloso. E assim o expressou, no editorial "Desastre no metrô" (15/01/07). O subtítulo conclamava: "Tragédia nas obras da estação Pinheiros não pode abalar a confiança que a população deposita na rede subterrânea".

O colapso nas obras da futura estação Pinheiros do metrô paulistano não deve ser subestimado. Foi o maior acidente já registrado desde que a rede subterrânea começou a ser implantada, em 1968. Suas conseqüências são trágicas para todas as vítimas do desabamento - as pessoas soterradas e seus familiares, bem como as famílias que perderam, provisória ou definitivamente, as suas residências.

A imagem da cratera de 80 metros de diâmetro, com os caminhões tragados para o seu centro e uma grua de 50 toneladas ameaçando desabar, ficará na memória. Funcionará como um lembrete de que as lições desse desastre precisam ser devidamente absorvidas por construtores e autoridades, a fim de que outros acidentes não se repitam.

Não é o momento, evidentemente, de precipitar-se em busca de causas e responsáveis pelo acidente. É preciso dar tempo para que uma detalhada e complexa investigação independente seja realizada. As expectativas a esse respeito estão depositadas na apuração do reputado Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

Foi infeliz, porque no mínimo precipitada, a nota das empreiteiras que constroem a Linha 4 do metrô ao identificar nas chuvas fortes a possível causa do colapso. Outras obras de engenharia tão complexas quanto a escavação do túnel próximo ao rio Pinheiros já enfrentaram condições climáticas e geológicas adversas - até mesmo em São Paulo -, mas não sucumbiram.

Neste momento as energias das autoridades municipais e estaduais devem concentrar-se nos esforços de emergência. O resgate das vítimas, o conforto às famílias impossibilitadas de habitar suas casas e as providências para impedir o agravamento do desastre - retomando, o mais depressa possível, o fluxo de veículos nas pistas da marginal Pinheiros- são prioritários.

O metrô é o meio de transporte coletivo em que a população paulistana deposita mais crédito. Com apenas 60 km de extensão (Londres conta com mais de 400 km), a rede subterrânea vem tomando passageiros dos transportes de superfície. Essa adesão popular não está relacionada apenas à rapidez e à eficiência do metrô. Funda-se também no histórico de segurança associado à operação cotidiana dos trens e às obras de expansão da malha.

A confiabilidade do metrô está sendo agora colocada em questão. Agir com responsabilidade e rapidez nas tarefas emergenciais em

torno do desastre na estação Pinheiros é um modo de impedir que essa tragédia abale a imagem do metrô de modo duradouro. Apurar as falhas - quer de projeto, quer de execução, quer de fiscalização - que levaram ao colapso e, com base nelas, reformar procedimentos futuros também é uma ação necessária. Multiplicar a minúscula malha metroviária nos próximos anos é imperativo para evitar que se concretizem os prognósticos catastróficos acerca do trânsito de São Paulo. Mas é preciso assegurar que essa desejada pulverização de canteiros de obras ocorra sob o mais estrito e atualizado protocolo de segurança (FOLHA DE S. PAULO, 2007u).

Utilizando-se de título alusivo, cuja tecnicidade não indicia com clareza o conteúdo do texto, como fazem resumidamente os títulos informativos, o editorial limitava-se a sugerir serenidade na apuração das causas e faz amena crítica às empreiteiras. Para estas, o acidente se dera em decorrência de “fatalidade” – as chuvas – não como resultado de imprudência, imperícia ou negligência ou seja, conseqüência de ação humana ineficaz sob algum aspecto. Ao invés, reduz a causa a circunstância puramente ambiental. O título do editorial não dimensionava, não sugeria a magnitude do ocorrido nem as responsabilidades presuntivas e debitáveis aos responsáveis pelas obras. O subtítulo, mesmo admitindo uma tragédia, trazia convocação a que a sociedade mantivesse serenidade, lembrando que, com relação às obras, já preexistiria sentimento coletivo de confiança na rede subterrânea. O texto do subtítulo assumia quase que uma consigna, uma proposta de resistência e otimismo. No corpo do editorial, o tom moderado acentuava não ser aquele momento de se buscar causas ou culpados. O objetivo, fica sugerido, seria a preservação da imagem do Metrô frente à população paulistana. Essa “imagem do Metrô” a ser preservada alude, por vias transversas, o resguardo da imagem da administração José Serra, cujo partido (PSDB), conta com a simpatia do jornal, conforme afirmaram *ex-ombudsmen*. Um dia após o acontecimento houve a publicação de matéria intitulada “Medição já apontava falha”. O secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, José Luiz Portella, e o presidente do Metrô, Luis Carlos David, admitiam o registro de falhas estruturais, medidas por aparelhagem de precisão, mas isso fora considerado “acontecimento comum”, descartando-se a paralisação das obras para verificação (FOLHA DE S. PAULO, 2007q). Tanto o noticiário superficial quando o editorial complacente são aspectos articulados. Editoriais não surgem do nada. Tratam de assuntos de interesse permanente como saúde, educação e segurança, ou de assunto ou tema

que ganhem saliência irruptiva, e funcionam de forma coordenada ao noticiário. São redigidos de forma parelha e buscam passar idéia de coesão e equilíbrio na abordagem intentada.

[...] nas sociedades capitalistas o editorial reflete não exatamente a opinião dos seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. Além dos acionistas majoritários, há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço, além de braços dos aparelhos burocráticos do Estado que exerce grande influência sobre o processo jornalístico pelos controles que exerce no âmbito fiscal, previdenciário, financeiro (MELO, 1994, p. 96).

Naquela oportunidade, o noticiário aparentemente isento e o editorial contido, sentenciosamente brando, sugeriam jornalismo equilibrado, sereno, confiável e de “bom senso”. Todavia, outro acontecimento, ocorrido na administração da prefeita Marta Suplicy (PT), revelava abordagem bastante diversa. O editorial “Túnel eleitoreiro” (15/01/05), enunciava:

Parte dos paulistanos, depois de sofrer nove meses de caos no trânsito no ano passado por causa da interdição parcial da avenida Rebouças, para a construção de uma obra eleitoreira, terá agora de amargar mais 30 dias de barafunda no tráfego para que se façam reparos na construção. Isso significa que, além de eleitoreira, a obra foi mal realizada. Com efeito, passados apenas quatro meses desde a inauguração do túnel Jornalista Fernando Vieira de Mello, ele já teve de ser fechado quatro vezes devido a inundações. Ao que tudo indica, o problema é que a galeria de águas pluviais ao lado da passagem subterrânea foi construída com tubos de PVC (policloreto de vinila) e areia, ao invés de concreto - material mais resistente e mais indicado para uma obra como essa. Logo apareceram rachaduras e ondulações na tubulação. Esse é, segundo o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), um dos principais fatores para as inundações. Um dos executores da obra, a *Construcap*, afirma que a técnica e o material foram escolhidos devido à exigüidade dos prazos. Tudo foi feito em apenas 40 dias com trabalhos realizados apenas de madrugada, para prejudicar menos o trânsito. É mais um depoimento - e contundente - a sugerir o caráter propagandístico da edificação, que a administração Marta Suplicy entregou poucas semanas antes da eleição. Foi um dos raros casos em que a obra, ao invés de atrasar, adiantou-se em relação ao cronograma oficial. Não se contesta o direito de prefeitos de estabelecer prioridades e realizar obras que procurem atendê-las. Em sentido amplo, tudo que o administrador público fizer pode ser tachado de eleitoreiro, o que não necessariamente diminui a utilidade que a empreitada possa ter.

Essa situação, porém, muda de figura quando a obra é realizada às pressas e sem observar padrões mínimos de qualidade apenas para conquistar votos - como parece ter sido o caso do referido túnel (FOLHA DE S. PAULO, 2005).

O discurso assume postura completamente diversa daquela empregada em relação ao acidente no Metrô. É contundente e, ao invés de recomendar moderação até que as causas das inundações fossem apuradas, permite ao jornal assumir papel onisciente: aponta “culpados” e até “revela” os fatores causais das inundações. Quanto ao acidente com as obras metroviárias foi publicado texto noticioso sob o título “Para Metrô, era possível prever acidente” (13/01/07). A partir do título da matéria a equipe editorialista já teria dados para formulação mais consistente em termos de opinião:

Assim que chegou ao local do acidente, à noite, o governador paulista, José Serra (PSDB), visivelmente irritado, perguntou ao presidente do Metrô, Luiz Carlos David: "Vocês não tinham como ter previsto isso?". A resposta foi direta: "Sim, [a gente] tinha". O diálogo foi presenciado pela reportagem da Folha. Serra e o auxiliar caminhavam pela rua Capri, uma das que foram interditadas. Posteriormente, durante entrevista coletiva, a reportagem perguntou ao governador sobre o diálogo, que negou que a resposta do presidente do Metrô tenha sido "sim". "Não foi isso que ele disse", afirmou. Mais tarde, no Palácio dos Bandeirantes, Serra voltou a negar a resposta. "Ele não disse que sim nem que não. Só a perícia poderá dizer." A Folha apurou que auxiliares do governador consideram que houve negligência por parte dos engenheiros da obra. Um dos assessores de Serra chegou a perguntar a funcionários da empreiteira quem era o responsável pelo acidente. Aos gritos, disse que iria colocá-lo na cadeia (CARAMANTE, 2007).

Como a matéria traz o registro do *imbróglio* entre Serra e seu auxiliar, isso teria permitido ao editorialista agregar tal episódio ao fato central e emitir opinião aguçada: o acidente era previsível, mas não houvera cautela suficiente para impedir a sua ocorrência. Ao protagonizar sua intervenção narrativa a *FOLHA* cumpriu com o papel apassivador, tradicional da grande imprensa brasileira, quando defende interesses da conservação. O desentendimento teria expressividade suficiente para compor quadro noticioso que sugerisse não apenas a falha humana, mas – e especialmente –, o comportamento escapista do governador. Contudo, a aparente dessintonia entre a força da constatação feita pelo repórter e a anodinia do editorial fora apenas isso: aparência. Trata-se tão-somente de ação manipulatória: de um

lado se apresenta “objetivamente” o contencioso envolvendo o governador, mas na face opinativa isso não é levado em conta. O propósito fora impedir a politização do acontecimento, como contrariamente ocorrera quando da inundação do túnel na administração Marta Suplicy, politização feita pela *FOLHA*. Na verdade, ao despolitizar o acontecimento do Metrô a *FOLHA* já o politizava por efeito da ocultação dessa despolitização.

É possível encontrar nexos orgânicos entre José Serra e a *FOLHA*; entre o político e o jornal, como já registrado nas citações relativas aos *ex-ombudsmen*. Assim, não valeu o entendimento de que “toda obra é eleitoreira”. Havendo esse entendimento, as falhas na execução deveriam ser expostas como decorrência da conjugação de atitude “eleitoreira” com os efeitos danosos de coisa malfeita. O Consórcio Via Amarela, empresa responsável pelas obras, enviou nota à imprensa em que negava qualquer indicativo de ter havido falha ou negligência. O jornal divulgou-a sob o título “Em nota oficial, consórcio Via amarela culpa fortes chuvas pelo deslizamento” (14/01/07).

A nota foi submetida pelo consórcio ao Metrô antes de ser enviada aos jornalistas. A divulgação foi feita pela assessoria de imprensa da companhia estadual. O Via Amarela disse que não daria entrevistas porque só pode se reportar ao Metrô, que contratou seus serviços. Leia a íntegra da nota oficial: O Consórcio Via Amarela, integrado pelas construtoras Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez comunica que as causas do acidente ocorrido na obra da futura Estação Pinheiros estão sendo analisadas por empresas projetistas do mais alto reconhecimento técnico e experiência internacional. São empresas e consultores técnicos que participaram do projeto da obra dentro de padrões internacionais de segurança. Participam ainda da análise das causas do acidente um colegiado de engenheiros, consultores e geólogos das empresas que integram o Consórcio Via Amarela, em conjunto com equipes técnicas e de engenharia do Metrô. As fortes chuvas das últimas semanas que assolaram a capital paulista com grande intensidade e duração levam a indícios de que teriam causado uma reação anômala e inesperada no maciço de terra em que se encontra a obra, provocando o seu repentino colapso e conseqüente desmoronamento. O Consórcio Via Amarela lembra que, apesar da qualidade do projeto e dos cuidados na execução da obra, trata-se de atividade classificada no grau de risco 4, o mais alto, na escala de risco do Ministério do Trabalho. Portanto, o acidente não é indicativo de falha ou negligência. Cerca de 40 famílias já foram evacuadas da área de risco por equipes de assistência social do Consórcio Via Amarela, encaminhadas a hotéis da região e seus prejuízos serão ressarcidos. Todas as medidas técnicas para evitar a ampliação dos danos estão sendo tomadas. Todos os esforços no momento estão



sendo realizados no sentido de resgatar possíveis vítimas. O Consórcio Via Amarela agradece as valorosas e prestativas atuações da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, do CET e da Polícia Civil, que colaboraram conosco neste momento (FOLHA DE S. PAULO, 2007v).

O texto é pautado por atitude que se cerca de todos os cuidados objetivando preservação do prestígio do Consórcio e isenta-o de responsabilidade pelo acidente, extensiva ao Metrô. Invoca a seu favor, e conseqüentemente a favor do governo Serra, “empresas projetistas do mais alto grau de reconhecimento técnico”, bem como “consultores técnicos”, ou seja: traz à sociedade a credibilidade do saber de intelectuais orgânicos ao governo. A *culpa* então, em função dos riscos envolvidos, seria evidentemente *da natureza*, causadora de “reação anômala” e imprevisível. O jornal não questionou a nota. Limitou-se a dizer que esta fora “infeliz”, ao tratar do assunto no aludido editorial do dia 15 de janeiro (“Desastre no metrô”).

Algo, porém, não fora revelado: o acidente tinha ligações diretas com política de privatizações que desde 1994 era empreendida por governos do PSDB. O sistema de contrato – *turn key*<sup>28</sup> – impusera às obras ritmo mercadológico, em que a produtividade e os baixos custos têm prevalência. O Consórcio Via Amarela, formado pelas cinco maiores empreiteiras do País (Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez), vencera em 2003 licitação aberta pelo governo Geraldo Alckmin. Permitiu-se, pelo contrato *turn key*, que os trabalhos fossem executados pelas empresas, a quem caberia também a incumbência de fiscalizar técnica e financeiramente o desenvolvimento do projeto (TOLEDO, 2007).

O noticiário apresentou também abordagem voltada para o chamado “aspecto humano do jornalismo”, que valoriza a fragilidade do homem, a condição de ser o homem sujeito a tragédias, dor, medo, insegurança existencial e perplexa impotência ante tais circunstâncias. Esse tipo de tratamento editorial permite a produção de textos em que o redator exercita pendores literários; os textos ganham *glamour*, força impressionista e muita emotividade. Detalhes ganham relevo, a atmosfera textual assume conotações narrativas que em muito a aproximam da técnica de ficção, produzindo efeito dramático.

---

<sup>28</sup> No léxico setorial “porteira fechada”.

Fez-se um silêncio de doer os ouvidos quando, às 16h, soldados do Corpo de Bombeiros começaram a descer as encostas da cratera aberta pelo desabamento do túnel do metrô, bem ao lado da marginal Pinheiros. Um grupo levava sacos acinzentados, com a inscrição "IML" em letras negras. Outro transportava macas. Um terceiro arrastava pela lama de várias cores o maçarico para rasgar metal. A maioria levava pás.

A um sinal de mão do engenheiro do consórcio responsável pela obra, todas as seis retroescavadeiras até então em trabalho frenético recolheram seus braços e pararam - os motores desligados. Operários cruzaram os braços. Policiais pararam de andar de um lado para outro. Funcionários da Defesa Civil encarapitaram-se em pedras para ver o que acontecia no fundo do buraco. Um perito da Polícia Civil, camiseta preta, esgueirou-se pela cova com câmera fotográfica e flash. Até os helicópteros das câmeras de televisão sumiram de vista, levando consigo o ruído característico das hélices. O microônibus acabava de ser encontrado - agora pela parte de cima da cratera (anteontem, o veículo tinha sido avistado por um túnel de acesso). O resgate parecia iminente. Em uma rua ao lado, sem que ninguém os avisasse, mas alertados pelo silêncio repentino, cerca de 30 familiares dos desaparecidos levantaram-se a um só tempo das cadeiras de plástico branco colocadas em um trecho isolado da calçada -para protegê-los do assédio de curiosos e da imprensa. Policiais femininos não deixavam nenhum dos parentes aproximar-se demais da cratera.

Bem que o pai do motorista Reinaldo Aparecido Leite tentou ir acompanhar os trabalhos. Logo foi trazido de volta, sorriso travesso no rosto que, no entanto, estava molhado de lágrimas e de suor (a temperatura na cova era de 28°C).

Os parentes ficaram assim, em silêncio, como todos em volta, até as 17h30, quando o capitão bombeiro Minori, coordenador dos trabalhos de resgate das vítimas, subiu as encostas da cratera e, voz tranqüila, deu o informe: "Não conseguimos retirar as vítimas"; "O microônibus está todo retorcido e amassado. Teremos de tentar o resgate por baixo de novo. E vamos assim, por baixo e por cima, até conseguirmos" (CAPRIGLIONE, 2007a).

A matéria saiu sob o título "Van aparece na cratera de lama e tudo se silencia" (16/01/07) e revela os rumos da cobertura: seu encaminhamento para o sensacionalismo, uma vez que, pela técnica jornalística, permite-se esse tipo de enquadramento descritivo. Trocava-se o aspecto central pelo dado periférico, a racionalidade pelo emocionalismo, a investigação das causas pela narração comovente dos resultados do desastre. Na mesma edição, sob o título "Grupo deve assumir responsabilidade", José Serra dizia que o Consórcio seria chamado a responder pelos seus atos, mas o governo "somente se pronunciaria depois da emissão do laudo" (CARAMANTE e SPINELLI, 2007). A citação abaixo ("Do

jornalismo dos desastres ao desastre do jornalismo”) é um registro crítico ao que então se produzia na grande imprensa a respeito do ocorrido:

Foi preciso uma tragédia para ficarmos sabendo que a linha 4 do metrô de São Paulo, uma gigantesca obra de engenharia, estava sendo construída através de um contrato de “porteira fechada”. O preço é fixo. Quanto mais o consórcio construtor economizar, mais ele lucra. Ninguém sabia disso porque a nossa imprensa nunca se interessou por esse contrato. Nunca o discutiu.

Os paulistanos não sabiam que a linha quatro era uma obra assim tão grande, nem sabiam das várias opções de métodos de construção dos túneis. Não sabiam nada. Só agora fomos informados que o método das explosões, usado na região do desastre, rachara dezenas de casas e há tempos assustava os moradores. Esses casos haviam sido tratados como pequenos episódios isolados, não ocorrendo a nenhum editor investigar mais a fundo a natureza das obras.

[...] Os paulistanos não sabiam que as obras eram fiscalizadas pelo próprio consórcio. Eles fiscalizavam-se a si mesmos. O Estado, dono da companhia do metrô, não assumiu nenhuma responsabilidade, admitiu o governador José Serra, depois de fugir um dia inteiro dos repórteres. Alckmin está escondido até hoje. E dele os jornais nem falam. Ele, que se apresentava como o melhor “gerente” para o Brasil.

Depois de tantas tragédias, já é possível definir um padrão da cobertura de desastres no Brasil. De início, os jornalistas são surpreendidos. O desastre revela precariedades ou abusos pré-existentes que a imprensa não acompanha como deveria.

[...] Escrevem páginas e páginas de notícias fragmentadas, ora dizendo uma coisa, ora outra, jogando culpas e suspeitas por todos os lados – nunca assumindo a própria culpa, é claro. Esse traço da cobertura ficou muito evidente na queda do avião da Gol<sup>29</sup>, o maior desastre aéreo da história do Brasil. Cada dia, era um outro pedacinho de informação que aparecia nos jornais, nem sempre de acordo com a do dia anterior ou encaixada no lugar certo do quebra-cabeças.

[...] Sem informação estruturante, os jovens jornalistas postam-se à beira do desastre, e passam a falar das vítimas, dos seus namorados, do fulano que escapou por sorte, porque perdeu o vôo ou não pegou aquela van. E assim por diante. É a fase do sensacionalismo. Se conseguirem fazer um entrevistado chorar, é a glória. A cena será repetida várias vezes. Surgem também os gigantescos mapas, infográficos, tudo o que deveríamos saber antes do desastre, aparece agora, depois da porta arrombada. No desastre da linha 4 os repórteres estavam tão aflitos e sem fontes, que entrevistaram falsos engenheiros e até falsos bombeiros, atraídos à cratera pelos holofotes da tevê.

Pode haver um ou outro repórter especializado, que tem fontes boas.

---

<sup>29</sup> Referência a acidente envolvendo aeronave da empresa *Gol* e um avião *Legacy*, ocorrido em 19 de setembro de 2006, resultando em 154 mortos (FOLHA DE S. PAULO, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2604200832.htm>, acesso em 13/08/08).

Mas essa é a exceção e não a regra. Ao mesmo tempo em que cresceram as editorias de economia, foram sendo extintas as de cidade, de educação, de saúde, de transporte. E só há uma reportagem, a “geral”, encarregada de cobrir tudo. Nesse sistema de “linha de produção”, os repórteres são obrigados a cumprir duas a três tarefas num único dia. Em algumas empresas, nem essa reportagem geral existe mais, tendo sido fundida à agência de notícias da empresa.

Mas só a extinção das editorias especializadas não explica a negligência em acompanhar uma obra como a da linha 4 do metrô de São Paulo. Subjacente a essa negligência está uma cultura de desprezo pelos fatos e muito maior dedicação de tempo e energia editorial ao combate ideológico.

A extinção das editorias especializadas faz parte de todo um processo que vê a informação correta e bem contextualizada como um obstáculo ao uso ideológico dos fatos. O neoliberalismo reorganiza até a estrutura das redações.

Muitos leitores ainda não perceberam que os jornalões brasileiros são hoje muito mais panfletos ideológicos do que boletins informativos. Jornais, revistas semanais e emissoras de tevê de maior audiência parecem ter formado uma espécie de “consórcio político”, com o objetivo central de combater políticas que rotulam a priori de “populistas”. Passaram um ano e meio dedicando tanto espaço e energia no combate ao governo Lula e às CPIs da oposição, que se esqueceram dos fatos e processos do Brasil real.

A terceira fase da cobertura padrão dos desastres é justamente a mais ideológica. É quando buscam escamotear as verdadeiras causas das tragédias: o esvaziamento do Estado promovido pelos neoliberais, a privatização do setor elétrico, a terceirização dos serviços, a não contratação de novos servidores, a falta de fiscais, a subordinação a regras de privatização do FMI e pelo Banco Mundial. Enfim, a privatização generalizada do Estado, da qual o desastre da Rua Capri revelou uma nova dimensão, a privatização até mesmo das responsabilidades do Estado, expressa na frase do governador José Serra: “a responsabilidade é das empreiteiras”.

*[...] Faz parte do padrão de manipulação ideológica dos desastres o uso de dois pesos e duas medidas: complacência com autoridades envolvidas, se forem do campo conservador e a crítica impiedosa e repetida, se forem do campo popular. Basta comparar editoriais da Folha e do Estadão, nos casos do mero entupimento do túnel da Rebouças que não matou ninguém, construído na gestão Marta Suplicy, e os do desabamento da Rua Capri, que matou seis pessoas e talvez uma sétima.*

Prestem bem atenção: passada a fase sensacionalista, calma e ponderação vão ser as palavras de ordem dos jornalões para a quarta etapa da cobertura desse desastre. Trata-se da etapa prolongada na qual vão começar a sair laudos, vão ser ouvidas testemunhas nos inquéritos.

Talvez se instale uma CPI, que nenhum dos jornalões exigiu. A probabilidade é que tenham sido muitas as causas e não uma só – mais ou menos como aconteceu na queda do avião da Gol. Ou seja, uma provável falta de rigor ao longo de todo o processo, devido à natureza do contrato, de modo que a falha em uma fase não é detectada e corrigida na outra. Isso significa que Serra e sua base tucana paulista poderiam sofrer um prolongado desgaste,

atravessando este ano todo e entrando por 2008. É isso que os jornalões vão evitar (KUCINSKI, 2007, grifos nossos).

A citação demonstra o funcionamento “por dentro” das Redações da grande imprensa: a mobilização do coletivo ideológico para agir como estrutura de partido político, o trabalho voltado para a fragmentação do noticiário, a divulgação de notícias salientando tópicos – que mais confundem que explicam – e a mobilização de jornalistas inexperientes. O desmantelamento das editorias, a falta de capacitação de profissionais especializados, processo que já vinha há muito em andamento, tudo contribuiu para o fazimento desse tipo de produção jornalística, num jogo de claro-escuro voltado para a ocultação da culpabilidade social do governo José Serra. Com isso, a sociedade, desinformada, passa ver de outra maneira o mundo real e passa a viver essa irrealdade, não a percebendo como impostura que lhe fora imposta. Era preciso fazer valer um consenso e o “consórcio político” da grande imprensa. Informação e opinião passam à condição de realidade fictícia. O indireto passa a ser direto, o mediato toma a condição de imediato.

Olhando para trás podemos ver o quão indiretamente conhecemos o ambiente no qual, todavia, vivemos. Podemos observar que as notícias sobre ele nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente. [...] Um califa, obedecendo ao que acreditava ser a vontade de Alá, queimou a biblioteca de Alexandria (LIPPMANN, 2008, p. 22 ).

A questão era: com o acidente, estava sob risco o processo de hegemonização empreendido pelo PSDB. Então, reverter a possibilidade de um “outro desastre”, agora o desastre *tucano* por força do noticiário, seria a emergência a estancar e o *a priori* da ação jornalística, como analisado por Kucinski. O encobrimento das responsabilidades do governo seria o acorde dominante da cobertura, cuja missão diária era transformar o agrupamento noticioso num fragmentário mundo impresso. Desconexo e propenso a estabelecer confusão. Ao redor do fato principal gravitavam notícias de menor expressão cujo destino, todavia, era ganhar relevo. A matéria abaixo confirma as opiniões de Kucinski:

À beira da cratera, o governador José Serra assistiu, assombrado, a um vídeo que registra o resgate de dois carros compactados sob os escombros da linha 4 do metrô. "Esses são os carros?", perguntou ele, comentando mais tarde: "Inteiramente compactados, esmagados. Mas não tinha ninguém dentro".

Exibido na própria tela da câmera, o filme traz imagens do túnel soterrado. Observando, sob chuva, o imenso buraco, Serra foi informado de que não era possível escavar mais por oferecer risco aos bombeiros. "Havia motoristas naqueles caminhões?", perguntou. "Sim. Mas conseguiram escapar", respondeu o secretário da Segurança, Ronaldo Marzagão. "E em cima da grua?", indagou. "Imagine o susto", comentou ao saber que um operador estava lá no acidente. Ao fazer uma vistoria das obras, Serra se preparou para uma entrevista: perguntou pelas vítimas e quis ouvir diretamente do engenheiro responsável a situação dos moradores de casas vizinhas ao acidente.

À chegada, cercado por Marzagão, pelo secretário de Transportes Metropolitanos, José Luiz Portella, e do presidente do Metrô, Luiz Carlos David, foi levado aos cães farejadores. "Vocês adestram os da minha filha?", brincou. Na saída, foi orientado por Portella a anunciar a conclusão das obras para o início de 2009. Também ouviu de David um roteiro para a entrevista que concederia minutos depois. Antes, ainda à borda do buraco, cercado de lama, comentou: "Estamos em área de alto risco. Mas dá tempo para correr" (SEABRA, 2007b)

Redigida sob o título "Governador fica perplexo com vídeo do acidente", (14/01/07), a matéria pautou-se exatamente como descrito pela crítica de Kucinski, prendendo-se a aspectos acessórios, à blague do Governador quanto aos cães de sua filha e afinal à disposição de Serra de "correr", em caso de perigo. A *FOLHA* não investiu, em outra matéria, no aprofundamento de declaração do vice-governador, Alberto Goldman, engenheiro formado pela Universidade de São Paulo. Ao jornal declarou que as chuvas não poderiam ser usadas como justificativa para o acidente e que "em algum momento" a engenharia havia falhado.

O governador também foi entrevistado e disse não haver conversado com o vice sobre as causas do ocorrido, preferindo esperar por laudos técnicos. A matéria saiu sob o título "Houve falha na obra, diz vice de Serra" (16/01/07). A notícia "Para advogados, Estado é responsável" (17/01/07) colocava incisivamente pela primeira vez a opinião de especialistas – em direito administrativo – quando diziam que, a despeito do contrato de porteira fechada entre governo e Consórcio, a responsabilidade primária competia ao Estado por ser o responsável pela obra (PENTEADO e PAGNAM, 2007).

Apesar disso o jornal não emitiu opinião a respeito. Voltou a publicar esse

tipo de manifestação com o editorial “Plano de emergência” (18/01/07):

Após o desastre na linha 4 do metrô paulistano, multiplicam-se, como é natural, especulações sobre causas e responsabilidades. Para esclarecê-las está em curso uma investigação que se espera seja minuciosa e de fato independente. Sua complexidade, no entanto, faz prever que seja longa. A escavação do fosso da estação Pinheiros foi classificada como de risco máximo no gênero. Vários acidentes de menor monta já haviam afetado as obras da linha 4. A repetição sugere que se investigue também a hipótese de negligência na execução ou na fiscalização do projeto. O poder público não pode perder de vista, por outro lado, que a prioridade imediata está na assistência às famílias dos mortos e desaparecidos. A confusão reinante no local indica que não havia preparo para tanto. O fato de seis das sete vítimas, ao que se sabe até o presente, não terem relação direta com a obra suscita, além disso, um questionamento sobre as normas de segurança do empreendimento. Todos os operários da escavação deixaram o local em tempo de escapar do pior (a única vítima entre eles teria voltado ao local para recuperar pertences). Deduz-se, pois, que pedestres e passageiros também poderiam ter sido salvos, se mantidos fora das imediações do canteiro de obras. Para isso, seria necessário um plano de emergência. A posteriori, parece óbvio que deveria contemplar, ao menor sinal de perigo, pelo menos a interrupção da passagem de tráfego e de transeuntes no trecho da rua Capri contíguo aos tapumes da obra da estação Pinheiros. Mais que isso, o foco na proteção dos habitantes do entorno da escavação exigiria trabalho prévio de esclarecimento dos moradores, que só haviam sido alertados sobre ocasionais explosões subterrâneas. Imagine-se a gravidade adicional do desastre se as casas hoje demolidas ou interditadas tivessem ruído pouco depois do deslizamento. Cumpre às autoridades zelar para que obras de contexto similar tenham todas o seu plano de emergência. Essa reforma de procedimentos deveria começar pela própria linha 4, que atravessa regiões densamente povoadas da capital paulista (FOLHA DE S. PAULO, 2007w).

A rigor, não é um editorial; tecnicamente, é um comentário. Gênero que surgiu quando as empresas jornalísticas sentiram que havia necessidade de quebrar-se o monopólio do editorial por uma razão bastante prática, sob o ponto-de-vista do capital: as instituições jornalísticas tomaram caráter mercantil e seus dirigentes depararam-se com a inevitabilidade de fazer concessões: aos grupos econômicos, aos anunciantes, aos aparelhos privados de hegemonia mais diversos. “Por isso, tornou-se incômodo manter o monopólio opinativo que expressava, unicamente através do editorial, o ponto-de-vista das forças diretamente responsáveis pelo funcionamento da empresa jornalística” (MELO, 1994, p. 106-

110). O comentário “aprecia os fatos, estabelece conexões, sugere desdobramentos”, “joga os fatos na mesa e deixa que eles falem por si próprios” (MELO, 1994, p. 106-110).

Atribuir aos fatos a possibilidade de falar por si próprios é conceder-lhes vida dialogal. Os fatos passam a estatuto de essência. São racionais, vivos, impetram discurso de aceitação que lhes valide essa vida mesma. Assim, é “fato” que está em andamento investigação “que se espera seja minuciosa e independente”, como também é “fato” que “as autoridades” – razoáveis, zelosas atentas –, mantenham todo o seu empenho para que ocorrências idênticas não se repitam.

A sinuosidade encontrada no editorial tem, assim, engaste ao gênero comentário; trabalha o óbvio e imerge numa espécie de jornalismo de afabilidade. Não houve opinião, cobrança, posição peremptória frente à atuação do governo. *Enfrentamento*, ato opinativo enfático, é requisito básico do editorial e isso inexistiu. Ao invés, a instituição governo é tratada como figura magistral, a encaminhar soluções e cobrar resultados à equipe administrativa a favor das pessoas atingidas. A ela o jornal busca, como se fora instância distanciada e não-envolvida. O editorial é atitude demarcatória de presença do jornal na sociedade civil, mas, para tanto, deve expor claramente intenções e propósitos. O contrário é pura escamoteação, pastiche opinativo; em suma, comentário. A seção *Tendências/Debates* (19/01/07) trouxe artigo do engenheiro Alberto Sayão sob o título “Os acidentes na engenharia brasileira”.

Nas duas primeiras semanas de 2007, o país vivenciou acidentes com conseqüências trágicas que marcam a engenharia nacional: escorregamentos na região serrana do Rio de Janeiro, ruptura de barragem de rejeitos em Minas Gerais e desabamento na linha 4 do metrô de São Paulo.

A chuva tem sido apontada como a causa dessas tragédias por administradores, políticos e outros entrevistados. Rapidamente, especialistas disseram que não é tão simples assim.

As causas são mais complexas e precisam ser discutidas abertamente. Algumas questões têm sido recorrentes. A capacidade dos engenheiros brasileiros para enfrentar as chuvas, tão usuais nesta época, tem sido questionada. *A boa engenharia considera sempre os efeitos da chuva, da água ou da saturação dos terrenos. Obras próximas a um rio ou sob ele são perfeitamente possíveis. Exigem maiores cuidados e conhecimentos, mas a chuva não pode ser a culpada.*



Outra questão freqüente: as obras atuais são seguras? Não há obra 100% segura. Obras de engenharia sempre trazem algum risco. Porém, para reduzir o grau de risco, o custo da obra aumenta. Como, aliás, ocorre na medicina ou na aviação, por exemplo. A questão, então, é: qual o nível de risco aceitável? Quanto a sociedade aceita arriscar para economizar recursos?

Ninguém quer voar em um avião velho ou ser operado por um médico qualquer. Mas, *nas obras de engenharia, já não é usual gastar o necessário para minimizar os riscos. Ao contrário, faz-se economia em investigações, ensaios, projetos, consultoria, instrumentação e fiscalização. Tudo se resume ao melhor balanceamento entre riscos e custos.*

*Outra pergunta usual: os acidentes mencionados poderiam ter sido evitados? Tecnicamente, sim. Num acidente, há duas alternativas: ou houve falha técnica (projeto, construção, fiscalização) ou a obra foi concebida com um nível de risco inadequado.*

Outra questão: as obras de engenharia têm sido atualmente contratadas por preço "fechado", "turn key" ou por PPPs (parcerias público-privadas). São modalidades adequadas? A resposta é sujeita a debates. Em muitos desses contratos, o projeto, a execução, o monitoramento e a fiscalização da obra não são necessariamente independentes, pois podem estar ligados a um mesmo grupo. Apesar de terem vantagens de prazo e custo, essas modalidades reduzem, em tese, as atividades de verificação, questionamento e reparo de eventuais falhas. A prática das licitações vem também mudando. Muitas estipulam um valor máximo ou são decididas pelo menor preço. Mas nem sempre o "menor preço" significa o "melhor preço", pois pode resultar em redução da qualidade e aumento do risco. Infelizmente, isso tem trazido uma desvalorização gradual da engenharia no país. O resultado é a extinção de laboratórios técnicos, o desmembramento das empresas de projeto, a fragilização da consultoria, o desprezo pelas universidades e o desmonte das equipes técnicas dos órgãos governamentais no Brasil. Projeto, consultoria e investigação têm custos irrelevantes quando comparados com o custo total das obras e são decisivos para a otimização dos investimentos.

*Por outro lado, as seguradoras vêm se tornando cada vez mais importantes. Um dos principais pontos de discussão passou a ser o valor do seguro. Especialistas na avaliação dos riscos envolvidos em uma obra são mais valorizados do que engenheiros. [...] E no metrô, que estava em estágio avançado da construção, algo poderia ter sido feito para evitar a tragédia? [...]*

*A sociedade aguarda respostas, explicações e ações que virão com os laudos técnicos sobre os acidentes. Mas não pode ficar temendo a chuva ou os detalhes da geologia (SAYÃO, 2007, grifos nossos).*

O articulista, professor doutor pela *University of British Columbia* (Canadá), tocava exatamente nos pontos que o jornal refugara. Trazia as ponderações editoriais que o jornal se negava a fazer e realçava, com suas interrogativas, os pontos de pauta que não eram passados aos repórteres para dar início à fase de jornalismo investigativo. Faltava acurácia na apuração a fim de que

se dimensionasse publicamente a incúria na fiscalização da obra. Questão de suma importância era negligenciada: a proatividade. Esperava-se burocraticamente que o noticiário fosse primariamente formulado pelas fontes, que se limitavam a responder perguntas, sem qualquer avanço ou esclarecimento. Mantinha-se a ação política, colocando-se o jornal como linha auxiliar.

O artigo traz abordagens pertinentes, mas jornalisticamente ignoradas. Como exemplo, a busca pela realização de “obras econômicas”, obras com custos inversamente proporcionais à segurança, a fim de assegurar a lucratividade da engenharia como negócio, seja em torno do contrato *turn key* ou Parceria Público-privada-PPP. E então o articulista questionou: “As obras atuais são seguras?”. E mais uma vez: “Qual o nível de risco aceitável?”. E mais: “Quanto a sociedade [o Estado, aqui como seu representante] aceita arriscar para economizar recursos?”.

A essas perguntas a *FOLHA* não buscava respostas. Muito menos se insurgia contra o fato de que “as seguradoras vêm se tornando cada vez mais importantes. Um dos principais pontos de discussão passou a ser o valor do seguro. Especialistas na avaliação dos riscos envolvidos em uma obra são mais valorizados do que engenheiros.” Todos esses aspectos seriam no mínimo interessantes jornalisticamente; levantariam controvérsias, exporiam perplexidades, cumpririam papel importante num jornal que, mesmo não sendo contra o *establishment*, assumisse o postulado de ir de encontro, pontualmente, a uma falha do sistema. Mas, ao que parece, havia apenas interesse no declaratório apaziguador das fontes, uma vez que é traço marcante do texto jornalístico a capacidade de passar adiante o dizer daquelas. O resultado muitas vezes ofusca a mediação, quando se busca a construção de ato de recepção como se este fora diretamente conexo às fontes. Na verdade, trata-se apenas de resignação ao que é dito por elas (LAURINDO, 2008).

A *resignação* do reportariado a esse tipo de discurso permitiu a formulação de jornalismo de reprodução. O jornal recusou-se a atitude de proatividade, passando a guiar-se por tropismo informacional – vindo das fontes e atraindo os jornalistas. Desta forma, acabavam por ceder o encaminhamento da cobertura aos geradores noticiosos por eles mesmos invocados. Se o artigo de Sayão abordava as PPPs e o *turn key* como soluções questionáveis para a administração de um empreendimento de vulto com a redução da segurança em favor do lucro, a seção *Tendências/Debates* (24/01/07) trazia artigo veemente em defesa da iniciativa privada. Tinha o título “Equívocos e inverdades”, sob a

assinatura do engenheiro Renato Pavan, diretor da *Blue Water Management*, consultoria especializada em parcerias público-privadas.

Na esteira do trágico acidente com as obras de ampliação do metrô de São Paulo, surgiram na mídia ilações equivocadas que vinculam a tragédia ao modelo das PPPs (parcerias público-privadas), na tentativa de colocá-las em xeque. Essas inverdades, mais do que nunca oportunistas na busca desenfreada por culpados, não estão sendo suficientemente elucidadas. E a verdade fica cada vez mais soterrada. Ninguém, em sã consciência, coloca em dúvida a necessidade de uma investigação criteriosa e isenta para apurar as responsabilidades de cada agente, seja do poder público, seja da iniciativa privada. Não só para dar satisfação aos familiares das vítimas, mas também porque o Estado democrático de Direito exige o cumprimento da Justiça. Além disso, a descoberta das causas e das possíveis falhas, tanto na execução quanto na fiscalização da obra, pode contribuir para evitar acidentes similares no futuro. [...] A idéia de alguns setores da sociedade - inimigos do progresso - de que todo e qualquer acidente é sempre fruto da ganância e da irresponsabilidade do setor privado é falsa. [...] Outro equívoco muito divulgado - e que carrega em si um discurso muito mais político do que técnico - é o de que não há gente fiscalizando. E que isso é a causa da tragédia. Em 2003, por meio de estudos sobre a viabilidade da obra, o mesmo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - hoje responsável pela investigação do acidente - realizou uma série de análises geológicas nos terrenos por onde passará a linha 4. O projeto básico da obra e os estudos do IPT fizeram parte do edital. São estudos técnicos e altamente detalhados sobre a acomodação do terreno. [...] Tecnicamente falando, o que houve foi uma acomodação do terreno maior que todos os parâmetros previsíveis. A acomodação trouxe um peso muito maior do que o que poderia ser previsto. Quando a estrutura do escoramento das paredes começou a apresentar trincas, subjugada pelo peso, o terreno arenoso escoou pela fenda, provocando o desabamento. O Brasil inteiro está chocado pela tragédia. Todos os esforços devem ser concentrados para a averiguação do acidente, para evitar que ele se repita e para amparar as vítimas e suas famílias. Não é hora de jogar ao vento julgamentos precipitados que escondem interesses políticos e uma visão anacrônica sobre o papel do Estado no Brasil (PAVAN, 2007).

Fica sugerido que, ao contrário do que buscava aparentar, a intenção do texto não visaria esclarecer quem ou quais os culpados. O articulista voltava-se unicamente para blindar a iniciativa privada quanto às suas responsabilidades e fazer a defesa do Estado privatizado pelos poderosos grupos empresariais. Apelava para argumentação pretensamente técnica: “[...] o que houve foi uma acomodação do terreno maior que todos os parâmetros previsíveis”. Com isso, acabou por colocar a natureza como causa potente e única da tragédia. A questão passou ao plano das

indagações metafísicas. Chamam-se de “inimigos do progresso”<sup>30</sup> àqueles que criticavam o contrato *turn key*. E afinal defendeu-se a redução da presença do Estado na economia, já que esta seria “anacrônica”. O autor ecoa a visão liberal do Estado como apartado da sociedade, Estado enquanto substância política *acima*. Na verdade, o que defendia era a redução da presença reguladora dessa instância sobre o privado ou sua ação sempre a favor do privado. O que o articulista prega é o permanente acréscimo de poder do privado sobre o público; a prevalência de visão de mundo que venha assegurar o domínio da classe burguesa sobre a classe subalternizada. Não há interesse de “modernização”, mas de domínio e direção. É a visão liberal que não vê, ou não quer ver, a presença histórica do privado no público, colocando-se o privado como de fora do Estado e opositor a este. Trata-se de discurso usual das classes dominantes na busca de validar-se como condutoras do processo histórico. Elas seriam a manifestação da liberdade, o império do empreendedorismo frente a um Estado paralisado e paralisante. Assim, pelo “bom senso” e em favor da “liberdade”, deveria o público retirar-se e ceder espaço ao privado, como se em efetivo os dominadores não integrassem a estrutura do Estado, aparelhando-o aos seus desígnios.

[...] não se pode negar que o regime burguês seja um regime de liberdade (toda a história é uma sucessão de regimes de liberdade); mas se trata aqui de liberdade individual ou política, ou seja, de liberdade formal e de liberdade efetiva para os possuidores dos meios de produção e de troca (GRAMSCI, 2004, p. 283).

Constatação técnica revelava que o método de escavação era de risco e que outro deveria ter sido utilizado. A gravidade da informação foi limitada ao noticiário. Editorialmente, o jornal não se posicionou. A notícia saiu sob o título “Metrô optou por obra com mais riscos” (21/01/07) e detalhava:

---

<sup>30</sup> O progresso, nessa visão, seria apenas manifestação material, a implantação do túnel enquanto túnel, não um processo que envolve necessariamente inovações técnicas e tecnológicas, nova visão de mundo, mudanças sociais e morais que redundem em qualidade de vida e ganhos sociais em sentido amplo. Ao enunciar a *inimizade ao progresso* expôs, sem que fosse intenção, o registro do conflito de classes. Era preciso colocar os *inimigos* na condição de seres obscurantistas e atrasados, pelo fato de insurgirem-se não contra o progresso na forma com o explicitamos, mas por ser antagonistas da ideologia professada por epígonos de uma certa forma de progredir. A rigor, não se defende o progresso, mas a *progressão* do fortalecimento do capital.

O Metrô optou pela técnica de maior risco para construir o trecho da linha 4 que entrará para a história por ter sido o palco do mais grave acidente já registrado em obras desse gênero em São Paulo, com seis vítimas fatais. A opinião é de dois dos maiores especialistas nessa linha, os geólogos Kenzo Hori e Adalberto Aurélio Azevedo. Hori, 64, foi o responsável pelo levantamento geológico da linha 4 quando trabalhava no Metrô - ele entrou na companhia em 1968 e se aposentou em 1999 como chefe do Departamento de Projeto Civil. Já Azevedo defendeu em 2002 uma tese de doutorado no Instituto de Geociências da USP justamente sobre a área em que ocorreu o acidente - o trecho da linha que fica ao lado do rio Pinheiros (zona oeste paulistana). O objetivo da tese era confrontar os riscos de cada técnica para saber qual seria a mais segura para a região da estação que desabou no dia 12. Os dois geólogos defendiam um método construtivo diferente do que foi adotado pelo Consórcio Via Amarela com a concordância do Metrô. Eles afirmam que aquele trecho da linha amarela tinha de ser construído por um equipamento conhecido como "shield" (escudo, em tradução literal) ou TBM (Tunnel Boring Machine), o popular "tatuzão". O edital do Metrô para a licitação também obrigava o vencedor a comprar dois "tatuzões". No entanto, o Consórcio Via Amarela, que ganhou a disputa, conseguiu mudar o edital e comprou um só. O trecho que desabou estava sendo construído com uma técnica chamada NATM (New Austrian Tunneling Method ou Novo Método Austríaco para Abertura de Túneis). O NATM usa retroescavadeira e explosivos para perfurar as rochas. "Para o trecho da Vila Sônia à Fradique Coutinho, o "shield" era recomendado por causa do risco", disse Hori à Folha. A área do acidente é complexa do ponto de vista geológico por causa do que ele chama de "estabilidade precária": "Aquele trecho do rio Pinheiros é uma região de várzea que foi urbanizada. Há sedimentos trazidos pelo rio, uma argila mole, areia, e só então a rocha. Há uma quantidade maior de solo ruim [para perfurar túneis] até chegar à rocha sã". Os dois métodos têm prós e contras. A literatura técnica internacional tende a apontar o "tatuzão" como mais seguro que o NATM ou túnel mineiro (cuja origem é a mineração). Em contrapartida, é bem mais caro - a máquina que está sendo montada na avenida Brigadeiro Faria Lima para o trecho que irá daquela área à Luz custou cerca de R\$ 30 milhões, foi feita sob medida e não pode ser reutilizada em outra obra. O NATM é mais barato. Os equipamentos (retroescavadeira, perfuratriz para furar a rocha que será explodida e bomba para concreto) não custam mais de R\$ 500 mil e são o maquinário básico das empreiteiras. O crítico é a segurança (PELLIM e CARVALHO, 2007).

Fica explícita a atuação do privado no público quando a empresa consegue manipular edital a seu favor para a aquisição de apenas uma máquina ("tatuzão"), evitando custos. Mais grave, a escolha por método sabidamente inseguro para a área em apreço é demonstrada em trabalho acadêmico, que versava exatamente sobre o sítio onde se dera o acidente. A matéria salienta a qualificação das fontes, colocando-as na condição de "dois dos maiores

especialistas” no assunto, um deles autor da tese que contestava o método de escavação. Todavia, o fator custo foi tornado mais relevante optando-se por sistema que envolvia maior risco, “com a concordância do Metrô.”

#### 4.1 A presença do *ombudsman*

O *ombudsman*, então o jornalista Marcelo Beraba, veio a pronunciar-se a respeito do caso na coluna “A tragédia do metrô” (21/01/07). (BERABA, 2007a)

O assunto mais comentado pelos leitores que procuraram o *ombudsman* durante a semana foi a cobertura da tragédia ocorrida sexta-feira, dia 12, na estação em construção do metrô de Pinheiros, em São Paulo. Foram 68 mensagens até sexta-feira passada. Elas podem ser divididas em quatro classes: elogios e sugestões de reportagens (19), correções (8), críticas a uma suposta parcialidade do jornal (6) e críticas em relação ao que os leitores consideraram um tom ora sensacionalista ora desrespeitoso, de algumas reportagens e fotos (34).

A reportagem mais contestada foi publicada anteontem, sem destaque: “Caixão de luxo do operário não cabia no jazigo”. Assinado por Laura Capriglione, repórter experiente e seguramente um dos melhores textos da Folha, o relato do enterro do motorista de caminhão Francisco Sabino Torres foi elogiado por quatro leitores (“genial”, “tocante”) e duramente criticado por 22. As críticas podem assim ser resumidas, sem identificação dos leitores porque não tive tempo de obter autorização: “humor negro”, “mórbido”, “infeliz”, “irônico”, “de péssimo gosto”, “debochado”.

O texto está mais para crônica do que para reportagem. Não vi deboche. A idéia da repórter foi a de explorar uma imagem forte ligada ao trabalho do motorista, o contato com a terra. O resultado, no entanto, acabou se distanciando da tragédia que vitimou Francisco e do drama dos familiares, e isso certamente chocou os leitores. Capriglione explica que sua intenção não foi ser irônica. “Um pouco do modo de vida de um indivíduo é possível apreender pela forma como ele morre, como é homenageado, como é enterrado. A descrição do enterro do motorista Francisco Sabino Torres teve o propósito de ajudar o leitor a entender, pela forma como foi velado e enterrado, um pouco de seu modo de vida. [...]”

Outras reportagens e fotos incomodaram leitores por darem uma idéia de sensacionalismo (fotos de parentes chorando) ou de insensibilidade (descrição do resgate da aposentada Abigail de Azevedo). Coberturas de tragédias são sempre difíceis e exigem dos jornalistas e da imprensa uma atenção maior do que a de costume. [...] *Alguns leitores acham que o jornal está sendo complacente com o governador José Serra (PSDB), como Alessandra de Assis. É visível a cautela do jornal em apontar responsáveis, talvez por falta de informações seguras. A ver.*

Outros reclamam de a imprensa não ter feito denúncias antes: “O acidente foi o 11º em dois anos. E tudo debaixo dos narizes das

redações da Ed. Abril, do "Estado" e da Folha. Bastava olhar pela janela. É o apagão da imprensa" (René Cabal Orioni).

O desafio do jornal agora é produzir uma cobertura investigativa (quanto às causas e responsabilidades), crítica (em relação a autoridades envolvidas, omissões do poder público e comportamento das empreiteiras) e, ao mesmo tempo, sensível aos dramas das vítimas e às mazelas da cidade (BERABA, 2007a, grifos nossos).

Quanto à aposentada, eis como foi narrada a descoberta do seu corpo:

[...] estava soterrada a cerca de 20m do solo. Foram cães farejadores que apontaram anteontem à noite onde estava o corpo. Ela foi encontrada às 4h50, após escavações manuais. O trabalho demorou devido à instabilidade da área. A Secretaria da Segurança informou que o corpo da aposentada foi encontrado partido ao meio, na altura do tórax. Ele teria se rompido durante o soterramento. Parente de um dos desaparecidos e um motorista da obra, porém, dizem que foi a escavadeira que o partiu. Segundo a Folha apurou, um braço da aposentada foi achado no aterro em Carapicuíba (Grande SP), onde é depositada a terra retirada da cratera. Encontrado o corpo da aposentada, os trabalhos voltaram a ter como prioridade a retirada da van - que havia sido localizada anteontem às 8h (CARAMANTE *et al.*, 2007).

O *ombudsman* manteve retórica defensiva: salientou a excelência textual de jornalista que, paradoxalmente, teve a maior contestação do leitorado. Quanto à forma como os despojos da aposentada haviam sido encontrados, a insensibilidade é patente e chega ao sensacionalismo macabro. Havia percepção de que o jornal estava sendo "complacente com o governador José Serra". O profissional admitiu ser visível a atitude "cautelosa" quanto ao apontamento de responsáveis<sup>31</sup> mas compensou dizendo ter chegado a hora de início do trabalho investigativo. Mencionou a "falta de informações seguras", mas nada disse quanto ao porquê de essas informações não serem buscadas pela Redação. Tocou na questão da responsabilidade pelo andamento da obra, mas não salientou o aspecto fiscalização, eminentemente vinculado ao governo de São Paulo.

Na coluna "A mesma República" (28/01/07) afirmava que, após duas semanas do desastre, o noticiário já encontrava dificuldades para obter espaço na primeira página. A cobertura fora intensa, mas aos poucos ganhava a rotina da Redação, que empurrava o caso para a pauta dos acontecimentos esporádicos.

---

<sup>31</sup> Percebemos aqui a impotência do profissional frente às posturas editoriais da *FOLHA*, manifestas na atitude omissa do jornal quanto ao governador José Serra.

Após reconhecer que o assunto exigia investigação ininterrupta, revelava que um leitor sugerira comparação entre a cobertura do Metrô e um outro, na favela Nova República, ocorrido em 1989, quando era prefeita de São Paulo Luiza Erundina, do PT. Então, o jornal produzira editorial sob o título “Tragédia e omissão”. Agora, o leitor suspeitava que a *FOLHA* era condescendente com o governo do PSDB e fazia referência àquele desabamento, quando barranco de 80 metros de altura cedera, soterrando 23 dos 120 barracos da favela.

O *ombudsman* dizia ao leitor que o editorial fora cauteloso e em nenhum momento citara o nome de Erundina, do mesmo modo como fizera quando do desastre do Metrô, não mencionando o governador José Serra. Garantiu, como se estivesse justificando o comportamento do jornal, que a cobertura anterior fora “muito pouca”, diferentemente do que ocorria com o caso do Metrô. Mas, como o jornal dera bastante espaço à tragédia mais recente, e agora reduzia o ímpeto inicial, utilizou-se então do título “A mesma República” para traçar um paralelo e despertar maior atenção da equipe quanto ao fato (BERABA, 2007b).

Admitia-se o distanciamento do jornal com relação ao Metrô. A Redação, ao relegar o fato a segundo plano, levava o acontecimento a patamar de coisa passada, resolvida em função do próprio olvidamento. Trata-se de uma forma de manipulação, pois o fato real passa a ser retirado da realidade: como não é mais “novidade”, é “natural” que seja levado ao esquecimento. Dentre seus vários aspectos a manipulação

[...] refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo da mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade. Esse é um padrão que opera nos antecedentes, nas preliminares da busca da informação, isto é, no “momento” das decisões de planejamento da edição, da programação ou da matéria particular daquilo que na imprensa geralmente se chama de pauta. [...] Por isso, o padrão de ocultação é decisivo e definitivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato “não é jornalístico”, não há a menor chance de que o leitor tome conhecimento de sua existência por meio da imprensa. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato presente na produção jornalística, real ou ficcional, passa a tomar o lugar do fato real e a compor, assim, uma realidade diferente da real, artificial, criada pela imprensa (ABRAMO, 2003, p. 25-26-27).



Abramo acrescenta:

A manipulação da realidade pela imprensa ocorre de várias e múltiplas formas. É importante notar que não é todo o material que toda a imprensa manipula sempre. Se fosse assim – se pudesse ser assim – o fenômeno seria autodesmistificador e auto-destruidor por si mesmo, e sua importância seria extremamente reduzida ou quase insignificante. Também não é que o fenômeno ocorra uma vez ou outra, numa ou noutra matéria de um outro jornal; se fosse esse o caso, os efeitos seriam igualmente nulos ou insignificantes (ABRAMO, 2003, p. 24-25).

Para a manipulação é necessário ao agente perceber-se e ao mesmo tempo não perceber-se como parte de um processo e assim aceitar-se plenamente. Precisa ver-se como participante de uma coletividade de pensamento, mesmo que regida internamente por credo manipulador, mas, mesmo assim, *respeitável*. E sentir-se também como praticante de um jogo de ilusionismo, mas a cuja arquitetura de pensamento é preciso dar-se total validade. Para manipular inconscientemente é preciso larga dose de consciência. Caímos no *duplipensar*:

Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica e ainda assim acreditando em ambas, repudiar a moralidade em nome da moralidade [...]; esquecer tudo o quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo prontamente à memória prontamente no momento preciso e depois torná-lo a esquecer; e, acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra “duplipensar” [é] preciso usar o duplipensar (ORWELL, 1975, p. 36).

A manipulação, para ter efeito, exige de seus praticantes não se aceitarem ou não se entenderem como manipuladores. Entre os padrões de manipulação encontram-se a “inversão da relevância dos aspectos”, que consiste na apresentação do secundário pelo principal e vice-versa. Da mesma forma, o particular pelo geral e seu contrário; o supérfluo substituindo o importante e decisivo; o caráter adjetivo pelo substantivo e o pitoresco, o esdrúxulo, o detalhe pelo essencial (ABRAMO, 2003). Todos esses aspectos foram praticados pelo jornal. Isso

se deu também segundo modelo que passou a predominar na imprensa: a partir dos anos 1980 o oficialismo passou a ser a norma padrão para a obtenção de informações e elaboração do noticiário. A partir desse período a reportagem e o jornalismo investigativo foram deixados de lado e ganhou predomínio a palavra das autoridades (ABRAMO, 2003).

Os poucos *ombudsman* que temos, já está visto, limitam-se a corrigir erros localizados de informação ou erros gramaticais, como isso legitimando os grandes processos de supressão da verdade e da liberdade do jornalista (KUCINSKI, 2005, p.26-27).

Quer sejam chamados de “ombudsmen”, “representantes dos leitores, ou outra coisa, raramente preenchem o papel [...] previsto. Nenhum participa do conselho de administração de um jornal [...] ; e nenhum tem realmente o poder de “passar à ação” após queixas justificadas (GLASSER, 2002, p. 217).

O *ombudsman* foi testado no episódio como *superego* do jornal, mas sua ação revelou-se inócua e burocrática, apontando falhas que jamais foram corrigidas e justificando procedimentos confusos de profissionais. Inseriu-se inercialmente ao processo de manipulação, até porque a este não teria condições de reverter, e a ele, por isso mesmo, deu prosseguimento.

## 4.2 Ilações e inconsistências

Em matéria sob o título “Houve um somatório de erros, diz IPT” (22/01/07), Vahan Agopyan, presidente Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT, dizia ter suposições sobre as causas do acidente. Contudo, negava-se a apontá-las. Quanto à possibilidade de as chuvas terem provocado a ocorrência afirmava que poderiam ser mencionadas, mas insistia na convergência de outros fatores, sem indicar quais. Acrescentava que não havia data para a emissão de laudo definitivo a respeito (SPINELLI, 2007b)

Material jornalístico fragmentado, informações episódicas. A prática informativa trabalhava um relatório de acontecimentos colhidos e formulados a partir de declarações. A utilização de notícia com viés marcadamente editorial é encontrada no texto “Empreiteiras enfrentam “hiperconcorrência” (23/01/07).

O mercado onde atuam as empreiteiras responsáveis pelas obras da linha 4 do metrô vem exigindo das empresas um forte enxugamento de custos, demissões em massa e a convivência em um ambiente de "hipercompetição" por verbas cada vez mais escassas. Nos últimos 20 anos, os investimentos em obras públicas realizados pelo Estado de São Paulo diminuíram, apesar do crescimento da economia no período e do aumento da demanda da população por mais bens e serviços.

*Até meados dos anos 90, as empreiteiras eram um dos segmentos mais poderosos da economia. Hoje, sobrevivem buscando obras fora do Brasil ou se aliando em consórcios como o da linha 4 atrás de uma rentabilidade média de 6% ao ano - percentual considerado baixo para uma atividade que envolve grandes investimentos.*

Na média, o governo paulista investiu R\$ 2,8 bilhões ao ano em obras de infra-estrutura ao longo da década de 90. Entre 2000 e 2006, a média anual caiu para R\$ 2,4 bilhões, segundo dados da Apeop (Associação Paulista dos Empresários de Obras Públicas).

No Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007 do Estado, apenas 17 de 214 programas apresentados eram de interesse do setor da construção civil. Em recursos diretos, o gasto previsto representava só 2,35% do total dos desembolsos em todas as áreas.

*"Hoje, as obras públicas são um zero à esquerda para a maioria das empresas. Quando existem, provocam uma concorrência predatória e a tendência é ter mais "loucos" no mercado atrás de qualquer coisa", afirma Fernando Pio, da Alston, empresa francesa que deve fornecer os vagões do metrô para a linha 4.*

Na área de saneamento básico, onde a Alston também atua, o faturamento no ano passado, de 29 milhões previstos, atingiu apenas 12 milhões.

Segundo Eduardo Capobianco, do Sinduscon, que reúne as empresas do setor de construção civil, a redução dos ganhos das empresas veio acompanhada de um aumento das exigências do setor público na execução de novas obras.

"Trabalhamos hoje com um risco muito maior devido a essas exigências e com um nível de rentabilidade e negócios muito menor", afirma.

*Capobianco qualifica como "fatalidade" o acidente na linha 4 e sustenta que o mercado de empreiteiras hoje é "muito mais transparente" do que há alguns anos, principalmente antes da existência da Lei de Licitações, de 1993.*

Para a economista Ana Maria Castelo, da GVConsult e especialista na área de construção civil, o mercado de empreiteiras passou "por uma concentração muito forte" que deve continuar.

*"Tendem a permanecer no mercado somente as grandes empresas e as pequenas, que prestam serviços para as maiores. As médias estão desaparecendo", afirma (CANZIAN, 2007a, grifos nossos).*

O texto cumpre com os requisitos essenciais a editorial, à exceção de que é apresentado como ato informativo. Sua proximidade com o editorial se dá em função de que, como aquele, apresenta as seguintes características: topicalidade, pois trata de tema bem definido; condensabilidade, ao expor poucas idéias dando

maior ênfase às *afirmações* que às *demonstrações*, e *plasticidade* ao se apresentar como não-dogmático (MELO, 1994). Pela plasticidade como não-dogmatismo idéias anteriormente defendidas poderão ser revistas, desde que fatos novos “contrastem” objetivamente com o que fora dito. Reside aí o ponto nevrálgico: os fatos seriam objetivos e imperativos, teriam consistência e essência próprias, “obrigando” o pensador a pensar segundo o que determinam. Isso permite a criação de universos opinativos pontuais. Inseridos ou não em notícias. Esgotados nos limites de cada texto e substituíveis a cada edição quando necessário. Sempre e a partir do suposto tropismo dos acontecimentos, que seriam os ordenadores virtuais da mutação opinativa.

Esse processo trabalha a ilusão. A plasticidade permite a criação de uma espécie de gramática opinativa, paralela e ajustável ao que se deseje, sem, no entanto, admitir-se que se deseja. É outra manifestação de *duplipensar*. Assume naturalidade no *locus* impresso como se os fatos, em sua apenas aparente lógica seqüencial, estivessem efetivamente guiando a mudança de opinião. Passada ao mundo, essa logicidade torna-se um cerne frente aos leitores: a mudança de opinião é expressão de bom senso, que se além aos fatos e não poderia ser diferente. Estes, como coisas objetivas, *atraem* a razão da mente que os analisa. E, ao ser *dominada* pela nebulosa seqüência dos fatos, que mudam, a opinião também deve/pode mudar.

Sutilmente esconde-se o processo em que fatos de mundo foram selecionados para servir como fatos de jornal, o que significa sua condução a uma nova realidade: agora são símbolos, embora, como símbolos, aparentem objetividade. Contudo, os fatos de mundo, agora fatos de jornal, foram buscados e, portanto, são manifestações subjetivas de quem os buscou e valorou. Apostos ao mundo “tornam-se” fatos de mundo, substitutivos da realidade de onde foram gerados. Funcionais ao empreendimento, são metamorfoseados em artefatos pseudo-objetivos e apresentados como condutores da opinião aditada à notícia ou ao editorial.

Esse universo paralelo busca induzir a crença de que a opinião advém mesmo dos fatos e não o contrário – e é essa a intenção de quem os lucubrou, mas não o diz. Assim, como é fato (de jornal) que as empresas estão “enfrentando dificuldades”, se busca estabelecer esse mundo jornalístico de dificuldades empresariais como sendo o mundo mesmo. A flexão enganadora, que verte fato de

mundo a fato de jornal, e fato de jornal a fato de mundo, dá sustentação à sua própria e gasosa formulação. Existe porque foi dito que existe, e quem fez a afirmação finge acreditar naquilo que disse. E assim, “tudo que acontece, acontece na cabeça. E o que acontece em todas as mentes, de fato acontece” (ORWELL, 1975, p. 258).

No fim, o Partido anunciaria que dois e dois são cinco, e todos teriam que acreditar. Era inevitável que o proclamasse mais cedo ou mais tarde: exigia-o a lógica de sua posição. Sua filosofia negava tacitamente não apenas a validade da experiência como a própria existência da realidade externa. (ORWELL, 1975, p. 78).

A notícia sobre as dificuldades das empresas está voltada para validação de uma afirmativa de “bom senso”, agregada a um fato de jornal: havia turbulência no mercado das empreiteiras. E a crise, por implicação, seria oriunda da omissão estatal. Contraditando a notícia veio do mundo real a nota abaixo, publicada na seção *Painel do Leitor* (25/01/07):

**Metrô** "As declarações veiculadas no texto "Empreiteiras enfrentam "hiperconcorrência" [...] fornecidas pelo senhor Fernando Pio - dono de uma empresa de consultoria que atua como representante comercial da área de irrigação e saneamento da Alstom - não refletem a posição da empresa sobre o assunto. O senhor Pio não está autorizado a falar em nome da companhia, já que não pertence ao seu quadro de executivos. Boa parte dos negócios da Alstom no Brasil, em torno de R\$ 1,5 bilhão, é proveniente de contratos com o setor público, fato que, por si só, desqualifica as declarações prestadas pelo senhor Pio. Outro fato a destacar é que a Alstom é exclusivamente uma fornecedora de equipamentos e pouco tem a ver com a "hiperconcorrência" verificada entre as empresas associadas à Apeop, entidade autora do estudo que dá sustentação à reportagem" (DOMINGUES, 2007).

Apesar da declaração da Alston, e mantendo-se a coerência do raciocínio expresso na notícia, está dito que “hoje, as obras públicas são um zero à esquerda para a maioria das empresas. Quando existem, provocam uma concorrência predatória [...]” (CANZIAN, 2007a). Dentro dessa lógica, o último parágrafo da matéria não deixa dúvidas quanto a essa instabilidade: "Tendem a permanecer no mercado somente as grandes empresas e as pequenas, que prestam serviços para as maiores. As médias estão desaparecendo" (CANZIAN, 2007a). O discurso,

porém, traz em sua positividade a negação do seu próprio conteúdo: o processo de aniquilamento do capital pelo próprio capital em atitude predatória confessa, e isso não tem qualquer relação com o Estado. Advém da própria autofagia do capital. Marx afirma que a concorrência entre os capitalistas propicia a que o processo de concentração tenha prolongamento na concentração dos capitais já existentes, colocando-se o segundo movimento em articulação com o primeiro (TEIXEIRA, 1995). Trata-se de processo em que o capital maior engloba o menor, em rota expansiva. A explicação marxiana é clara quanto ao processo de expropriação do capital pelo capital:

Essa dispersão do capital global da sociedade em muitos capitais individuais ou a repulsão recíproca entre as suas frações é oposta por sua atração. Essa já não é concentração simples, idêntica à acumulação. É concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. [...] É a centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração. (MARX, 1983a, p. 196).

As empresas foram expostas como dependentes e vítimas do Estado. Como resultado dessa omissão “sobrevivem” buscando obras fora do país. Praticase inversão da realidade. A força expansiva do capital passa a ser mostrada como reflexo de calvário econômico que somente “alguns loucos”, numa espécie de insânia apostolar, ousariam sofrer para continuar pregando o seu credo. Quanto à causa do acidente a *FOLHA* reforçou, pela voz de intelectual orgânico, Capobianco, a explicação simplista: fora uma fatalidade. Não o questionou tecnicamente, não o sondou sobre falhas na construção e responsabilidade das construtoras.

A plasticidade editorial foi aplicada, na mesma edição em que se deplorava o *calvário* das construtoras, com matéria “A agonia do Metrô” (23/01/07). Sua publicação revela o lado dúbio do jornal, que numa matéria assume a defesa do capital, mas acata paralelamente opinião discordante e voltada para criticar o mercado e sua invasão do público. O repórter especial Mário César Carvalho expunha, com linguagem que bem se enquadraria como editorial, opinião oposta ao que haviam dito os empresários.

O Metrô já foi uma ilha de excelência cercada por uma cidade fétida. Por mais que a ruína urbana avance, havia sempre o metrô para servir de abrigo às pretensões primeiro-mundistas da cidade de São Paulo. Ali, tudo é diferente do caos rotineiro: não há sujeira no chão, não há pichação nas paredes e, como num filme dos anos 50, todos são mais cordiais. Essa imagem foi ferida de morte pelo túnel que desabou há 11 dias. Desastres são eventos imprevisíveis, mas todos os dados sugerem a existência de uma abundância de sinais de que havia uma tragédia em curso na obra da linha 4.

*A pergunta que não quer calar é a mais óbvia de todas: por que o Metrô não fez nada diante da cascata de erros que prenunciava o desastre, como sugere o presidente do IPT?*

*Tenho dois palpites sobre a suposta negligência da empresa. Sob o governo de Geraldo Alckmin (PSDB), a administração pública do Estado foi tomada por uma fé cega nas soluções de mercado. Só uma crença simplória como essa pode explicar como uma obra de R\$ 1,8 bilhão era fiscalizada pelas próprias empreiteiras. É o que os engenheiros chamam de "autogestão da qualidade". Em português, esse processo tem outro nome: chama-se promiscuidade. Seria um reducionismo brutal acreditar que só o PSDB endossa propostas desse gênero - o descrédito no Estado é hoje uma fé generalizada.*

O problema de tucanos como Alckmin é que parecem ser mais crentes que os próprios criadores do credo. Meu segundo palpite para a suposta negligência do Metrô é que a própria empresa passou por um desmonte técnico. O raciocínio por trás do desmonte parece lógico: se o mercado se compromete a entregar a obra pronta, por que gastar com engenheiros caros?

*O mais perturbador, na minha opinião, é o silêncio do Metrô diante das interrogações que surgiram após o acidente. O sindicato dos metroviários diz que havia só quatro engenheiros para fiscalizar a obra, e o Metrô silencia. Engenheiros apontam que não eram quatro, mas 20, e o Metrô segue em silêncio. Especialistas dizem que o Metrô optou pela técnica menos segura, e a companhia continua impávida em seu mutismo, como se não tivesse nada a ver com a tragédia.*

O governador José Serra (PSDB) optou por uma posição confortável ao atribuir a culpa do acidente às empreiteiras. É o equivalente à ordem "prendam os suspeitos de sempre" dos filmes policiais. Se é para entender minimamente as causas do desmoronamento da estação Pinheiros, o governo deveria dar uma espiada no modo como as empresas públicas ou de economia mista gerenciam os seus negócios (CARVALHO, 2007, grifos nossos).

Adotando texto assertivo o jornalista listou as falhas que a reportagem não vinha encontrando. Desvelou o aparelhamento do Estado pela iniciativa privada a partir da gestão de Alckmin e sua "fé cega" nas soluções de mercado. Desnudou a promiscuidade da auto-fiscalização das obras pelos construtores e chamou o governador José Serra a se pronunciar. Traçou, com notável poder de síntese, todo o quadro que a *FOLHA* não se permitia enunciar. Ou o fazia de forma benigna, sem

assumir postura de embate com o *tucanato*. O redator, de alguma maneira, terminou por assumir o papel de *ombudsman*, mesmo sem assim o desejar. O texto, porém, cumpre percurso metalingüístico que vai além do conteúdo em si: favorece a *FOLHA*, pois vale como afirmativa de que sua Direção permite o contencioso *interna corpore*, dissimulando sua ambivalência. A passagem abriga outra realidade não enunciada: a frágil constituição da sociedade civil brasileira, a qual permite que atores hegemônicos, como o jornal, tragam a si a representação da sociedade e se apresentem com seus atributos. A plasticidade forma o íntimo de todo o processo. E isso é admitido sem meias palavras por Frias Filho:

É muito mais útil que a sociedade tenha um jornal que é sensível às mudanças que ocorrem a cada dia, muito mais útil que os leitores tenham um jornal que se modifica à medida que a disposição deles, leitores, vai se modificando, do que ter um jornal fossilizado<sup>32</sup> [...] Eu acho que jornal não é partido político, jornal não é grupo teórico, não é escola ideológica. Eu acho que jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a *Folha* faz isso. O nosso compromisso é com os nossos leitores. Quando esses leitores tinham uma atitude politicamente neutra<sup>33</sup>, quando eles tinham uma atitude até de endossar o regime, a *Folha* tinha uma atitude correspondente nessa linha e, quando os leitores se deslocaram para uma posição mais crítica, mais reivindicante, a *Folha* se desloca também. Eu acho que se por um lado isso pode ser visto como oportunismo, por outro lado eu posso chamar de fidelidade ao grupo social para quem a gente trabalha e a quem a gente está servindo (FRIAS FILHO, 1984, p. 35-36).

Com estas palavras fetichizam-se os leitores como ente vivificado, pluriclassista, a guiar o desempenho do *Grupo Folha*, afastando-se do jornal quaisquer indícios de manipulação, uma vez que seria amorfo e dirigido a distância pelos que o adquirem. Resulta na negação do jornalismo liberal, que em seus postulados históricos se apresenta como ator proativo. Sob a argumentação de que o fetiche leitorado endossava o regime também assim o fez; alegando a neutralidade do leitor calou-se ante a ditadura e quando a sociedade levantou-se pelas *Diretas-já*, acompanhou-a. O claro reducionismo, em sua candura formal de fidelidade ao leitor social é, ao invés, elaborado dizer ideológico. A condição do leitor social, fetichizado ao longo do tempo histórico e emitindo comportamentos inusitadamente sincrônicos

<sup>32</sup> Alusão ao concorrente *Estado de S. Paulo*.

<sup>33</sup> As declarações, feitas à Revista Lua Nova, tomavam como referencial o período ditatorial, na fase pós-*Diretas-já*.



para orientar o jornal aparenta mais fabulação que realidade lícita. Como a *FOLHA* trabalha a partir do jornalismo de mercado, suposição mais válida seria ter o leitorado naquela conta, quando o jornal lhes enviava mensagens compatíveis com o regime, não com o império da sociedade civil. A mensagem de mercado, contudo, é suporte à ideologia e o mercado, por esse efeito, precisa ser trabalhado para que assim continue, não se percebendo seus integrantes como sujeitos. Oculta-se, porém, a condição de que ninguém “é” molecular ou coletivamente mercado; nem mesmo o próprio mercado o é. Pois não é coisa dada e posta, imutável e objetiva.

O mercado é criação tomada a partir da condição do consumidor coletivo. Antes disso, contudo, é composto por pessoas com projetos de vida, emoções, desejos, tensões, sentimentos e inserção histórica em processo de luta de classe, mesmo que disso não tenham consciência. Entender uma coletividade unicamente como mercado é retirar-lhe todo o potencial humano e político de sociedade civil, para inseri-la num organograma empresarial e administrativo.

Isso é bastante cômodo e justificador de quaisquer comportamentos, permitindo o oportunismo informativo e a plasticidade do jornal ante a ditadura e depois dela<sup>34</sup>. Colocando o leitorado como ente emissor, cujas atitudes coletivas seriam regentes do comportamento da *FOLHA*, justificava-se sua dubiedade. A valer a afirmação de o jornal seria pautado pelo atendimento ao que adviria do social teria sido plausível o acionamento do *Datafolha* em sondagem de opinião quanto ao acidente do Metrô, suas causas e possíveis culpados a fim de que, a partir disso, se orientasse a cobertura. Tal não ocorreu. A opinião pública não agendou o jornal. Noticiário difuso, incompletudes, nada mudava na cobertura. As ambigüidades informativas tiveram continuação com a matéria “Bird desmente Alckmin sobre Metrô” (27/01/07):

O diretor do Bird (Banco Mundial) para o projeto da linha 4 do metrô de São Paulo, Jorge Rebelo, negou ontem que o banco tenha “exigido” ou “sugerido” ao governo paulista a contratação das obras da linha 4 por meio do modelo “turn key” (preço fechado). A declaração contradiz afirmação do ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB). Na segunda-feira, questionado sobre as responsabilidades pelo acidente, Alckmin defendeu a contratação das empreiteiras, na

---

<sup>34</sup> Quanto à ditadura, um dos efeitos da ação ditatorial é gerar temor social, que se manifesta em atitude de aparente indiferença, quando, ao contrário, é expressão de temor ao Poder e fictícia aceitação do “regime”, não motivo para sua coonestação jornalística mediante “acompanhamento” da sociedade.

sua gestão, pelo "turn key". Alckmin disse que o modelo foi adotado por "exigência do Banco Mundial".

Mais tarde, disse não saber se fora exigência ou recomendação do banco. "Turn key" (chave na mão, em tradução livre) é uma operação em que a empresa contratada fica obrigada a entregar a obra em condições de pleno funcionamento. Preço do serviço e prazo para entrega são definidos no processo licitatório.

O governo fica isento de pagamento por qualquer gasto extra. Porém, a empresa contratada tem autonomia para repassar tarefas a outras empreiteiras (e reduzir custos com isso) e fica responsável pela fiscalização de seu próprio serviço. Em e-mail, Rebelo rechaçou que o Bird tenha "exigido" ou mesmo "sugerido" ao Estado ou à direção do Metrô a adoção do método "turn key". Afirmou que foi uma decisão conjunta.

"O tipo de contrato usado em cada processo de licitação é definido em comum acordo entre o banco e o prestatário [aquele que toma o empréstimo, no caso o governo de São Paulo] durante a preparação e negociação do empréstimo", disse.

"No caso do projeto da linha 4 do metrô, que vinha sendo estudado há mais de dez anos pelo Metrô em todos os aspectos, o contrato tipo "turn key" foi julgado o mais apropriado por todos os envolvidos", disse.

A Folha não conseguiu contato ontem com Alckmin. As obras da linha 4 são realizadas pelo consórcio Via Amarela, formado pelas empresas CBPO Engenharia (subsidiária da Odebrecht), Queiroz Galvão, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Segundo o site do Bird, as obras da linha 4 estão orçadas em cerca de R\$ 2 bilhões. O projeto é financiado pelo Estado (58%), pelo Bird (22,5%) e por investimentos privados internacionais (19,5%) (AMATO, 2007).

Aparentemente, o propósito da matéria seria estabelecer um confronto entre Alckmin e o diretor do *Bird*, como se isso representasse ganho informativo. Ao invés, resultaria apenas na manutenção do jornalismo declaratório, passando a impressão de que algo de novo acontecera pelo simples fato de que alguém se manifestar a respeito. No caso, a questão do *turn key*. De forma paralela à circunstância de que Alckmin não fora "contatado"<sup>35</sup> é possível encontrar outro aspecto, decorrente de inação investigativa: a "necessidade de acontecimentos". Na falta de investigação jornalística, construiu-se situação conflitante entre *Bird* e

---

<sup>35</sup> Atores privilegiados na cena jornalística como políticos, grandes artistas, personalidades midiáticas em geral costumam evadir-se do palco dos acontecimentos quando em situação de escândalo em que sejam protagonistas do vexame. Assim, como fontes costumeiras, estão "adestrados" à prática de relacionamento com a imprensa que, em tais casos, limita-se a registrar que "não foram contatados". Como a "objetividade" impede que tal procedimento evasivo seja alvo de avaliação negativa pelo jornalista em seu texto, fica valendo o "não contatado" e o ator midiático consegue livrar-se de ilações a respeito do seu comportamento fugidivo. O jornal, por sua vez, também amparado pela objetividade, excusa-se de criticar agente político com o qual mantém comunhão ideológica. Sob tal alegação, também não aceitará críticas a seu comportamento, uma vez que fora tão-somente "objetivo".

Alckmin, sem que isso representasse apresentação de novos fatos. Todavia, adotado comportamento analítico, seria possível fazer ligação entre os números citados no último parágrafo do texto noticioso acima, com as opiniões manifestas pelos empresários na matéria em que se abordava a hiperconcorrência entre as empresas. Naquela estava dito que o Estado reduzira investimentos. Na matéria sobre o *Bird*, ficava bem claro: o Estado era majoritário em termos de investimento, cabendo ao capital privado nacional e multinacional a parte minoritária. Não houve interesse em estabelecer esse comparativo. A rigor, a notícia nada informava, a não ser uma divergência declaratória entre Alckmin e o *Bird* quanto ao fechamento do contrato *turn key*. O essencial ficou guardado para o final, sem qualquer destaque, quando se constatava que o Estado havia assumido, capitalisticamente, os maiores riscos. Na seção *Painel do Leitor* (29/01/07) Márcio Kerr Martins, chefe do Departamento de Imprensa do Metrô, fazia alegações quanto ao contrato, afirmando, como argumento a favor deste:

[...] A discussão do tipo de contrato, se "turn key" ou preço unitário, prática usual no país, não é relevante no caso do acidente ocorrido no último dia 12 na estação Pinheiros da linha 4, porque não é o tipo de contrato que causa ou evita o acidente. O contrato "turn key" defende o Estado (a população que paga os impostos) de novos aditivos de acréscimo de valor sobre a obra que já foi contratada (MARTINS, 2007).

O representante do Metrô adota discurso paradoxal: a iniciativa privada teria fechado o contrato *turn key* com propósito de defender interesses sociais. O porta-voz assume o discurso dos dominados. Invade, com permissão do jornal, lugar que prioritariamente caberia ao leitor e manipula os interesses gerais a favor dos interesses do capital. Isso não significa pluralismo, mas ambigüidade. O título da seção sugere a intenção de abrir um espaço ao leitorado. Ocorreu, porém, que o *Painel do Leitor* tornou-se pontualmente arena justificadora do discurso dominante, antecipando sua palavra a críticas que poderiam vir do leitorado.

### **4.3 E o povo aprova Serra, apesar do Metrô**

A questão quanto à causa do acidente ganhou espaço quando a *FOLHA* anunciou (10/02/07): "Laudo da cratera do metrô só sai em agosto". Dizia que, "na

melhor das hipóteses”, o laudo sairia naquele mês, pois até então nenhum perito do Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT, Instituto de Criminalística-IC (da polícia de São Paulo) e do Ministério Público, havia sido autorizado pelo Consórcio Via Amarela a descer no buraco por questões de segurança (TOMAZ e PAGNAN, 2007).

A notícia corroborava a prática implementada: jornalismo episódico, pautado pelo tropismo às fontes. Como não fazia investigação nem aprofundamento das apurações, o noticiário da *FOLHA* acabou suplantado pelo *Jornal Nacional*, da *Rede Globo*, que revelou com exclusividade: laudo encomendado pelo Consórcio Via Amarela havia detectado problemas estruturais no canteiro de obras. A *FOLHA* relatou o fato a partir das informações da *Globo*, em notícia sob o título “Laudo vê riscos na Estação Fradique Coutinho do metrô” (14/02/07).

Laudo técnico encomendado pelo Consórcio Via Amarela apontou problemas no canteiro de obras da estação Fradique Coutinho da linha 4-amarela do metrô de São Paulo que poderiam “ocasionar acidentes de proporções imprevisíveis”. O documento, revelado ontem pelo “Jornal Nacional”, foi produzido a partir de vistoria no dia 27 de janeiro para testar a qualidade das soldas na estrutura metálica que sustenta as paredes da futura estação. Elaborado pelo especialista em soldagem Nelson Augusto Damásio, o documento recomenda, segundo a TV Globo, a suspensão das obras no local até que as soldas sejam refeitas - medida não acatada pelas construtoras, que já refizeram, por enquanto, 20% do total. A Fradique Coutinho pertence à mesma linha da estação Pinheiros, onde morreram sete pessoas em 12 de janeiro depois da abertura de uma cratera (FOLHA DE S. PAULO, 2007a).

Ante a divulgação do laudo pela *Globo* o governo paulista, mais de um mês depois do acidente, determinou a paralisação da obra até que laudos garantissem a segurança da continuidade dos trabalhos. “Governo de SP decide parar obra do metrô” (15/02/07) (FOLHA DE S. PAULO, 2007b). No mesmo texto revelava-se que houvera insatisfação de integrantes da gestão Serra ao se descobrir não informados pelo Consórcio a respeito do laudo:

O principal motivo de insatisfação de integrantes da gestão Serra - e estopim para paralisar as obra - foi o fato de o consórcio não ter informado o Metrô e a Promotoria sobre o laudo da Fradique. O governo só soube pela TV dos problemas de solda detectados havia duas semanas.

Diz que o Via Amarela receberá advertência. “O mais grave foi o consórcio não ter informado ao Metrô e a mim que havia um

problema, que havia um laudo que apontava insegurança", afirmou Portella [Secretário de Transportes Metropolitanos]. "Parte do laudo o próprio consórcio contesta, mas só que deveria ter contestado na data em que ele foi feito, e não agora. Isso é o mais grave."

Tanto o consórcio quanto o governo minimizam as conclusões do laudo da Fradique. Dizem que há problemas de solda, mas que não representam ameaça à estrutura da obra. Segundo Portella, dos laudos necessários para 23 frentes, seis já foram feitos (após solicitação de 17 de janeiro) e precisam apenas da análise do IPT.

Em duas semanas, o consórcio terá que contratar uma equipe para fazer um pente fino e produzir os laudos restantes da linha 4. De acordo com o secretário, o IPT conseguirá verificar os laudos de quatro frentes a cada dez dias. O governo pediu todos os laudos da linha 4 desde o acidente em Pinheiros (FOLHA DE S. PAULO, 2007b).

O problema poderia ter sido abordado a partir de circunstância que foi relegada ao penúltimo parágrafo e era constatação da própria *FOLHA*: a minimização que governo e consórcio atribuíram ao problema com a soldagem. Mais que isso, a demora em se tomar providências para a paralisação das obras. A lentidão administrativa, em si grave, não motivou a que esse aspecto fosse questionado. Secundando o comportamento governamental e empresarial minimizou-se o problema jornalisticamente, tanto que o título apenas menciona a paralisação sem salientar que esta se dera por ameaça real e iminente de ocorrência de novo acidente, este de "proporções imprevisíveis". A ação político-jornalística tomou viés que novamente permitia a terceiros participação de maneira orgânica ao governo de São Paulo em tom de editorial. É o que se vê no artigo "A engenharia brasileira e o metrô de SP" (15/02/07), assinado pelo engenheiro Eduardo Lafraia, presidente do Instituto de Engenharia:

O Instituto de Engenharia entende que, ante o acidente com as obras da linha 4 do metrô de São Paulo, todas as entidades ligadas à engenharia brasileira devem ter uma atitude de reflexão e colaboração. Entende também ser preciso analisar em profundidade as causas e as responsabilidades devidas. É necessária uma ampla análise desprovida de emoções para que, dela, se tirem as necessárias lições e aprendizados. O acidente foi bastante explorado de forma precipitada e com certa manipulação, antes de qualquer laudo técnico. Interesses vários se aproveitaram de lamentável fatalidade para gerar vagas informações sobre suas causas e implicações jurídicas e críticas sobre contratos e relacionamento entre os agentes envolvidos. Agora que o impacto passou com o resgate das vítimas, é o momento de refletirmos sobre o acontecido. De

início, cabe ressaltar a competência técnica e empresarial agregada a esse projeto complexo.

O Consórcio Via Amarela representa o que há de melhor na construção pesada brasileira e venceu a licitação em disputada concorrência, inclusive com grupos estrangeiros. Para os projetos executivos, foram contratadas as mais competentes empresas brasileiras de engenharia consultiva.

Esse grupo empresarial, além das qualificações técnicas, apresenta todas as condições para desafios como esse da linha 4, com histórico de importantes realizações no país e no exterior. O Metrô tem todas as condições para realizações desse tipo e é exemplo de competência técnica e grande impulsionador da engenharia brasileira. [...]

Os poucos investimentos públicos nos últimos 25 anos resultaram em poucas obras e na conseqüente diluição das equipes e competências técnicas. Existem sinais de um cenário futuro positivo, como o Programa de Aceleração do Crescimento, mas é preciso também avançar em pontos cruciais, como a atualização da lei 8.666 - mudar o critério de menor preço pelo de melhor preço.

O Instituto de Engenharia, com a tradição e a independência que caracterizam seus 90 anos, estará acompanhando de forma isenta e responsável a elucidação dos fatos. Acidentes são sempre fatalidades e devem ser apurados de forma racional, e não emocional. Há fatores humanos que não podem ser desconsiderados. Há lições e conhecimentos a serem aprendidos. O momento é de reflexão e reconstrução. É nisso que o Instituto de Engenharia pode e deve atuar (LAFRAIA, 2007).

A publicação foi feita na seção *Tendências/Debates*. Órgão setorialmente interessado, o Instituto de Engenharia afirmava, pelo seu presidente, visão estritamente corporativista. A exaltação tanto da iniciativa privada quando da direção do Metrô é usada de forma a conciliar atores da classe fundamental dominante, demonstrando que eventuais circunstâncias de desacordo não eram mais que isso: eventuais. No fundo, eram parceiros.

Contrariando a afirmativa de que “o Consórcio Via Amarela representa o que há de melhor na construção pesada brasileira” vem alusão à “fatalidade”, justificada porque “há fatores humanos que não podem ser desconsiderados”. Ou seja: desconstrói o discurso de exaltação da excelência do Consórcio ao fragilizar benevolmente o saber dos técnicos, quando faz o chamamento providencial à falibilidade humana. O Estado é novamente inculcado pelo desfazimento de equipes de excelência para em seguida ser admitido, timidamente, que a legislação deveria ser modificada em favor do melhor preço em substituição ao menor preço, encontrado no contrato *turn key*.

Também providencial, seqüencialmente, foi pesquisa que apontava a aprovação do governo Serra, apesar do acidente. A busca pela constituição da hegemonia *tucana* é verificada a partir de notícia que relatava a boa imagem do governador colocado em curva ascensional a partir de seus antecessores, Geraldo Alckmin e Mário Covas. Mesmo com o desastre o governador tinha aprovação quanto ao seu desempenho, segundo pesquisa do *Datafolha*: “Aprovado por 39%, Serra tem avaliação pior na capital” (26/03/07):

A gestão de José Serra no governo de São Paulo é aprovada por 39% dos paulistas, revela pesquisa Datafolha sobre os três primeiros meses do tucano à frente do Palácio dos Bandeirantes. Esse é o percentual dos que consideram o atual governo, iniciado em 1º de janeiro, ótimo ou bom. Ainda que a capital se mostre mais crítica a Serra, a única grave crise enfrentada pelo Estado neste ano - o acidente nas obras da linha 4 do metrô paulistano - parece não ter causado grandes estragos na média final do tucano. Serra é o governador com melhor média de aprovação nos três primeiros meses de trabalho na chamada "era tucana", iniciada em 1995. Em março daquele ano, Mario Covas (1930-2001) tinha 31% de ótimo ou bom.

Geraldo Alckmin obteve 34% em junho de 2001, quase três meses após ter assumido o cargo em virtude da morte de Covas, de quem era vice. Em 2002, Alckmin foi reeleito.

O início da gestão Covas, no entanto, foi marcado por um ajuste fiscal que teve medidas impopulares, como corte de gastos e demissões. A pesquisa que avaliou Alckmin entre 25 e 28 de junho de 2001 foi feita logo após uma greve de metroviários, o que pode ter influenciado o resultado.

Ainda de acordo com o Datafolha, 37% dos entrevistados consideram regular a gestão de Serra. Outros 16% afirmaram ser ela ruim ou péssima, e 8% não souberam responder.

A boa avaliação do atual governador encontra respaldo principalmente no interior, onde 45% dos entrevistados definem como ótimo ou bom o resultado dos primeiros três meses da gestão Serra.

Em contrapartida, esse índice é de 31% na capital, onde acontecerá a próxima grande batalha eleitoral: a disputa pela Prefeitura de São Paulo, no ano que vem. Se considerada toda a região metropolitana, o número tem leve variação (32%).

Segundo o Datafolha, o índice de ruim e péssimo do tucano na maior cidade do país também é expressivo: 27%, contra 8% do interior. José Serra foi eleito em primeiro turno com 53,1% dos votos válidos na capital, tendo obtido 57,9% do total de votos válidos do Estado inteiro. Em janeiro deste ano, um grave acidente nas obras da linha 4 do metrô paulistano, de responsabilidade do Estado, matou sete pessoas.

A crise desencadeada pela tragédia foi alvo de ataques da oposição a Serra e culminou com a demissão de Luís Carlos David da direção da empresa.

Entre os 39% que aprovam a gestão Serra, 40% também acham ótimo ou bom o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e 31% dizem que votaram no petista para presidente.

No recorte partidário, 27% dos que afirmaram ter o PT como sigla de sua preferência aprovam José Serra; 23% acham seu governo ruim ou péssimo; 43% apenas regular.

O apoio ao tucano também é grande na faixa dos entrevistados que disseram ter concluído apenas o ensino fundamental e dos que ganham até dois salários mínimos por mês. Segundo o Datafolha, 41% dos que consideram a gestão Serra ótima ou boa têm apenas o ensino fundamental; 40% ganham até dois mínimos. O Datafolha pediu aos entrevistados que dessem notas de zero a dez para o governador. Ele tirou seis de média - 5,3 na capital e 6,6 no interior.

A pesquisa foi realizada entre os dias 19 e 20 deste mês em todo o Estado, com 1.839 entrevistados. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para cima ou para baixo (FOLHA DE S. PAULO, 2007c).

O que se pedia aos entrevistados era a avaliação de um governo que tinha apenas três meses de empossado. Trata-se de período administrativo curto, em que nenhuma administração terá conseguido fazer nada que possa ser tido como marcante. A rigor, não haveria o que ser aprovado, vez que o grande acontecimento fora a tragédia do metrô. A pesquisa afirmava a aprovação do governador, mas nada explicitava quanto aos motivos para tanto, quais obras ou outras realizações marcantes teriam contribuído para os índices positivos. Sua realização, de tal forma, parece sugerir que sua aplicação fora mais gesto tático de aliado político favorável à visibilidade positiva do governador, que sondagem de opinião nos termos de apuração veraz de determinado momento histórico.

A matéria mencionava a ocorrência do desabamento, mas não estabelecia qualquer vínculo entre o episódio e a pesquisa, deixando transparecer que o desastre não foi levado a questionamento. A observação do texto permite percepção de que o propósito seria dizer que, “apesar do Metrô”, Serra era bem avaliado. Sondagem de opinião realizada três meses após acontecimento tão traumático socialmente deveria tê-lo tomado em conta. Jornalisticamente, esse aspecto deveria ter sido levado em consideração. A notícia não revelava aspectos quanto ao questionário proposto, quais as perguntas que admitiam respostas espontâneas e quais as respostas estimuladas.

Registrava que 41% dos que entenderiam a gestão Serra como ótima ou boa tinham apenas o ensino fundamental; quanto à renda, 40% estavam em nível de até dois salários mínimos. O motivo da aceitação do governo nessas camadas não



foi explicitado. Todavia, sempre que estas se manifestam a favor de atores políticos originários da esquerda, suas opiniões são exibidas como expressão de ignorância e incapacidade de interpretar e contextualizar a realidade. No texto da *FOLHA* insinuavam popularidade de Serra. Quase no final um dado que aparentemente se buscou minimizar, revelava: dentre os que 39% que aprovaram a gestão Serra, 40% achavam ótimo ou bom o governo Lula, enquanto 31% afirmavam ter nele votado para presidente. Dois aspectos precisam ser destacados: o propósito da pesquisa teria sido também traçar um comparativo entre Lula e Serra, mas como o petista não ficou em desvantagem proporcional a opção foi minimizar a constatação. Concluímos que, na construção do texto, o redator relegou a segundo plano duas premissas fundamentais à prática do jornalismo: as questões relativas à noticiabilidade e aos valores/notícia. Noticiabilidade

[...] corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2003, p. 196).

Quanto aos valores/notícia, que compõem a noticiabilidade, “são critérios para selecionar, do material disponível para a redação, os elementos dignos de ser incluídos no produto final” (GOLDING-ELLIOTT *apud* WOLF, 2003, p. 202). A citação de um presidente de república, em qualquer texto jornalístico, é motivo suficiente para ganhar destaque, ou seja, tem potencial noticioso, constituindo-se por isso mesmo em valor/notícia inquestionável. A colocação de Lula em situação relativamente favorável, frente ao aparente propósito da pesquisa de beneficiar José Serra, levou à sua ocultação parcial ficando quase no final da matéria. A ação pode ser entendida como artifício pontual de guerra de posição ao transformar a pesquisa, de fato novo a ser meramente noticiado, em exercício tático – quando se pretendia convencer quanto à existência de consenso em torno de Serra. O jornal voltaria a opinar sobre o desastre como o texto “Buraco negro” (31/03/07).

Singularidades como os buracos negros, em cosmologia, descrevem objetos tão maciços que seu campo gravitacional atrai tudo para dentro de si, até a própria luz. A imagem pode não ser perfeita para descrever a cratera aberta na obra da linha 4 do metrô paulistano, há dois meses e 19 dias, mas resume bem a carência singular de

informações esclarecedoras sobre a segurança da obra, desde então.

Pereceram no desastre sete pessoas. Apesar da gravidade do acidente, até ontem nenhum perito havia descido ao local do desabamento, no interior da cratera, para iniciar as observações diretas necessárias para enfim estabelecer suas causas. Ministério Público e IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) exigem, compreensivelmente, garantia de estabilidade do terreno para que sejam iniciadas.

É evidente que o trabalho de estabilização deve tomar o tempo que for necessário, sem pressa que rebaixe níveis de segurança. Por outro lado, não há clareza - fora dos gabinetes da Companhia do Metrô e do consórcio construtor Via Amarela, ao menos - sobre prazos envolvidos, nem tampouco acerca de estarem sendo cumpridos ou não.

Pior: a incerteza contaminou as obras como um todo. Várias das 23 frentes de trabalho da linha 4 foram paralisadas um mês depois da tragédia, quando surgiram dúvidas sobre a qualidade de soldas realizadas na estrutura metálica da estação Fradique Coutinho. Milhares de pessoas que moram e circulam sobre os canteiros subterrâneos, da Vila Sônia à Luz, têm pleno direito a informações confiáveis, mas são mantidas na penumbra, assim como o restante da população.

Nas tratativas do consórcio e do Metrô com o Ministério Público ficou acordado que o primeiro contrataria laudos de terceiros sobre a segurança nas várias frentes da obra, que seriam então avaliados pelo IPT. Como noticiou ontem esta Folha, os quatro primeiros pareceres ficaram prontos nesta semana, sem no entanto ganhar publicidade de pronto, como seria desejável.

O IPT alega que, como contratado, as informações não lhe pertencem, mas sim a seu cliente (o consórcio). Nem este nem o Ministério Público divulgaram os pareceres de imediato. O Metrô se limitou a publicar nota lacônica, na qual afirma que "os relatórios estabelecem a necessidade de demonstração de uma série de providências relacionadas com a segurança da obra" - o que não chega a ser esclarecedor.

Sob pressão da imprensa, convocou-se afinal sessão de informação por um diretor do Metrô (a perspectiva, sabe-se agora, é retomar obras nas próximas semanas). Está mais do que na hora, porém, de começar a fazer isso regular e espontaneamente, sob pena de medrar na esfera pública a desconfiança de que algo não possa ser explicado ou, pior, necessite ser ocultado (FOLHA DE S. PAULO, 2007d).

Pela primeira vez era interpelada a ação do poder público e do Consórcio e o editorial ganhava efetivamente forma e conteúdo desse gênero jornalístico. A atitude parece vir ao encontro da política editorial amor/ódio propugnada pela empresa. Além disso, com editorial um pouco mais firme a empresa assumia função *educativa*, "ensinando" aos governantes e ao consórcio como deveriam agir a fim de dar solução ao problema da incomunicabilidade. Função típica de intelectual

orgânico. *Ensinava* também, agora ao público, como deveria agir um jornal “comprometido”.

Ao lado disso mantinha-se noticiário evasivo a respeito de causas e responsabilizações e acentuava-se o jornalismo declaratório com apelo otimista. Para tanto foi sobreposto ao “passado do Metrô” um “novo passado”, benfazejo, atualizado. Tal se deu com a notícia “Segurança aponta avanços de gestão no primeiro trimestre” (15/04/07).

O primeiro trimestre do governo Serra deverá ser marcado pela redução de homicídios, estupros e latrocínios em comparação ao mesmo período do ano passado. Essa era, segundo o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Marzagão, a tendência registrada nos primeiros três meses do ano.

Ainda segundo o secretário, houve pequena redução de roubo de carros, mas aumento de furtos a pedestres nas ruas. Os dados consolidados só serão apresentados no fim do mês. Apesar das restrições de ordem orçamentária, Marzagão afirma que os cem primeiros dias de governo já sinalizam para uma mudança de cultura na secretaria: “a substituição da força pela inteligência”. Ele aponta medidas como a criação do comando integrado do Sudeste, do centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo e da Sala de Situação da Polícia Civil como demonstração desse investimento em inteligência. O primeiro trimestre foi dedicado ainda à montagem do sistema da rádio-comunicação digital, comprado por cerca de R\$ 200 milhões. “Dentro da linha do governador Serra, a segurança também se provê com inclusão social e outorga de cidadania”, diz o secretário. O balanço apresentado pela Secretaria de Segurança inclui a atuação do Corpo de Bombeiros após o acidente do Metrô e a reação aos ataques do crime organizado. Realizada no dia 23 de março, a atuação da Polícia Civil de SP foi bem avaliada pelo governador.

Marzagão descreve os cem primeiros dias como um “exercício diário, do justo equilíbrio entre a liberdade individual e a segurança coletiva”. “O desafio é permanente. A tomada de decisões políticas é uma constante. Todo dia me sinto aqui testado” (FOLHA DE S. PAULO, 2007e).

A produção desse tipo de texto é conhecida nos ambientes jornalísticos como “mídia espontânea”. Isto é: publicação de matéria de conteúdo positivo, originada de agendamento a partir da Redação. Do ponto-de-vista das fontes isso confere maior credibilidade à informação, uma vez que, sendo positivo o fato, seria tão marcante que “se impusera por si só”, atraindo, por força gravitacional social, a atenção dos repórteres. Todavia, é possível a provocação de efeito de mídia

espontânea bastando que a Redação selecione e divulgue assunto ou tema a ter visibilidade positiva, o que parece ser o caso da matéria em apreço. Ocorrendo isso a manobra recebe então, no jargão setorial, a denominação de “cortina de fumaça”, pois obscurece fato não auspicioso e que se deseja sobrepujar (o desastre do Metrô) por outro, socialmente desejável, agora na segurança pública, tema nacionalmente preocupante.

A inferência vem da circunstância de que, publicada em tempo em que a memória social ainda mencionava a tragédia, a notícia vaticina a redução de acontecimentos criminais. Como se a Secretaria de Segurança tivesse assombrosos poderes de patrulhar, atuar e reprimir, casuística e pontualmente, atitudes de pessoas com potencial infrator e suas respectivas ações – chegando a obstar, com rigorosa especificidade, homicídios, latrocínios e estupros. A sobreposição de passado recente – da suposta melhoria na segurança pública ao passado recente do Metrô –, pode ser vista como manobra diversionista, que enfatiza “a substituição da força pela inteligência”, para a obtenção daqueles resultados. A notícia é equivalente a exultação de personagem orwelliano: “– Camaradas! [...] Atenção, camaradas! Temos gloriosas notícias! Ganhamos a batalha da produção!” (ORWELL, 1975, p. 57).

#### 4.4 Deus falhou na inspeção das obras

Na notícia “Engenheiro da linha-4 amarela diz que não tem pistas sobre as causas do acidente” (30/04/07) o jornal informava, no subtítulo, que representante do Consórcio Via Amarela, o engenheiro Márcio Pellegrini Ribeiro, não descartava a possibilidade da ocorrência de novos acidentes na obra. Contudo, fugindo aos padrões de realce de determinados aspectos das declarações das fontes, o jornalista não destacou detalhe inusitado e que, pelos valores/notícia, deveria ter sido levado para o título, e, conseqüentemente, integrar o *lead*<sup>36</sup>. Trata-se, como veremos, de declaração espantosa, baseada no senso comum, contrastando com a formação acadêmica do engenheiro: *Deus teria se omitido de proteger a obra*. Isso

---

<sup>36</sup> *Lead* é o primeiro parágrafo de textos noticiosos. O *lead* cumpre duas funções: resumir o acontecimento em no máximo cinco linhas e destacar aquilo que seja tido como mais interessante ou importante. É produzido a partir dos valores/notícia, entres os quais estão o inusitado ou o bizarro, como é o caso de um técnico de nível superior proferir afirmativa em completo desacordo com sua condição intelectual.

não foi levado em conta pelo jornalista. A matéria começou com texto informativo e a seguir assumiu o aspecto de entrevista *pingue-pongue*. Na última resposta encontraremos a visão do engenheiro, aquela que, pela sua condição bizarra – a omissão de Deus –, deveria ter ganho relevância:

Na semana que completou cem dias do maior acidente da história do metrô de São Paulo, com sete vítimas engolidas por uma cratera na estação Pinheiros da futura linha 4-amarela, dois representantes do Consórcio Via Amarela dizem não acreditar que tenham errado e minimizam a responsabilidade do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) em revelar as causas conclusivas da tragédia.

Engenheiro-chefe da linha 4 e diretor do contrato, Fábio Gandolfo, 46, apóia-se num estudo internacional para dizer que, em 40% dos acidentes com túneis, os motivos não são identificados. Se representantes do governo do Estado adotam um discurso de total confiança nos laudos a serem concluídos pelo IPT no segundo semestre, os discursos das construtoras são diferentes. Embora evitem críticas, ressaltam estar realizando uma apuração paralela, negam haver até pistas dos motivos da abertura da cratera e antecipam que vêem com naturalidade a possibilidade de divergência no final das investigações. Gandolfo passou a noite do acidente hospitalizado, com pressão alta, e não falou à imprensa nos dias seguintes. Concedeu entrevista à Folha na última terça-feira, acompanhado do engenheiro Marcio Pellegrini Ribeiro, 52. Os dois trabalham há mais de 20 anos para a Odebrecht, líder do Via Amarela. Eles preferiram não ser fotografados.

[...]

**FOLHA - Antes da cratera da estação Pinheiros, houve uma série de acidentes na linha 4. Não era sinal de que havia algo errado?**

**GANDOLFO** - Eu não vou dizer que é normal esse acidente de Pinheiros, foi uma coisa absolutamente imprevista e imprevísivel. Mas os acidentes anteriores são absolutamente normais nesse tipo de escavação.<sup>37</sup>

**FOLHA - O consórcio soltou uma nota depois do acidente culpando a chuva, avaliação muito criticada. O que vocês dizem hoje?**

**GANDOLFO** - Qualquer fator pode ter influência no acidente. Acreditamos, pelo histórico, que não é uma causa, mas uma somatória de algumas causas que ocorrem naquela hora. A água é um fator que não pode ser descartado. O consórcio não falou que a água foi fator determinante. Falou que é um dos fatores que podem ter contribuído. Mas há "ene" fatores possíveis. Nós temos uma equipe e não temos as causas ainda.

[...]

---

<sup>37</sup> Grifos nossos.

**FOLHA - O relatório do IPT vai ser conclusivo na definição das causas?**

**GANDOLFO** - A gente espera que sim. Mas no acidente do aeroporto de Heathrow, em Londres [quando um trecho do túnel que ligaria uma estação desabou, em 1994], eles fizeram um trabalho de investigação que levou dois anos para chegar a uma conclusão das causas. E eles fizeram também um histórico dos principais acidentes com túneis no mundo. Concluíram que em 60% as causas foram identificadas e, em 40%, não. É um dado histórico.

**FOLHA - Vocês não acreditam que erraram?**

**GANDOLFO** - Não.

**FOLHA - Por quê?**

**MARCIO PELLEGRINI RIBEIRO** - É um projeto que está nas mãos da nata da engenharia brasileira. Há vários consultores que são os mais renomados e experientes do país.

[...]

**FOLHA - É possível afirmar que não haverá novos acidentes na obra?**

**GANDOLFO** - Não.

**RIBEIRO** - Só lá com *Ele* [aponta as mãos em direção ao céu]. A obra que nós trabalhamos é efetivamente de risco. *Ele* vai estar sempre presente (GANDOLFO e RIBEIRO, 2007, grifos nossos).

O jornalista trouxe para o *lead* apenas um relatório, um *report*, contrariando todos os princípios do saber narrativo, essencial à elaboração de uma abertura noticiosa bem feita. No caso o fato de o engenheiro ter deixado à conta de Deus a responsabilidade de permitir ou impedir a ocorrência de tragédias. Esse seria o aspecto importante da matéria. Aquele que mais causaria impacto ao leitor, já que é paradoxal técnico especializado atribuir a Deus, ao sobrenatural, a responsabilidade, a competência e o zelo impedidores de algo similar a uma hecatombe ao mesmo tempo em que nega ter havido falha humana. Deus, portanto, seria o “encarregado da obra”. Os engenheiros não asseguravam a confiabilidade do seu próprio trabalho e a *Ele* deveriam ser feitas as cobranças. O profissional recorria a elemento de fé, em vez de sustentar opinião em argumento setorial típico. Mesmo assim, houve colisão entre a fé e a técnica, quando afirmou estar a obra sendo tocada pela “nata da engenharia brasileira” – não por Deus. A rigor, se essa requerida autoridade profissional fosse fator que impedisse o acidente valeria a acurácia dos especialistas como elemento garantidor da segurança da obra, não a proteção divina. Na seção *Painel do Leitor* o geólogo Antônio Pereira de Sousa alertara desde o dia 17 de janeiro:

**Cratera no metrô** "Como geólogo, tenho absoluta convicção de que Deus, São Pedro ou qualquer outro santo não têm culpa nenhuma em relação ao lamentável acidente ocorrido nas obras do metrô de São Paulo. Muito menos a "geologia" tem qualquer responsabilidade. Temos excelentes geólogos, geofísicos e engenheiros, em São Paulo e no Brasil, com sobeja capacidade não só para analisar e interpretar este episódio com sabedoria e perspicácia, como para atuar na concepção de projetos desse porte e no monitoramento de seu processo de execução, com o objetivo de minimizar os riscos de ocorrência de eventos dessa natureza." (SOUZA, 2007).

O registro das observações de Kucinski, em capítulo anterior, já acusava de que forma o noticiário seria conduzido: de maneira a impedir desgaste da imagem de Serra em longo processo de defesa jornalístico, com a utilização do noticiário. O mesmo se deu com os editoriais-comentários, notícias opinativas, mídia espontânea e artigos de alguma maneira a ele favoráveis, apesar da inclusão da palavra de atores que punham em dúvida a credibilidade dos trabalhos de construção do túnel.

#### **4.5 Serra continua aprovado**

O desenvolvimento da investigação não assegurou, como fora anunciado, que em agosto de 2007 sairia o laudo com as causas do acidente. A Secretaria da Segurança informou então que o documento seria emitido em dezembro do mesmo ano (FOLHA DE S. PAULO, 2007f). Em outubro, no editorial "Desconfiança no metrô" (12/08/07), o jornal voltava a se manifestar.

A obra da linha 4 do metrô de São Paulo volta a causar apreensão nos que moram ou circulam pela zona oeste da capital. Quase oito meses, completados hoje, após o desastre que abriu uma cratera em Pinheiros e matou oito pessoas<sup>38</sup>, um novo buraco surgiu em rua movimentada do bairro.

São 12,8 km de túneis em construção, boa parte em terreno notoriamente instável, a ponto de engenheiros qualificarem-no como "podre". Dez acidentes já se verificaram. Sob tais condições, compreende-se a dificuldade de predizer local e momento exato de desabamentos, mas não o despreparo reiterado do poder público para fazer frente a eventuais emergências.

O novo buraco abriu-se menos de duas horas depois de liberado o tráfego na rua dos Pinheiros. Houve interdição imediata, de início prevista para dois dias. A estimativa subiu então para dez dias, apenas para contrair-se a cinco. Trata-se de um vaivém por demais inquietante.

---

<sup>38</sup> Os registros sempre deram conta de sete pessoas.

Nada a estranhar, lamentavelmente, em se tratando de organizações submetidas a um governo estadual que nem sequer se mostrou capaz de esclarecer o ocorrido na tragédia de oito meses atrás. O laudo que deveria sair em poucos meses ficou para este agosto, mas a Secretaria da Segurança já fala em dezembro - só agora peritos do Instituto de Criminalística conseguiram chegar ao ponto crítico que teria dado origem à cratera de janeiro.

É lentidão em demasia. A falta de uma intervenção decidida do governador José Serra para assegurar que explicações não fiquem para as calendas só aumenta a desconfiança de que a obra de R\$ 2,1 bilhões é mais problemática do que seria aceitável (FOLHA DE S. PAULO, 2007x).

A referência ao nome do governador ficou para o último parágrafo. Isso sugere como foi cuidadosa a equipe editorialista: antes de fazer citação a Serra atribuía ao “governo”, ou seja, à equipe governamental, não ao governador, atitude leniente e causadora da demora na emissão do laudo. O propósito torna-se perceptível: avocou-se a voz das ruas – que tinha motivos para estar apreensiva – à voz das páginas, e colocou-se o jornal como representante daquela. Ao mesmo tempo preservava o governador. Ao trabalhar-se o assunto os cidadãos são colocados em contexto dramático de desconfiança, medo e angustiada expectativa por laudo que nunca ficava pronto. O jornal seria ator interveniente para cobrar privilegiadamente aquilo que o cidadão esperava, enquanto o governador seria o dado potente para o desmanche da paralisia, desde que tomasse iniciativa para tanto. A atitude jornalística estabelecia nexos entre ação e Poder. Com isso salientava a figura eficaz e decisiva do governante, convocado a agir a favor do povo e contra máquina burocrática lerda, como se com esta não tivesse ligação orgânica. Na seqüência, a ação partidária do jornal foi reiterada quando noticiou: “Aprovação a Serra aumenta 10 pontos percentuais em 7 meses” (16/12/07).

O índice de aprovação à administração de José Serra cresceu 10 pontos percentuais em sete meses, segundo pesquisa Datafolha. Onze meses após a posse, 49% dos eleitores avaliam o governo de São Paulo como ótimo ou bom. Em março, passados três meses de governo, esse índice era de 39%. Ainda segundo a pesquisa, a avaliação negativa do governo de São Paulo sofreu uma queda de quatro pontos em sete meses. Em março, 16% dos entrevistados apontavam o governo como ruim/péssimo. Atualmente, essa taxa é de 12%. De março para cá, a nota média conferida ao governo também aumentou: de 6 para 6,5.

Segundo a pesquisa Datafolha, realizada de 26 a 29 de novembro, 35% dos entrevistados classificam a administração Serra como



regular. Em março, eram 37%. Quatro por cento não souberam opinar.

Apesar da tradicional associação do PSDB à classe média/alta, Serra hoje conta com maior aprovação precisamente entre os entrevistados da mais baixa faixa de consumo.

Segundo o Datafolha, 53% dos entrevistados da classe D/E apontam o governo Serra como ótimo/bom. Esse índice é de 50% entre os da classe C e chega a 47% entre os da classe A/B. Esse é o critério de Classificação Econômica adotado pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa) para segmentação da população segundo o poder de compra. Ainda de acordo com a pesquisa, o governo Serra é ótimo/bom para 51% dos eleitores com renda familiar mensal inferior a dois salários mínimos. O índice de aprovação é de 46% entre os entrevistados com renda entre cinco e dez mínimos. O governo é ótimo/bom para 48% daqueles com renda superior a 10 mínimos mensais.

Serra tem 51% de aprovação entre entrevistados com nível de escolaridade fundamental. Esse índice é de 48% entre os com nível superior.

O governo encontra maior aprovação entre os entrevistados de 16 a 24 anos: 54%. Esse índice cai para 44% entre os de 45 a 59 anos.

O Datafolha ouviu 2.113 pessoas de 26 a 29 de novembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Em seus 11 primeiros meses de governo, Serra enfrentou crises com o meio acadêmico - que levou à invasão da reitoria da USP- e com o acidente nas obras do Metrô.

Com início da gestão marcado por ameaças de greve e manifestações, Serra fez gestos de aproximação, com o reajuste na área de segurança, antecipação de bônus na Educação e adiantamento do décimo terceiro.

Apesar de enfrentar escândalos de corrupção na área de segurança, não houve ataques da facção criminosa PCC nem rebeliões na extinta Febem (hoje Fundação Casa). Houve ainda redução de 21,76% nos índices de homicídio.

Graças a medidas como venda de folha de pagamento para a Nossa Caixa, parcelamento da dívida e aumento do limite de endividamento do Estado, o governo garantiu recursos para investimentos como recuperação de vicinais, faculdades de tecnologia e o Rodoanel (SEABRA, 2007a).

Trata-se de abordagem onde apenas nos segundo e terceiro parágrafos há registro de desaprovação ao governo, e mesmo assim em percentuais menores que os da pesquisa anterior. No restante do texto a assertividade otimista está voltada para único aspecto: convencer que o governador acumulava prestígio apesar das crises que enfrentara. Sintomaticamente a notícia do resultado da pesquisa, com alto poder opinativo em seu subtexto, foi publicada num domingo e vai de encontro ao editorial “Desconfiança no metrô”. Com isso desfaz as opiniões ali emitidas e confirma a plasticidade editorial. A notícia-editorial da aprovação do

Governador trabalha *constatação* já vista no título: “Aprovação de Serra aumenta 10 pontos percentuais em 7 meses”.

À leitura do material o que se vê é uma sucessão de números positivos; e isso de forma que, da classe “A” à classe “E”, surja a impressão de que há consenso: Serra estaria fazendo um ótimo ou bom governo. Ele também aparece descolado de sua figuração histórica, do seu passado de integrante de partido das elites e ganha um novo passado, um passado customizado e recente, advindo exatamente dentre os entrevistados com a mais baixa situação de consumo. “O passado não podia apenas ser modificado, podia ser mudado continuamente. [...] Eram óbvias as vantagens imediatas da falsificação do passado, mas os motivos finais eram misteriosos” (ORWELL, 1975, p. 78).

Os números são apresentados num volume caudaloso: seja entre os que detêm maior ou menor poder de compra; tenham maior ou menor grau de escolaridade; sejam jovens ou mais velhos, a aprovação de Serra “é” geral. No encerramento do texto a *interpretação* para tal *fenômeno*: Serra agira como deveria agir um verdadeiro líder. Fora capaz de “enfrentar crises com o meio acadêmico” e mover-se com brandura ao se ver cercado por “ameaças de greve e manifestações”. Frente a isso “fez gestos de aproximação”, promoveu reajustes na área de segurança, adiantou o bônus na educação, permitiu a antecipação do décimo-terceiro salário e aumentou o aporte de recursos ao tesouro estadual. O jornal agiu doutrinariamente como partido: propiciou discurso em que apresenta Serra como líder bem-amado pelo seu povo, capaz de levá-lo a superar problemas conjunturais de envergadura e a lançar-se a novas empreitadas. A *FOLHA* seria o “partido” a dar sustentação a um outro partido, o PSDB, que teria sido assimilado pelas camadas populares, passando elas a funcionar como sua massa.

A massa é simplesmente de “manobra” e é “conquistada” com pregações morais, estímulos sentimentais, mitos messiânicos de expectativa de idades fabulosas, nas quais todas as contradições e misérias do presente serão automaticamente resolvidas e sanadas (GRAMSCI, 1988, p. 24).

Frente ao fato de tamanha *aceitação*, ante um governador que superara crises, estivera frente a desastre monumental e conseguira recursos para ampliar a ação administrativa do Estado, obviamente verifica-se uma situação consensual

pluriclassista. Por decorrência, não haveria como contestar esse *consenso*, uma vez que o jornalismo

[...] raramente questiona um consenso. Entre 1945 e 1990, por exemplo, inúmeros incidentes provaram que a União Soviética não era a formidável fortaleza que se pretendia – mas a mídia calou-se: havia gente [...] a quem a Guerra Fria interessava (BERTRAND, 1999, p.126).

O consenso a respeito da gestão Serra era um construto informativo-opinativo oriundo do *Grupo Folha* a partir de sua própria pesquisa transformada em notícia. Isso atribuiu ao anúncio dos resultados da pesquisa o *status* de acontecimento e deu a esse construto condição fática. Por trás de tudo “havia gente” a quem interessava o silêncio sobre aspectos negativos da gestão do governo paulista.

#### **4.6 Laudo aponta falhas na construção**

O noticiário tornou-se rarefeito. Passada a comoção ocupava segundo plano. A publicação de matérias limitou-se ao registro de declarações de autoridades, sem qualquer questionamento, informacional ou editorial. O jornal adequou-se à relação mecânica de obtenção de dados junto às fontes credenciadas. Com isso estabeleceu processo em que “as relações humanas historicamente determinadas aparecem como pura objetividade, como se constituíssem uma realidade exterior aos sujeitos, isto é, reificadas” (GENRO FILHO, 1987, p. 15). Essa reificação de alguma maneira era repassada ao leitorado tornando-se *normal* a circulação de informações inconcludentes, especialmente porque as fontes autorizadas muitas vezes entravam em conflito na busca de isentar-se de culpabilidade. Isso foi registrado com a notícia “Técnicos do Metrô atacam laudo do IPT sobre cratera” (11/07/08). Especialistas do Metrô anunciavam relatório no qual desqualificavam as conclusões daquele em documento produzido ao custo de R\$ 6,55 milhões, pagos pelo Metrô.

As conclusões atribuíam ao Metrô fiscalização deficiente das obras. Um dia antes a *FOLHA* registrara que os responsáveis pelo acidente poderiam deixar de cumprir pena de prisão. As mortes não haviam resultado de intenção de matar,

podendo a pena ser substituída por punição privativa de direitos (FOLHA DE S. PAULO, 2008g). Também em julho, o Consórcio Via Amarela insistia em atribuir à natureza a culpa. “Consórcio culpa geologia do terreno por acidente que matou 7 em obra do Metrô de SP” (18/07/08) (FOLHA DE S. PAULO, 2008h).

O jornal havia estabelecido uma espécie de contencioso declaratório, ora ouvindo um lado, ora ouvindo o outro. Assim, o Consórcio voltaria a se pronunciar pela *FOLHA* com o texto “Consórcio contesta IPT e diz que cratera no metrô foi fatalidade” (19/07/08) (RODRIGUES, 2008b). Afinal veio a público a notícia: “Laudo do IC descarta fatalidade como causa de cratera” (26/08/08), quando o Instituto de Criminalística, órgão da Polícia Civil de São Paulo, se manifestava de forma conclusiva.

O IC (Instituto de Criminalística) de São Paulo concluiu seu laudo sobre a abertura do buraco do metrô de Pinheiros e descartou que a tragédia tenha sido resultado de uma fatalidade, como os pareceres do Consórcio Via Amarela indicam. O laudo do órgão da Polícia Técnico-Científica tem 193 páginas, 400 fotos e mil documentos anexados. Conforme a Folha apurou, aponta cinco “causas preponderantes” e um leque de “fatores contribuintes” para a cratera. Não traz, assim, um motivo único para levar ao acidente que deixou sete mortos em janeiro de 2007.

Na lista das causas estão a seqüência de explosões para a abertura do túnel no solo de “rocha podre” - mesmo depois do rebaixamento do terreno.

*O IC também considerou que, se as construtoras tivessem reforçado as paredes do túnel após os sinais de instabilidade, a cratera poderia ter sido evitada. O consórcio não concluiu a instalação de tirantes (estruturas de sustentação).*

*Peritos do IC que trabalharam na investigação relataram à Folha duas situações que resvalam em decisões do governo estadual - embora não as tenham incluído como causas.*

*Uma delas é a escolha do modelo de contrato, conhecido como “turn key” (chave na mão, numa tradução livre), que delega mais autonomia às empreiteiras. A outra, a profundidade da escavação. Para os peritos, se fosse 20 metros mais baixa, a característica do solo seria melhor e os riscos, menores.*

Mesmo diante do terreno ruim, ressalvaram, há tecnologia suficiente para escavação no tipo de solo encontrado.

Os fatores citados pelo IC são semelhantes às conclusões do relatório do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas). Contratado pelo Metrô e divulgado em junho, ele não fez críticas diretas ao tipo de contrato, mas citou problemas na fiscalização da obra, a cargo da companhia, e na qualidade do material.

O promotor Arnaldo Hossepian disse que não recebeu cópia do novo laudo, mas, a partir de conversa com peritos do IC, afirmou estar satisfeito porque as conclusões da polícia e do IPT devem coincidir em 80%%. Via Amarela e Metrô disseram desconhecer os resultados

do IC e não se manifestaram (TOMAZ; IZIDORO e PAGNAN, 2008, grifos nossos).

O laudo traduzia a culpabilidade do Consórcio, omitia a responsabilidade do governo de São Paulo em não fiscalizar devidamente a obra, registrava falha na construção e apontava uma “causa administrativa”, o contrato *turn key*. Quanto a esse aspecto, os peritos, mesmo fazendo a sua omissão, o haviam definido como também fator potente para o desastre. Este dado, a responsabilidade do governo de São Paulo e a ocultação disso pelos técnicos não ganhou saliência ao ser editado, preferindo-se negar tão-somente a “fatalidade”. O saber narrativo do jornalista ensina que títulos devem evitar o “não”, optando-se por frase positiva. Dizer diretamente o que aconteceu, não o que não aconteceu. Se não fora “fatalidade” o responsável deveria ter sido mencionado.

Levado em consideração como dado de relevo, o procedimento de escolha do contrato *turn key* deveria ser questionado, já que permitira ao Consórcio completa liberdade de ação, o que redundou em trabalho de engenharia deficiente, levando, por sua vez, à ocorrência do desastre. A decisão pelo contrato *turn key* fora eminentemente política, interessava a todos os atores envolvidos e isso o jornal não contestou. Não houve aprofundamento investigativo a partir das declarações dos peritos do Instituto de Criminalística. Pelo referencial dos valores/notícia assuntos ou temas que envolvam atores socialmente privilegiados devem ganhar destaque, tomando-se aqueles como referentes. Quanto a isso, tudo levava à culpabilidade social e jornalística desses atores, governo e Consórcio, uma vez que ali estavam envolvidas pessoas preeminentes, um vultoso investimento público e um monumental desastre. Mas a *FOLHA* relegou essa informação a plano secundário. Essa relegação encobria o fato de que houvera aparelhamento do Estado a fim de atender aos interesses do capital.

Quando surgiam os primeiros questionamentos quanto a culpabilidades, o geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos alertara quanto à forma como as causas do ocorrido eram encaradas. A partir do título “Acidentes: é um erro perigoso culpar a natureza”, ainda em 30 de março de 2008, alertava:

Quando do acidente da estação Pinheiros da linha 4 do metrô paulista, divulguei artigo dentro dessa mesma temática. [...] sinto-me obrigado a voltar ao tema. E, da mesma maneira, não me move a

intenção de acusar ou julgar nenhuma das partes envolvidas, ou sequer contrapor-me a qualquer opinião publicada sobre as causas do acidente.

Move-me apenas a intenção de esclarecer o papel e resguardar a imagem da geologia e da engenharia brasileiras, como também colaborar para que esse, como os demais acidentes, ao menos cumpram sua intrínseca função histórica de proporcionar o avanço dos conhecimentos técnicos e gerenciais relacionados a empreendimentos de engenharia. O que ocorre de êxito ou fracasso em uma obra de engenharia está intimamente associado à ação humana. Não é correto que se debite comodamente a fatores da natureza ou a deuses e demônios responsabilidades que são intrinsecamente humanas. Esse cacoete de se lançar a responsabilidade por um problema mais sério a imprevistos geológicos ou pluviométricos é, em sua essência, desprestigiado com os profissionais da engenharia brasileira.

Frente à insistente repetição dessas fáceis e comuns explicações, questiona naturalmente a sociedade: "Mas, afinal, para que servem então engenheiros, geólogos e arquitetos, se uma obra é assim tão vulnerável a esses tais imprevistos geológicos ou pluviométricos? Onde raios eles estavam que não perceberam isso?". Mais, satisfazer-se em culpar a natureza e não identificar as verdadeiras causas de um acidente constitui um ato conivente com a real possibilidade de ocorrência de novos acidentes similares.

[...]

Na engenharia, há uma regra inexorável: se houve acidente, houve uma falha. Essa falha pode ser de diversas ordens: erros nas investigações e informações técnicas (dados de entrada) para o projeto, erros de projeto, erros no plano de obra, falhas nos processos construtivos, deficiência em materiais empregados... A redução da margem de ocorrência de erros é uma meta que a boa engenharia persegue com obstinação dentro de uma verdadeira cultura e procedimentos de segurança.

[...]

Por certo, a eventual contaminação e comprometimento de um ambiente de obra por um clima de trabalho antagônico ao prevailecimento da cultura da segurança e da boa técnica, como ocorre nas frentes de obra que buscam compulsivamente a aceleração de prazos de entrega e/ou a redução de custos, promove temerariamente a possibilidade de ocorrência de falhas ou descuidos.

É interessante investigar também as conseqüências técnicas de um eventual excesso de terceirizações dos mais variados tipos de serviço de engenharia [...] (SANTOS, A. R., 2008).

Rodrigues trazia para o terreno da racionalidade a questão das responsabilidades pelo ocorrido. Estava em questão, com as palavras do geólogo, o aspecto verdade informativa<sup>39</sup> uma vez que tanto governo quanto iniciativa privada não anunciavam constatações quanto ao motivo do desastre. Mas permitiam que se

<sup>39</sup> Verdade em seu sentido de exatidão jornalística ou desvelamento do que esteja oculto, tornando-se explícito enquanto situação fática.

construísse realidade que lhes interessava: retirar do governo e do empresariado a culpabilidade.

Se informar é dar uma informação, é evidente que essa informação deve ser exacta. Caso contrário, a informação não o é. É logro, engano mentira. E como tal não pode servir a nenhum projeto de justiça. Se informar é pôr em forma, torna-se essencial que esse pôr em forma não seja uma traição do conteúdo. Senão, a informação é manipulação da mensagem e do espírito que a recebe (CORNU, 1994, p. 75).

Apesar de o Instituto de Criminalística haver apresentado laudo tido como conclusivo, o jornal voltou a tocar no assunto com a notícia “Um ano após acidente em obra do metrô, causas ainda são desconhecidas” (12/01/08). O texto acrescentava que a principal hipótese dos promotores Arnaldo Hossepian, da área criminal, e Carlos Amin Filho, da Promotoria de Habitação e Urbanismo, era de omissão investigativa, além de que não houvera plano de contingenciamento de riscos para o entorno nem um eficiente sistema de evacuação do canteiro de obras (FOLHA DE S. PAULO, 2008i).

A *FOLHA* buscou preservar no plano jornalístico a imagem do governador José Serra. Mobilizou todos os seus esforços de maneira a construir situação favorável ao governo paulista. Para tal empreendimento foi necessário que, mesmo trabalhando a partir de perspectiva de jornalismo de mercado, o fizesse também e especialmente enquanto ator integrante da sociedade civil e praticamente de jornalismo integral conservador.

Aparelhos privados de hegemonia com atuação social massiva como a TV, o rádio e o jornal, não atuam sobre o mercado enquanto mercado. Não é esta, pelo menos não completamente, a intenção. Esta é uma realidade só aparente, mesmo que aqueles que a pratiquem digam nela acreditar. O mercado, para o jornalismo integral conservador, é o anteparo histórico para a configuração ideológica da sociedade em objeto-massa. É também a desqualificação da consciência do sujeito em favor do *marketing*, seu desmembramento em consumidor, sua adjudicação à ideologia dominante.

Como motivo, há toda uma série de interesses ligados ao capitalismo neoliberal e ao aparelhamento do Estado aos seus fins. Estado estrategicamente apresentado como ente afastado do pleno social e a ele adverso, quando, ao

contrário, é permeado por influentes representantes dos poderosos aparelhos privados da elite – advindos da sociedade civil em sua face burguesa. Por isso, o noticiário esvaziado de denúncias quanto à incúria da administração José Serra frente às obras do metrô e o distanciado do jornalismo investigativo.

Avançando neste sentido, estaria desvelada a apropriação do Estado, muito bem expressa pelo contrato *turn key*. O Estado *patrão*, acima e além do social se evanesceria. E seriam vistos os atores privados agindo com desenvoltura na manipulação da coisa pública. Seriam descobertas as pessoas-Estado. Assim, era preciso, como grande política, retirar da instância reificada mercado sua potencial condição de também sociedade civil, mantendo-se os sujeitos na condição de apenas consumidores.

Consumidores de produção ideologizada e politizada, cujo fim é trabalhar consciências. Se o jornal, mesmo colocado como mercadoria, busca *aperfeiçoar* consciências a partir de um hábito de leitura, então estamos falando de algo mais que mercado. Estamos falando de sociedade civil degradada e instrumental a determinados interesses. Sob a face pardacenta de “mercado” recebe sempre os mesmos enquadramentos, os mesmos pontos-de-vista, em detrimento dos que foram ocultos. Isso desinforma, ao mesmo tempo em que forma a realidade factícia, facciosa e imperante em suas páginas.

O mercado é o leitor politicamente desinformado, por mais escolarizado que seja. Se alguém compra o jornal pelo jornal, como um hábito, como defende a *FOLHA*, o hábito deverá “assegurar a adesão de quem lê e que depois essa adesão se torne dispensável porque ela será nada além de um hábito”, como registramos. Desta forma, abdicando inconscientemente à sua condição de sujeito, o leitor, enquanto partícula habituada será plenamente parte do mercado. Ocorre então uma situação inusitada: o leitor-mercado, ao habituar-se ao produto, passa a ser coletivo plásmico para uso da empresa com a vitória da divulgação ideológica. Descaracterizar a sociedade civil pela desinformação e manipulação, transformando-a em mercado, esse o grande papel do jornal aparelho privado de hegemonia.

O valor de utilização ideológica do mercado pelas classes dominantes pode ser encontrado na pretendida adesão irrestrita à leitura do jornal. Para a visão conservadora, a necessidade de transformar a sociedade em mercado volta-se para fazer dela apenas isso: coletivo comprador de determinado produto. Para a obtenção de sucesso no empreendimento é preciso dar a impressão de que o jornal



atua a favor do público, ao aparentemente empalmar suas expectativas, perplexidades e críticas.

Pratica-se, porém, uma inversão: o jornal coloca-se como a serviço do mercado, mas, como o mercado é reificação, artifício de *marketing*, está unicamente a serviço dos seus próprios fins, atraindo o *target* a seu conteúdo, às intenções e propósitos ideológicos e empresariais. A despolitização do mercado, colocado como instância apenas de disputa pela hegemonia empresarial-concorrencial, encerra aí o seu dado de também sociedade civil. Serve como espaço de disputa de poder simbólico/ideológico sobre o leitorado, mas isso não é dito. Disputa-se o mercado consumidor, mas, acima de tudo, disputa-se a cooptação da consciência coletiva que “compra ideologia” como se estivesse adquirindo informação.

Está visto que o produto jornalístico é essencialmente político e ideológico. E por mais que o *Grupo Folha* se afirme fabricante de um jornalismo de mercado não pode – e sabe que não se pode –, excluir desse tipo de produto sua condição de portador de carga simbólica ideologizada. Trabalhar consenso nesse segmento é grande política. Portanto, dominar o mercado jornalístico significa buscar o exercício de consenso, conseqüentemente, poder de condução moral e intelectual do leitorado, provendo, ao mesmo tempo, o bloco histórico dominante de condições midiáticas para dar andamento à hegemonização.

Toda a cobertura do acidente do Metrô seguiu a premissa típica dos aparelhos privados de hegemonia burgueses quando defendem os seus corifeus. Elidiu-se a culpabilidade do governo Serra, ao mesmo tempo em que se buscava erguê-lo à condição de líder dotado de notável aceitação popular. Mas a proposta final não se esgota no apoio a José Serra enquanto ator do momento histórico. O objetivo é manter indefinidamente o domínio do bloco histórico por ele representado e impedir surgimento de contra-hegemonia. Por isso, a ação jornalística, a fim de preservar sua imagem e de seu governo. O respaldo ao governo paulista é tático. O objetivo longínquo é estratégico e se volta para a manutenção de classe dominante.

## 5 ACIDENTE DA TAM: FOLHA RECRUDESCE GUERRA DE POSIÇÃO

Antes de tratarmos do assunto deste capítulo, acidente envolvendo avião da *Transportes Aéreos Meridional - TAM* que permitiu ao jornal emitir comportamento editorial extremamente agressivo, faremos considerações à atuação da *FOLHA* em relação ao Partido dos Trabalhadores e a seu líder histórico e fundador, Luis Inácio Lula da Silva. Trata-se de oposição sistemática, chegando à hostilidade. Dois episódios são representativos: o primeiro, relativo a artigo assinado pelo jornalista Otavio Frias Filho demarcando posição anti-Lula; o segundo também provocado pelo mesmo jornalista quando questionou a competência intelectual daquele para assumir a presidência da república.

O artigo data de 30 de maio de 2002, quando transcorria o período de disputa eleitoral à presidência. Lula tinha como principal oponente José Serra (PSDB). Como visto nas declarações de *ex-ombudsmen*, o jornal mantém alinhamento como o *tucanato* desde a primeira disputa de Fernando Henrique Cardoso à presidência, o mesmo se dando em relação Serra. A respeito do enfrentamento Lula/Serra o diretor-editorial Otavio Frias Filho publicou naquele dia o seguinte artigo, sob o título "Lula lá":

Três em cada quatro analistas políticos consideram que, apesar das dificuldades para "decolar", o candidato do governo ainda é o favorito para a sucessão presidencial. Mesmo assim, não custa pensar no que pode ocorrer se o persistente candidato do PT, até há pouco considerado "azarão" que qualquer adversário esfolaria no segundo turno, acabar vencendo.

Antecipar o futuro é sempre tarefa ingrata, ainda mais em campanha tão imprevisível como esta. Mas a perspectiva de uma eventual vitória de Lula, como é sabido, já produz resultados hoje, na forma de ansiedade financeira que talvez assuma contornos de histeria no segundo semestre. Existem fundamentos para tal ansiedade?

Dois movimentos históricos vêm convertendo o PT em partido moderado de centro-esquerda, apesar da franja radical. O primeiro é o terremoto internacional que há mais de uma década derrubou o socialismo, tornou obsoletos os programas da esquerda e fez a política convergir para um mesmo receituário liberal-tecnocrático no mundo inteiro.

Na tentativa de reencontrar o "eixo", a esquerda flerta com a desordem ideológica dos dissidentes da globalização, uma frente de descontentamentos que não consegue traduzir-se num programa. Na prática, porém, o que a esquerda tem feito onde ainda conseguiu

chegar ao poder é manter, em meio à retórica de "mudança", as linhas gerais da política liberal.

O outro movimento é de caráter doméstico e geracional. Os principais dirigentes do PT estão próximos da casa dos 60 anos. Amargaram muitas vezes o exílio, a clandestinidade, a prisão. Não pretendem permanecer na oposição para sempre. Agora que o tempo corre em seu encalço, e já que "o mundo mudou", estão inclinados a quase qualquer concessão.

O PT existe há mais de 20 anos; a rigor, é o mais antigo dos partidos brasileiros. Aprendeu a superar o círculo vicioso que era seu principal problema e expressava talvez sua maior virtude. Em resumo: eleito, o governante petista percebe que seu programa é impraticável, afasta-se dele e, em decorrência disso, tem sua administração paralisada pela militância. A militância foi enquadrada. Caso Lula se eleja presidente, parte dela não tardará a promover um "racha", estabelecendo-se como PT "autêntico" na oposição. Essa perda será amplamente compensada, ao menos em termos numéricos, pela adesão entusiástica daquele que continua sendo o maior partido brasileiro, o Partido do Executivo Federal Tanto Faz o Presidente. A fonte de possível instabilidade não está onde analistas estrangeiros, por desinformação ou dolo, apontam. Haverá - já está havendo - uma engraçada pantomima em que o partido, amedrontado, tudo fará para agradar, sem saber ainda que a "burguesia", descrita como bicho-papão nos manuais, é um animal medroso que apóia (quase) todo governo. Maior problema será a onda de frustração que sobrevirá às expectativas de redenção social excitadas por uma vitória de Lula e que seu governo vai necessariamente burlar. E o acanhamento do personagem, formado na estreiteza do ambiente sindical e que nunca teve de tomar decisões de poder, nas quais não se agrada a uns sem desagradar a tantos outros (FRIAS FILHO, 2002).

O discurso é maniqueísta e se apóia em retórica reducionista das figuras históricas de Lula e José Serra – não nominado, mas identificado como sendo “o favorito”. O reducionismo foi a maneira encontrada para trabalhar a desconstrução da imagem do petista, tornando-o assimétrica à do adversário. Apontado como “acanhado” e “formado na estreiteza do movimento sindical” seria mero fator de pequena política, minúsculo agente de ações pontuais. Quanto a Serra, por implicação, seria o grande intelectual, economista com larga experiência na alta política: fora ministro do Planejamento (1995-1996) e ministro da Saúde (1998-2002) na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, além de ex-deputado, ex-senador e ex-prefeito de São Paulo. O articulista buscava estabelecer realidade que somente se sustinha em sua lógica bastante própria. Pelo raciocínio desenvolvido e pela legalização interna de seus pressupostos, o jornalista estaria sendo objetivo, pois, meramente, estabelecia a relação a partir do que cada candidato “claramente

era”. Sendo assim, por mais acerba que fosse a crítica a Lula estaria justificada por ser tão-somente constatação da essência do candidato.

Em processo metalingüístico, o artigo se apresentava como a voz da ponderação alertando quanto a candidato de limitada capacidade intelectual e política. O texto buscava alicerce racional ao chamar a seu favor o suposto fato de que “três em quatro articulistas” “estimavam” ser Serra o “favorito”, apesar das dificuldades de sua candidatura para “decolar”. Foi utilizado o alarmismo para “advertir” quanto aos “perigos” de uma admissível eleição de Lula: a simples perspectiva de eventual vitória daquele já instalava “ansiedade financeira” podendo evoluir para “histeria”. Ou seja: o capital, em situação de “perigo”, reagiria negativamente produzindo-se instabilidade no mercado. Fica sugerido que “seria melhor Lula não ser eleito”.

Quanto à referência à “franja radical”, o encaminhamento dos fatos não se processou conforme os passos desejados por Frias. Mesmo assim num aspecto o artigo logrou proximidade com o processo histórico: o governo Lula não conseguiu romper com a lógica passiva e transformista da política brasileira apesar das mudanças operadas no plano das políticas sociais. O fato de o PT haver chegado ao governo não refutou a presença e permanência da hegemonia burguesa “dentro” do Estado e foram assegurados espaços aos representantes das elites no governo.

Isso já era sinalizado pela aliança do PT com o conservador PL. Mantinha-se o quadro: o Estado, em seu sentido ampliado, inclui as elites e os dominados. Mitiga, porém, a presença desenvolvida de setores de origem de esquerda, impedindo participação mais profunda. A esquerda pode ganhar as eleições, ser governo e não construir uma nova hegemonia. É possível ser governo e não ser hegemônico, no sentido gramsciano pleno de construir um novo bloco histórico e uma nova civilização a partir da vigência de um modo de produção não-capitalista ou de caráter socialista. O governo petista, nas palavras de Werneck Vianna, se dá num Estado de compromisso, aliança entre forças política e socialmente heterogêneas e mesmo antagônicas. Em função disso, sob Lula o Estado/governo tornou-se espaço convivial de representantes das elites com forças populares funcionando ora como engaste entre tais forças, ora campo conflituoso onde se dá tal processo.

A composição pluriclassista do governo se traduz [...] em uma forma de Estado de compromisso, abrigando forças sociais contraditórias entre si – em boa parte estranhas ou independentes dos partidos políticos – cujas pretensões são arbitradas no seu interior, e decididas, em última instância, pelo chefe do poder executivo. Capitalistas do agronegócio, MST, empresários e sindicalistas, portadores de concepções e interesses opostos em disputas abertas na sociedade civil, encontram no Estado, onde todos se fazem representar, um outro lugar para a expressão do seu dissídio. Longe do caso clássico em que o Estado, diante da abdicação das classes dominantes, se erige em “patrão” delas para melhor realizar seus interesses, a forma particular desse Estado de compromisso se exprime na criação, no interior de suas agências, de um parlamento paralelo onde classes, frações de classes, segmentos sociais têm voz e oportunidade no processo de deliberação das políticas que diretamente os afetam. Nesse parlamento, delibera-se sobre políticas e se decide sobre sua execução. À falta de consenso, o presidente arbitra e decide.

[...]

A dupla representação – a política e a funcional –, operando ambas à base de movimentos de cooptação realizados pelo Executivo, não somente amplia a autonomia do governo quanto às partes heterogêneas que o compõem, ademais reforçada pela sua capacidade constitucional de legislar por meio de medidas provisórias, como cria condições para o seu insulamento político quanto à esfera pública. As múltiplas correias de transmissão entre Estado e sociedade funcionam em um único sentido: de cima para baixo. Nesse ambiente fechado à circulação da política, a sua prática se limita ao exercício solitário do vértice do presidencialismo de coalizão, o chefe do Estado (VIANNA, 2007).

Afirma ainda o autor:

Assim, o governo que, no seu cerne representa as forças expansivas no mercado, naturalmente avessas à primazia do público, em especial no que se refere à dimensão da economia – marca da tradição republicana brasileira –, adquire, com sua interpelação positiva do passado, uma certa autonomia quanto a elas, das quais não provém e não lhe asseguram escoras políticas e sociais confiáveis. Pois, para um governo originário da esquerda, a autonomia diante do núcleo duro das elites políticas e sociais que nele se acham presentes, respaldadas pelas poderosas agências da sociedade civil a elas vinculadas, somente pode existir se o Estado traz para si grupos sociais de interesse com outra orientação (VIANNA, 2007).

Ocorre no interior do governo uma guerra de posição, onde avanços e recuos, alianças e desfazimento destas são a tônica, cotidiano tanto para grande quanto para pequena política.

Assim, as disputas que recortam os "dois partidos" no interior do governo encontram plena correspondência nos movimentos sociais e na sociedade civil organizada, todos guardando, sempre que possível - no caso da CPMF não foi -, uma prudência calculada na vocalização de suas posições. A ilusão de imobilidade da cena política provém, portanto, do cálculo dos atores envolvidos na "guerra de posições", cujo teatro de operações tem sítio no interior do Estado e dos seus aparelhos de governo: uma eventual mobilização das forças sociais que lhes são afins comprometeria o delicado e frágil compromisso que os tem reunido, sem que ainda se possa antecipar qual lado sairia vencedor (VIANNA, 2008).

A figura presidencial estabeleceu-se como solvente de todas as correntes partidárias. Tornou o governo praça política em que a sociedade civil exerce seu papel conflituoso e a luta de classes se apresenta como de fácil reconhecimento, buscando-se, porém, evitar confronto que ameace o "frágil compromisso". O Estado de compromisso esmaeceu colorações ideológicas e propostas históricas do PT e assegurou a manutenção do fisiologismo dos conservadores. Estabeleceu-se um tipo de governo em que há "Lula e a base aliada", soluto partidário que lhe dá respaldo casuístico e inconfiável. Mesmo assim, circunstancialmente decisivo e assegurador de que ele conseguirá levar adiante propostas que perfilhem e recordem de alguma forma sua trajetória histórica. O fato de a figura presidencial estar distanciada da práxis petista programática contribuiu enfaticamente para a facilitação do trabalho oposicionista da *FOLHA*. Como não pode criticar ideologicamente o Governo, vez que não está em andamento projeto socialista, o *Grupo Folha* teve aberto caminho para os ataques a Lula, centrando, sem maiores dificuldades, ataques à sua pessoa icônica. O embate encobre propósito maior: por este meio, desarticular o PT como proposta partidária que, no tempo histórico, resguarda de alguma forma potencial contra-hegemônico. O enfrentamento a Lula é tático e pequena política; estiolar o PT em longo curso, estratégia e grande política. A justificativa do PT para a aliança com o PL dizia:

As resoluções do XII Encontro Nacional realizado em dezembro de 2001, em Recife, estabeleciam a possibilidade da ampliação do arco de alianças a partidos ou setores partidários de centro que tivessem realizado oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso. Com base nessas diretrizes, foi estabelecida coligação com o Partido Liberal (PL), que indicou o candidato a vice-presidente, o senador por Minas Gerais e empresário do setor têxtil José de Alencar. [...] A origem social dos candidatos a presidente e a vice expressava também a proposta de um "novo contrato social", ensaiado ao longo

da campanha nos debates de propostas com um amplo conjunto de organizações representativas dos mais diversos setores da sociedade brasileira. Como o próprio senador Alencar enfatizou repetidas vezes, esse processo se articula à luta em defesa da centralidade do trabalho e da produção, ameaçados pelo primado da economia virtual de base financeira (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003, p. 125-126).

Afirmar-se a centralidade do trabalho e da produção não implica afirmar a centralidade do sujeito trabalhador que implicitamente mantém-se em subsunção ao capital produtivo. O “novo pacto social” apenas restaura a assimetria, mesmo que em outros paralelos. Com isso, a *FOLHA* ficava desobrigada de combater o governo no plano das idéias, para se atirar sobre o governante, obtendo idêntico efeito de desgaste ideológico. Esse tipo de ação tem efeito sutil de propaganda voltada contra ator político.

Voltemo-nos agora para o segundo episódio, ideologicamente conexo ao primeiro. Ocorreu dia 19 de julho de 2002 quando Lula, como candidato a presidente da república, foi recebido em almoço na sede da empresa, atendendo a convite da Direção do jornal. Então, foi questionado pelo jornalista Frias Filho a respeito de suas qualificações intelectuais para assumir o cargo, acentuando também o fato de o PT estar em aliança com o conservador PL. Lula retirou-se da recepção, irritado com o modo como fora tratado. A *FOLHA* tentou manter o acontecimento sob reserva não fazendo qualquer menção ao fato em seu noticiário. Entretanto, a informação “vazou” e o acontecido foi noticiado dia 24 de julho pela revista *Época*:

O candidato do PT à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, interrompeu abruptamente um almoço na sede da "Folha de S. Paulo", na sexta-feira passada, depois de ter se sentido ofendido por perguntas feitas pelo jornalista Otávio Frias Filho, diretor de Redação do jornal. Lula ficou irritado com perguntas sobre o seu preparo intelectual para governar o país e a respeito da aliança do PT com o PL. O petista se levantou da mesa e foi embora. A assessoria do petista disse que ele se sentiu desrespeitado. Otávio Frias Filho confirmou o episódio (OLIVEIRA, 2002a).

Frias Filho declarou, segundo a mesma publicação:

- Como o assunto vazou, a “Folha” analisa a possibilidade de tratar da questão no jornal. Afinal, foram publicadas algumas versões inverídicas. Na verdade, nada perguntei a Lula sobre as propinas de Santo André para o financiamento de campanhas do PT, como uma

coluna chegou a divulgar — disse. Segundo o diretor do jornal, durante o almoço ele perguntou a Lula como vinha se preparando intelectualmente nos últimos 20 anos para governar o país.

- Até lembrei que o ex-presidente americano Abraham Lincoln também foi um autodidata e que isso funcionou com ele. Na primeira vez em que fiz a pergunta, Lula disse que não iria responder, porque achava a pergunta preconceituosa. Achei estranho ele não responder, porque, afinal, eu queria saber como o candidato que pode vir a governar 170 milhões de brasileiros está se preparando, o que vem estudando nos últimos 20 anos — disse Otávio Frias Filho. Lula ficou irritado. O almoço transcorreu, segundo Otávio, e no fim, antes que o café fosse servido, Otávio voltou à carga: - Perguntei a Lula sobre a aliança do PT com o PL. Disse que era normal o PT se aliar a partidos de centro e mais à esquerda, mas achava estranho o PT optar por uma aliança à direita, já que em São Paulo, por exemplo, o PL está a serviço do malufismo. Quando fui mais incisivo, Lula se levantou e abandonou a mesa de almoço (OLIVEIRA, 2008).

Dia 25 de julho a *FOLHA* publicou sua versão. Afirmava que Frias Filho tinha agido com “veemência” em sua interpelação, entendendo-a como “legítima”. “Como jornalista”, tinha de manter “postura crítica” perante todos os candidatos. E acrescentava: “A reação foi inusitada e desproporcional. Parece que ele não está acostumado a ser questionado e se descontrola quando isso acontece” (OLIVEIRA, 2002b). O artigo desmerecedor do petista e a forma como foi tratado são indicativos da histórica presença oposicionista do jornal, em se tratando do PT. Busca-se validação de estereótipo voltado para a desqualificação de ator político icônico ou coletivo. Esse trabalho, de construção/desconstrução de imagens públicas, é tido como rotineiro na grande imprensa brasileira:

Uma das principais características do jornalismo no Brasil, hoje, praticado pela maioria da grande imprensa, é a manipulação da informação. O principal efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. [...] Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real (ABRAMO, 2003, p. 23).

Os dois fatos mencionados servem como referente à forma como a *FOLHA* trata atores políticos aos quais seja alinhada ou opositiva. Com relação a Serra agiu de forma branda quando do acidente do Metrô; quanto a Lula, instrumentalizando noticiário, artigos e editoriais a fim de desfigurá-lo politicamente, como veremos.



## 5.1 O acidente da TAM

O acidente envolvendo aeronave da *Transportes Aéreos Meridional-TAM* ocorreu dia 17 de julho de 2007 no aeroporto de Congonhas, São Paulo, e serviu de marco para o início de ação jornalística enfática contra o governo Lula, como propusera, dia 26 de março daquele ano, em entrevista à *FOLHA*, o candidato derrotado à presidência no ano anterior, Geraldo Alckmin (PSDB). Então, dissera que a oposição “não deveria dar trégua ao governo Lula”. Na mesma matéria, recusava qualquer diálogo com o governante quando este propunha trégua de dois anos a fim de dialogar com os opositores. Dizia que o PT, quando oposição, atuara de forma “raivosa” e afirmava: “Quem ganha governa; quem perde, fiscaliza, propõe alternativas, cobra. Ele quer o quê? Um partido único por dois anos? É, de novo, o perfil autoritário do governo” (BOMBIG, 2007).

O acidente funcionou, como quisera Alckmin, para que não se desse trégua ao governo. O avião transportava, no vôo 3057, 176 pessoas entre passageiros e tripulantes. Antes de explodir colidiu contra prédio da TAM nas imediações do aeroporto, matando também funcionários que ali trabalhavam (FOLHA DE S. PAULO, 2007g). A politização do acidente teve início com a notícia “Serra afirma que acidente da TAM foi tragédia anunciada” (18/07/07).

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), esteve à noite no aeroporto de Congonhas após o acidente com o avião da TAM e afirmou que “todos têm muito o que lamentar, o que chorar”, e que a cidade “está de luto”. Apesar de afirmar que ainda era cedo para falar em causas, o governador disse que, para ele, o acidente foi uma tragédia anunciada. Segundo o governador, as últimas palavras que o piloto do Airbus disse, ouvidas pela torre de controle, foram: “Vira, vira”.

[...]

Questionado se o acidente foi uma tragédia anunciada, afirmou: “Ouvi dizer que muita gente achava isso. Inclusive eu. Mas tem que investigar com serenidade. E trabalhar para que isso não aconteça de novo”.

O governador também falou sobre os problemas dos aeroportos no Estado. “A questão aeroportuária tem que passar por um reexame. Essa não é uma responsabilidade nossa. É Federal. Mas, como governo, nós vamos dar nossa opinião” (FOLHA DE S. PAULO, 2007t).

Em vez de buscar ouvir representantes do governo federal, como fora feito com relação ao governo de São Paulo frente ao Metrô, partiu-se para registrar declaração de adversário. A partir daí estabelecia-se contencioso. A argumentação insinua culpa direta do governo federal ante “tragédia anunciada”. A opinião partia de autoridade formal, supostamente dotada de capacidade analítica mesmo não sendo especialista no assunto aeronáutica. O jornalismo trabalha sempre, em seu processo de apuração (saber de procedimento), a partir do referente “autoridade” entendido em sentido largo. Isso significa dizer que abrange o termo seja no sentido jurídico, seja como pessoa dotada de notável saber sobre um ou vários assuntos ou até mesmo aquele indivíduo que, por circunstâncias fortuitas, tornou-se detentor de informações de ocasião a respeito de acontecimento que presenciou. No caso, a figura do Governador revestia-se da condição de autoridade política e intelectual. Portanto, passível de ser incluída como fonte *autorizada* a emitir opinião.

Como ator interessado, Serra voltou-se para dar ao fato feição política, especialmente quando o jornalista o “indagou” quanto ao ocorrido na convicção de que obteria a resposta sugerida pela pergunta: que o acidente fora “uma tragédia anunciada”. De há muito prevista, passível de acontecer, mas a respeito da qual nada se fizera. Portanto, resultante de inação recriminável do governo federal.

O jornal mobilizou seu potencial opinativo visando criar clima de repúdio. A colunista Eliane Catanhêde, na mesma edição, falava num “empurra-empurra” do governo para livrar-se de responsabilizações frente a fato que chocara todo o País (CATANHÊDE, 2007). No mesmo dia, Igor Gielow, secretário de Redação na sucursal de Brasília, afirmava no artigo “O pesadelo da aviação não acaba”, que houvera uma “inominável matança ontem em Congonhas” (GIELOW, 2007). Ao contrário de como procedera quando do acidente com o Metrô, recomendando prudência na apuração dos fatos, o jornal permitiu-se a publicação, dia 19 de julho, de artigo sob o título “O que aconteceu não foi acidente, foi crime”, assinado pelo psicanalista Francisco Daudt.

Gostaria imensamente de ter minha dor amenizada por uma manchete que estampasse, em letras garrafais, "GOVERNO ASSASSINA MAIS DE 200 PESSOAS". O assassino não é só aquele que enfia a faca, mas o que, sabendo que o crime vai ocorrer, nada faz para impedi-lo. O que ocorreu não pode ser chamado de acidente, vamos dar o nome certo: crime.

Remeto-me ao livro de García Marquez, "Crônica de uma morte anunciada". Todos sabiam e ninguém fez nada. [...] Refiro-me às autoridades (in)competentes, inapetentes de trabalho gestor. Refiro-me ao presidente Lula, que, há quantos meses, ó Senhor, disse em uma de suas bazófias incoseqüentes que queria "data e hora para o apagão aéreo acabar", como se não dispusesse da devida autoridade para tal.

[...]

Qual de nós escapou do medo de voar desde o desastre da Gol HÁ NOVE MESES? Qual de nós assistiu confortável o jogo de empurra, "a culpa é dos controladores; "não, é do ministério da defesa; "a mídia também exagera tudo; "é do lobby das empreiteiras que só querem fazer obras inúteis e superfaturadas nos aeroportos". Qual de nós deixou de ficar perplexo com a falta de ação efetiva para que o problema se resolvesse?

Perdão, acho que a tal falta de ação geral de governo é de tamanho tão extenso e dura tanto tempo que muitos de nós a ela nos acostumamos. [...] Sei que falo por uma enorme quantidade de brasileiros trabalhadores que sustentam essa máquina de (des)governo, muitos mais que os 90 mil do Maracanã, para expressar o nojo e a raiva que esse acúmulo de barbaridades nos provoca. O governo sairá da inação, da omissão criminosa? Alguém será preso, punido por todas essas coisas? Infelizmente, duvido. Talvez condenem a mim, por ter deixado o coração explodir. Pagarei o preço alegremente, lembrando Graciliano Ramos, que, visitado no cárcere, travou com o amigo o seguinte diálogo:

- Puxa, Graça, você, aí dentro, de novo?

- E você, o que faz aí fora? Nestes tempos, lugar de homem honesto é na cadeia (DAUDT, 2007).

As palavras do articulista equivalem a editorial de pasquim. Sem que se tivesse qualquer explicação técnica plausível quanto ao fato, o governo, vale dizer o presidente da República, era inculpado. O texto passava visão catastrofista, como se o país estivesse à beira do caos. O discurso é eminentemente político e a *FOLHA* colocava-se como ator paritário aos oposicionistas, como proposto por Alckmin. Afirmava em notícia: "Presidente não telefonou para Serra ou Kassab" (19/07/07).

Vinte e quatro horas depois do maior acidente aéreo do país, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não tinha telefonado para o governador de São Paulo, José Serra (PSDB). Até a tarde, também não tinha conversado com o prefeito Gilberto Kassab (DEM). "Estou falando com o comando da Aeronáutica e da Infraero", disse Kassab. O gesto alimentou, no Palácio dos Bandeirantes, a desconfiança de que Lula pretende debitar na conta do tucanato um problema que é de responsabilidade federal: o sistema aéreo. "O governo federal está tirando o corpo fora, fazendo de conta que não é com eles. Não nos telefonou, não nos ofereceu qualquer apoio", queixou-se o vice-governador, Alberto Goldman (PSDB), após reunião no governo.

No contra-ataque, Serra repetiu que "o governo do Estado e a Prefeitura estão cumprindo suas funções" e lembrou que o sistema aéreo é federal.

Após visita a Serra, o deputado Wanderlei Macris (PSDB) disse que "Lula não pode fugir a sua responsabilidade". [...] (FOLHA DE S. PAULO, 2007h).

O *ombudsman* Marcelo Beraba contraditou a forma como a matéria fora redigida (22/07/07), com a nota:

### **Cadê Lula? Desequilíbrio**

A reportagem "Presidente não telefonou para Serra e Kassab" (pág. C17) deveria ter ouvido pelo menos tentado - o Palácio do Planalto. Ela só traz versões dos governantes do Estado de São Paulo e de sua capital. Por outro lado, o jornal não esclarece por que o presidente sumiu - e não telefonou para o governador e o prefeito. Por causa de um terçol? É isso mesmo? Ou teme ter a imagem associada ao caos aéreo e à tragédia de Congonhas? Por que o ministro Waldir Pires não deu entrevista ontem? O que está por trás do silêncio? Falta apurar bastidores (BERABA, 2007c).

A omissão presidencial instilou desenvoltura a discurso típico de pequena política. Mas, se Lula se omitia, o mesmo fazia o jornal como dissera Beraba. De forma premunitiva Kassab e Serra "contra-atacavam", antes mesmo que surgissem suposições ligando-os de alguma maneira ao fato. A notícia "Em meio à crise, Lula se recolhe em Brasília" (19/07/07) colocava-o como efetivamente em busca desvincular-se da "tragédia anunciada" (SANDER e LEITE, 2007c). A observação desse volume opinativo-noticioso aponta para um aspecto a ser relevado: a ênfase em pretensa responsabilidade pessoal, transformando o acidente em "matança", em "crime", tudo entrando em conexão com a presidência.

Torna-se explícita a ação jornalística em termos de guerra de posição. Recrudescia o enfrentamento com o governo; mais que isso, contra o ator político Lula em momento de comoção nacional. A situação ganhava conotações especialíssimas para a ocupação de espaços e isso foi percebido quando da omissão presidencial frente ao acontecimento. O noticiário não era em si "noticiário", mas discurso de partido, ação de propaganda voltada para desestabilização de adversário. Toda essa produção emergia sob o argumento de objetividade informativa em aliança com a opinião racionalizada de intelectual orgânico coletivo.

Para chegar à abordagem do assunto, opiniões e reportagens louvavam-se em questão essencial aos valores/notícia: a falha.

A ocorrência de falha indicia incapacidade, insuficiência de função ou de atitude em alguém ou algo. Tal quadro, com suas conseqüências sociais indesejáveis, atraem o olhar jornalístico permitindo que sobre a falha se construa o noticiário (RODRIGUES, 1999). Havendo falha, cabia “encontrar o culpado”; e o jornal foi descobri-lo exatamente na pessoa do ator político Lula.

A construção midiática era fortalecida também em função de que, ao emergir perante o leitorado o noticiário assume por isso mesmo a condição de fato. O noticiário é “também acontecimento” e isso o faz ter condição e força de ser utilizado nesse sentido. Havia no espaço social mais que a narrativa do acidente: havia o acontecimento de o jornal ser portador de realidade sígnica politizada. Esta fora tornada fato novo, valorado e transformado em fato primário a partir de sua condição de fato de jornal. O fato não era exatamente o acidente. Era o fato-*FOLHA* e os seus enquadramentos.

É o próprio discurso do acontecimento que emerge como acontecimento notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal, assegurando assim a identificação e a notoriedade, no mundo, das pessoas, das coisas, das instituições. [...] O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o facto de ele próprio ser dispositivo de notabilidade, verdadeiro *deus ex machina*, mundo da experiência autónoma das restantes experiências do mundo (RODRIGUES, 1999, p. 28).

Os artigos “O lema do Brasil”, (ROSSI, 2007), e “Além do desastre”, (CONY, 2007), (19/07/07), mantinham a linha acusatória: o primeiro apontava Lula como “hipócrita” e “mentiroso”, enquanto o segundo acusava a ocorrência “criminosa” do acidente. Trata-se notoriamente de embate político. O processo justificava-se a partir de dois valores caros à democracia formal e à prática do jornalismo liberal: a objetividade e o direito à opinião. A argumentação trazia em seu subtexto sua própria validação e ocultava-se o viés do confronto ideológico: estava-se unicamente exercitando o “jornalismo objetivo e a liberdade opinativa”. Desta forma a apreensão do real, sua adequação a uma determinada matriz, transformou, para maquinação interna, o acidente em algo “além” do noticiário. Permitiu confronto de que se poderia tirar proveito político, ocultando-se paralelamente o oportunismo

tático. O jornal remetia-se à realidade imediata e esta, em sua aparência, assegurava fartamente o desembaraço à emissão acusatória. O acidente era apresentado a partir de sua forma fática, mas sob o prisma compreensivo do sujeito jornalista que o configurava como reflexo exato do real. Nessa reconfiguração fazia-se o ingresso da ideologia.

O jornalismo, que se define como reflexo tipicamente singularizado, está intimamente ligado à realidade imediata. Mas, se por um lado a margem da ideologia fica reduzida pela necessidade de manter os laços com o real imediato, por outro lado, o fato singular só adquire sentido num contexto particular e universal, que precisa ser posto, ou seja, apreendido subjetivamente por um processo que dá vasta margem à ideologia (GENRO FILHO, 2005, p.177).

Nas seções opinativas buscava-se apresentar a paradoxal e mencionada objetividade: os textos se remetiam à “realidade” de que Lula, “obviamente”, fora o “culpado pelo acidente”. Afirmar isso era ser objetivo, em função da angulação dada à cobertura. Os textos tinham a pretensão de equivalentes do real ao supostamente revelar incúria presidencial no tratamento da questão aeroportuária. A acusação era apresentada como sendo indiscutível, quando diversamente havia a intervenção direta do jornal com atitude meta-narrativa. “[...] a indiscutibilidade do real esconde a seleção temática, léxica e estilística inerente a qualquer processo de comunicação e justifica pelo óbvio [...] os acontecimentos” (BARROS FILHO e MARTINO, 2003, p. 180). O editorial “Para não ser em vão”, tratava desse *óbvio* (19/07/07):

Está para ser esclarecida a causa do maior acidente da aviação brasileira. É preciso esperar até que sejam concluídas as investigações, necessariamente complexas. Mas algumas conexões entre a tragédia - a segunda em dez meses - e o descalabro que tomou conta do setor aéreo nacional já podem ser estabelecidas. O Executivo federal não está em condições de apresentar-se diante do desastre com o voo 3054 na posição de quem tenha tomado todas as medidas para maximizar a segurança em Congonhas. Acidentes acontecem, mas a Infraero cometeu a imprudência de liberar pousos e decolagens no asfalto novo antes de ele ser tratado com os sulcos (“grooving”, ranhura em inglês) destinados a facilitar o escoamento da água e melhorar a frenagem. Um dia após uma derrapagem e sob chuva, mantiveram-se as operações com a pista escorregadia. Acidentes acontecem, mas o Executivo permitiu o inchaço de Congonhas, atendendo a conveniências comerciais das companhias aéreas - e à incapacidade do próprio governo de viabilizar

investimentos para desafogar o tráfego crescente de aviões. A Anac, agência do setor, tem se portado como uma extensão dos interesses das empresas.

[...] Desde já, a Anac precisa impor às companhias aéreas uma redistribuição de seus vôos para os aeroportos de Guarulhos e Viracopos (Campinas), ainda que essa providência implique, na prática, restrição na oferta de vôos a usuários da capital. Outro passo necessário e emergencial para desafogar o tráfego aéreo na metrópole paulista é transferir pontos de conexão de viagens. Passageiros, por exemplo, que saem de Curitiba com destino a Belém não precisam fazer a troca de aviões na capital. A concentração em Congonhas dessas operações - bem como a permissão para partidas de vôos charter de suas pistas - é mais uma concessão feita pelas autoridades às conveniências comerciais das empresas.

Se tem faltado poder de regulação do Estado onde ele é mais necessário - no planejamento do setor e na imposição do interesse público às companhias aéreas -, sobra arcaísmo burocrático e ideológico quando se trata de alavancar os investimentos na infraestrutura aeroportuária. O governo federal, como fartamente documentado, não teve fôlego financeiro para acompanhar as necessidades de gastos crescentes com o transporte aéreo.

As taxas aeroportuárias pagas pelos passageiros não redundaram na expansão nem na modernização do sistema no ritmo que seria adequado. O problema, no entanto, não foi o governo ter deixado de fazer tais investimentos com recursos próprios, a fim de cumprir metas de saneamento fiscal. A falta mais grave foi não ter permitido que outros agentes tomassem a iniciativa.

A construção de um aeroporto novo na Grande São Paulo poderia ser a contrapartida da concessão de Viracopos à iniciativa privada, por exemplo. Operação análoga em Cumbica poderia render a construção de seu terceiro terminal e a aquisição dos aparelhos mais atualizados para operar com segurança até sob a mais densa neblina. Outros investimentos necessários para o setor - como os trens rápidos ligando terminais distantes a grandes centros - seriam passíveis de ser realizados na base das privatizações e das PPPs (parcerias público-privadas). Mas, imobilizado, incompetente e confuso, o governo Lula nada fez. Para que as mortes não tenham sido de todo em vão, que o acidente de Congonhas ao menos sirva para compelir a uma profunda mudança de atitude (FOLHA DE S. PAULO, 2007i).

A aparente moderação do início do texto cede lugar a atitudes eminentemente acusatórias quando o governo federal é apontado como em estado de inação frente à necessidade de aumentar-se a segurança aérea. É colocado também como incapaz de se impor às empresas aéreas, ou seja, ao capital, cedendo ante seus interesses. As críticas denotam apoderamento da voz social. A *FOLHA* coloca-se como seu representante, ao apresentar ligações antiéticas entre empresas privadas e o Estado. “Deplora” essa situação como se encontrasse na

iniciativa privada ente atentatório aos interesses sociais que deveria ser mais bem fiscalizado.

Com isso apresenta-se como ente distanciado da questão. Trata-se de artifício ideológico: para a visão liberal a origem da corrupção encontra-se no Estado, que extrapolaria suas atribuições e subtrairia os espaços que deveriam ser da “sociedade civil” – na verdade o capital, as empresas capitalistas e o mercado. Contudo, com a adoção desse discurso, dá impressão de que estaria a favor da sociedade via estabelecimento de contenda entre as empresas e o Estado. O que se defende, afinal, e isso fica bem claro, é o fortalecimento daquelas. Isso pode ser visto mais adiante com a desconstrução do próprio discurso, quando se acusa o “arcaísmo burocrático e ideológico” que impediria a presença mais forte do mercado no controle e investimentos na infra-estrutura aeroportuária.

O Estado deveria abrir espaços ao capital privado a fim de este implementar a *modernização* dos grandes terminais, uma vez que não disporia de condições financeiras para a empreitada. Defende a privatização de aeroportos e a criação de parcerias público-privadas que teriam capacidade de trabalhar com segurança e garantia. É parte do jargão das elites atribuir ao Estado<sup>40</sup>, sempre, a condição de entidade atrasada, cabendo ao capital missão inovadora e empreendedora. Todavia, se no editorial está dito que as empresas buscavam de forma ilegítima pressionar a Agência Nacional de Aviação Civil-Anac para a obtenção de vantagens operacionais, o que se poderia esperar de sua ação administrativa direta de aeroportos? Como visto, a pregação privatista, que aponta o capital como instância ética e moderna, por oposição a um Estado jurássico e falho, desmorona a partir da sua defesa uma vez que, historicamente, a iniciativa privada não leva em consideração interesses sociais e, ao lado disso, é partícipe contínuo da estrutura estatal em sua forma ampliada.

---

<sup>40</sup> O maniqueísmo reducionista que opõe Estado e Sociedade é parte do repertório de argumentos de que se utiliza a lógica burguesa. Com isso reifica o Estado como entidade que corporifica o atraso e o engessamento, por oposição à iniciativa privada. Esta seria, por decorrência inversa, legítimo representante dos interesses da “liberdade” e da “inovação” uma vez que, supostamente, assume os riscos de empreendimentos mercantis gerando emprego e renda com proatividade “inencontrável” na estrutura administrativa estatal.



## 5.2 O gesto e o escândalo

Fato banal e obscuro, perpetrado por dois assessores da presidência da república foi transformado em escândalo político. Estes foram flagrados por um câmera da *Rede Globo* na seguinte situação: como se comemorassem, faziam gestos obscenos ao tomar conhecimento, pela TV, de que as investigações a respeito do desastre sugeriam a possibilidade de que este não tivera como causa predominante as condições da pista. Seria decorrência de problema técnico na aeronave – falha nos manetes – o que beneficiaria a visibilidade pública do governo, amenizando sua inculpação. A respeito, disse a *FOLHA*:

Um dos principais assessores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Marco Aurélio Garcia, foi flagrado ontem fazendo um gesto obsceno após assistir à reportagem da Rede Globo sobre o defeito técnico no avião da TAM que explodiu em São Paulo. No momento em que a reportagem ia ao ar, às 20h17, Garcia - assessor especial para assuntos internacionais da Presidência - fez por três vezes o gesto em que se bate a palma da mão estendida contra a outra mão, fechada.

Ao seu lado, o assessor Bruno Gaspar foi mais efusivo, esticando os dois braços para a frente e depois trazendo os cotovelos em direção ao quadril. A imagem foi transmitida no "Jornal da Globo".

Procurado, Gaspar negou inicialmente que ambos tenham comemorado a notícia, que traz o foco da investigação sobre o acidente para a aeronave e a TAM - conseqüentemente tirando parte da pressão sobre o Planalto.

O governo vem recebendo críticas por ter entregue de forma incompleta a pista de Congonhas, o que pode ser um fator contribuinte à tragédia. [...] Quando voltou a falar com a Folha, explicou: "Não aceito dizer que a gente comemorou. Foi um momento de extravasamento com a conclusão de que o acidente pode ter sido mais complexo do que em princípio chegaram a levantar. Foi uma reação de "poxa, tá vendo?"... Porque houve precipitação. Alguns setores tentaram atingir o governo politicamente e nos culpar. Agora está visto que não é bem assim". [...] A imagem foi captada enquanto os dois estavam na sala de Garcia, no terceiro andar do Palácio do Planalto, o mesmo de Luiz Inácio Lula da Silva, assistindo ao noticiário. O câmera de TV que captou a cena estava no térreo do Palácio do Planalto, do lado de fora, e a cortina estava aberta. [...] (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

A notícia era intitulada "Assessor especial de Lula faz gesto obsceno ao assistir, na TV, à notícia sobre a TAM" (20/07/07). A ligação da prática de ato pessoal em ambiente fechado teve imediatamente conexão feita com a presidência.

Um pseudo-acontecimento, fruto de trabalho de observação, resultava, sob a ótica da *FOLHA*, em escândalo de governo.

Como uma definição prática, poderíamos dizer que escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública (THOMPSON, 2002, p. 40).

Para que surja um escândalo não é suficiente que algumas pessoas desaprovem as ações ou o acontecimento: é também necessário que alguns expressem sua desaprovação a outros. (THOMPSON, 2002, p. 47).

O propósito da matéria aparentava ser a busca de alguma forma de repúdio a Lula, não levando em conta que fora ato pessoal e intransferível. Ao estabelecer-se essa teia relacional estava criado o escândalo. O passo seguinte foi repercutir o gesto com familiares das vítimas: "Gesto de assessor de Lula revolta parentes" (21/07/07).

"A cena beira o ridículo. É uma ofensa à nação. Eles mostraram como tratam o luto oficial no Palácio", disse Christophe Haddad, consultor de empresas, pai de Rebeca Haddad, 14, morta no acidente. "Espero, realmente, que Lula demita essas pessoas e mostre que lá é lugar de gente séria. Eles mostraram que não têm respeito pelo cargo que ocupam."

"A professora Ana Silvia Scott, mãe de Thais Scott, 14, também quer demissões. "É uma total falta de respeito. Achem que somos palhaços, mas isso é medo de assumir as responsabilidades", disse. "Minha filha tinha toda a vida pela frente e nunca mais vou ver seu sorriso. Parece até que eles não têm a menor noção disso."

André Cordeiro, irmão de Valdir de Moraes, 36, afirmou estar tão transtornado com o acidente que nem conseguiu refletir sobre o gesto. "Foi uma ação infeliz. Mas meu irmão está morto, pode estar picado. Essa é minha preocupação." O engenheiro mecânico Vinicius de Ávila Severo, que perdeu a mãe, Rosângela Maria Severo, e a tia, Sylvania Regina de Ávila Alves, desabafou: "O gesto prova que aquele é o sentimento natural dele" (TÓFOLI, 2007).

A necessidade de produzir escândalo pautou a cobertura. Deu-se ao noticiário o tom sensacionalista-comovente, agregado ao declaratório emocionado

dos parentes das vítimas. “[...] o sentido final do espetacular [...] é o fato de ter-se integrado à própria realidade à medida que fala a seu respeito e a reconstrói pelo fato mesmo de falar sobre ela” (DEBORD, 1997, p. 173). O propósito de vincular o governante aos assessores foi enfatizada no artigo “Um gesto didático”, (21/07/07) assinado pelo jornalista Fernando Rodrigues.

Se tudo começa e termina na política, não seria diferente com a tragédia do avião da TAM. A evidência maior são as imagens de Marco Aurélio Garcia apresentadas pela TV Globo - e amplamente divulgadas na internet. O assessor especial de Lula assistia a uma reportagem na TV apontando a existência de falha mecânica no avião acidentado. Em resumo, as mortes não teriam sido (apenas) em decorrência da desídia do governo. Marco Aurélio comemorou com um gesto obsceno. Bateu a palma de uma mão estendida contra a outra, fechada.

O petista encarnou ali toda a administração federal lulista. Era como se quisesse dizer: "A culpa não é só nossa. Vocês dançaram". Mas "vocês" quem? A maioria da população que certamente enxerga alguma culpa do governo? A mídia? Todos os não-lulistas? Aquele gesto de Marco Aurélio, a rigor, é didático. Mostra a farsa das declarações de pesar dos políticos quando acontece uma tragédia. Em público, fingem consternação. Os de oposição vão até o local onde estão os mortos. Alguns choram. Encenam a solidariedade necessária. Os governistas se fecham em seus gabinetes. Procuram desculpas.

Uma coisa os une: a obsessão sobre tirar proveito político de tudo. Ao comemorar a possível dispersão de responsabilidades sobre o acidente com o avião da TAM, Marco Aurélio nos coloca em contato com a política em seu estado mais puro. Não importa resolver o caos no setor aéreo. O relevante é salvar a própria pele. E comemorar depois a desgraça dos adversários. O petismo reviveu o funesto episódio protagonizado por Rubens Ricupero, em 1994, quando o então ministro da Fazenda cunhou a famosa frase: "Eu não tenho escrúpulos. O que é bom a gente fatura; o que é ruim, esconde". Marco Aurélio, como Ricupero, não conseguiu esconder. Melhor assim (RODRIGUES, 2007).

O texto não mencionou uma só vez a palavra “ética” como parte essencial da atividade política, mas seu enunciador a teve como alvo ao afirmar que os políticos, de forma antiética, fingem pesar ante as tragédias: os “de oposição chegam a ir ao local onde estão os mortos” e “os governistas se fecham em seus gabinetes”. Na argumentação não percebeu que a *FOLHA*, como ator político “de oposição” tinha cumprido exatamente esse papel: fingir pesar. E o fez de forma literal, uma vez que seus jornalistas compareceram ao local onde os mortos foram encontrados e compareceram ao sepultamento. A manifestação aparentemente

consternada do jornal nada mais fora que ação política. O jornal fingia o falso pesar que atribuía a outros.

Uma forma de o jornalismo emitir opinião a respeito de assunto ou tema é a ênfase negativa a atores sociais ou instituições. Pela ênfase, pela manutenção de noticiário relativo a assunto ou tema, apresentado como de importância ou interesse, é possível assegurar a aparência de objetividade, bastando que no texto não transpareça opinião. A ênfase ganha contornos mais incisivos quando o tratamento dado a uma matéria valoriza seu conteúdo humano, o dado pungente-dramático. Assim se deu na notícia “Em ato, comissários ‘aplaudem’ gestos de assessor de Lula” (22/07/07). Na matéria fazia-se referência à aeromoça que “chorava compulsivamente” ao lembrar colega vitimada. Os manifestantes, reunidos no local do acidente, pediam: “Uma salva de palmas para o Marco Aurélio Garcia!”. O texto também buscava sensibilizar, ao lembrar que as cadelas Dora, Dana e Ane, que haviam participado das buscas pelos corpos nos escombros, haviam sido levadas à manifestação. Uma faixa saudava “os bombeiros heróis” (BERGAMASCO, TÓFOLI e CARAMANTE, 2007). Por implicação, ao fazer-se o ressaltado da vitimização ficava sugerido o “culpado”, ali não presente mas intencionalmente visado. A *FOLHA* parecia cumprir com seu *slogan* “um jornal a serviço do Brasil”. Contudo,

[...] a vocação missionária dos impressos parece se chocar com o papel utilitarista a cada vez mais “prático” que precisam vender para parcela dos seus leitores. [...] Investir no sujeito político e preocupado com a coletividade garante a credibilidade necessária para que o jornal mantenha-se como voz social (HERNANDES, 2006, p. 203-204).

O jornal, na imaginação popular, tem um destino heróico a cumprir. Na ingênua abordagem popular do assunto, jornalismo não é negócio, mas uma cruzada de campeões permanentemente em guarda contra as iniquidades (JOBIM *apud* SILVA, 1991, p.102).

Na edição do dia seguinte invocava-se a palavra da Igreja: “Resposta ao caso não pode ser gestos obscenos, afirma padre”.

O secretário de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, padre Juarez de Castro, criticou ontem o poder público e cobrou respostas das autoridades brasileiras. “O poder público nos deve uma resposta que não pode ser o silêncio, não pode ser o descaso, e muito menos gestos obscenos [referência ao assessor especial da Presidência,

Marco Aurélio Garcia]", disse. [...] O arcebispo dom Odilo Scherer expressou sua solidariedade e condolências aos parentes das vítimas. "Queremos expressar o nosso desejo de que o acontecimento seja esclarecido, que tragédias semelhantes sejam evitadas e que os responsáveis arquem com as conseqüências devidas." [...] (FOLHA DE S. PAULO, 2007k).

A busca pelo beneplácito da Igreja recorria à pequena política, agora enraizada aos valores místicos do senso comum que valorizam, sob tal aspecto, a palavra da ordem avoenga da religião. A ordem, em sua manifestação no padroado, representava a *autorictas* milenar do catolicismo. O propósito era levar o ocorrido – tanto a morte dos passageiros quando o ato do assessor –, para o campo do comportamento pecaminoso e impenitente pelo desrespeito ao valor vida.

Requeria-se, pela evocação ao divino, tirar do terreno histórico, portanto laico, questão que a *FOLHA* politizara; agora, como convinha a seus interesses, tornava-se também assunto eclesial. Formalizava-se a mobilização de poderosa força conservadora – agora como agente de sociedade civil. Como a opinião do padre não veio a público mediante nota oficial da Igreja, fica sugerido que fora provocado a se manifestar, ou seja: havia o propósito prévio de se obter manifestação opinativa cujo teor era antecipadamente estimado. A *FOLHA* agendou o dizer do agente religioso, apensando-o ao seu discurso. Havia o propósito de suscitar o assunto como questão também adstrita à ética da religião, fomentando perplexidade social e política a partir desse enquadramento. A Igreja dirige a todos os povos uma mesma palavra, que se traduz em todos os idiomas, com firme determinação (GRAMSCI, 2001b, p. 65). Ao agir de tal forma a *FOLHA* enunciava dogma de ocasião: havia ali pecado político que a todos deveria ser demonstrado.

Dois familiares das vítimas estiveram com o presidente, reclamando quanto ao gesto do assessor. Teriam classificado o acontecido como “um tabefe no povo brasileiro”. A notícia recebeu o título “Famílias cobram Lula por gesto e medalhas” (03/08/07):

Parentes de 2 das 199 vítimas da tragédia com o avião da TAM estiveram com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ontem em Brasília, 16 dias depois do acidente, e classificaram o "top, top, top" de Marco Aurélio Garcia e a condecoração da Aeronáutica a diretores da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) de um "tabefe no povo brasileiro". [...] "O pior não é só o gesto, é saber que há pessoas que pensam assim", disse Luiz Fernando Moisés, que

perdeu a mulher, Nádia. Ele completou: "Nós nos sentimos magoados. Foi um tabefe no povo brasileiro". [...] O encontro só aconteceu porque os familiares das vítimas viajaram a Brasília, onde estiveram também no Congresso Nacional. Foram eles que pediram uma audiência com Lula, no que foram prontamente atendidos.

Desde o acidente, o presidente não foi nenhuma vez a São Paulo nem visitou o local do acidente. Fez apenas um pronunciamento em rádio e TV, três dias depois da tragédia, e determinou que seu novo ministro da Defesa, Nelson Jobim, visitasse Congonhas. [...] Nenhum dos parentes culpou Lula pela tragédia. Eles também evitaram criticar o presidente por sua conduta no episódio e mostraram estar mais interessados em descobrir as causas do acidente e pedir que não se repita nada desse tipo no Brasil.

"Nós viemos aqui para entregar um manifesto. Não queremos prejudicar ninguém, o presidente foi solidário", disse Raifran. Já Moisés afirmou que "o presidente se mostrou solidário e triste com isso que está acontecendo". [...]

O manifesto pede uma apuração rápida e medidas para evitar novos acidentes (SANDER e LEITE, 2007a).

A valerem os pressupostos dos valores/notícia, que informam a construção de noticiário ou texto a partir da relevância dos aspectos, o fato mais importante seria a afirmativa dos familiares de que "ninguém havia culpado o presidente", "foram prontamente atendidos" e "estavam mais interessados na apuração das causas do acidente". Mas, fazer constatação desse teor logo no início do texto colocaria por terra toda a ação programática de desfiguração do adversário. Além disso, houve o reconhecimento Lula de que o assessor errara, bem como manifestação de solidariedade. Pseudo-acontecimento fora moldado de forma que passou a ser realidade de jornal. O enunciado passou a valer mais que o fato sobre o qual se remetia. O irreal sobrepôs-se ao real e a partir de sua enunciação ergueu-se à condição de fato consumado.

### 5.3 O rigor de Newton

A manifestação de pesar do presidente Lula demorou "73 horas", como a *FOLHA* fez questão de registrar na matéria intitulada "'Eu estou com o coração sangrando', afirma Lula na TV" (21/07/07). Após registrar que o Presidente passara "três dias calado sobre a tragédia de Congonhas", disse o jornal que afinal houvera pronunciamento quando Lula manifestou-se para

prestar solidariedade aos parentes das vítimas, tentar evitar uma onda de acusações pela culpa da tragédia, inclusive contra o governo, e anunciar novas obras do setor aéreo, para mostrar que o governo está agindo para solucionar os problemas (SANDER e LEITE, 2007b).

A leitura do texto permite a percepção do propósito da notícia: inverter e desmentir as intenções do declaratório quando da prestação de solidariedade. Ao afirmar que o pronunciamento objetivava “tentar evitar uma onda de acusações” a escritura indica que ao prestar solidariedade aos parentes das vítimas Lula não fora sincero. Da mesma forma, ao tentar mostrar que “o governo está agindo” teria exercitado má-fé na busca de convencer a respeito de algo que em verdade não estaria buscando. A seção *Tendências/Debates* publicou (23/08/07) artigo do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sob o título “Newton dorme”:

Isaac Newton era um cientista tão genial quanto rigoroso. Formulou as teorias que, pela primeira vez, explicaram o mundo do ponto de vista lógico-matemático. Contudo, não conseguiu explicar como a gravidade funciona, como um corpo atua sobre outro à distância. [...] Jornalistas e políticos não têm, entretanto, o rigor científico newtoniano. É natural, são ofícios diferentes, que não requerem o uso de métodos científicos. Mas, independentemente do ofício, todos têm de ter um compromisso mínimo com os fatos.

Em primeiro lugar, é questão de bom senso: o desapego aos fatos conduz necessariamente ao erro. Em segundo, é uma questão de espírito público: falta de objetividade e de imparcialidade nos ofícios que formam a opinião pública faz mal à democracia.

Apesar disso, parte da mídia e classe política oposicionistas vem sendo assolada por um febril “modus speculandi” que faria corar a pitonisa de Delfos e o barão de Munchausen. Tornou-se moda testar hipóteses.

Ante qualquer acontecimento, tece-se, de imediato, uma hipótese para explicá-lo. Tudo bem, é normal que se tente explicar os acontecimentos, mesmo quando não se sabe nada sobre eles. Mas não é normal nem desejável que se tente explicar algo sem sequer fazer uma investigação minimamente rigorosa sobre o assunto.

Também não é normal nem desejável que, ante as múltiplas hipóteses que podem explicar um fenômeno, se escolha só a que serve ao interesse próprio. E absolutamente não é normal nem salutar para a democracia que a hipótese arbitrariamente escolhida seja apresentada como fato. Por último, é no mínimo curioso que as hipóteses escolhidas sejam todas contrárias ao governo federal.

Há fatos inquietantes. O incêndio ainda consumia o avião da TAM quando os jornais televisivos afirmaram, em uníssono, que a aeronave havia “derrapado” na pista escorregadia. Assim, foi testada a hipótese de que o acidente fora provocado pela falta de ranhuras em Congonhas.

Os mais exaltados chegaram a testar a hipótese de que o governo Lula tinha assassinado 199 pessoas. Uma conhecida agência entrevistou um "consultor de aviação" que acusou peremptoriamente a Infraero de "assassinato coletivo". Perdeu-se toda a cautela e a compostura, e surgiram as manchetes falando da "tragédia anunciada". [...]

Porém, com a revelação de que o avião operava sem um dos reversos e que os manetes não estavam na posição correta no momento do pouso, tal como acontecera em dois outros bem conhecidos acidentes com o mesmo tipo de aeronave, subitamente minguaram as especulações e se passou a exigir, tardiamente e com o grande estrago já feito, o aguardo dos resultados do inquérito e a proibição dos julgamentos precipitados.

[...] Tudo bem, não se exaltem, estamos apenas exercendo o péssimo costume de testar hipóteses no campo da política e do jornalismo. Newton dorme (MERCADANTE, 2007).

As observações de Mercadante, ao ressaltar como ícones da fabulação jornalística a pitonisa de Delfos e o Barão de Munchausen, deram bem idéia de se encaminhava todo o processo. A "alteração" da condição de Lula, de "presidente" a "assassino", pode bem ser sintetizada quando nos remetemos a 1984: "O Partido não se interessa pelo ato físico: é com o pensamento que nos preocupamos. Não apenas *destruímos* nossos inimigos; nós os *modificamos*. Compreendes o que quero dizer?" (ORWELL, 1975, p. 235, grifos nossos).

A citação revela a mobilização de mídia, a sobreposição do real impresso sobre o real primário. A argumentação de Mercadante atenta a aspecto refugado sistematicamente pelo *Grupo Folha*: o fato de ser antidemocrático o uso do noticiário para atendimento de finalidades políticas, quando somente especulações que feriam o governo eram enunciadas. O noticiário, socialmente, não é completamente propriedade privada do jornal: mesmo sendo seu formulador trata com formulação simbólica que é de interesse público. Sendo assim, deve ater-se à construção de material informativo e opinativo esclarecedores, regendo-se pela ética da responsabilidade. Mas à *FOLHA*, tudo indica, não interessava atuação nesse *front*. Era necessário a construção de realidade em que o agente político Lula fosse sempre exposto de forma negativa. Fixada essa meta a *FOLHA* "não podia calar":

No discurso midiático, os silêncios são insuportáveis e intoleráveis, uma vez que assinalam a perda da relação com o público e são, por conseguinte, encarado como um risco letal para o próprio funcionamento do seu dispositivo de enunciação. Falar, falar sempre, mesmo que seja para não dizer nada [...] É por isso que uma das



funções comunicacionais mais importantes do discurso midiático, além da função referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos, é a função fática, que consiste na manutenção do contato com o público (RODRIGUES, 2002, p. 218).

Acionando o mecanismo fático a *FOLHA* permitiu-se, com relação a Mercadante, a emissão de dois discursos: o primeiro foi expresso, a divulgação da mensagem daquele; o segundo, subliminar, atitude de grande política pelo fato de enunciar o seu dizer pronunciamento. O jornal reafirmava-se plural ao invés de ambíguo; crítico-constructivo em vez de parcial-sectário; aberto, mas sem abdicar de ter opinião. Além disso, atingia terceiro objetivo: sustentar a polêmica em torno do assunto o que incluiu a escritura do senador, atraída centripetamente ao debate. Em ação metalingüística, ao se pronunciar a favor de Lula o articulista coonestava o jornal. A *FOLHA* buscava não ficar em silêncio, mesmo ao preço de ceder espaço a *adversário*.

#### 5.4 Uma princesa morta

A instituição família e seus vínculos afetivos, valor caro ao senso comum, foi utilizada como forma de sensibilização. A dramaticidade, o apelo sensibilizador ante “tragédia anunciada” facilitou a manipulação desse sentimento. Luiz Carlos Sell, pai de jovem vitimada, assinou o artigo “Tributo a uma princesa morta” (21/07/07).

Mariana foi condenada à morte. Condenada e executada sem chance de qualquer defesa. Seu crime? Ela teve a audácia de desafiar a incompetência, imprevidência, irresponsabilidade e descaso das nossas autoridades dirigentes, dos órgãos (ir)responsáveis, de um presidente da República tíbio e oscilante na resolução de um problema que todo cidadão medianamente informado tem como resolver. Mariana comprou uma passagem aérea no vôo 3054 da TAM. Comprou assim a sua pena capital. [...] Não voltou para casa. Foi executada criminosamente junto com aproximadamente 180 pessoas ao embarcar em um avião que previamente se sabia ser portador de um defeito mecânico. A pergunta que sempre fica nessas circunstâncias é: DE QUEM É A CULPA? Infraero, Anac, Cindacta, Decea, FAB, ministros, presidente Lula, companhias aéreas? Essas são algumas das entidades (ir)responsáveis pela aviação civil no país. [...] E o que acha disso tudo o presidente Lula? [...] A minha princesa Mariana, estou certo de que encontrou a paz. Condenaram-na à morte e a executaram. A linda pessoa que era, cheia de vida e projetos, devolveram-me sob a forma de um pedaço de carvão. Que a morte dela não tenha sido em

vão. [...] Adeus, minha princesa. Deus está contigo. Nós te amamos (SELL, 2007).

O texto ocultava a presença editorial. Utilizando-se de voz compreensivelmente transtornada o jornal apresentava extravagante teoria conspiratória. A ênfase se manteve com a matéria “Para governo e empresas, morreram 200 pessoas; para nós, é nossa filha querida” (23/07/07). A mãe de uma médica deplorava que a filha “jovem, talentosa, que colecionava títulos de excelência acadêmica”, tivesse sido vitimada. O valor família foi explorado à exaustão com finalidades políticas sem que os depoentes chamados a se pronunciar disto se dessem conta (MAGALHÃES, J. C., 2007). Em continuidade ao processo o jornalista Elio Gaspari assinou o artigo “A micromegalomânia de Lula é contagiosa” (25/07/07):

O festival de besteiras com que o governo de Nosso Guia tem assolado o país é algo sem precedente, mas seria uma pobreza condená-lo apenas por dizer bobagens. O problema é bem outro, pior. Houve o "relaxa e goza" de Marta Suplicy, mas, antes dele, Lula anunciou, do alto da sua micromegalomania (caso raro de mania de pequena grandeza): "Quero prazo, dia e hora para anunciar o fim da crise dos aeroportos". Na segunda-feira, o presidente da Infraero produziu uma nova marca, difícil de ser superada. A Federação Internacional dos Controladores de Vôo condenou a gestão da crise e sugeriu uma interferência externa. Trata-se de um organismo corporativo e sem representatividade, mas nem por isso se pode dizer que esteja propondo um absurdo. A resposta veio do brigadeiro José Carlos Pereira, presidente da Infraero: "A crise é nossa, os mortos são nossos". [...] As besteiras que desmoralizam o segundo mandato do Nosso Guia resultam de uma concepção burocrática, autoritária e delirante do exercício do poder. É o contágio da micromegalomania. Cada um manda no seu pedaço com a imponência de Al Gore e a inteligência de Mike Tyson. [...] (GASPARI, 2007).

O jornalista se não endossa o clamor de que teria havido uma chacina acentua hipotética crise, um governo ao léu, dirigido por um “Nosso Guia”, incapaz e tíbio, exibindo Lula como o *Grande Irmão* expunha Goldstein. Sua presença é enfatizada de forma depreciativa para ganhar vulto exatamente em função da depreciação intentada. Lula foi tornado jornalisticamente ampliado para poder ser mostrado como politicamente apequenado. Tornou-se grande para ser transformado em alvo fácil de atingir a partir de visibilidade negativa. Todo o trabalho é pautado

por linguagem que escapa à manifestação de serenidade, para se dirigir à hostilidade, a ataques pessoais. Sarcasmo, deprecições, zombaria, são a marca da cobertura, especialmente no material opinativo. Bastante diverso do que ocorreu quando do acidente do Metrô quando Serra, como pessoa e ator político, foi preservado.

### 5.5 As elites dizem “Cansei”

A criação do “Movimento Cívico pelos Direitos dos Brasileiros”, mais conhecido como *Cansei*, deu novas formas à campanha. Agora, mobilização supostamente advinda da sociedade civil ingressava à cena. Intitulada “OAB lança campanha ‘cansei’ para protestar” (27/07/07), a matéria expunha o movimento:

Será lançado hoje em todo o país o "Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros", que os idealizadores já chamam de "Cansei". Emissoras de rádio e TV devem divulgar a iniciativa. O movimento reúne lamentos distintos em uma "cesta de cansaços". Até o dia 17 de agosto, quando se completa um mês do acidente com o avião da TAM, serão veiculados anúncios com frases como "cansei do caos aéreo", "cansei de bala perdida", "cansei de pagar tantos impostos", "cansei de empresários corruptores".

A iniciativa tomou forma a partir de reuniões no escritório de João Dória Jr. No ano passado, ele promoveu almoços para arrecadar recursos para a campanha do tucano Geraldo Alckmin à Presidência. Oficialmente, a OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil) lidera o grupo. Segundo Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB-SP, apesar dos slogans, o movimento não tem viés oposicionista. "Não entraria em nada com cunho político, o objetivo é expressar indignação contra tudo o que está acontecendo no país, e, algumas coisas, há muitos anos. Não somos anti-Lula." Procurado, o Palácio do Planalto não fez comentários. Mas, conforme informou ontem a "Coluna da Mônica Bergamo", na Folha, o governo monitora o grupo de perto. No dia 17 de agosto, o "Cansei" fará um ato ecumênico no local da tragédia com o avião da TAM para homenagear as vítimas. Também pedirá que todos os brasileiros façam um minuto de silêncio nesse dia. Na semana passada, após o acidente, um grupo se reuniu no escritório de Dória em São Paulo para discutir a idéia. Nesta primeira reunião, estavam publicitários como Sérgio Gordilho, presidente da agência de publicidade África, e membros do Comitê de Jovens Empreendedores da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), como Ronaldo Koloszuk, 29. Depois, o grupo ganhou a adesão de outras entidades, como a Associação Comercial de São Paulo. "Perdi amigos no vôo da TAM", diz Dória. "O movimento nasceu de uma indignação coletiva, da sensação de que é preciso fazer alguma coisa, mostrar que a sociedade não está apática. Mas, ao mesmo tempo, queremos demonstrar uma

solidariedade às vítimas de forma pacífica, organizada. Unimos as duas coisas, com o mesmo espírito." Na última terça-feira, o grupo se reuniu com a OAB-SP e propôs que a entidade liderasse o "Cansei". Segundo Dória e D'Urso, só a organização dos advogados tem legitimidade para levar adiante "um movimento em prol da cidadania".

### **Tucanos**

O grupo afirma que não teve nem terá custo algum com a campanha. "As campanhas publicitárias foram feitas de graça e as TVs e rádios também vão veiculá-las sem cobrar", diz Koloszuk, da Fiesp. Um anúncio de 30 segundos no intervalo do "Jornal Nacional", da TV Globo, custa R\$ 318.500. Quem capitaneou a produção das peças foi a África, de Nizan Guanaes. Ele fez a campanha do tucano José Serra à Presidência, em 2002, e uma de suas empresas ganhou neste mês parte da conta dos Correios, do governo federal, no valor de R\$ 22 milhões. Os organizadores do "Cansei" dizem que outras agências colaboraram com o movimento, mas não divulgaram os nomes. Todos os organizadores tentam se desvincular de partidos. Dória, ligado aos tucanos há muitos anos, afirma: "Tenho uma boa relação com o Alckmin, mas não conversei com ele sobre o movimento. Ninguém pode acusar o brasileiro de que, porque está indignado, faz política." D'Urso afirma que se a oposição ao Planalto fizer uso do "Cansei", o movimento sairá de circulação. É a mesma posição de Alencar Burti, presidente da Associação Comercial de São Paulo, entidade que era presidida por Guilherme Afif Domingos (DEM), hoje secretário do tucano Serra no governo de São Paulo. "Queremos despertar em cada indivíduo o que ele pode fazer para mudar o país." (BEGUOCI, 2007).

A observação quanto à data do lançamento da campanha, menos de um mês após o acidente, demonstra que se tratava de ação oportunista da elite. A listagem de "lamentos distintos" e da "cesta de cansaços" no primeiro parágrafo permite essa constatação a partir da afirmação enfática "cansei de empresários corruptores". Há, nota-se, perceptível esforço de inclusão dos seus organizadores, empresários em sua maioria, como aplainados ao social pelo elemento "povo". A mescla formaria cidadania amorfa. Objetivo: encobrir as intenções de desestabilização do governo – partidas da elite – mas apresentadas como oriundas do "cidadão", do "trabalhador". Teve-se, para tanto, o cuidado de colocar "oficialmente" a OAB de São Paulo como protagonista, o que conferiria representatividade ao *Cansei*. O Planalto não se pronunciou, mas a jornalista Mônica Bergamo sentiu-se autorizada a garantir que o movimento estava sendo "monitorado". Pois sua vez, Borges D'Urso negava politização a algo eminentemente político.

Quanto à menção ao “cansei do empresariado corruptor”, encontramos intento de usurpação discursiva: permitir às elites o uso de asserção mais apropriada às classes dominadas, que vêm, com indignação impotente, a força corruptora e a impunidade de empresários junto à coisa pública. O recurso aparenta ser tentativa de encobrir a presença individual de empresários no movimento, legitimando, porém, sua ação disfarçada como emissor coletivo que se agregava à sociedade civil. O texto, ademais, buscou esmaecer João Dória Jr. enquanto empresário. Sua condição não foi mencionada no texto. Tal alusão colocaria em xeque, desde logo, toda a iniciativa, uma vez que, *a fortiori*, estaria desqualificado para protestar contra seus pares. A revelação de que havia angariado fundos para a campanha de Geraldo Alckmin é outro aspecto que demonstra moldagem do *Cansei* e suas vinculações. A desmistificação da manobra partiu da OAB do Rio: “OAB do Rio diz que ‘Cansei’ tem ‘fundo golpista’” (02/08/07).

O presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, criticou ontem a OAB-SP por encampar o "Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros", o "Cansei", que tem pessoas ligadas a políticos do PSDB em sua organização." Tenho uma excelente relação com o Luiz Flávio Borges D'Urso, presidente da OAB de São Paulo, mas fiquei incomodado com esse movimento que reúne setores conservadores da sociedade, com fundo golpista, ligado às elites paulistas e a setores que apoiaram o golpe militar de 1964", diz Damous." Há uma tentativa de usar politicamente o acidente aéreo", continua o advogado. "O governo tem muito a ser criticado, mas não dessa forma. Vou defender que a OAB nacional não dê apoio ao movimento, o que, acho, terei apoio dos outros Estados. A OAB paulista está isolada." [...] (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

As observações de Damous clarificavam a essência do movimento: elites, setores conservadores, gente ligada ao golpe de 1964 e, especialmente, “fundo golpista”. O uso do acidente era apenas o aproveitamento do acontecido como *leitmotiv* para desencadear o *Cansei* e seus agregados ideológicos. Por sua vez, o suposto fato de não ser “anti-Lula” levaria o movimento ao *status* de mobilização que não se postava contra pessoa, mas contra quadro histórico. O “estar cansado” denotaria idéia de que conjuntura estava posta há já tanto tempo, com conseqüências sociais tão negativas, que não haveria mais como suportar. Quanto à menção a Lula, indica que o movimento era mesmo “anti-Lula” uma vez que, se assim não fosse, não precisaria ser dito.

A matéria demonstra a presença de grupo classista reunindo forças quando cita a presença de políticos, empresários e grandes empresas publicitárias e de mídia em sua organização. Isso, em consequência, inabilitava a proposta como originária da sociedade civil: movimentos de protesto típicos, provindos dos dominados, não são organizados com campanha publicitária prévia, que fixa *target* a ser sensibilizado, cumpre etapas midiáticas e ativa artifícios de propaganda. Os atores citados na matéria – empresários, *Fiesp*, Comitê de Jovens Empresários, Associação Comercial de São Paulo, grandes agências da publicidade e *TV Globo* – compõem o capital.

Participam de política uma vez que organizados em estruturas de caráter classista e de interesse como *Fiesp* e Associação Comercial de São Paulo, com larga ação conservadora na sociedade civil. Não fosse esse sentido de pertença classista não haveria como a *Rede Globo* permitir-se perda de receita da ordem de R\$ 318.500,00 a cada 30 segundos de veiculação em horário nobre, e agências de publicidade trabalhem “de graça”. Da forma como fora programado o *Cansei* deveria funcionar como uma espécie de catarse perversa, sob a liderança e segundo os termos do capital. O apelo à religião é outro dado a considerar. Encontro ecumênico daria as bênçãos ao que era objetivado, servindo de elo entre os intentos políticos e a religiosidade.

O movimento tinha pretensões de mobilização nacional, irradiando-se a partir de São Paulo. Elaborado por técnica publicitária refinada, tencionava despertar a sociedade de um pretense *spleen*, que agora deveria ser sacudido, ultrapassado e utilizado como força motriz para superar pretensa desilusão coletiva. Trata-se de processo de inversão, pois o intuito de manipular buscava imbricar à esfera pública interesses que eram eminentemente privados. O encaminhamento do *Cansei* utilizou-se da pequena política com vislumbre de grande política: sensibilizada a sociedade civil, a mobilização teria aparente legitimidade para ser levada às ruas como clamor popular. Caso tivesse sido aceito pelas ruas – e não foi –, esse *spleen* militante significaria exatamente o calar dessa mesma rua pelo emplastro a si da ideologia dominante.

## 5.6 Os ricos também são brasileiros

Ao contrário de quando das *Diretas-já* a *FOLHA* não assumiu postura editorial aliada ao *Cansei*. Cobriu noticiosamente os acontecimentos, mas não funcionou como aliado explícito. O recurso à opinião dos promotores do movimento foi o editorial interdito que trouxe ao leitorado. Somente com o editorial “Estagnação” (19/08/07), quando acusava inexistir no governo “vontade política” para enfrentar questões conjunturais, fez referência ao *Cansei*. Afirmava que o lema era “vago e descolorido” (FOLHA DE S. PAULO, 2007m).

Mesmo assim, veio a público a matéria “Ricos não são menos brasileiros que pobres, diz líder do ‘Cansei’” (02/08/07). Então, o industrial Paulo Zottolo era apresentado como a sua maior eminência.

No dia 27 [de junho], a Philips do Brasil publicou anúncio nos principais jornais manifestando seu apoio ao "Cansei". A carta da Philips foi alvo de muitas críticas, inclusive do governo. O presidente da Philips, Paulo Zottolo, 51, nega que o movimento tenha qualquer motivação política ou que vise derrubar o governo - e sugere que o presidente Lula se engaje no movimento. “Eu posso ter minhas diferenças com o PT, isso é uma coisa, mas o que eu não concordo é achar que qualquer movimento que se faça de cidadania neste país ou é de oposição ou é de elite”, diz Zottolo. Ele afirma que vai continuar a apoiar o movimento, apesar das críticas. “Não preciso me sentir culpado porque sou rico”, afirma (BARROS, 2007).

O caráter elitista, apesar da tentativa de plasmar o *Cansei* às camadas trabalhadoras, torna-se claro quando a multinacional paga anúncio apoiando o movimento. A empresa passa a prática de aparelho privado de hegemonia. Ao lado de ser entidade do capital mobiliza-se agora como agente político. Ao utilizar o poderio econômico da *Phillips* Zottolo enuncia sua condição de sujeito de classe, implicando, por conseguinte, ator em busca de organização de massa de manobra a ser utilizada duplamente pelo capital: primeiro como massa de manobra mesmo, para dar legitimidade ao movimento. Segundo: postando-se tal situação, haveria falsamente igualdade de todos, abrigados sob a entidade cidadania. Dominantes e dominados estariam “cansados” e em união de sinfonia cívica. Assim, os ricos não precisariam sentir-se “culpados” por sê-lo, uma vez que em soluto com a cidadania cooptada. E a “culpa” social da riqueza perderia seu caráter histórico de exploração.

A matéria com Zottolo foi redigida no que o jargão jornalístico chama de entrevista *pingue-pongue*. Quando indagado “o movimento vai apresentar alguma proposta?”, respondeu:

Se tivesse proposta seria um movimento partidário. Como não é partidário não pode ter proposta. Para mim, o "Cansei" é um convite à meditação. Isso é uma ajuda que o povo brasileiro deve dar ao governo. [...] Este país tem que parar de ser visto como país: precisa ser visto como nação. Qualquer situação, qualquer movimento, qualquer opinião rapidamente é dividido entre a elite e os pobres. Para se tornar uma nação, o objetivo tem de ser comum. É esse tipo de reflexão que esse movimento "Cansei" deveria estar fazendo. Quando eu emito uma opinião dizendo "cansei de empresário corruptor" ou "cansei de bala perdida", não quero ser visto como elite branca ou elite branca de Campos do Jordão. Para que isso? Para que essa ofensa toda? Eu quero ser visto como brasileiro que chegou lá. [...] Não sei por que ainda se mantém essa distância entre a classe trabalhadora e a classe empresarial, como se fôssemos inimigos, e não somos. Essa é a diferença entre país e nação. O "Cansei" deveria ser um motivo de reflexão para tudo isso (ZOTTOLO, 2007).

Trata-se, da parte de Zottolo, da proposição de hipóstase cuja reconversão podemos assim enunciar:

[Existem] três classes no mundo, Alta, Média e Baixa. Têm-se subdividido de muitas maneiras, receberam inúmeros nomes diferentes, e sua relação quantitativa, assim como sua atitude em relação às outras, variaram segundo as épocas; mas nunca se alterou a estrutura essencial da sociedade. [...] (ORWELL, 1975, p. 188-189).

Zottolo tentava nivelar classes em conflito histórico, procurava colocar a questão da luta de classes em plano dialogal contrafator, que poderia ser resolvido com uma espécie de acordo geral, consenso surgido do nada. Ao propor uma “reflexão” nacional, uma “ajuda do povo brasileiro ao governo”, a afirmativa mais parecia vinda de aliado. O *Cansei* dizia ser contribuição ao governo, mas seus líderes não se dirigiam diretamente ao Planalto para traçar qualquer ação conjunta. O aspecto mais duvidoso da resposta encontra-se no fato de admitir que o movimento não tinha propostas. Se não tinha propostas, não queria uma solução, fosse para o que fosse. Se não tinha propostas, isto se devia ao fato de que era mobilização de confronto, prática de enfrentamento contida de antemão em seu



próprio nome. A tentativa de escamotear as diferenças de classe devia-se a motivos de ordem tática para atrair a sociedade civil, numa espécie de bricolagem aos intentos dos seus dirigentes. O entrevistado recebeu a seguinte indagação, quanto aos motivos do *Cansei*:

**FOLHA - Qual é o mote?**

**ZOTTOLO** - O marasmo hoje é do cidadão brasileiro, não é do governo. Como cidadão brasileiro nós estamos aceitando uma tragédia atrás da outra e paramos de nos indignar. E por que paramos de nos indignar? Por que nós como brasileiros não ligamos para o próximo? Não é isso. É porque a sucessão de tragédias é tão grande que você passa de uma indignação para outra. Você passa do dólar na cueca para o buraco do metrô, para o acidente com o avião da Gol, para o acidente com outro avião, para uma notícia que você está voando no espaço aéreo com um buraco negro e que você pode bater com contrabandista, com bala na favela, com garoto sendo arrastado no cinto de segurança de um carro no Rio... Portanto, "Cansei" (ZOTTOLO, 2007).

A declaração de Zottolo contrasta com a opinião de Dória Jr.: Zottolo “advertia” quanto ao “marasmo do cidadão brasileiro” enquanto aquele aludia a uma “indignação” desse mesmo cidadão. A confusão desvela a formulação ideológica, substancialmente vácuca até mesmo e especialmente quando se diz que o cidadão seria o culpado pelo marasmo/indiferença. Se assim fosse, como alguém poderia indignar-se contra si próprio? Apesar de tudo, a retórica confusa seguia em direção a um mesmo vértice: “marasmo” ou “indignação” significavam a disposição dos mentores do *Cansei* de desestabilizar o governo”. Admitindo-se marasmo ou indignação, tal circunstância – sugerida, organizada e administrada midiaticamente – permitiria ao capital tirar proveito. As palavras de um, a peroração de outro, eram fatos em processo de alquimia política. Tirava-se partido da fragilidade da sociedade civil brasileira com a busca do seu falso ingresso na dissensão da história. Aceito o *Cansei*, os dominados assumiriam a renúncia de descobrirem-se sujeitos históricos. Mobilizar para apassivar era a essência. E o transformismo efusivo geraria a desejada indiferença ao fato de que eram manipulados e seguiam sob domínio, mansamente. “[...] Fatos amadurecem na sombra, poucas mãos (não submetidas a nenhum controle) tecem a rede coletiva – e a massa ignora” (MEDICI, 2003, p. 211). Na seqüência da entrevista Zottolo foi indagado:

**FOLHA - O "Cansei" vai continuar?**

**ZOTTOLO** - Vou continuar até a hora em que perceber que virou uma coisa partidária. A Phillips está nisso, desde que o movimento seja apartidário. Não estou aqui para derrubar o governo. Mas se eu puder usar a força da Phillips e a minha força para derrubar esses conceitos de direita-esquerda, pobre-rico, de elite branca, de elite de Campos de Jordão, [...] vou usar. Pelo amor de Deus, nós já passamos por esta fase [...] (ZOTTOLO, 2007).

A afirmação de que “a Phillips está nisso, desde que o movimento seja apartidário” evidencia de forma inescusável ação direta do capital como agente político no uso do poder econômico para mover conjunturas sociais. O *Fora Lula*, outro suposto movimento da sociedade civil foi também ativado. Ato público dessa mobilização foi noticiado pela *FOLHA* (05/08/07) sob o título “São Paulo faz maior ‘Fora, Lula’; protesto reúne 3 mil pelo país”.

Sem lideranças políticas conhecidas, sem o chamariz de atores globais ou de freqüentadores da revista "Caras"; convocadas apenas pela internet, 2.000 pessoas - segundo cálculos da Polícia Militar - reuniram-se ontem em frente ao edifício da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para manifestar-se contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com o nome oficial de "Movimento Fora Lula! O Brasil Acordou!", a mobilização de ontem é a tradução para o mundo real dos protestos que, no mundo virtual, já congregam 196.007 pessoas - este é o número de membros da comunidade "Fora Lula" do Orkut.

Manifestações foram realizadas também em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Vitória e Campo Grande (somadas, reuniram cerca de mil pessoas).

A palavra de ordem dominante foi o "Fora Lula". Mas também se ouviram: "Ca-cha-cei-ro, ca-cha-cei-ro", "va-ga-bun-do, va-ga-bun-do" e "Lula, ladrão, seu lugar é na prisão". Nas faixas e cartazes, o mesmo tom: "Marta, fora, biscate" e "Lula, maldito, relaxa e vaza".

Militantes pela redução da maioria penal, pelos "direitos humanos (só) para humanos direitos", pela imediata construção de um partido nacionalista conservador, e até o movimento "República de São Paulo", que pretende a separar o estado do restante do país apareceram na manifestação.

Não se via uma só bandeira vermelha. Negros eram [somente] os cartazes e as camisetas. [...]

Amiga do coronel Ubiratan Guimarães, o comandante do chamado "Massacre do Carandiru", que resultou na morte de 111 detentos de um complexo penitenciário paulista, a empresária Ana Prudente, 49, era uma das mais entusiasmadas participantes. "Ele [o coronel Ubiratan], se estivesse vivo, certamente estaria nos apoiando. Ele era desses que nunca fugiu à luta", disse. O coronel foi assassinado no ano passado.

Com os cabelos loiros e impecavelmente alisados, a empresária e estilista Patricia Guizzardi, 37, recusava ser chamada de

representante da "elite branca" (expressão cunhada pelo ex-governador Cláudio Lembo). "Eu acho esse comentário até racista. Sou povão. Passei dez carnavais seguidos no Rio de Janeiro, sambando no meio de negros."

Na passeata de ontem, os jornalistas disputavam a desempregada Jessica Verônica Aquino Nascimento, 25, raríssima negra presente. Segundo ela, seus "irmãos de raça e os pobres em geral, infelizmente, ainda são muito ignorantes". [...] (CAPRIGLIONE, 2007b).

O jornal tentou passar a idéia de movimento popular dizendo que ao ato não haviam comparecido "políticos conhecidos, artistas globais ou personalidades da revista *Caras*". A convocação pela *internet* seria pista a indicar que houvera a realização de algo programado quase clandestinamente. De forma jubilosa a matéria registrava que o protesto migrara do mundo virtual para o real e buscava demonstrar o surgimento de algo espontâneo, percebendo-se eiva de regozijo no título. A citação de que em todo o País "três mil pessoas" também teriam protestado, intentava dar ao evento dimensão de indignação nacional. As palavras-de-ordem depreciativas à pessoa de Lula, as pregações em torno da criação de um partido conservador, o separatismo de São Paulo, a ausência de negros na manifestação, a citação à "ignorância" de pobres e de negros, os dez carnavais que uma *socialite* passou em companhia "de negros", funcionam como referente do estrato social mobilizado. Depois, *Fora Lula* e *Cansei* uniram forças. Ato programado para manifestar pesar pelos mortos no acidente da TAM foi noticiado: "Na Sé, 'Cansei' desemboca em 'fora Lula'" (18/08/07), com subtítulo enfatizando que os organizadores do *Cansei* haviam "reprovado" as vaias ao Presidente.

O minuto de silêncio convocado ontem na praça da Sé pelo Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, o *Cansei*, em memória das vítimas do acidente com o avião da TAM, reuniu cerca de 2.000 pessoas, segundo a Polícia Militar, e 5.000, segundo os organizadores. Sem uma palavra de ordem que sintetizasse um cansaço específico, os manifestantes gritaram "fora, Lula!" depois do Hino Nacional, cantado por Agnaldo Rayol. Em cima do palco, as lideranças do movimento, como o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso, e o empresário João Doria Jr. se mantiveram em silêncio.

A data da manifestação foi escolhida em função dos 30 dias do desastre, mas os parentes das vítimas não subiram no palanque armado na porta da Catedral da Sé. D'Urso disse que Sandra Assali, presidente da Associação Brasileira de Parentes e Amigos das Vítimas de Acidentes Aéreos, representou as famílias no evento. De acordo com a organização, o palco podia abrigar apenas 80 pessoas.

Entre elas, Hebe Camargo, Ivete Sangalo, Paulo Vilhena, Wanderléa, Agnaldo Rayol, Fernando Scherer (Xuxa) e Osmar Santos<sup>41</sup>. [...] Ao todo, 20 seguranças particulares cercavam o palco. Em entrevista ao final do evento, Doria e D'Urso disseram respeitar o "fora, Lula", mas declararam discordar dele. "Não apóio, não é um movimento democrático para o país", afirmou o empresário. [...] Não há previsão de novas manifestações. O "Cansei" surgiu após o acidente com o avião da TAM, adotou motes como "cansei do caos aéreo" e "cansei de CPIs que não dão em nada" e até ontem contava com o apoio de 63 entidades, como a Fiesp e a Associação Comercial de São Paulo, além de empresários como o presidente da Philips, Paulo Zottolo - que não foi à Praça da Sé ontem. [...] A socialite Maria Christina Mendes Caldeira, ex de Valdemar Costa Neto, deputado do PR (ex-PL) que foi acusado de fazer caixa dois na época do mensalão e renunciou, mencionou seus planos para o futuro: "Nos Estados Unidos, há punição para corruptos, por isso vou pegar minha cidadania americana", disse Christina. (CAPRIGLIONE, SAMPAIO e BEGUOCI, 2007).

O texto expressava contra-senso entre o título e a mensagem maior. Tentava sugerir, a partir do termo "desemboca", ocorrência de apoteose inicial, mobilização de tamanha expressão que, por força dos seus elementos internos implicou situação seguinte, um novo acontecimento, espontâneo e vigoroso. O evento pode ser visto como manifestação pífia, a julgar pelo relato dos jornalistas quando listam apenas atores organicamente ligados à burguesia, para afinal ser admitido que não estavam programados novos atos públicos. O jornal não questionou o porquê. Quais os motivos pelos quais uma campanha, tão bem arquitetada publicitariamente, não conseguira se sustentar. Sequer os líderes do movimento fizeram pronunciamentos. O *Cansei* foi uma fórmula falida que a elite buscou para, a partir do acidente da TAM, trazer para o seu lado a sociedade civil em ação a ser desenvolvida em processo de grande política.

### **5.7 Lula "está acuado", tem "medo de avião" e "atiça conflito social"**

Notícia de conotação catastrofista vinculava Lula à insegurança aérea. "Lula diz temer avião e admite crise aérea depois de 10 meses" (26/07/07).

---

<sup>41</sup> Referência ao locutor Osmar Santos, que notabilizou-se durante a campanha das *Diretas-já* como uma espécie de porta-voz. Sua presença no ato público serviria para estabelecer forçada conexão entre o *Cansei* e aquele movimento, insinuando que entre ambos havia ligação histórica.

Depois de dez meses de caos aéreo e ao menos 353 mortos em duas tragédias, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva trocou ontem o ministro da Defesa, admitiu abertamente que há uma crise aérea no país e reafirmou que tem medo de avião. "Toda vez que fecha a porta, entrego minha sorte a Deus", disse, no Palácio do Planalto, ao empossar o novo ministro. Lula demitiu Waldir Pires e colocou em seu lugar o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim (PMDB), como a Folha antecipou. "Não é segredo para nenhum brasileiro que nós temos uma crise no setor aéreo brasileiro, uma combinação de várias coisas que vêm acontecendo ao longo dos últimos dez meses", disse o presidente, poucas semanas depois de o ministro Guido Mantega (Fazenda) negar que houvesse caos aéreo (LEITE e SCOLESE, 2007).

Dois termos depreciam o mencionado ator: "medo" e "admite". O primeiro insinua a condição de alguém inseguro quanto ao uso de aeronaves em função de crise aeroportuária decorrida da ineficácia governamental no setor. Lula estaria colhendo os frutos da sua própria sementeira. O segundo é equivalente de *mea culpa*: "admitir" insinua sucumbência, confissão: isto é, "culpa", com um "agravante": somente admitida após dez meses. Com isso acentua-se ator político incompetente. Incapaz de perceber que em seu governo havia situação de descontrole tamanho que resultara na morte 353 pessoas em tragédias aéreas. E que, apesar disso, nada fora feito para reversão de quadro. Um dia antes o jornal buscava explicitar clima de revanchismo advindo do PT.

O PT e movimentos sociais ligados ao partido promoverão atos de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua visita, amanhã e sexta-feira, a quatro capitais do Nordeste. Será a primeira viagem do presidente após as férias que recebeu na abertura dos Jogos Pan-Americanos e do acidente com o avião da TAM. Lula visitará capitais de dois Estados administrados pelo PT - Sergipe e Piauí -, um comandado pelo aliado PSB - Rio Grande do Norte - e outro por um integrante da ala moderada do PSDB - a Paraíba. Nesses locais, onde serão assinados convênios de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), os petistas pretendem realizar atos de apoio, mas que não pareçam com uma festa em período de luto pelo acidente. "Nós convocamos a militância, mas a nossa demonstração de apoio ao governo Lula será sóbria, sem festa", disse o secretário de organização do PT do Rio Grande do Norte, Tarcio Fontenele. Em João Pessoa (PB), segunda capital a receber Lula, o secretário de organização do PT, Jackson Macedo, chegou a declarar: "Se no Rio ele levou férias, aqui vai receber medalha de ouro em carinho". Porém, quatro horas depois, ele anunciou que não haveria mais a carreata prevista. Em Aracaju (SE), o público poderá chegar a 5.000 pessoas, disse o presidente estadual do PT, Márcio Macedo (GUIBU, 2007).

Percebe-se a sugestão de que apesar do luto o PT e entidades a ele ligadas estariam em mobilização de desagravo, flagrante desrespeito às famílias dos mortos. A afirmativa de que “aliados preparam atos” trazia, de forma paralela, compreensão de que estes seriam efetivamente resposta e apoio político a um presidente sob pressão. A politização foi mantida com a notícia “Presidente diz que irá a Estados do Sul em agosto” (28/07/07).

Após cancelar sua ida aos Estados do Sul, onde faria o lançamento do PAC na semana passada, o presidente Lula afirmou que visitará Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná logo após voltar de uma viagem internacional que fará a países da América Central e ao México, entre 5 e 10 de agosto. O cancelamento da viagem, especialmente ao Rio Grande do Sul, foi visto como uma forma de Lula fugir de possíveis protestos, pois é o Estado onde vive a maioria das famílias de vítimas do vôo da TAM que caiu na semana passada, em São Paulo. Morreram no acidente 199 pessoas.

Para a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, Lula e sua comitiva suspenderam a visita a esses Estados até em respeito às vítimas do acidente. Ontem, em Natal, Lula disse que não tem nenhuma “coisa contra” a região Sul. O presidente falava sobre sua “paixão por desenvolver o Nordeste”. “[Isso significa que] O Lula tem alguma coisa contra o Sul? Pelo contrário. Devo tudo o que sou ao Sudeste brasileiro”, afirmou (FOLHA DE S. PAULO, 2007n).

A condução do texto trabalhava premissa tortuosa. O jornal afirmava que o “cancelamento da viagem *foi visto* como uma forma de Lula fugir de possíveis protestos”, mas nada revelava quanto a quem, de fora do jornal, teria essa *visão* e opinara com autoridade a respeito. Ficava implícito que a opinião era da própria *FOLHA*. Foi destacada declaração do Presidente que diz ter “paixão” por desenvolver o Nordeste, mas isso não significava ser “contra” o Sul, o que é óbvio. Uma coisa, evidentemente, nada tem a haver com a outra, mas foi o ardil encontrado para ligar novamente Lula ao acidente da *TAM*: a menção à sua “fuga” demonstra isso.

Optou-se pela escolha de fração de acontecimento. O discurso presidencial não foi apresentado em seu desenvolvimento lógico e apenas a uma partícula foi dado realce. Não foi explicado como este organizou o raciocínio até chegar à afirmativa de que “não tinha nada contra o Sul”. Todavia, ao estabelecer-se contraponto entre Nordeste e Sul, existente apenas na logicidade do texto, ficava

insinuado que Lula, mesmo sem ter “nada ter contra o Sul”, estava temeroso de ir até lá. A tragédia era subliminarmente lembrada. E a “culpa” restabelecida.

A tese de “assassinato” foi destacada novamente com o artigo “Omissão agora será sinônimo de crime” (31/07/07) sob a assinatura de Benjamin Steinbruch, empresário, diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. Ao analisar o problema da pista do aeroporto de Congonhas falava das diversas soluções para ampliar-se as condições de segurança da pista. “É hora de parar com a politização do acidente, por respeito às vidas humanas ali perdidas. Estava escrito que a tragédia iria acontecer e aconteceu. Não pode se repetir. Omissão agora será sinônimo de crime” (STEINBRUCH, 2007). O jornal manteve a insistência de mostrar o PT eivado de sectarismo com a notícia “Chauí diz que mídia inventou a crise aérea” (01/08/07).

A filósofa Marilena Chauí diz que a imprensa montou um cenário de “golpe de Estado” durante a cobertura do acidente com o avião da TAM em São Paulo. “A grande mídia foi montando, primeiro, um cenário de guerra e, depois, de golpe de Estado”, diz o texto “A invenção da Crise”, publicado no site do jornalista Paulo Henrique Amorim. Chauí diz que “a invenção da crise aérea simplesmente é mais um episódio do fato da mídia e certos setores oposicionistas não admitirem a legitimidade da reeleição de Lula”. [...] Para ela, a imprensa levou a população a ter “cólera e indignação contra o governo Lula”. “Esses sentimentos foram aumentados com a foto de Marco Aurélio Garcia e a repetição descontextualizada de frases de Guido Mantega, Marta Suplicy e Lula.” Chauí afirma que o jornalismo “produziu uma cronologia que faz coincidir os problemas do setor e o governo Lula” (FOLHA DE S. PAULO, 2007o).

Fica, nas palavras de Chauí, demonstrado como a cobertura vinha sendo montada: criar “coincidências” entre os fatos a fim de atingir o governo. As palavras da filósofa foram encaminhadas para apresentá-la como agente político sectário e inconformado com os fatos que, “objetivamente”, falariam por si. O editorial “O mesmo roteiro” (02/08/07) traz de forma recidiva a presença jornalística como partido e de forma especialmente agressiva. No subtítulo, expressiva demonstração de como se procedia: “Acuado, Lula reincide na tática de atacar as ‘elites’, mas governo tem é de mostrar serviço e resolver a crise na infra-estrutura”:

Em caso de emergência, acuse as elites. Esse protocolo para reações de última instância, uma marca de estilo do governo Luiz

Inácio Lula da Silva, acaba de ser acionado mais uma vez. "Se alguns querem brincar com a democracia, eles sabem que neste país ninguém sabe colocar mais gente na rua do que eu", exagerou o presidente em Cuiabá. No evento restrito a aduladores em que anunciou verbas do PAC [...], Lula pôs-se a teorizar sobre a fonte das vaias e dos protestos que vem recebendo. Viriam dos que "mais deveriam estar aplaudindo", pois "ganharam muito dinheiro no meu governo". "É só ver quanto ganharam os banqueiros, os empresários."

Na perífrase que fecha a caracterização dos oponentes, Lula atacou "gente que ficou contente com os 23 anos [foram 21] de regime militar e está incomodada com a democracia, porque a democracia pressupõe o pobre ter direitos". A pior elite - endinheirada, demófoba, golpista e, como se não bastasse, ingrata - conspiraria contra o presidente que veio do povo e faz política "sem discriminação". [...] dez meses de descontrole acumulado nos aeroportos não conseguiram despertar a opinião pública de um certo estado de anestesia em relação às atitudes do governo. Essa "lua-de-mel" foi pelo menos interrompida após o episódio da vaia no Maracanã e, com muito mais contundência, depois da catástrofe com o avião da TAM. As pessoas que protestaram em São Paulo diante do prédio destruído pelo Airbus foram solidárias à dor de familiares e amigos dos 199 mortos na tragédia. Há críticas à criação do movimento denominado "Cansei", que acabou associado a figuras próximas à oposição e a um certo ar de frivolidade. Mas todos têm o direito de se manifestar. [...] A velha tática lulista de atizar um conflito social arquetípico não vai funcionar. O que está em jogo não é uma eleição, mas a própria (in)capacidade administrativa do governo. A crise na infra-estrutura se resolve com muito trabalho e ações, itens que têm permanecido em crônico apagão ao longo da gestão Lula (FOLHA DE S. PAULO, 2007p).

Ao contrário do que diz o editorial quem atizava "conflito social arquetípico" era a *FOLHA* ao fazer o louvor das elites. Isso fica explícito quando promoveu de forma mordaz a vitimização e o elogio da elite "endinheirada, demófoba, golpista e, como se não bastasse, ingrata". O texto acusava a existência do brasileiro como "homem cordial" ao salientar a "anestesia" social à qual estaria subsumida a consciência popular. Enfatizava o mesmo "indiferentismo" que motivara os organizadores do *Cansei*. A *FOLHA* arrogava-se o direito de promover processo de reação ao prenciar que o governo estaria inoperante na infra-estrutura enquanto a "opinião pública" ficava apenas pasma.



## 5.8 Pesquisas comprovam aprovação de Lula

A cobertura do acidente da *TAM* objetivava a busca de consenso: o governo Lula era incompetente e inseqüente. Por decorrência natural, culpado pela tragédia. Mas, apesar dos esforços de validar tal quadro a *FOLHA* veio a publicar a notícia: “Lula mantém aprovação após caos aéreo e acidente da *TAM*” (05/08/07).

O maior acidente da história da aviação brasileira e a demora de mais de dez meses do governo em buscar soluções para a crise aérea não afetaram em nada a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Pesquisa nacional do Datafolha realizada nos dias 1 e 2 de agosto, duas semanas após o acidente da *TAM* em Congonhas que matou 199 pessoas, mostra que 48% dos brasileiros acham que o governo do petista continua ótimo ou bom.

O percentual é idêntico ao registrado em março e praticamente igual ao que Lula tinha no início de outubro de 2006 (49%). O acidente da *Gol*, que matou 154 pessoas e que evidenciou o caos no sistema aéreo brasileiro, ocorreu em 29 de setembro passado. Entre março e agora, a taxa de ruim/péssimo do governo apenas oscilou, de 14% para 15%. Em outubro passado era maior: 17%.

Entre as explicações para a não-alteração da popularidade do presidente no período estão o fato de que a grande maioria dos brasileiros é pobre (59,5% têm renda familiar mensal de só até três salários mínimos por mês, ou R\$ 1.050) e a constatação de que apenas uma minoria viaja de avião (8%).

Além disso, a situação econômica do país permanece boa, com estimativa de crescimento em torno de 4,5% em 2007. O programa Bolsa Família, que atende cerca de 11,1 milhões de famílias, também ajuda a entender a manutenção da alta popularidade de Lula.

Entre os 8% que costumam andar de avião, o percentual dos que consideram o presidente ótimo ou bom é de 29%, ou seja, 19 pontos inferior à média nacional. Os que definem o governo como ruim ou péssimo chegam a 30%, o dobro da média nacional (15%).

### **Renda e escolaridade**

Entre os mais ricos, com renda familiar mensal acima de dez mínimos (R\$ 3.500), a avaliação do presidente Lula despencou sete pontos entre março e agora.

Mas entre os que ganham só até cinco mínimos (R\$ 1.750), ela oscilou positivamente dois pontos - dentro da margem de erro do levantamento.

Como a maioria dos brasileiros é pobre, a queda da avaliação entre os ricos (a minoria), não chega a afetar os resultados gerais. No Brasil, segundo a pesquisa, apenas 7,5% da população tem renda familiar mensal maior do que R\$ 3.500.

A variação mais significativa na avaliação de Lula ocorreu entre os brasileiros com renda familiar mensal acima dos dez salários mínimos (R\$ 3.500), segmento no qual 39% costumam viajar de

avião, taxa cinco vezes maior do que a verificada entre o total dos entrevistados.

Comportamento semelhante ocorreu entre os pesquisados quando se leva em conta o grau de escolaridade.

Enquanto o índice de ruim/ péssimo atribuído ao presidente Lula subiu cinco pontos entre os que têm nível superior, ele oscilou negativamente dois pontos entre os que têm apenas o fundamental.

Segundo o Datafolha, apenas 11,2% da população brasileira cursou o ensino superior; 48,5%, só o fundamental; e 40,3%, o médio. Entre os que têm nível superior, a variação mais expressiva foi registrada no percentual dos que acham o governo regular, que caiu de 42% para 34%. Já o índice de ruim e péssimo subiu de 24% para 29%.

Enquanto a nota média (de 0 a 10) atribuída ao presidente pelos entrevistados ficou em 6,7 (idêntica à de março), ela caiu para 5,4 entre os que costumam andar de avião. Para o levantamento, o Datafolha ouviu 2.095 pessoas em 211 municípios em todas as regiões do país (CANZIAN, 2007b).

O *lead* aparenta alguma forma de perplexidade por parte do jornal. A pesquisa fora aplicada, sintomaticamente, apenas *duas semanas* após o acidente, mas o resultado contrastou com possíveis expectativas de negatividade pública relativa a Lula. Sua publicação deu-se um dia após a realização do “Fora Lula”, em São Paulo, ou seja em pleno andamento do *Cansei* e do *Fora Lula*. O resultado contrariou todo o trabalho desenvolvido para a desconstrução de sua imagem, do mesmo modo como ocorria no universo de *1984* em relação a Goldstein:

O estranho [...] é que embora Goldstein fosse odiado e desprezado [...] embora todos os dias, e milhares de vezes por dia, nas tribunas, jornais, livros, suas teorias fossem refutadas, esmagadas, ridicularizadas, apresentadas aos olhos de todos como um lixo à-toa... e apesar de tudo isso, sua influência nunca parecia diminuir (ORWELL, 1975, p. 17).

Quanto à pesquisa, voltava à tona interpretação depreciativa da compreensão popular, apresentada como vinda da incapacidade de interpretar lucidamente a própria existência. Nas abordagens relativas a Serra, todavia, sua aprovação pelas classes subalternas fora decorrente de “popularidade”. Quanto a Lula, resultado de “ignorância” e “pobreza”. Os resultados foram repercutidos junto ao presidente com a matéria “Economia explica popularidade, diz Lula sobre pesquisa” (06/08/07).

Ao chegar na noite de ontem à Cidade do México, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não se preocupa com pesquisas. Foi uma resposta ao resultado do Datafolha de ontem, que mostra a popularidade do presidente inabalada, apesar do caos aéreo que se prolonga há 10 meses e do acidente com o avião da TAM. "Vocês me conhecem há muitos anos e sabem que a mim não me preocupam pesquisas", afirmou. O presidente creditou o bom desempenho aos "números mais que satisfatórios" da economia brasileira. Lula disse que "as coisas no Brasil estão indo, os números da economia estão mais do que satisfatórios", e que o Brasil entrou "definitivamente no caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento". Acrescentou: "O povo tem percebido isso, porque isso termina resultando em conquistas diretas da sociedade". Nos bastidores, o presidente comemorou o resultado da pesquisa, segundo o blog de Josias de Souza. "De notícia boa eu nunca canso", disse Lula, segundo o blog, numa alusão ao movimento "Cansei". A oposição também comentou a pesquisa, que revelou que 48% acham o governo ótimo ou bom, mesmo índice de março. "A parcela que tem nível de informação adequado é pequena. Isso beneficia um governo demagógico, que tem o ministério da propaganda martelando na cabeça das pessoas. O Lula não é o pai dos pobres, é o pai dos desinformados", afirmou o líder do PSDB na Câmara, Antonio Carlos Pannunzio. No Congresso Estadual do PSDB, na Praia Grande (SP), o governador de São Paulo, José Serra, disse desconhecer os resultados. "Eu vou analisar. Em todo caso, não sou comentarista político dos jornais. Isso cabe aos jornalistas analisarem", disse. Minutos antes, ao discursar, ele fez críticas indiretas ao governo Lula. "O PSDB governa para todos. Não para uma patota, não para uma turma de amigos. Quando estamos na oposição, nunca jogamos no quanto pior melhor". Também em discurso ao partido, o presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Vaz de Lima, atribuiu o desempenho de Lula a uma deficiência de comunicação do PSDB na divulgação de seu trabalho e nas críticas ao governo. Alguns tucanos apostaram que um desgaste do presidente virá. "Essa situação não vai durar indefinidamente. Este é um governo inerte", disse o deputado federal Arnaldo Madeira. Ao analisar a queda de aprovação de Lula entre os eleitores da classe média, Barros Munhoz, afirmou: "O teflon que blinda Lula começa a trincar". [...]

(SANDER, 2007c).

Insiste-se na colocação da opinião popular como proveniente de gente "desinformada" e desconhecedora de que o governo estaria trabalhando para "uma patota", apresentava-se "inerte" e em breve começaria a "trincar". É mais uma manifestação de plasticidade editorial, imbricada ao noticiário com a vocalização opinativa de terceiros. A oposição jornalística manifestou-se também pela voz de representante da aristocracia, com a publicação do artigo "O Brasil e os cegos" (30/08/07), assinado por D. Bertrand de Orleans e Bragança, tetraneto de D. Pedro I:

O Brasil vive uma conjuntura inesperada e que causa perplexidade. Fatores até contraditórios parecem conjugar-se, gerando situações ora confusas, ora auspiciosas, ora trágicas, ora reveladoras.

Dir-se-ia que uma misteriosa mão revolveu o tabuleiro de xadrez da conjuntura político-social brasileira, derrubando certas peças, trocando outras de lugar, fazendo com que umas perdessem seu sentido e outras se sentissem confusas e desnorteadas.

Sou obrigado a concordar com o deputado Fernando Gabeira -em cujos antípodas ideológicos me encontro - quando escreveu, há dias, nesta Folha: "Há algo no ar além dos poucos aviões de carreira. É uma sensação de que o governo, diante da crise, deixou de fazer sentido, deixou de dizer coisa com coisa. As pessoas não acreditam ainda no que estão ouvindo." [...]

*Por que afinal o governo "deixou de fazer sentido"? E terá sido apenas o governo? Relembro aqui razões pertinentes, já exaustivamente apontadas: a generalizada incompetência; o aparelhamento do Estado pelo PT e partidos aliados; um governo voltado para a autolouvação e a propaganda; a submissão de todos os atos políticos a uma ideologia.*

Há, entretanto, a meu ver, uma razão mais profunda que vejo pouco mencionada ou referida sem o devido destaque. *Obcecados por uma ideologia utópica, com tintas de fanatismo, Lula, seus colaboradores e conselheiros mais próximos muito falam do povo, mas pouco conhecem dele. O que se nota em suas convicções - melhor diria, em suas crenças - e modos de atuar é um desconhecimento fundamental da índole de nossa gente.*

Inúmeros historiadores, sociólogos e analistas de renome se debruçaram e escreveram sobre ela. Sirvo-me aqui das palavras de Plínio Corrêa de Oliveira, um dos pensadores e homens de ação que, a meu ver, com maior acuidade recorreram a respeito dos traços de alma, dos sentimentos, da mentalidade de nosso povo:

*"O povo brasileiro se destacou desde as origens, por seu caráter ameno, afetivo e cordato. Ademais, habituou-se ele a considerar com otimismo as várias crises econômicas por que tem passado. Ele confia em Deus ("Deus é brasileiro", afirma um velho dito popular). (...) Com "jeitinho" (o "jeitinho" é uma instituição nacional), bonomia e paciência - julga a imensa maioria dos brasileiros - tudo se arranjará. O brasileiro é infenso à ansiedade. Detesta rixas. Cuida pacatamente de si e de sua família e considera com um olhar algum tanto desinteressado e cético a política e os políticos (...). Em comparação com o imenso contingente populacional assim disposto, publicistas, políticos etc. representam uma minoria que por certo faz ruído, pois está nos postos-chaves de onde o ruído se difunde sobre as multidões. Mas essas multidões constituem um povo que pouca atenção dá a tal ruído" ("Sou Católico: Posso Ser contra a Reforma Agrária?", Vera Cruz, 1981, pp. 57, 58).*

*[...] A artificial popularidade de Lula, mantida à custa de uma fabulosa máquina de propaganda, regada generosamente a números de pesquisas, tratada com uma cuidadosa ausência de oposição, parece ter se esvaído, de um momento para o outro, como um encantamento que perde sua sedução.*

O terrível e trágico acidente da TAM, dias depois, teve o condão que, paradoxalmente, têm certas tragédias, de operar um choque salutar nos que arrastavam indolentemente sua insatisfação. Num clarão de dor e de morte, aos olhos de grande parte dos brasileiros se

tornaram patentes o descomunal desastre e a imensa tragédia histórica para a qual o chamado lulo-petismo arrasta a nação. *Pela primeira vez, das camadas profundas da sociedade surgem manifestações de inconformidade ativa, de um descontentamento que há muito germinava e só o lulo-petismo parecia não levar em conta, em sua marcha utópica por cima do Brasil.* Afinal, só isso explica as reações absurdas como a tristemente célebre frase da ministra Marta Suplicy; o escárnio da afirmação do ministro Guido Mantega; o sumiço do presidente Lula ante uma tragédia sem nome; os gestos desqualificados de Marco Aurélio Garcia; as piadas presidenciais e as gargalhadas na posse do novo ministro da Defesa. Parecem não saber avaliar o desgaste profundo de seu projeto de poder nas mentalidades. *E o desgaste das multidões é um dos fenômenos mais difíceis de ser revertido. Afinal, não se caminha impunemente ao arrepio de um povo, sobretudo quando sobre esse povo pairam os designios e a proteção da virgem Aparecida.* Mas, para o lulo-petismo, tudo se reduz a uma disputa eleitoral, tudo é golpismo. O pior cego é aquele que não quer ver: e o Brasil está aí, aos olhos de todos... menos dos cegos (BRAGANÇA, 2007, grifos nossos).

O articulista vale-se até de palavras de “antípoda” para validar seu raciocínio. Em seguida resvala para o senso comum ao endossar a visão estereotipada do brasileiro como povo amansado e cordial. Esse olhar explicaria o “indiferentismo” que causara a aprovação de Lula: o brasileiro seria dotado “geneticamente” de “bonomia e paciência”. “Confiado em Deus” viria naturalmente a perceber a política com misto de ceticismo e desinteresse, preferindo “pacatamente” cuidar de si e da família. A argumentação avocada, provinda de pensador católico com laivos da visão de intelectual tradicional da Igreja explicaria “cientificamente” a suposta incapacidade atávica de o brasileiro se indignar. Tal atitude de passividade, que a escritura sugere como sendo natural, portanto positiva, convalida o entendimento de que “pensar” seria obra para sábios e iluminados – “publicistas, políticos”. Mas estes, desligados das massas bondosas e ignorantes falariam a “um povo que pouca atenção dá a tal ruído”.

Não era desejável que os proles tivessem sentimentos políticos definidos. Tudo o que se lhes exigia era uma espécie de patriotismo primitivo ao qual se podia apelar sempre que fosse necessário levá-los a aceitar ações menores ou maior expediente de trabalho. E, mesmo quando ficassem descontentes, como às vezes acontecia, o descontentamento não os conduzia a parte alguma porque, não tendo idéias gerais, só podiam focalizar a animosidade em [...] reivindicações específicas (ORWELL, 1975, p. 71).

Eis, em Orwell, a visão de Bragança quanto ao povo brasileiro. Porém, após a pregação da bonomia genética do *prole* brasileiro cai em contradição ao aludir às vaías durante a abertura dos Jogos Pan Americanos. Sendo indiferente o povo, aquela parcela de povo deveria, por isso mesmo, ter-se acomodado, silenciado. Mas, a afirmativa de que as vaías seriam início de mobilização anti-Lula não se sustenta até mesmo em função dos números anunciados pelo *Datafolha*. A anuência das classes referia uma forma de consenso, válido naquele instante histórico. O acidente com o avião da *TAM* também foi utilizado pelo articulista: tivera força suficiente para “despertar” a massa inerte e acabar com o alumbramento que, supunha Bragança, era impingido à nação. Novamente a pesquisa é interpelada e refuta a afirmação.

Outro aspecto a relevar quanto à “amorfia” nacional: a argumentação a favor da existência de uma natureza humana e de que esta se manifesta exemplarmente no povo brasileiro. Tal visão é reveladora de pensamento típico das elites: negar historicidade ao homem. Retirar-lhe seu caráter de sujeito de classe para ser apenas homem, ser vivente. Para isso pratica uma substituição: retira ao sujeito sua condição de classe para remetê-lo ao campo devocional anistórico: “Afinal, não se caminha impunemente ao arreo de um povo, sobretudo quando sobre esse povo pairam os desígnios e a proteção da virgem Aparecida.” Com o apego ao divino envia-se a questão social aos céus.

O discurso revela-se falho em sua metalingüística: é difícil aceitar que haja interesse, por parte do seu autor, de que a “paciência” nacional se esgote e venha a ser substituída por situação de crise, resultando em conflito aberto de classes. Havendo isso estaria desarticulada a estrutura da qual ele faz parte, pela emergência de contra-hegemonia. A escritura de Bragança é o elogio do que ele parece deplorar, não pregação a favor de mudança que, ocorrendo, em nada lhe interessaria como aristocrata. O homem cordial atávico, na figuração antropológica proposta, é parte do patrimônio imagético-ideológico proposto pelas elites como representação ideal de povo. É natural ser assim e assim deve ser e continuar. A refutação às palavras de Bragança pode ser encontrada em Gramsci, que

[...] procura reformular o conceito de homem a partir de uma constatação teórica: todas as filosofias que existiram até então conceberam o homem segundo a posição católica, isto é, conceberam-no como “indivíduo limitado à sua individualidade e o

espírito como tal individualidade”. Deve-se, pelo contrário, segundo Gramsci, “conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo) onde, embora a individualidade seja de máxima importância, não seja, todavia, o único elemento a considerar”. “A humanidade, continua Gramsci, que se reflecte em cada individualidade, é composta por diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza.” Estas relações não se apresentam como mecânicas, nem se dão por justaposição, mas orgânica e mediatamente: cada individuo relaciona-se com outros homens enquanto faz parte de organismos mais simples ou mais complexos [...] (SANTOS, 1978, p. 35-36).

Noutra parte do artigo afirma-se que o PT teria feito o aparelhamento do Estado. Ao invés, historicamente as elites é que têm aparelhado o Estado e compõem, mesmo no governo Lula, o núcleo do poder. O autor refere outro dado que acentua a inconsistência do seu pronunciamento: o de que a popularidade do Presidente seria “artificial”, advinda de máquina de propaganda e de pesquisas que o beneficiariam, bem como de oposição inoperante. A opinião torna-se incongruente pelo fato de que as pesquisas favoráveis a Lula provinham do *Datafolha*. A artificialidade seria gerada, então, pela própria *FOLHA*, o que não é cabível. E ao contrário do que diz a oposição a Lula no Congresso é ferrenha e diária.

Na continuidade das edições, e apesar do empenho em desconstituir a imagem de Lula, culpando-o de alguma forma pelo acidente, o jornal registrou: “Para Polícia Civil, manete causou o acidente da TAM” (17/05/08).

Pela primeira vez a Polícia Civil de São Paulo pretende informar hoje aos familiares das vítimas da maior tragédia aérea do país que um manete causou o acidente com o avião da TAM em 17 de julho passado. Na época, o Airbus-A320 pousou em Congonhas, não conseguiu frear, saiu da pista, colidiu com um prédio da companhia, do lado de fora do aeroporto, e explodiu, matando 199 pessoas. “A causa principal do acidente a gente sabe: foi a história do manete. Isso está indiscutível, está comprovado. Nós já estivemos no simulador de vôo, nós já tivemos os gráficos recebidos do Cenipa [Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos] do desempenho da aeronave diante do acidente, pouco antes da batida e de se chocar contra o terminal [de cargas da TAM]”, diz o delegado Antonio Barbosa, do 27º Distrito Policial, de São Paulo. Um membro do IC (Instituto de Criminalística) paulista também participará em Porto Alegre do encontro mensal com parentes das vítimas do vôo 3054, que saíra da capital gaúcha para São Paulo. Na reunião, Barbosa falará aos familiares sobre a investigação policial. Ele diz, porém, que ela ainda não permite concluir se a alavanca de controle da potência da turbina direita foi posta na posição de aceleração ao invés de desaceleração por erro humano dos pilotos, falha do

sistema dos computadores de bordo ou quebra do equipamento. O manete esquerdo estava desacelerado. "Está demonstrado que o manete do lado direito ficou na posição de aceleração máxima. O que não sabemos é porque aconteceu isso. Talvez nós nunca saibamos. O que não sabemos é se é erro humano, se é um erro do equipamento, se é erro da interpretação dos computadores de bordo, embora pouco provável", disse. De acordo com Barbosa, a polícia tem dificuldades em apontar quem acionou o manete direito porque, de acordo com a Aeronáutica, os peritos acharam só um bloco retorcido onde estavam as alavancas. "O que a gente está falando é tudo comunicação do computador de bordo. Não temos o manete mais para tentar mostrar que ele estava na posição de aceleração. Mas, de acordo com o simulador e o diálogo do piloto e co-piloto: "desacelera", foi problema no manete", disse. Em agosto do ano passado, a Folha mostrou que dados da caixa-preta do Airbus sugerem falha humana no pouso. O relatório do Cenipa e o laudo do IC sobre as causas do acidente ainda não estão prontos. O delegado também citou como fatores contribuintes para o acidente a pista molhada e o descumprimento da norma da Anac (Agência Nacional de Aviação) divulgada às companhias aéreas proibindo pousos e decolagens em Congonhas com o reverso travado, o que prejudica a frenagem - a TAM descumpriu essa norma. Ele quer entregar em julho o relatório final sobre o inquérito policial que busca responsabilizar os culpados por homicídio culposo e lesão corporal. (TOMAZ e SPINELLI, 2008).

Redigido segundo os mais ortodoxos padrões da objetividade convencional, o texto não foi acompanhado de qualquer editorial ou artigo fazendo *mea culpa* do jornal. Todo o empenho, o intuito de comprometer a administração federal com a ocorrência do acidente, buscou-se ocultar com a emissão de notícia marcada por aparente neutralidade e frieza. Mas o que se tentara ao longo do período fora provocar processo de indignação social e sustentação desse arrebatamento. Era preciso criar um consenso anti-Lula e estabelecer, de uma edição para outra, fidelização de leitorado sensibilizado. Os familiares, um ano após o acidente, reuniram-se em ato público assim noticiado (17/07/08):

Há exatamente um ano, 199 pessoas morreram na avenida Washington Luís (zona sul), depois que um Airbus da TAM não conseguiu pousar em Congonhas e bateu em um prédio da empresa. Familiares pedem a responsabilização da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), da TAM e da Infraero (estatal que administra os aeroportos) pelo acidente, o maior da história da aviação nacional. [...] Às 14h, o grupo se reúne com o delegado que cuida do inquérito, Antonio Carlos Barbosa. "Ele deve reforçar o que já sabemos: a Anac errou, a Infraero errou e a TAM errou", diz a publicitária Luciana Haensel, 25, filha da psicóloga Angela Haensel, 51, morta na tragédia.



A Anac é acusada pelos familiares de não fiscalizar a própria norma que exigia os sistemas de freio em dia para pousos em Congonhas. A TAM, de desrespeitar a norma e autorizar o pouso do Airbus-A320 que estava com um dos reversores desligados. A Infraero, por abrir o aeroporto. “Nós sempre pedimos esclarecimento e justiça. Acho que os fatos já foram esclarecidos. Agora só falta justiça”, diz Archelau Xavier, vice-presidente da Afavitam (Associação de Familiares e Amigos das Vítimas da TAM) [...] (RODRIGUES, 2008a).

O padrão do texto manteve a linguagem distanciada e de aparente neutralidade. *TAM*, *Infraero* e *Anac* eram apontadas pelos familiares como as entidades responsáveis pela tragédia. *A posteriori*, a conjuntura nacional favorável a Lula se manteve e reafirmou nulos os esforços em contrário. *A FOLHA* reconheceu isso com a notícia “Pela 1ª vez, Lula é aprovado por todos segmentos sociais” (12/09/08). Em subtítulos, os registros: “Avaliação positiva do presidente passa dos 50% até entre os mais ricos e escolarizados”; “Pesquisa Datafolha mostra que 64% dos brasileiros consideram o governo ótimo ou bom, record depois da redemocratização”.

Embalado por fortes resultados na economia e por grande exposição nacional na atual campanha eleitoral [municipal], o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quebrou o seu próprio recorde de avaliação positiva.

Lula também acaba de obter, pela primeira vez, a aprovação da maioria absoluta da população brasileira em todos os segmentos sociais, econômicos e geográficos do país. Segundo pesquisa Datafolha finalizada ontem, 64% da população brasileira considera o governo Lula ótimo ou bom. O recorde anterior já colocava Lula na frente de todos os presidentes eleitos após a redemocratização - 55% de aprovação registrados em março passado.

O levantamento revela também que a popularidade de Lula acaba de vencer a resistência de segmentos socioeconômicos específicos que mantinham, entre eles, o índice de aprovação abaixo de 50%.

Pela primeira vez, Lula tem o apoio da maioria no Sudeste, nas regiões metropolitanas, entre os que têm curso superior e entre os vivem em famílias com renda familiar mensal superior a dez salários mínimos.

Entre a pesquisa realizada em março e agora, houve um salto a favor de Lula de 14 pontos percentuais entre os brasileiros mais ricos. Hoje, 57% dos que vivem em famílias que ganham R\$ 4.150,00 ou mais por mês aprovam seu governo.

Lula também conquistou pela primeira vez a maioria no Sudeste: 57% o aprovam, dez pontos acima da última pesquisa. Há alguns anos Lula também só tinha a maioria ao seu lado em regiões do interior. Agora, 57% dos moradores das regiões metropolitanas o aprovam.

Por fim, Lula também venceu a barreira entre os mais escolarizados. Em março, 47% dos brasileiros com curso superior consideravam seu governo ótimo/bom. Agora, são 55%. Os resultados da pesquisa coincidem com a divulgação, anteontem, de um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 6% no primeiro semestre do ano. Nesse bom resultado, houve uma significativa participação do consumo das famílias brasileiras, que cresceu 6,7% (a 19ª alta seguida) apoiado em aumentos da renda.

A expressiva avaliação de Lula aparece também no momento em que a inflação começa a ceder depois de ter atingido um pico neste ano, há três meses.

Coincide ainda com a participação pessoal ou do nome de Lula em várias campanhas municipais, além de grande exposição do presidente nos últimos dias por conta do início (ainda que simbólico) da produção de petróleo nas recém-descobertas reservas do pré-sal. "A pesquisa mostra que Lula vem quebrando resistências, especialmente entre os principais segmentos da classe média, o que é muito significativo", afirma o diretor-geral do Datafolha, Mauro Paulino.

Na pesquisa, o Datafolha ouviu 2.981 pessoas maiores de 16 anos em 212 municípios do país entre os dias 8 e 11 de setembro. A margem de erro é de dois pontos, para mais ou menos.

Além de ter ultrapassado barreiras, o levantamento revela que Lula também ampliou de maneira significativa o reforço à sua popularidade entre os que já o apoiavam.

No Nordeste, por exemplo, região que sempre deu os melhores índices de popularidade a Lula, sua avaliação subiu mais sete pontos. Hoje, 3 entre cada 4 nordestinos o apóiam. Houve ainda um salto de oito pontos percentuais a favor do presidente entre os mais pobres, com renda familiar até cinco salários mínimos. Atualmente, 65% desses brasileiros avaliam Lula positivamente (CANZIAN, 2008).

Na matéria "Lula mantém aprovação após caos aéreo e acidente da TAM" (05/08/07), a explicação para o prestígio presidencial fora centrada no recurso retórico-ideológico da "ignorância popular" como motivo. Como na sondagem de opinião empreendida pelo *Datafolha* em setembro de 2008 o crescimento deu-se de forma vigorosa em todos os segmentos sociais, surgiu impedimento ao uso desse artifício. Perante os argumentos anteriores estava descartada a "ignorância" das massas como elemento de validação. A notícia então realçou a exposição de Lula durante a disputa municipal, considerando que isso serviria de contributo à construção de imagem positiva. Não levou em conta o fato de que quando ator político é chamado a participar de campanhas eleitorais isso somente ocorre quando já detém imagem consolidada, não que a venha a construir em função dessa participação. Ocorrendo o contrário, ou seja, presença de ator político simbolicamente desacreditado, este torna-se empecilho àqueles a quem poderia

eventualmente ajudar e assim não seria chamado a participar da campanha. Portanto, a exposição midiática de Lula durante a campanha não pode ser considerada como elemento essencial à sua aprovação. Seria tangencial, no máximo.

A ação prosélita fica bem dimensionada ante a observação de como se deu a cobertura de dois acontecimentos de grande repercussão. Foi assumida postura de partido político atuando ora a favor ora contra atores políticos de expressão nacional, segundo as conveniências. A análise editorial-noticiosa expõe quadro em que se verifica processo cuja práxis é a utilização de material simbólico voltado para a inserção da *FOLHA* no espaço da sociedade civil a partir da sua condição de aparelho privado de hegemonia dinamizado por ator coletivo intelectual. Todo o equipamento inteligente funcionou de maneira sinérgica a produzir realidade jornalística sobreposta ao real vivido a fim de adequá-lo aos interesses da Direção.

O acidente ensejou o empreendimento de ação tática, cujo objetivo era sensibilizar opinião pública instrumental. O jornal empreendeu processo de grande e pequena política, estabelecendo contencioso ideológico sob o pálio de ataques a pessoa icônica. Assim, não aparentaria estar em curso conflito que, de fundo, visava impedir crescimento de potencial e tardia presença contra-hegemônica. A idéia, como ficou sugerido no artigo de Frias Filho, seria estabelecer uma assimetria maniqueística, colocando-se Lula como pólo negativo.

Todos os esforços editoriais visaram sua adequação à figura de fator de pequena política, cuja “micromegalomania” e mediocridade terminaram por resultar no acidente aviatório. É importante notar que essa pequena política visava atacar até mesmo sua condição pessoal: medíocre, acanhado, incapaz. Para tanto, como em Orwell, foi “transformado” de presidente em “assassino”.

O desenvolvimento do proselitismo deu-se a partir de jornalismo tópico e incidental, mas apresentado como prova de “desgoverno” em massa jornalística que aparentava efeito de unidade. A queda do avião seria demonstrativo da incompetência e incapacidade presidencial, imbricadas a agente político insignificante. A ação foi direcionada como parte de processo de guerra de posição, que ocorre ao longo do tempo histórico e envolve avanços e recuos, ações táticas e conflitos políticos e ideológicos na busca de ocupação de espaços.

Para a obtenção de desgaste da imagem de Lula era preciso a criação de realidade jornalística tomando como base o acidente. Mas a realidade jornalística

não conseguiu impor-se à realidade fática de quadro socioeconômico favorável, decorrente da estabilidade alcançada, e as pesquisas de opinião realizadas pelo *Datafolha* o confirmaram. Houve então o recurso de atribuir-se aos *proles* brasileiros, à sua “ignorância”, “incapacidade” de reconhecer como “verdade” tudo o que jornalisticamente era afirmado. As classes altas, na seqüência, também aprovaram o governante e a argumentação se esvaiu.

O trabalho desenvolvido com relação a Lula reafirma a ação jornalística como advinda de intelectual orgânico coletivo que comercia ideologia na forma de notícias e o faz de forma doutrinária, partidariamente. Isso permite enfatizar que *FOLHA*, mesmo praticando jornalismo de mercado, este se volta sobre mercado enquanto possibilidade de sociedade civil. Da mesma forma como verificamos que a disputa pelo mercado leitor visou colonizar consciências em consenso favorável ao *tucano*, idêntico processo se deu com relação a Lula, objetivando efeito contrário.

O condicionamento de leitores a noticiário que privilegia sempre os mesmos enquadramentos, em um e outro casos, ressalta que a busca mercadológica está impregnada essencialmente de ideologia como fator invisível que visa ensejar uma dada realidade como natural e desejável. Assim, torna-se importante ao jornal burguês buscar, de forma precautória, aniquilamento prévio de pessoa ou partido que possam vir a ser possibilidade contra-hegemônica.

A hostilidade, para tanto, atentou contra pessoa icônica apontada como incapaz, intelectual e politicamente, de assumir a presidência da república. Seu condicionamento ao Estado de compromisso facilitou os avanços da guerra de posição que, todavia, foram socialmente ineficazes e revelados como nulos quanto da auscultação das pesquisas do *Datafolha*. A *FOLHA* falhou ao anunciar que a culpa do acidente fora de Lula ou que “dois e dois são cinco e todos teriam que acreditar”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material jornalístico demonstra a atuação do jornal como aparelho privado de hegemonia e intelectual orgânico coletivo, bem como valida nossa proposta de possibilidade de uso de obra literária como ferramenta interpretativa complementar a tradição teórica. Constatamos, pelo referencial gramsciano adotado, que a Redação foi mobilizada visando a desestabilização do governo Lula enquanto possibilidade contra-hegemônica remota, paralelamente a apoio ao governo Serra. Com tal finalidade a *FOLHA* avocou passado construído quando do seu apoio às *Diretas-já*, empreendendo a seguir política de expansão apoiada no prestígio do jornal, então desvinculado do seu papel de veículo ligado à ditadura. Tal passado a apresenta como representante da sociedade civil, com o que praticou todas as investidas contra ator político de esquerda. Em última instância, trata-se de guerra de posição desenvolvida com objetivo de apoiar hegemonia de classe fundamental dominante, à qual está integrado o *Grupo Folha* em paridade ideológica com o PSDB.

Confirmada a hipótese de que a *FOLHA* atua como intelectual orgânico coletivo constatamos que os objetivos gerais, verificar o uso político de notícias e opinião e ocultação desse dizer pelo jornal também foram validados. A análise relativa aos dois acidentes deslindou como isso se deu na prática quando a empresa, a partir do coletivo jornalístico e de suas formulações noticioso-opinativas, teve ação de partido político.

A apreciação referente às ações de hostilidade ao ator político Lula registram que estas são incluídas em atitude programática maior, que transcende a mera e sectária oposição àquele. Integram-se a grande política, cujo propósito é minar o surgimento de nova hegemonia, ainda que hoje distante no tempo histórico. Impedir pragmaticamente a consolidação desse processo é comportamento que vai além do campo tático pontual para chegar à estratégia. Permitir a Lula e ao PT cimentar paulatinamente uma esquerda, mesmo que matizada de conservação pelo Estado de compromisso, seria aceder a possibilidade contra-hegemônica.

O trabalhopositor a ator político e partido foi facilitado por efeito indireto desse Estado de compromisso. É feita oposição ideológica de forma encoberta uma vez que, como o jornal não precisa confrontar-se com as bandeiras socialistas históricas do partido, atinge a pessoa icônica obtendo idêntico efeito. Isso se dá

mediante a utilização de editoriais, artigos e noticiário nuançado de opinião. A *FOLHA* agrega a seu discurso vozes discordantes de sua linha editorial, para com isso apresentar-se como instância pluriclassista e acreditada perante a sociedade civil.

A implantação do *Projeto Folha*, como ideário político e disciplinamento laboral voltado para jornalismo de mercado tornou-se elemento essencial a todo o processo, que assim cumpriu todo um cronograma de expansão ideológico-comercial, tornando o diário hegemônico em sua área.

A cobertura dos dois grandes acidentes revela agente político coletivo obstinado, emitindo falar autoritário, mas autodenominado plural e apartidário. Mas o apartidarismo se dissolve quando percebemos doutrinação oriunda de massa jornalística diária e enfática anti-Lula. Essa doutrinação está voltada para orientação sócio-ideológica, tarefa partidária típica. Em outras palavras: alertar a sociedade quanto ao perigo-Lula, barrar contra-hegemonia, impedir Lula e o PT de manter-se em ascenso, seria tarefa que incumbe ao jornal – propondo-se a *FOLHA* a ser ente com aptidão a influir nesse processo junto às classes médias e alta onde detém penetração. Para tanto, atirou-se a práxis que visava desqualificação política e até a desmoralização de Lula como pessoa, ao tempo em que emprestava apoio ao *tucanato*.

Encontramos inusitadamente proximidade entre a realidade da *FOLHA* e o universo ficcional orwelliano ao abordar ideológica e discursivamente o diário. Na *FOLHA* e naquele há confluências, funcionando a ideologia como ponto de cruzamento das duas realidades. O processo tem início com o disciplinamento da Redação segundo o *Projeto Folha*, cuja formulação se volta para fazer com que o jornalista “pense” segundo o jornal enquanto estiver trabalhando para sentir-se liberado a “pensar” segundo sua consciência quando não estiver em serviço. A isto Orwell, em sua obra, chamava de *duplipensar*, uma forma literária de pronunciar-se efeito ideológico, adestramento mental e configuração de sujeito a credo ideológico que produz realidade artificiosa. Há, paralelamente a isso, nítida disposição de desmantelar-se a Redação como coletivo pensante, conformando-a à condição de intelectual orgânico coletivo. O trabalhador jornalista é atomizado, para em seguida ser levado a orgânico na totalidade das consciências. Não se pretende o jornalista-enquanto-sujeito, mas jornalista-enquanto-trabalhador.

O *ombudsman* é uma espécie de *Ministro da Verdade* mesmo que sem poderes de disciplinar a Redação. Seu desempenho é orientado pelos ditames que lhe foram determinados pela Direção em performance que obtém efeito de *verdade* pelo anúncio de que tem liberdade para apontar erros no noticiário, em busca permanente de objetividade. Tal liberdade, porém, é inexistente.

A constatação de que trata-se de um apenas assalariado, sem os anunciados poderes, pode ser encontrada quando do episódio da presença da Polícia Federal na sede da empresa. O *ombudsman* criticou a cobertura falha e a notícia imprecisa dela resultante. Mas como o texto noticioso fora elaborado pela Direção e editorialistas, o *ombudsman* foi repreendido em editorial, o que desmistifica sua condição de *superego*. Tal circunstância lhe daria, supostamente, a liberdade crítica que afinal lhe foi denegada e expôs sua fragilidade essencial. O ombudsmanato revelou-se inócuo e unicamente ação de *marketing*.

Observação mais atenta ao *Projeto Folha* o encontra inicialmente como resultado prático de discurso de poder interno ao jornal. O *Projeto*, em seu íntimo, resulta de formulação ideológica que visa colocar a *FOLHA* em posição de órgão líder do jornalismo diário nacional com finalidade última de dar respaldo a bloco histórico dominante. Administrada a Redação como intelectual orgânico coletivo o *Grupo Folha* ampliou e fortaleceu presença no mercado setorial, atingindo na atualidade situação privilegiada como empresa e instituição informativa.

O *Grupo Folha* atua de forma hegemônica: aliou-se ao capital internacional, investiu na instalação de parque gráfico, publica livros e revistas e um jornal popular, o *AGORA S. PAULO*, além do diário *VALOR ECONÔMICO*, que atende leitorado da classe “A” em associação com outro jornal nacional de referência, *O Globo*. Tem presença no mercado de capitais com a emissão de *commercial papers* e paradoxal parceria com o *Estado de S. Paulo*, seu concorrente direto, com a criação da maior empresa nacional de distribuição de jornais. Mantém o instituto de pesquisas *Datafolha* e expandiu investimentos na *internet* com o *Universo on Line-UOL*. Tal situação coloca o *Grupo Folha* como aglomerado econômico que também faz jornal, amplia sua capacidade de influência e assegura seu perfil de grupo ideológico com grande capacidade de intervenção na sociedade civil.

A política editorial do amor/ódio se configura em comportamento *sui generis* de cativação de leitorado. É vista por intelectual orgânico como

recompensadora em termos econômicos e de prestígio, com desdobramentos políticos. Ferir valores caros ao senso comum, especialmente em instantes em que a sociedade encontra-se extremamente sensibilizada, é a forma de manifestação da política do amor/ódio. Isso é feito de forma a afrontar o leitor tomando-se precauções, porém, para que a afronta não ultrapasse limites que venham a provocar queda nas vendas ou abalar a imagem do jornal, que intenta ser “desafiador e respeitado”.

O estudo das coberturas dos acidentes do metrô e da *TAM* explicita o ator político coletivo *FOLHA*. Nos dois acontecimentos registraram-se desastres monumentais em que de alguma forma estavam envolvidas personalidades de destaque no campo da conservação ou à esquerda. A uma deu-se tratamento privilegiado e benigno; a outra dirigiu-se todo o poderio de artilharia do jornal. Houve largo e ponderável esforço para a construção da imagem jornalística do governador José Serra e desfiguração do adversário. Recorreu-se a artifícios como ênfase noticiosa pró-Serra e anti-Lula, com chamamento de intelectuais orgânicos a defender o primeiro e atacar o segundo.

Em relação a Serra, a utilização de pesquisas que o favoreciam apesar do Metrô trai a intenção de apresentar ator olímpico, condutor sereno e capacitado a enfrentar e resolver crises. O primeiro editorial logo após o acidente recomendava cautela quanto a quem seria o culpado por sua ocorrência. A primeira pesquisa de opinião foi feita cem dias após sua posse e apontou receptividade social mesmo que em período tão curto nenhum governo possa ter realizado obra tão marcante que justificasse tal aprovação.

Segunda pesquisa o mostrava como distanciado do PSDB, quando segmentos socioeconômicos das classes “D” e “E” *aprovavam* o seu governo. Orwellianamente o jornal reconstruía, a partir da pesquisa, o passado do governador, liberando-o da condição de político ligado a partido das elites. Os editoriais que tratavam do desabamento no Metrô foram sempre contidos, colocando-se muito mais na condição de comentários anódinos, ao mesmo tempo em que o noticiário matizado de opinião favorecia o governo paulista em seu subtexto.

A plasticidade editorial permitiu o exercício da ambigüidade e foram abertos espaços a articulistas que faziam críticas à forma como as causas do acidente eram apuradas – as chuvas eram colocadas como causa da tragédia.



Desconhecia-se ação humana de imprudência, imperícia ou negligência para colocar-se o ocorrido apenas como “fatalidade”, ou até mesmo “culpa de Deus”. Não foi exercitado jornalismo investigativo, que exporia o aparelhamento do Estado em favor da iniciativa privada expresso no contrato *turn key*, apontado por técnicos como decisão administrativa que contribuira para a realização de obra em que se privilegiou o lucro em detrimento da segurança. O noticiário era episódico e não apresentava objetivamente o quadro de aparelhamento do Estado pelas construtoras do Metrô.

Não houve ênfase ao fato de que, na era *tucana*, esse aparelhamento tivera grande crescimento. Isso redundou no contrato *turn key* e em obras na linha metroviária que privilegiavam o lucro das empreiteiras – que se auto-fiscalizavam –, em detrimento da segurança dos túneis. A *FOLHA* praticou jornalismo integral conservador. A partir do mercado criou seu estatuto de verdade e de objetividade uma vez que, como admitido, não os poderia encontrar nas visões tradicionais do jornalismo. Como reificação, o mercado permite quaisquer formulações ou justificativas especialmente quando, sob sua aparência, objetivam-se finalidades políticas convenientemente esmaecidas.

Como verificamos, o mercado jornalístico não existe segundo a compreensão mercadológica válida para outros produtos. O consumo do jornal implica absorção de ideologia mesmo que não mecanicamente, registrando-se que sob a face de mercado a atuação jornalística se dá efetivamente no plano político e em processo de degradação da sociedade civil, que é transformada em consumidor coletivo e adquire ideologia como se comprasse informação.

A apreciação a respeito do acidente com aeronave da *TAM* demonstra que, quanto a Lula, intenções e propósitos voltavam-se para desenvolvimento de atividade prosélita sob apanágio noticioso. A primeira pesquisa foi aplicada a apenas duas semanas depois do acidente, o que sugere a busca de opinião social desfavorável sob impacto do ocorrido. Obteve-se resultado contrário, conforme atestaram as pesquisas.

Artigos falavam em “assassinato”, percebendo-se intenção vinculatória entre fato e ator político. Ninguém da parte do governo federal foi ouvido logo após o acontecimento, fazendo o jornal opção por entrevistar o governador José Serra, que falava em “tragédia anunciada”, tecla percutida nas edições seguintes. A realidade de mundo passava a realidade de jornal, assumindo a condição de fato primário.

Ganhou força circunstancial em decorrência da omissão de Lula em pronunciar-se, o que facilitou a manipulação de acontecimento politizado.

Nas pesquisas subseqüentes os resultados mantinham aprovação ao governo petista com números sempre em ascensão, revelando a nulidade do trabalho jornalístico-partidário. A cobertura do movimento *Cansei* foi feita mediante “distanciamento” no plano opinativo, mas a voz dos seus organizadores funcionou como editorial subjacente.

Noticiário e artigos eram enfáticos ao colocar Lula como responsável direto pelo desastre, chegando-se a estabelecer falsa ligação entre ele e dois assessores que perpetraram comportamento eticamente discutível, porém decorrente de atitude personalíssima, portanto intransmissível. Mesmo assim, isso foi utilizado como gesto pontual na guerra de posição, o que permitiu a que familiares das vítimas tivessem textos e declaratórios instrumentalizados. A constatação final, de que o acidente fora decorrência de falha técnica na aeronave, mesmo assim não levou o jornal a fazer um *mea culpa* pela cobertura politizada.

A emissão de mensagens, em um e outro casos, tem a marca de discurso apresentado como plural e apartidário, mas é perceptível o esforço em favorecer o *tucanato*, que conta com a simpatia do diário conforme visto em declarações de ex-*ombudsmen*. Dois episódios envolvendo o ator político Lula e o jornal são exemplares quanto à hostilidade da *FOLHA*. O primeiro em artigo que o apontava como vindo de “acanhado ambiente sindical” e ameaça à estabilidade do mercado, em contraposição a José Serra como grande intelectual. Em acontecimento posterior, eram colocadas em dúvida suas condições para assumir a presidência da República, episódio que se buscou ocultar. Em ambos os casos, e na cobertura como um todo, podemos notar comportamento premunitivo a contra-hegemonia: Lula seria perigo a ser combatido e aniquilado por antecipação.

Ao visto, a *FOLHA* cumpre projeto histórico de respaldar a permanência de elite no poder e trabalha de maneira a impedir surgimento de entidade ou sujeito contra-hegemônico. Da forma como agiu – e age – e pela burla a seus alegados compromissos, insere-se na figuração de ente voltado para a construção e reconstrução jornalística da realidade. Assim, deixa de ser “um jornal a serviço do Brasil”, como proclama em seu lema, para se transformar no ***Diário Oficial do Grande Irmão***.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio Weber. **Império dos sentidos**: critérios e resultados na Folha de S. Paulo. *Novos Estudos*, 31 out. 1991, p. 41-67.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2 ed. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Prismas**: crítica cultural e sociedade. São Paulo: Ática, 2001.

AGUADO, Carmen Herrero. **La ideología como valor en el periodismo político**. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/alaic/chile2000/11%20GT%202000Discurso%20e%20Comunic/Carmen%20Herrero.doc>> Acesso em: 07 jul 2008.

AJZENBERG, Bernardo. Chapeuzinhos vermelhos, lobos maus, vovozinhas. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18 mar. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1803200101.htm>> Acesso em: 30 set 2007.

ÁLVAREZ, Jesús Timóteo. *Los Medios y el Desarrollo de la Sociedad Occidental*. In: BARRERA, Carlos (Org.). **Historia del Periodismo Universal**. Barcelona: Ariel, 2004. p. 25-40.

AMATO, Fábio. Bird desmente Alckmin sobre Metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 27 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2701200701.htm>> Acesso em 07 jul 2007.

ARBEX JR, José. O legado ético de Perseu Abramo e de Aloysio Biondi. In: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 7-13.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1981.

BARROS FILHO, C. de; MARTINO, L.M. S. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BARROS, Guilherme. Ricos não são menos brasileiros que pobres, diz o líder do "Cansei". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 02 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200714.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

BEGUOCI, Leandro. OAB lança campanha "cansei" para protestar. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 27 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2707200705.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

BENETTE, Djalma L. **Em branco não sai**. - Um olhar semiótico sobre o jornal impresso diário. São Paulo: Códex, 2002

BENJAMIN, Walter. A Obra de Arte na Época de Sua Reprodutividade Técnica. In: LIMA, Luiz da Costa (Org.). **Teoria da Cultura de Massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 221-254.

BERABA, Marcelo. A mesma República. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 28 jan. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2801200701.htm>> Acesso em: 30 jun 2007.

\_\_\_\_\_. A tragédia do metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 21 jan. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2101200701.htm>> Acesso em: 29 ago 2007.

\_\_\_\_\_. As últimas mensagens.. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 01 abr. 2007d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om0104200701.htm>> Acesso em: 30 jul 2008.

\_\_\_\_\_. Imprensa, crises e desafios. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 11 abr. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1104200401.htm>> Acesso em: 30 jul 2008.

\_\_\_\_\_. Registro taquigráfico do horror. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 22 jul. 2007c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2207200701.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

BERGAMASCO, Daniel; TÓFOLI, Daniela; CARAMANTE, André. Em ato, comissários "aplaudem" gestos de assessor de Lula. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2603200705.htm>> Acesso em: 30 set 2007.

BERTRAND, Claude-Jean. **A Deontologia das Mídias**. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru: EDUSC, 1999.

BOLAÑO, César. **Industria Cultural, Informacao e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BOMBIG; José Alberto. Oposição não tem que dar trégua a Lula, diz Alckmin. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 mar. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2603200705.htm>> Acesso em: 11 set 2008.

BRAGANÇA, Bertrand de Orleans e. O Brasil e os cegos. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 30 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3008200709.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

CANZIAN, Fernando. Empreiteiras enfrentam "hiperconcorrência". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 23 jan. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2301200721.htm>> Acesso em: 30 mar 2007.

\_\_\_\_\_. Lula mantém aprovação após caos aéreo e acidente da TAM. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 05 ago. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0508200702.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

\_\_\_\_\_. Pela 1ª vez, Lula é aprovado por todos segmentos sociais **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 12 set. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1209200802.htm>> Acesso em: 30 out 2008.

CAPRIGLIONE, L.; SAMPAIO, P.; BEGUOCI, Leandro. Na Sé, "Cansei" desemboca em "fora, Lula". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1808200706.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

CAPRIGLIONE, Laura. São Paulo faz maior "Fora, Lula!"; protesto reúne 3 mil pelo país. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 05 ago. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0508200703.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

\_\_\_\_\_. Van aparece na cratera de lama e tudo se silencia. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 16 jan. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1601200717.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

CARAMANTE, André *et. al.* No quarto dia de buscas, bombeiros acham duas vítimas da cratera do metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 16 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1601200701.htm>> Acesso em: 11 ago 2007.

CARAMANTE, André. Para Metrô, era possível prever acidente. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 13 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301200708.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

CARAMANTE, André; SPINELLI, Evandro. "Grupo deve assumir responsabilidade", diz tucano. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 16 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1601200710.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

CARVALHO, Mário Cesar. A agonia do Metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 23 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2301200706.htm>> Acesso em: 11 fev 2007.

CATANHÊDE, Eliane. Acidente provoca empurra-empurra no governo. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1807200724.htm>>. Acesso em: 11 set 2008.

CHAZEL, F. Poder. In: BOUDON, R. (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.

CONY, Carlos Heitor. Além do desastre. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19, jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1907200704.htm>> Acesso em: 30 jul 2007.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade - para uma ética da informação**. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

COSTA, Caio Túlio. **Ombudsman – o relógio de Pascal**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. Quando alguém é pago para defender o leitor. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 24, set. 1989. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19890924.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19890924.htm)> Acesso em: 20 jun 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci - Um estudo sobre o pensamento político**. Rio de Janeiro; Campus, 1989.

CREDENDIO, José Ernesto *et al.*. Obra do metrô desaba e abre cratera em SP. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 13 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301200701.htm>> Acesso em: 20 jun 2008.

DAUDT, Francisco. O que ocorreu não foi acidente, foi crime. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200743.htm>>. Acesso em: 11 set 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Edmundo Fernandes (*et alli*). **O Outro Gramsci**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia**. São Paulo : Xamã, 2000.

DOMINGUES, Renata. Pínel do leitor. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 25 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2501200710.htm>> Acesso em: 11 fev 2007.

ESTEVES, João Pissarra. **Espaço público e democracia**. São Leopoldo: Unisinos, 2003

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. **Novos Rumos**, São Paulo, ano 16, n. 34, p. 29-40, 2001.

FOLHA DE S. PAULO. O mesmo roteiro. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 02 ago. 2007p. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0208200701.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Túnel eleitoreiro. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 15 jan. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1501200502.htm>> Acesso em: 30 jul. 2007.

\_\_\_\_\_. "Resposta ao caso não pode ser gestos obscenos", afirma padre. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 23 jul. 2007k. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2307200721.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Aos cidadãos. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 27 nov. 1983. 1º caderno, Opinião, p.2.

\_\_\_\_\_. Aprovado por 39%, Serra tem avaliação pior na capital. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 mar. 2007c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2603200702.htm>> Acesso em: 27 mar 2007.

\_\_\_\_\_. Assessor especial de Lula faz gesto obsceno ao assistir, na TV, à notícia sobre a TAM. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 20 jul. 2007j. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2007200708.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Atos pelas diretas leva 15 mil à praça Charles Miler. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 28 nov. 1983. Política, p.4.

\_\_\_\_\_. Avião da TAM com 176 bate em prédio e explode. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18 jul. 2007g. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1807200701.htm>> Acesso em: 10 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Buraco Negro. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 31 mar. 2007d. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3103200701.htm>> Acesso em: 31 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. Chaii diz que mídia inventou a crise aérea. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 01 ago. 2007o. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0108200710.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Conar legitima direito da Folha de usar expressões "o maior jornal do país" e "o jornal que mais vende". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 05 set. 2007s. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u326079.shtml>> Acesso em: 06 set 2007.

\_\_\_\_\_. Consórcio culpa geologia do terreno por acidente que matou 7 em obra do metrô de SP. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18 jul. 2008h. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u423817.shtml>> Acesso em: 18 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Desastre no metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 15 jan. 2007u. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1501200701.htm>> Acesso em: 11 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Desconfiança no metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 12 ago. 2007x. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1208200702.htm>> Acesso em: 15 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Em nota oficial, consórcio Via Amarela culpa fortes chuvas pelo deslizamento. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 14 jan. 2007v. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200715.htm>> Acesso em: 11 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Estagnação. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 ago. 2007m. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1908200701.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Folha lança novo projeto gráfico. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 14 maio 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/novoprojetografico/>> Acesso em 19 jun. 2008.

\_\_\_\_\_. Folhapress. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www.folhapress.com.br/>> Acesso em: 21 jun. 2008b. .

\_\_\_\_\_. Governo de SP decide parar obra do metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 15 fev. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1502200715.htm>> Acesso em: 17 fev 2007.



\_\_\_\_\_. História da Folha. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/historia.shtml>> Acesso em: 20 jun. 2008f.

\_\_\_\_\_. Investigação: ainda não há laudo sobre o acidente da cratera em janeiro. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 09 ago. 2007f. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0908200705.htm>> Acesso em: 10 ago 2007.

\_\_\_\_\_. Jornal precisa encontrar seu novo papel, diz ombudsman. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 20 abr. 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om2004200801.htm>> Acesso em: 11 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Laudo vê riscos na estação Fradique Coutinho do metrô. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 14 fev. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1402200719.htm>> Acesso em: 26 fev 2007.

\_\_\_\_\_. **Manual da Redação**. São Paulo: PubliFOLHA, 2001.

\_\_\_\_\_. **Manual Geral da Redação**. São Paulo: FOLHA DE S. PAULO, 1984.

\_\_\_\_\_. Medição já apontava falha, diz secretário. São Paulo, 14 jan. 2007q. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200709.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Novos rumos - depois da redemocratização. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1985-1.shtml>> Acesso em: 20 jun. 2008e.

\_\_\_\_\_. O jornal mais influente do Brasil. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/>> Acesso em: 16 maio 2008p.

\_\_\_\_\_. OAB do Rio diz que "Cansei" tem "fundo golpista". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 02 ago. 2007l. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200717.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Para não ser em vão. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 jul. 2007i. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1907200701.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Plano de emergência. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18, jan. 2007w. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1801200702.htm>> Acesso em: 11 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Presidente diz que irá a Estados do Sul em agosto. **FOLHA DE S. PAULO.** São Paulo, 28 jul. 2007n. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2807200705.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Presidente não telefonou para Serra e Kassab. **FOLHA DE S. PAULO.** São Paulo, 19 jul. 2007h. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200742.htm>> Acesso em: 30 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Projeto Editorial 1997. Um panorama de mudanças na economia, na política e nas idéias. **FOLHA DE S. PAULO.** Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto\\_editorial\\_panorama.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/projeto_editorial_panorama.htm)> Acesso em 16 maio 2008d.

\_\_\_\_\_. PubliFolha. **FOLHA DE S. PAULO.** Disponível em: <<http://publifolha.folha.com.br/>> Acesso em: 21 jun. 2008c. .

\_\_\_\_\_. Responsáveis por acidente podem não ser presos, afirma promotor. **FOLHA DE S. PAULO.** São Paulo, 10 jul. 2008g. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1006200825.htm>> Acesso em: 11 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Segurança aponta avanços de gestão no 1º trimestre. **FOLHA DE S. PAULO.** São Paulo, 15 abr. 2007e. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1504200725.htm>> Acesso em: 15 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Serra afirma que acidente da TAM foi tragédia anunciada. **FOLHA DE S. PAULO.** São Paulo, 18 jan. 2007t. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1807200719.htm>> Acesso em: 11 set. 2008.

\_\_\_\_\_. Um ano após acidente em obra do metrô, causas ainda são desconhecidas. **FOLHA DE S. PAULO.** São Paulo, 12 jan. 2008i. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u362792.shtml>> Acesso em: 12 jan. 2008.

FONSECA, Francisco C.P. **O Consenso Forjado.** São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FONTANA, Benedetto. Hegemonia e nova ordem mundial. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 113-125).

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente** - como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: EdUFS. Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

FRIAS FILHO, Otávio. A "Folha" e as Diretas. **Revista Lua Nova,** São Paulo, v.1, n.2, p. 35-36, jul./set. CEDEC, 1984.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil Dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo: PubliFOLHA, 2005.

\_\_\_\_\_. Lula lá. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 30 maio 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz3005200207.htm>> Acesso em: 12 jan. 2008.

FUNDAÇÃO PERSEU Abramo. **Partido dos Trabalhadores - Trajetórias: das origens à vitória de Lula**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

GANDOLFO, Fábio; RIBEIRO, Marcio Pellegrini. Engenheiro da linha 4-amarela diz que não tem pistas sobre causas do acidente. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 30 abr. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidianff3004200710.htm>> Acesso: 30 abr 2007. (Entrevista concedida a Alencar Izidoro, FOLHA DE S. PAULO)

GASPARI, Élio. A micromegalomania de Lula é contagiosa. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasilfc2507200707.htm>> Acesso em: 12 jan. 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. O Jornalismo e a crise da objetividade burguesa. **Estudos em Jornalismo e mídia**, Florianópolis, v.2, n.1. p. 175-177, 2005. (Insular).

\_\_\_\_\_. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIELOW, Igor. O pesadelo da aviação não acaba. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 18 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidianff1807200726.htm>>. Acesso em: 11 set. 2008.

GLASSER, Theodore L. O ombudsman de imprensa nos Estados Unidos. In: BERTRAND, Claude-Jean. **O Arsenal da democracia**. Bauru: EDUSC, 2002. (p. 213-221)

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**. Volume 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. Volume 1 (1910 – 1920). Edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

\_\_\_\_\_. O partido Político. *In*: SADER, Emir (org). **Gramsci- Poder, Política e Partido**. 2. ed. SP: Brasiliense, 1992.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Grall. 1978.

GUIBU, Fábio. Aliados preparam atos para Lula no Nordeste. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2507200704.htm>> Acesso: 30 jul. 2007.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. Trad. Erlon José Paschoal. São Paulo: UNESP, 1997.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques**. São Paulo: Contexto, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. Do jornalismo dos desastres ao desastre do jornalismo. **Carta Maior**. São Paulo, 22 jan. 2007. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=3478](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=3478)> Acesso em: 04 ago. 2007.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo Na Era Virtual**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Editora UNESP, 2005.

\_\_\_\_\_. O Jornalismo Torturado. **Fundação Perseu Abramo**. São Paulo, 30 jun. 1989. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=492>> Acesso em: 04 ago. 2008.

LAFRAIA, Eduardo. A engenharia brasileira e o metrô de SP. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 15 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1502200709.htm>> Acesso: 17 fev. 2007.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

LAURINDO, Roseméri. **Jornalismo em Três Dimensões** – Singular, particular e universal. Blumenau: EDIFURB, 2008

LEITE, Marcelo. Mais luz, mais ilusões. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 05 jan. 1997. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19970205.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19970205.htm)> Acesso: 27 ago 2008.

LEITE, Pedro Dias; SCOLESE, Eduardo. Lula diz temer avião e admite crise aérea depois de 10 meses. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2607200702.htm>> Acesso: 27 ago. 2007.

LERNER, Max. Algumas Perguntas que não Esperam Resposta. *In*: SCHMUEHL, Robert (Org.). **As Responsabilidades do Jornalismo** – as questões na ética no país de maior liberdade de expressão. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda, 1984.

LIGUORE, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LO PRETE, Renata. A ingenuidade à sua disposição. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 08 mar. 2008. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19980308\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19980308_1.htm)>. Acesso em: 23 jun. 2008.

LUKÁCS, George. **Estética I**. Buenos Aires: Grijalbo, 1963.

MADRID, Javier Esteinou. Meios de Comunicação e Construção da Hegemonia. *In*: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 41-58.

MAGALHÃES, João Carlos. "Para governo e empresas, morreram 200 pessoas; para nós, é nossa filha querida". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 23 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200716.htm>> Acesso em: 17 dez 2007

MAGALHAES, Mário. Despedida. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 06 abr. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om0604200801.htm>> Acesso em: 10 jul 2008.

\_\_\_\_\_. O jornal previsível. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 08 abr. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om0804200701.htm>> Acesso em: 10 jul 2007.

MARTINS, Márcio Kerr. Painel do Leitor. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 29 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2901200710.htm>> Acesso em: 10 fev 2007.

MARTINS, Pedro Batista. **Commercial Paper**. Disponível em: <<http://www.batistamartins.com/artigos/compap.htm>> Acesso em: 21 fev 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo de produção do capital. Vol. I. Livro Primeiro, tomo 1. São Paulo : Abril Cultural, 1983b. (Caps. I a VII)

\_\_\_\_\_. **O capital**: o processo de produção do capital. Vol. I. Livro Primeiro. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Caps XIII a XXV).

MATTELART, Armand y Michele. *La Recepcion: el Retorno al Sujeto. In: Dialogos de la Comunicación*, N. 30, Lima, junho de 1991.

MATTELART, Armand. *La cultura como empresa multinacional*. 2. ed. México, DF: Ediciones Era, 1989.

MEDICI, Rita. O conceito gramsciano de nação hegemônica. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci e entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994

MENDONÇA, A. S. Comunicação e teoria da hegemonia. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez, 1982.

Mercadante, Aloizio. Newton dorme. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 23 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2308200708.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (org.). *Ler Gramsci e entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (p. 189-200).

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impres, 1981.

OLIVEIRA, Germano. Lula *FOLHA* vs. Lula. **Observatório da Imprensa**. 24 jul. 2002b. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp310720021.htm>> Acesso em: 23 jul 2008.

\_\_\_\_\_. Lula se desentende com diretor da 'Folha'. **Época**. São Paulo, Ed. 218, 24 jul. 2002a. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG49321-6009,00-LULA+SE+DESENTENDE+COM+DIRETOR+DA+FOLHA.html>> Acesso em 23 jul 2008.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira* – cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

OTTOLENGHI, Franco. Jornalismo. In.: Vocabulário gramsciano. Filosofia e questões teóricas. **Fundação Lauro Campos**. 24 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/152-documento/246-vocabulario-gramsciano>> Acesso em: 28 jan 2009.

PASCHOAL, Engel. *A Trajetoria de Octavio Frias de Oliveira*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2007.

PATURY, Felipe. Jornal cresce e se torna grupo de mídia. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo\\_folha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/grupo_folha.shtml)> Acesso em: 18 jun 2008.

PAVAN, Renato. Equívocos e inverdades. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 24 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2401200708.htm>> Acesso em: 18 jun 2007.

PELLIM, Roberto; CARVALHO, Mário Cesar. Metrô optou por obra com mais riscos. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 21 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff12101200701.htm>> Acesso em: 17 jun 2007.

PENTEADO, Gilmar; PAGNAN, Rogério. Para advogados, Estado é responsável. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 17 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1701200710.htm>> Acesso em: 18 jun 2007.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. *In*: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.) **O Jornal: da forma ao sentido**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002. (p. 217-233).

\_\_\_\_\_. O Acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo** – questões, teorias e <<estórias>>. Lisboa: Veja, 1999. (p. 27-33)

RODRIGUES, Cinthia. 1 ano após avião da TAM cair, parentes protestam. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 17 jul. 2008a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1707200813.htm>> Acesso em: 20 jul 2008.

\_\_\_\_\_. Consórcio contesta IPT e diz que cratera no metrô foi fatalidade. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 jul. 2008b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200814.htm>> Acesso em: 19 jul 2008.

RODRIGUES, Fernando. Um gesto didático. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 21 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2107200704.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

ROMEIRO, Gabriel. **Entrevista concedida a Emanuel Francisco Pinto Barreto**. São Paulo, 30 nov. 2007.

ROSSI, Clóvis. O lema do Brasil. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1907200702.htm>> Acesso em: 30 jul 2007.

\_\_\_\_\_. Sem apoio do PDS, a emenda das diretas é rejeitada. **FOLHA DE S. PAULO**, São Paulo, 26 abr. 1984. Política, p. 5

RUDIGER, Francisco. **Ciência Social Crítica e Pesquisa em Comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

SÁ, Júnia Nogueira de. Ombudsman, terceiro ato. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 set. 1993. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19930926\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19930926_1.htm)> Acesso: 17 dez 2008.

SANDER, Letícia. Economia explica popularidade, diz Lula sobre pesquisa. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 06 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0608200706.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

SANDER, Letícia; LEITE, Pedro Dias. "Eu estou com o coração sangrando", afirma Lula na TV. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 21 jul. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2107200704.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

\_\_\_\_\_. Em meio à crise, Lula se recolhe em Brasília. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 jul. 2007c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1907200741.htm>> Acesso em: 30 jul 2007.

\_\_\_\_\_. Famílias cobram Lula por gesto e medalhas. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 03 ago. 2007<sup>a</sup>. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0308200715.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

SANTOS, Álvaro Rodrigues. Acidentes: é um erro perigoso culpar a natureza. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3003200824.htm>> Acesso em: 30 mar 2008.

SANTOS, João Agostinho A. **Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia**. Temas de ciências humanas. São Paulo, v. 8, 1980, p. 39-64.

SANTOS, João de Almeida. **O Princípio da Hegemonia em Gramsci**. Lisboa: Veja, 1978.

SANTOS, Mário Vitor. Despedida. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 28 dez. 1997. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19971228\\_1.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19971228_1.htm)>. Acesso em: 22 jul 2007.

\_\_\_\_\_. Manifesto de um novo ombudsman. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 29 det. 1991. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19910929.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19910929.htm)> Acesso em: 23 jun 2008.



\_\_\_\_\_. Últimas impressões. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 set. 1993. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb\\_19930919.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19930919.htm)> Acesso em: 22 jul 2008.

SANTOS, Sérgio Ricardo Coutinho. História recente do Catolicismo no Brasil: identidades católicas em confronto. **CEHILANET - Revista de História da Igreja na América Latina e no Caribe**, ano 1, n.1. 2004. Disponível em: <<http://www.cehlanet.net/01textos/n01/005Artigos06.htm>> Acesso em: 30 ago 2007.

SAYÃO, Alberto. Os acidentes na engenharia brasileira. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 19 jan. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1901200708.htm>> Acesso em: 23 jun 2007.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. 2. ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.

SEABRA, Catia. Aprovação a Serra aumenta 10 pontos percentuais em 7 meses. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 16 dez. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1612200708.htm>> Acesso: 17 dez 2007.

\_\_\_\_\_. Governador fica perplexo com vídeo do acidente. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 14 jan. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1401200710.htm>> Acesso: 17 dez 2008.

SELL, Luiz Carlos. Tributo a uma princesa morta. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2107200707.htm>> Acesso: 17 dez 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil Dias: Seis Mil Dias Depois**. São Paulo: PubliFOLHA, 2005.

\_\_\_\_\_. **O adiantado da hora** - a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1991.

SITTON, John. **Habermas y La Sociedad Contemporánea**. México (DF): FCE, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: 1999.

SOUZA, Luiz Antonio Pereira de; Painel do leitor. **FOLHA DE S. PAULO**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1701200710.htm>> Acesso em: 17 mar 2007.

SPINELLI, Evandro. Governador diz que metrô irá investigar causas de acidente. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 13 jan. 2007a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301200709.htm>> Acesso: 17 dez 2007.

\_\_\_\_\_. Houve um somatório de erros, diz IPT. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 22 jan. 2007b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2201200701.htm>> Acesso em: 18 jan 2008

STEINBRUCH, Benjamin. Omissão agora será sinônimo de crime. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 31 jul. 2007 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3107200705.htm>> Acesso: 17 dez 2007.

SWEARINGEN, John E. A responsabilidade no jornalismo: uma perspectiva empresarial. In: SCHMUHL, Robert (Org.). **As Responsabilidades do Jornalismo** – as questões na ética no país de maior liberdade de expressão. Rio de Janeiro: Editorial Nórdica Ltda, 1984. (p. 111-129).

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002

TÓFOLI, Daniela. Gesto de assessor de Lula revolta parentes. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 21, jul. 2007 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2107200708.htm>> Acesso em: 11 set 2007.

TOLEDO, *Renato Godoy de*. Desastre em São Paulo: Privatização do Metrô: tragédia anunciada. **BRASIL DE FATO**. São Paulo, ed. 203, 18 a 25 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.brasilefato.com.br/v01/impresso/anteriores/jornal.2007-01-24.8664135108/editoria.2007-01-31.2177856238/materia.2007-01-31.8399419100>> Acesso em: 12 ago 2008.

TOMAZ, K.; IZIDORO, A.; PAGNAN, R. Laudo do IC descarta fatalidade como causa de cratera. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 26 ago. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2608200818.htm>> Acesso em: 27 ago 2008.

TOMAZ, K.; SPINELLI, E.. Para Polícia Civil, manete causou o acidente da TAM. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 17 maio 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1705200819.htm>> Acesso em: 27 ago 2008.

TOMAZ, Kleber; PAGNAN, Rogério. Laudo da cratera do metrô só sai em agosto. **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 10 fev. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1002200701.htm>> Acesso em: 27 mar 2007.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo** – questões, teorias e <<estórias>>. Lisboa: Vega, 1999. (p. 74-90)

VIANNA Luiz Werneck. A sucessão de Lula e o retorno do nacional-popular. **Gramsci e o Brasil**. Juiz de fora, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=895>> Acesso em: 30 ago 2008.

\_\_\_\_\_. O estado novo do PT. **Peripécias**. n.58, 25 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.peripencias.com/politica/323WerneckNuevoEstadoPT.html>> Acesso em: 21 ago 2007.

WEBER, Max. **Ciência e política** – duas vocações. Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1968.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZOTTOLO, Paulo. Ricos não são menos brasileiros que pobres, diz o líder do "Cansei". **FOLHA DE S. PAULO**. São Paulo, 02 ago. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200714.htm>> Acesso em: 30 ago 2007. (Entrevista concedida a Guilherme Barros, colunista da FOLHA DE S. PAULO)

**ANEXOS****Matérias impressas da *FOLHA DE S. PAULO***

FOLHA DE S. PAULO. Aos cidadãos. FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 27 nov. 1983. 1º caderno, Opinião, p.2.

2 — 1º caderno — OPINIÃO Domingo, 27 de novembro de 1983

**Um consenso direto**

**São Paulo**

A necessidade da eleição direta do futuro presidente da República é hoje uma quase-unanimidade nacional. Basta relatar as jornadas da semana para se tomar consciência de que todas as pessoas com responsabilidade política, mesmo as que têm interesses em jogo e se posicionam contra a ideia já considerada o pleito presidencial direto — uma aspiração nacional.

Um flagrante do momento político nacional mostra claramente, em termos gráficos, uma maior vontade favorável à ideia. É não apenas a força da memória coletiva, pois a escolha do presidente pelo voto direto correto-brasil, como também o consenso de que um presidente legitimado pela manifestação direta da soberania popular terá muito mais condições para conduzir o Brasil em tempo de crise.

A percepção que se tem é que falta apenas — depois das reiteradas declarações do presidente Figueiredo em favor da ideia — um pequeno empurrão para que a quase-unanimidade em torno da ideia se concretize em realidade. Nesse sentido, a mobilização que se realiza em São Paulo pode representar o empurrão que falta.

Vale observar que se São Paulo, em nível de governo, assume o lugar que lhe corresponde pelo seu peso político específico na Federação com a iniciativa do governador Franco

Mostro em reunir seus colegas do partido de oposição para exigir a ideia já — também em nível de sociedade civil há uma mobilização como o comício de hoje na praça Charles Miller, para que a ideia se realize.

Estes dois movimentos convergentes, no plano do Estado e no plano da sociedade, tendem a produzir efeitos políticos imediatos. Transferiram em instantâneo o cenário presidencial indireto, montado artificialmente para preservar o sistema de poder existente, e deixam em situação ridícula até os membros que, em nome do "direito adquirido", pretendem substituir milhões de eleitores.

As alegações, pois não chegam nem a ser argumentos, de que o jogo sucessório já começou e que não há tempo para se mudar as regras agora restam para o terreno da piada. Expressam apenas atribuições pessoais daqueles que se cercaram nos anos de autoritarismo e que buscam afanosamente o tipo da escada. Mas do que ideologicamente expressam uma inconcebível ignorância histórica, pois se uma profunda ignorância da história brasileira pode levar alguém a insistir de eleger mais um presidente indireto. (Galeno de Freitas)

**Batoteiros e otários**

**Brasília**

O debate sobre eleições diretas, único assunto político a preocupar realmente, os vários partidos no Congresso, ao final do ano legislativo, está sendo considerado, por detentores e opositores da ideia, um aspecto inseparável da questão da dívida externa.

Alguns dos partidários do voto direto que o governo brasileiro não respalda popular, está politicamente sobrevivendo perante seus credores. Além disso, como a legitimidade aumentou o risco de instabilidade, os negociadores estrangeiros tendem a valer-se dessa circunstância, para impor condições draconianas.

Os defensores do voto indireto — que consideram corretas as renegações eleitorais — acham-se indispensáveis para preservar os estabelecimentos com esses credores. Entre os que assim pensam está o ministro Delfim Neto, do Planejamento. Após cumprir os últimos anos de vacas magras, o ministro espera, com o pagamento da dívida, precipitar, em dois anos — quando outro governo estará no poder — o ciclo das vacas gordas.

A controvérsia sobre o acerto ou o erro da ordem econômica mira-se em aspectos jurídicos e políticos da questão e que constituem, potencialmente, os pontos fracos da linha de ação dos adeptos da ideia indireta.

O argumento básico de defesa das indiretas é o suposto respeito às regras da Constituição, quando de alguns, o acatamento às regras da Constituição vigente.

Mas, que regras são essas?

O Colégio Eleitoral indireto foi recomposto, em parte, por um ato de urgência, a pouco de abril de 1977, com a renovação de 22 senadores e a

eleição de mais 22, no ano seguinte, através das sublegiões. Em 1982, completou-se esse colégio da Lei Falcão, que proibiu os candidatos ao Colégio Eleitoral de comparecer às eleições e raios. Em janeiro de 82, dez meses apenas antes do pleito, instituiu-se, por decreto de prazo, o voto vinculado compulsório e a obrigação de cada partido ter candidatos a todos os níveis, sob pena de anulação de seus votos.

Em fins de junho de 82, quando as pesquisas já indicavam a provável futura composição do Legislativo, alteraram-se fundamentalmente as regras da Constituição, uniformizando-se o número de delegados de cada Assembleia, ao Colégio Eleitoral.

Diz-se que as oposições acataram tais regras, tanto que concorreram às eleições de 82. Se não concorrerem, teriam, hoje, o regime de partido único, de acordo com as próprias regras então vigentes.

Seria isso melhor para o País? Tudo indica que não, tanto que, como o partido que avaliou tais regras se tornou minoritário, apesar de tudo é possível denunciá-las, presentemente.

Na realidade, como as cartas haviam sido marcadas na barra, antes do jogo sucessório, o que agora se parece exigir é um novo baralho, para que a sociedade brasileira assista a uma competição política normal e democrática, entre pessoas decentes, e não um jogo sujo, entre batoteiros e otários. (Rubem de Azevedo Lima)

**Razões do medo**

**Rio de Janeiro**

Há 23 anos completos, o povo brasileiro escolheu, pela última vez, seu dirigente máximo. Já os quadros, com 5.836.623 sufrágios, atingiu 49% dos votos apurados para os candidatos. Pouco mais, relativamente, que Vargas dez anos antes, ao alcançar 49%.

É importante a análise e a prática que se deu

em torno desse medo. De fato a mecânica do voto é simples, e o demonstrativo da escolha direta de 23 governadores basta para compreender um, pois, apesar da complexidade orléans

**FOLHA DE S. PAULO**

Um jornal a serviço do Brasil \*\*\*

**Aos cidadãos**

A cidade de São Paulo se prepara hoje para a primeira manifestação pública de caráter suprapartidário a favor das eleições diretas para a Presidência da República. Mais do que ansio de grupos ou setores, trata-se de uma exigência nacional longamente amadurecida na reflexão e na prática.

O cenário não poderia ser mais apropriado. Os mais dramáticos e surpreendentes episódios da atual transição democrática se passaram em São Paulo, impulsionados pelo dinamismo da cultura industrial aqui instalada. Território de novos conflitos e atitudes, esta cidade constitui o paradigma de uma sociedade complexa cuja expansão não se

pode mais conter nos limites acanhados da tutela.

O que se reclama, em última análise, é a devolução do direito de autogoverno. Adiante, nas atuais circunstâncias, poderá transformar o descrédito que separa a sociedade e o poder que a governa em antagonismo irreductível.

A "Folha" atribui importância à manifestação programada para esta tarde. Esperamos que nela a presença madura, firme e serena dos cidadãos de São Paulo possa traduzir o desejo de todo o povo brasileiro, a esperança em um futuro renovado e a certeza de que conquistaremos a dignidade política pela qual se mede o valor de uma Nação.

**Ainda o ICM**

Como parte dos entendimentos políticos que conduziram à recente aprovação da mini-reforma tributária pelo Congresso Nacional, ficou estabelecido, entre representantes do Executivo e do Legislativo federal, que o aumento da alíquota do ICM será de 16% para 17% e não 18% como anteriormente se cogitava.

Ainda que a magnitude do aumento tenha sido reduzida, continuamos entendendo que não é possível justificá-lo. Neste mesmo espaço já enfatizamos que, como imposto indireto que grava mais fortemente as classes que gastam a maior parte de seus rendimentos em despesas de consumo — e são aquelas de menor nível de renda — o ICM tem um alto grau de iniquidade social. Assim, há que reduzir e não ampliar o seu papel na estrutura tributária brasileira.

O aumento também adicionará mais lenha na fogueira da inflação e surpreende-nos ver os secretários da Fazenda e do Planejamento do Estado utilizar o argumento de que é pequeno seu efeito se comparado às taxas de inflação do momento. É necessário resistir a esse sofisma pois a mesma afirmação corre por trás dos diversos aumentos das contribuições da Previdência Social, da criação do Fimocial, da mini-reforma tributária e outros que tais. Junte-se tudo isso e se chega a algo que está longe de ser desprezível. A argumentação soa como se fosse possível

aceitar grandes desastres desde que ocorrendo em etapas de pequeno porte. Há que resistir contra esse sem-fim de "pequenas" sangrias no bolso do contribuinte.

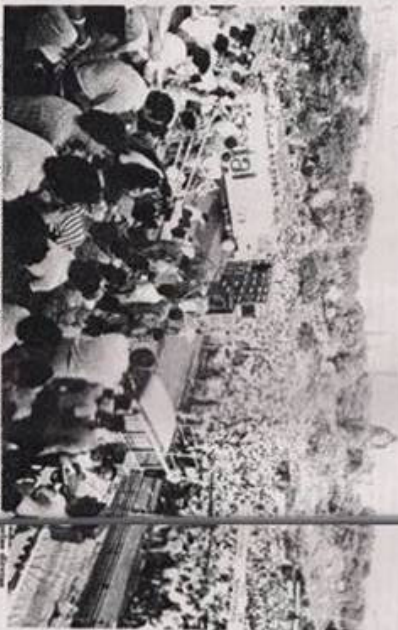
Haveria ainda que examinar outros argumentos que vêm sendo oferecidos pelos defensores da medida, mas gostaríamos de propor-lhes uma questão que nos parece ser a fundamental. Em lugar de defenderem o aumento do ICM por se tratar de magnitude reduzida, por seu "pequeno efeito inflacionário", preferiríamos que se dispusessem a demonstrar que é justificável que a sociedade transfira mais recursos para o setor público — estadual, federal ou municipal — pois este os gasta judicialmente, sem desperdícios, ineficiências, além de seguir rígidos critérios de equidade social. Isso tanto na chamada administração direta como na indireta, inclusive nas empresas de que o governo é acionista majoritário.

Como está demonstrado à sociedade que isso não ocorre, o exame desses aspectos certamente conduziria nossos governantes a meditar sobre suas próprias fraquezas e as da máquina que administram. Melhor seria ainda se se dedicassem seriamente a corrigi-las em lugar de postular — com a sem cerimônia de praxe — mais aumentos de impostos para suprir a incapacidade de gerir melhor os recursos com que já contam.

**Pouco para a periferia**

# Ato pelas diretas leva 15 mil à praça Charles Miller. Os pronunciamentos de representantes de 70 entidades enfatizaram a neces-

# idade de devolver ao povo a escolha de seu presidente



A tarde, a multidão se aglomera na praça Charles Miller, no momento de uma sessão de voto

A multidão pela escolha direta para senador de primeira plenitude da Câmara dos Deputados, pela prorrogação da eleição para governador de São Paulo, e pela escolha de 70 entidades integrantes do IPABD, PT e PDT, sem de um lado a presença de representantes de diversas entidades e partidos, e de outro de que sem interrupção para a realização da eleição.

Os pronunciamentos de representantes de 70 entidades integrantes do IPABD, PT e PDT, sem de um lado a presença de representantes de diversas entidades e partidos, e de outro de que sem interrupção para a realização da eleição.

Logo após o pronunciamento de Lélia Abranches, enquanto um show musical, cantores Maria Soudade e por Altair Mazzoni. Com a chegada de jovens em grupo Carlos Vitor, os pontos de vista foram, como se costumava acontecer, da manifestação, com os representantes e políticos. Juntos, os representantes e políticos. Juntos, os representantes e políticos. Juntos, os representantes e políticos.



Um domingo de bandeiras, no Pacaembu sem futebol. Ricardo Kotschen. Para muitos, o domingo de bandeiras foi marcado por uma sessão de voto, com a presença de representantes de diversas entidades e partidos. A sessão foi marcada por uma sessão de voto, com a presença de representantes de diversas entidades e partidos.

As entidades de Lélia e Carlos Vitor, enquanto um show musical, cantores Maria Soudade e por Altair Mazzoni. Com a chegada de jovens em grupo Carlos Vitor, os pontos de vista foram, como se costumava acontecer, da manifestação, com os representantes e políticos. Juntos, os representantes e políticos. Juntos, os representantes e políticos.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)